Estudos Contemporâneos em Jornalismo

8

Coletânea

Juarez Ferraz de Maia
Rosana Maria Ribeiro Borges
Salvio Juliano Peixoto Farias
[organizadores]

FIC
UFG

Reitor
Edward Madureira Brasil

Vice-reitora
Sandramara Matias Chaves

Diretora do Cegraf UFG
Maria Lucia Kons

Diretora da Faculdade de Informação e Comunicação
Angelita Pereira de Lima

Vice-diretor da Faculdade de Informação e Comunicação
Erinaldo Dias Valério

Coordenador do Curso de Jornalismo
Ricardo Pavan

Vice-coordenadora do Curso de Jornalismo
Ângela Teixeira de Moraes

JUAREZ FERRAZ DE MAIA
ROSANA MARIA RIBEIRO BORGES
SALVIO JULIANO PEIXOTO FARIAS

[ORGANIZADORES]

Estudos Contemporâneos em Jornalismo

COLETÂNEA 8

CEGRAF UFG
2020

Título: Estudos Contemporâneos em Jornalismo - Coletânea 8 [Ebook]
Organizadores: Juarez Ferraz de Maia, Rosana Maria Ribeiro Borges,
Salvio Juliano Peixoto Farias

Capa e projeto gráfico: Salvio Juliano Peixoto Farias
Fotografia de capa e entre capítulos: Lisbeth Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Seção de Normatização CEGRAF/UFG

Estudos Contemporâneos em Jornalismo [Coletânea 8].
2ª edição (Ebook)
MAIA, Juarez Ferraz de; BORGES, Rosana Maria Ribeiro;
FARIAS, Salvio Juliano Peixoto (orgs.).
– Goiânia: UFG/FIC, Cegraf UFG, 2020.
342 p., il. - Inclui referências
ISBN: 978-65-86422-61-0

Conselho Editorial da Coletânea

Alicia Fernanda Sagüés Silva (ULagos/Chile), Ana Carolina Rocha Pessôa Temer (UFG), Ângela Teixeira de Moraes (UFG), Angelita Pereira de Lima (UFG), Eduardo Barreto Vianna Meditsch (UFSC), Juliano Maurício de Carvalho (Unesp), Lisandro Magalhães Nogueira (UFG), Luca Bussotti (UEM/Moçambique), Luiz Antônio Signates Freitas (UFG), Luiz Martins da Silva (UnB), Pedro Plaza Pinto (UFPR), Sérgio Luiz Gadini (UEPG), Silvana Coleta Santos Pereira (UFG), Valci Regina Mousquer Zuculoto (UFSC).

O conteúdo e a revisão de cada artigo são responsabilidades do(a) respectivo(a) autor(a).
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.
Não é permitida a comercialização.

Sumário

9 Apresentação

11 Nota para esta edição

Parte I - O fazer jornalístico pelo mundo:
visibilidade que transborda fronteiras e compartilha a vida

15 Primeiro Ministro da Etiópia: 100º Prêmio Nobel da Paz
[Juarez Ferraz de Maia, Cainã Marques Lopes]

31 Nem todos os reféns são iguais: a cobertura da imprensa italiana aos sequestros de concidadãos no estrangeiro (2018-2020)
[Luca Bussotti]

53 As rádios comunitárias ao serviço do desenvolvimento das zonas rurais em Sofala: Caso da rádio comunitária de Marromeu de Moçambique
[Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso]

79 Cultura, sociedade e significações: o pensamento de Raymond Williams no âmbito dos Estudos Culturais
[Kalyne Menezes, Rosana Maria Ribeiro Borges]

Parte II - O fazer jornalístico na pauta do dia:
registros que produzem o simbólico e significam o hoje

101 Jornalismo "pseudocientífico": a comunicação da ciência em pré -prints sobre Covid-19 nos noticiários da Folha e O Globo
[Luiz Signates, Milena dos Santos Marra, William de Araújo Correia]

127 Uma *cara* para o novo coronavírus:
como a mídia representou visualmente o Sars-CoV-2
[Salvio Juliano Peixoto Farias]

151 Telejornalismo local em tempos de pandemia
[Adriana Teixeira, Ana Carolina R. P. Temer, Bernadete de S. Coelho]

167 Ensino e aprendizagem de ética e legislação da comunicação em tempos de fake news
[Alfredo J. L. Costa, Edson F. Leite Junior, Thales R. R. de Moura]

Parte III - O fazer jornalístico e as violências:
do que incomoda o sistema ao que o reproduz

183 A lei do trabuco: espancamentos e fuzilamentos
de jornalistas em Goiânia na década de 1950
[Rosana Maria Ribeiro Borges, Marialva Carlos Barbosa]

205 A violência de gênero institucionalizada: uma análise sobre a
revitimização de mulheres nas narrativas policiais e jornalísticas de Goiás
*[Angelita Pereira de Lima, Ana Paula de Castro Neves,
Rakell Dhamarys Moreira]*

225 Preto preso em pauta: homens negros
privados de liberdade e prática jornalística
[Bruno Mardson, Luciene de Oliveira Dias]

Parte IV - O fazer jornalístico que narra existências:
sensibilidades, inclusões e práticas

245 Da gramática da incomunicação ao signo da sensibilidade
[Guilherme Lucian, Ângela Teixeira de Moraes]

259 A comunicação das diferenças: um mapeamento
dos podcasts sobre o autismo no mundo
[Ricardo Pavan, Tiago Florencio de Abreu]

273 O roteiro na ficção e no documentário – parte I: antes da escrita
[Solange Franco]

Parte V - O fazer jornalístico que reflete e renova:
relatos de experiências extensionistas

297 As mulheres e o jornalismo esportivo em 20 anos do projeto doutores da bola
[Daniela Figueredo Versiane, Raphaela Xavier de Oliveira Ferro]

319 Relato: videodocumentário “Cárcere e Ofício”
[Maria Flora Ribeiro Costa, Luiz Phillipe de Araújo Barbosa]

331 Autoras & autores

Aprendi com as primaveras
a deixar-me cortar
e a voltar sempre inteira.

Cecília Meireles

As imagens de capa e entre os capítulos são de autoria da fotógrafa e professora Lisbeth Oliveira. As fotografias foram captadas durante o 3º Encontro de Saberes da Caatinga - Rezadeiros (as), Benzedeiros (as) e Parteiras, que aconteceu em janeiro de 2019, na Chapada do Araripe, Pernambuco.

Apresentação

Tudo ao avesso

A edição de número oito do livro do Curso de Jornalismo, acontece em meio à pandemia do Coronavírus (Covid-19). Ambiente macabro, com milhares de mortos no Brasil e centenas de milhares pelo mundo afora. Houve um momento de quarentena, onde milhões de brasileiros ficaram em confinamento. Havia uma orientação geral dada pelo Ministério da Saúde: isolamento social, uso de máscara e higienização constante das mãos, com água e sabão ou álcool em gel 70%.

A classe média tinha onde se "esconder". Nas periferias, os menos favorecidos se amontoavam, sem condições de uma quarentena digna. Nas favelas, faltavam inclusive água e sabão para o básico: lavar as mãos. A quarentena foi relaxando e, em setembro, ficaram confinados, principalmente, os mais velhos, pessoas com doenças preexistentes, trabalhadores do setor de serviço e do setor público em *home office*. A UFG deu início às aulas remotas.

Até certo momento, o Ministério da Saúde, por intermédio do ministro Mandetta, dava um *briefing* no final da tarde, onde apresentava os resultados diários da pandemia no país, e sua equipe orientava a população com o básico de informações de utilidade pública. Havia o mínimo de orientação. O ministro durou pouco tempo, foi demitido pelo presidente Jair Bolsonaro, o qual contestava suas orientações médicas. Aliás, era contra tudo!

Veio o segundo ministro da Saúde o médico Nelson Teich, que durou menos de um mês no cargo. Ele renunciou ao cargo, também por incompatibilidade com o presidente da República. Enfim, assumiu o cargo de ministro interino da Saúde, posteriormente ministro definitivo, o general Pazzuello, um especialista em logística. O país foi perdendo a capacidade de ter uma política nacional centralizada de Educação Cívica em Saúde Pública, diante da calamidade nacional. Os governadores e prefeitos assumiram, cada um a sua maneira, a direção do combate à pandemia.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, desdenhou da dimensão sanitária e humana da pandemia que matava indiscriminadamente em todo o país. Para ele, era uma "*gripezinha*". A cloroquina, apesar de não ser de recomendação dos cientistas, era alardeada por ele como o remédio para a cura. No Brasil, acontecia o impensável: era o próprio Chefe de Estado que alimentava uma rebeldia contra as orientações científicas e médicas da OMS. Enfim, o presidente da República, ministros e parlamentares foram sendo infectados e ficaram doentes, como milhões de brasileiros. O Brasil segue rumo aos 150 mil mortos.

Ademais das questões de saúde, a pandemia deixou um rastro de destruição econômica: fechamento de micro, pequenas e médias empresas, com a consequente demissão de milhões de trabalhadores. Um elemento revelador nas pesquisas foi o Brasil profundo. Milhões de brasileiros na linha da pobreza, flanelinhas, vendedores de alguma coisa nos sinaleiros, nas ruas, feiras e em qualquer lugar. Os sobreviventes invisíveis.

Enquanto isso, vamos assistindo diariamente ao negacionismo, a imprudência e os disparates do presidente da República sobre a pandemia da Covid-19. Tudo ao avesso!

Setembro de 2020

Os organizadores

Nota para esta edição

A *coletânea Estudos Contemporâneos em Jornalismo* reúne resultados de pesquisas de docentes e discentes do Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), além de agregar estudos de profissionais da área e pesquisadores internacionais convidados. Há dez anos, anualmente, alocamos os parcos recursos financeiros do Curso para que essa publicação seja efetivada, pois acreditamos que registrar e compartilhar conhecimentos é uma importante dimensão da produção científica de uma universidade que é pública e socialmente referenciada.

A oitava edição do livro *Estudos Contemporâneos em Jornalismo* foi produzida ao longo de 2020, um ano que certamente marcará a história da humanidade em virtude das profundas transformações ocasionadas pela pandemia da Covid-19. Como pessoas humanas que vivem em sociedade, também tivemos as nossas rotinas alteradas e, mesmo assim, conseguimos cumprir com o compromisso de produzir esta obra que partilha pensamentos, reflexões, saberes e afetos.

O livro está organizado em cinco eixos temáticos que congregam textos relacionados ao fazer jornalístico pelo mundo, na pauta do dia, nas violências que incomodam o sistema e que também o reproduzem, na narrativa das existências e nas experiências extensionistas que aproximam o jornalismo da vida.

Por compreender que o distanciamento social nos impõe carências de contato e de proximidade com o outro é que as fotos que ilustram a capa e as entradas de capítulo traduzem-se em abraços, enlaces de afetividades registrados pela professora Lisbeth Oliveira, que fraternalmente estendemos a todos os leitores.

Ao mesmo tempo, por termos reafirmado o valor das redes digitais de informação e comunicação nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, decidimos, pela primeira vez, publicar uma versão ampliada desta obra em formato de e-book, que será disponibilizado gratuitamente ao público com acesso no site do Curso de Jornalismo da UFG.

Rosana Maria Ribeiro Borges
Professora do Curso de Jornalismo da FIC/UFG

I.

O fazer jornalístico pelo mundo: visibilidade que transborda fronteiras e compartilha a vida

Primeiro Ministro da Etiópia - 100º Prêmio Nobel da Paz

Juarez Ferraz de Maia
Cainã Marques Lopes

Introdução

Em 2019, o Prêmio Nobel da Paz foi atribuído a um dirigente africano, o primeiro-ministro da Etiópia, Abiy Ahmed Aly de 43 anos. Esse Prêmio Nobel tem um sabor diferente porque representa um número digno de comemoração em qualquer atividade: é o número 100 (cem) ou seja, completa um ciclo de um século de premiação.

A atribuição do Prêmio Nobel a personalidades e dirigentes políticos aconteceu em várias ocasiões. Os motivos são vários: luta pela paz, a defesa do meio ambiente e a proteção às mulheres. Esse Nobel da Paz de número 100 foi atribuído a um dirigente de um país africano, que terminou com um conflito regional que se arrastava por décadas: a guerra entre a Etiópia e a Eritreia. O fim do conflito encerrava um ciclo na história da herança maldita da colonização e invasão europeia no continente africano.

O continente africano

A guerra da Etiópia com a Eritreia é uma das dezenas de conflitos no continente africano no século XX. A África, no seu conjunto, tem 54 países e mais de 30 milhões de Km². A população africana é constituída por um bilhão e cem milhões de habitantes. Os 54 países do continente afri-

cano, estão distribuídos em duas categorias geográficas: os do continente que são 48 e as ilhas que são 6. Também faz parte do território africano, o famoso deserto do Saara, que é muito extenso, constituindo uma faixa territorial de nove milhões de Km².

Mapa da África 2020

Os países colonizadores realizaram, entre 1884 e 1885, a Conferência de Berlim[1], onde os mandatários europeus fizeram a "Partilha da África" entre as nações já estabelecidas no continente, como a Itália, Portugal, França, Alemanha, Bélgica, Inglaterra e Espanha. A divisão feita pelos colonizadores dividiu povos e etnias. A partilha respeitou somente os interesses das potências coloniais, onde essas já faziam a ocupação territorial ou tinha a pretensão de ocupação. Foi a forma "mágica" encontrada pelos países europeus, para evitar conflitos entre os colonizadores e que esses respeitassem as fronteiras da divisão, feita dentro de uma ordem de interesses dos Estados-membros da Conferência. Essa divisão foi respeitada até 1945, pois, com a derrota da Alemanha e Itália, os territórios sob a tutela desses países, foram transferidos para a França ou o Reino Unido.

1 A fim de evitar guerras entre as potências europeias pelos territórios africanos, o chanceler Otto Von Bismarck convocou uma reunião com os representantes dos países europeus que tinham possessões na África. Nenhum mandatário africano foi convidado. A Conferência de Berlim (1884-1885) consistiu num acordo que tinha como objetivo reconhecer as fronteiras dos territórios já ocupados e estabelecer as regras sobre as futuras ocupações no continente africano. (https://www.todamateria.com.br/partilha-da-africa/)

O continente africano sofreu com a presença direta do colono até os anos oitenta do século XX, quando aconteceram os últimos processos de descolonização. Foi deliberadamente deixado à deriva pelos colonizadores que, ademais, potencializou as diferenças étnicas entre povos e manteve o controle político e econômico dos países do continente. Mesmo nos países independentes, desde a década de sessenta, as novas elites locais (com raras exceções), substitutos dos colonos, continuaram as mesmas políticas de saques: a utilização das riquezas naturais em benefício próprio, de suas famílias e seus grupos políticos.

Lista de africanos que ganharam o Prêmio Nobel da Paz

Nº	Nome	País	Ano Nobel	Motivo
01	Albert Lutuli	África do Sul	1961	Luta contra o Apartheid
02	Muhammad Anwar Al Sadat (a)	Egito	1980	Acordo de Paz com Israel
03	Desmond-Tutu	África do Sul	1984	Luta contra o Apartheid
04	Nelson Mandela e Frederick de Klerk	África do sul	1993	Acordo de paz na África do Sul
05	Kofi Atta Annan (b)	Gana	2001	Criação do Fundo Global de Luta contra Aids
06	Wangari Mathai	Quênia	2004	Iniciativa que plantou 30 milhões de árvores
07	Mohamed ElBaradei (c)	Egito	2005	Controle internacional de energia atômica
08	Ellen Johnson-Sirleaf Leymah Gbowee (d)	Libéria	2011	Presidente da Libéria Organização Movimento pela Paz
09	Denis Mukwege	Congo	2018	Recuperação de mulheres violentadas
10	Abiy Ahmed Aly	Etiópia	2019	Acordo de paz com a Eritreia

(a) Dividiu o prêmio com Menachem Begin, de Israel
(b) Prêmio conjunto com as Nações Unidas
(c) Em Conjunto com a AIEA
(d) Em conjunto com Tawakkol Karman, do Iêmen

Fonte: http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/conheca-africanos-nobel-da-paz

Em reconhecimento à trajetória de luta pelos povos africanos, várias personalidades do continente foram destacadas com o prêmio Nobel da Paz, dentre eles o lendário Nelson Mandela. Entretanto, o seu predecessor, um dos fundadores do Congresso Nacional Africano, Albert Lutuli, foi o primeiro africano a receber o Prêmio Nobel, em 1961. Lutuli tempos depois, foi assassinado pelos homens da segurança do Apartheid.

A Etiópia

A Etiópia é o segundo país mais populoso da África, atrás apenas da Nigéria. Possui 110 milhões de habitantes. A sua capital, Addis Abeba, no século XX, foi por muito tempo uma cidade que abrigou vários Organismos Multilaterais africanos, como, por exemplo, a sede da OUA – Organização da Unidade Africana, atual U.A.

A Etiópia é um dos poucos países do continente africano que não sofreu um processo de colonização. A dinastia Aksum reina em toda a região que hoje compreende, a Eritreia e a Etiópia. Em 1890, após a Conferência de Berlim, a Itália, com forte presença na região, se estabelece como país colonizador e cria formalmente a colônia da Eritreia. Em 1935, com a Itália sob o jugo do fascismo, Mussolini decide fazer a expansão de seus territórios na África e invade a vizinha Etiópia. O então imperador Hailé Selassié resiste e, na iminência de ser capturado pelas tropas italianas, refugia-se no Reino Unido que, por sua vez e interesse, apoia o Imperador em sua resistência contra a invasão italiana.

Seis anos depois, em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, numa ação conjunta entre a resistência Etíope e as tropas Britânicas, as tropas italianas são expulsas de toda a região compreendendo a Eritreia e a Etiópia. O Imperador Hailé Selassie, de regresso, assume a direção da Etiópia. A região da Eritreia foi ocupada pelos britânicos até 1952, sob mandato das Nações Unidas.

Nessa ocasião do pós-guerra, as grandes potências realizam os acordos estratégicos e é proposto na Assembleia Geral das Nações Unidas que a região da Eritreia seja administrada pela Etiópia. Para os britânicos, o imperador Hailé Selassie, era um aliado seguro, numa região de grande importância geopolítica. A Etiópia assume formalmente a administração da Eritreia.

É aqui onde começa toda a trajetória do conflito que deu origem ao confronto entre a Eritreia, e a Etiópia. No início dos anos sessenta, cresce um sentimento nacionalista entre os Eritreus que reivindicam a independência do país. O governo Etíope reage, fazendo a anexação da região como província da Etiópia. O sentimento nacionalista se transforma em resistência armada que cresce com o apoio de vários países mulçumanos da região. Em 1993, o movimento nacionalista faz a expansão da luta armada por todo o território Eritreu. A Etiópia recua e reconhece a independência da Eritreia, porém, fica pendente o acerto final do controle de certa região fronteiriça entre os dois países. A pendência fronteiriça entre a Eritreia e a Etiópia deixa como herança um conflito mal-acabado que foi motivo de sucessivos embates militares entre os anos 1998 e 2000.

Etiópia

Área: 1.104.300km²
População: 112 milhões
PIB: 225 bilhões USD
Capital: Adis Abeba
Língua Nacional: Amárico
Moeda: Birr
Religião – Principais e formais: Cristãos-Mulçumanos

A comunidade etíope se localiza dentro do chamado Chifre da África. A região é constituída por três países: Eritreia, Djibuti e Somália, no leste africano. Comumente, é lembrada pela sua instabilidade política e regional, assim como pelos indicadores de pobreza, apesar de apresentar enorme riqueza natural. É uma região considerada estratégica e politicamente cobiçada porque é banhada pelo Oceano Índico e o Mar Vermelho que dá acesso ao Canal de Suez. É no Djibuti onde a China tem a sua única base militar fora do país.

A história da civilização etíope remete aos tempos da Rainha de Sabá e do Rei Salomão que, como conta a história oral, houve uma relação amorosa entre os dois e dessa união, nasce Menelik I, patriarca de toda uma linhagem, a dinastia Askum, que segue uma trajetória de séculos na história do País. Já no século XX, Ras-Tafari, em 1930, torna-se Imperador com o nome de Hailé Selassie – "o último leão de Juda´", "Rei dos Reis" para uma grande comunidade de seguidores, principalmente para os Rastafaris (CONTI, 2012, p.4).

Região conhecida como Chifre da África

Fonte: *Maps Africa*[2]

Na Etiópia, existem dezenas de grupos étnicos que, durante séculos, enfrentaram-se entre si por maior autonomia local e regional, entretanto, algumas características foram sendo consolidadas e podem, assim, ser analisadas de forma nacional o entendimento do iddil, a crença refletida pela reflexão – "o que tem que acontecer, acontecerá, não importam as interferências externas", semelhante, a noção em torno do tempo consolidada na expressão ishi nege (língua amárica) – "pois sim, amanhã" exterioriza um grau de importância. Para eles a vida é sentida por uma corrente cíclica, diferente de outros povos do Ocidente que enxergam como algo linear (DAVIS, 1969).

2 http://maps-africa.blogspot.com/2012/05/horn-of-africa-map-pictures.html

Toda essa filosofia, em parte, cai por terra com o golpe de estado militar que derruba o Imperador Hailé Selassié em 1974, e acelera a modernização da Etiópia. A partir desse momento, há uma sequência de golpes e contragolpes que abalam a Etiópia. É o inferno astral da Etiópia que dura até o início de 1990. A década dos anos 80 foi um período de fome em que foi descrito como milhões de mortos. Aos poucos, a Etiópia começou o seu renascimento econômico e político até atingir o estágio atual de uma próspera economia dentro do contexto africano.

Em 1995, uma nova Constituição foi promulgada com características de um regime Parlamentarista. Atualmente, a Etiópia conta com uma câmara alta, a House of Federation[3] (composta por 135 membros), e uma câmara baixa, a House of Peolple's Representatives[4] (composta por 547 membros), com mandatos de 5 anos; de igual modo, o tempo de permanência é replicado no Poder Executivo.

Durante o curto período em que a Etiópia se viu longe de guerras, e esse momento foi utilizado para se enxergar o que de fato estava ocorrendo na nação, a situação era preocupante, visto os índices de pobreza, fome e desemprego; uma sociedade com mecanismos tecnológicos ultrapassados e muito disso devido à destinação de verbas para o melhoramento do potencial bélico, para fazer frente à guerra com a Eritreia e outros conflitos regionais (SCHNEIDER, 2010).

Depois de um curto período de paz com a Frente Popular de Libertação da Eritreia (EPLF), que incluiu formulações de acordos e plebiscitos, a Etiópia volta a invadir o país vizinho em 1998 por questões fron-

---

3 Entre suas atribuições estão: 1. Decide todas as questões relativas ao direito de autodeterminação de nações, nacionalidades e povos, incluindo o direito à secessão; 2. Promove a igualdade entre os povos da Etiópia, promove e consolida sua unidade com base em acordo mútuo; 3. Tentativas de intermediar soluções para conflitos entre estados; 4. Divide as receitas tributárias federais e federadas, bem como os subsídios pagos aos estados pelo governo federal; 5. Autoriza o governo federal a intervir em qualquer estado que viole a Constituição ou comprometa a ordem constitucional. Tradução do site: <http://www.senat.fr/senatsdumonde/english/ethiopie.html>.

4 Entre suas atribuições estão: 1. Elaborar leis que contribuam para a construção do sistema democrático, prosperam na boa governança e paz e no desenvolvimento socioeconômico; 2. Monitorar e supervisionar a implementação adequada de projetos de lei promulgados pela Câmara, políticas e planos governamentais, garantindo recursos alocados que beneficiem o público; 3. Implementar um procedimento e um sistema que ajudem a consolidar a democracia parlamentar multipartidária e garantir uma participação justa nos deveres da Casa. Tradução do site: <https://www.hopr.gov.et/web/guest/home>.

teiriças não resolvidas, fato exposto na reportagem do jornal O Globo[5]. Esse ressalta que o novo conflito cessado em 2000, após intervenção de uma comissão internacional, acumulou o total de 80.000 mortos (variando em algumas fontes) e não deu fim à guerra implícita exposta em choques esporádicos. Somente em 2018, após a posse do Primeiro-Ministro Abiy Ahmed Aly, a realidade é colocada na mesa de negociações para a resolução das hostilidades iniciadas no século anterior.

Desenvolvimento

A Etiópia, até os anos 80 do século XX, teve um desenvolvimento aquém de suas capacidades humanas e financeiras, por vários motivos: conflitos políticos internos e externos, mas, principalmente, por motivos culturais. Em determinado momento, no final do século passado, com as mudanças políticas e abertura democrática, a Etiópia busca parcerias externas e encontra na China uma porta aberta para a concretização de acordos e fontes de financiamentos externos. A partir do entendimento com a China e outros parceiros internacionais, a Etiópia começa a sair da letargia e caminhar em direção à modernização da sociedade.

Atualmente, dois grandes projetos foram responsáveis para o desenvolvimento das forças produtivas do país: primeiro, o projeto de construção de uma barragem hidroelétrica no chamado Nilo Azul, afluente do rio Nilo, cuja produção de energia vai suprir a capacidade de desenvolvimento do país. Esse projeto tem o inconveniente de provocar em países da região, principalmente do Egito, uma forte reação contrária à sua realização, porque considera que a barragem poderá afetar o caudal de água do Nilo e, consequentemente, o volume de água ser restringido. Felizmente, até o momento, o Egito não demonstrou que a barragem afetou o caudal de água do rio Nilo.

O segundo grande projeto de desenvolvimento foi a construção de uma rede de transporte ferroviário que liga a capital Addis Abeba ao porto de Djibouti. A Etiópia, apesar de ter um grande território na configuração do mapa da África, ficou sem saída para o mar. Toda a região costeira que envolve a Etiópia é território da Eritreia. Sempre essa ques-

5 https://oglobo.globo.com/mundo/conheca-mais-sobre-eritreia-a-etiopia-que-anunciaram-paz-apos-20-anos-22867293

tão de importação e exportação de produtos foi um grande gargalo para a economia do país. Essa nova rede ferroviária mudou o panorama da comunicação da Etiópia com o mundo. Antes todo o transporte de ida e vinda para o porto de Djibuti era feito através de uma rede rodoviária que funcionava muito mal e com pouca manutenção.

Em 2020, a Etiópia vive uma explosão no seu desenvolvimento, com um crescimento anual superior a 8% (oito por cento) ao ano; muitas vezes, é chamada a China Africana. A título de ilustração, observamos que em 2003 o PPC da Etiópia era em torno de 600 USD. Menos de duas décadas depois, o PPC da Etiópia triplicou e chegou a aproximadamente 2.900 USD. Em paralelo com a modernização da infraestrutura, a Etiópia começa a viver um período de eliminação da pobreza absoluta e ficando longe do fantasma da fome.

O Primeiro-ministro que ganhou o Prêmio Nobel

O ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2019 é um homem de 43 anos, formado em Engenharia de Informática e oficial militar das Forças Armadas da Etiópia. Talvez seja o mais jovem líder do continente africano na atualidade. Como político, é o presidente da Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope, uma coligação de quatro partidos de regiões diferentes, que representam as principais etnias do país. A FDRPE dirige o país desde 1991 e, dentro da Frente, é realizada a disputa de poder no país. Abiy foi eleito Primeiro-ministro no mês de abril de 2018, em meio à revolta que clamava por mais democracia e mais reformas na sociedade e maior participação da Etnia Oromo nos processos decisórios no país.

Em matéria do jornal O Estado de São Paulo – Estadão[6], Abiy Ahmed Ali representa a mistura da Etiópia. Seu pai era mulçumano e Oromo (maior grupo étnico do país) e sua mãe, cristã ortodoxa da etnia Amhara, sendo que, depois do casamento, ela se converteu ao Islã. Contudo, o filho do casal não seguiu nenhuma das duas tradições religiosas, optando pelo protestantismo. Aby, aos 13 anos, ingressa na 'Frente Democrática do Povo de Oromo' que integrante da FDRPE, ajudou a

6 https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,quem-e-o-vencedor-do-nobel-da-paz-abiy-ahmed-premie-da-etiopia,70003045929

derrubar o domínio da ditadura. Foi nesse contexto que Aby fez carreira como engenheiro militar e depois eleito à Assembleia Nacional.

Após assumir o cargo de primeiro-ministro em abril de 2018, Abiy coloca em ação algumas medidas. Num levantamento feito pela revista econômica Forbes[7], em relação as novas diligências, foram ressaltadas: 1) Os trabalhos para mediar os conflitos entre Quênia e Somália; 2). A intermediação entre facções presentes no Sudão; 3) Enfrentamento de rivalidades étnicas despertadas na Etiópia; e 4) O tratado de paz com a Eritreia. A rede de notícias BBB Brasil[8] ainda destaca a liberação de milhares de ativistas que faziam oposição ao governo; em conjunto disso, aprovou-se a permissão para que dissidentes exilados voltassem para casa.

Manchetes de algumas mídias:

> ONU NEWS. 11.10.2019. Ao atribuir o Prêmio Nobel ao primeiro-ministro da Etiópia foi ressaltado pelo Norwegian Nobel Committee o seguinte: "A responsável pelo anúncio, a presidente do Comitê Nobel Norueguês, Berit Reiss-Andersen, também destacou que o prêmio deseja '*expressar um reconhecimento a todos os atores que trabalham pela paz e a reconciliação na Etiópia e nas regiões do leste e nordeste africanos*'. O Nobel ainda fez menção ao trabalho do presidente da Eritreia, Isaias Afwerki. '*A paz não é alcançada apenas com as ações de uma única pessoa. Quando o primeiro-ministro Abiy Ahmed Aly estendeu a mão, o presidente Afwerki aceitou e ajudou a dar forma ao processo de paz entre os dois países*."

7 https://forbes.com.br/last/2019/10/quem-e-abiy-ahmed-ali-a-100a-pessoa-a-receber-o-premio-nobel-da-paz/

8 https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50015652

> Jornal português *O Público* do dia 12 de outubro de 2019, p.28: O Homem que quer mudar tudo na Etiópia. Um ano e meio como primeiro-ministro, Abiy Ahmed fez a paz com a Eritreia e lançou o seu país no caminho da abertura política. Disse estar "sensibilizado e empolgado", mas os seus desafios não o deixam celebrar muito tempo.
>
> Jornal *Notícias de Maputo*, 12 de outubro de 2019: Primeiro-ministro da Etiópia é Prêmio Nobel da Paz em 2019. Primeiro--Ministro etíope, artesão da reconciliação do seu país com a Eritreia, é desde ontem Prémio Nobel da Paz. Ele era um dos favoritos entre mais de 300 candidaturas – pessoas e organizações – este ano registadas pelo Comité Nobel norueguês. A Etiópia está "orgulhosa como país" com a atribuição deste prémio, reagiu de imediato o Gabinete do chefe do governo de Addis Abeba.
>
> Jornal *Folha de São Paulo*, 11 de outubro de 2019: Premiê da Etiópia que pôs fim a conflito com Eritreia ganha Nobel da Paz. Abiy Ahmed foi responsável por pacto de paz que encerrou 20 anos de hostilidades com país vizinho

Todas as ações feitas por Abiy Ahmed Aly chamaram a atenção do mundo, mas em especial o acordo de paz elaborado em conjunto com a Eritreia lhe garantiu uma indicação para o 100º Nobel da Paz, do qual saiu vencedor. A reportagem citada anteriormente do jornal Estadão, cristaliza que as negociações só foram possíveis graças às intermediações internacionais, como a do príncipe herdeiro dos Emirados Árabes Unidos – Sheikh Mohammed Bin Zayed, no entanto, a abertura ocorre de fato com a sinalização do presidente da Eritreia Isaias Afwerki pela paz, juntamente com a resolução das demarcações fronteiriças.

Primeiro-Ministro Abiy Ahmed Aly (esquerda) e o Presidente da Eritreia, Isaias Afwerki
Fonte: BBC Brasil[9]

A grande questão que ficou em aberto

Se o acordo de paz foi realizado entre os dirigentes da Etiópia e da Eritreia, por que somente o primeiro-ministro da Etiópia recebeu o Prêmio Nobel? O próprio Comitê de outorga do Nobel reconhece a importância do presidente da Eritreia na realização do acordo de paz. O Comité do Nobel tomou uma decisão política, em dois sentidos diferentes: o primeiro foi premiar o dirigente de um país onde o sistema de representação democrática funciona de forma razoável; o segundo foi não premiar, um dos lados do acordo de paz, por motivos políticos muito caros aos suecos e noruegueses. A esse respeito, o jornal português O Público escreveu o seguinte: "O Presidente que não mereceu um Nobel por violar os direitos humanos":

> O acordo de paz de 2018 entre a Etiópia e a Eritreia foi um marco histórico, mas, ao contrário do que muitos esperavam, o Presidente eritreu, *Isaias Afwerki*, não abdicou do punho de ferro com que governa o país

9 https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50015652

> desde 1991. Prisões arbitrárias, recrutamento militar e trabalhos forçados, perseguição a minorias religiosas e a jornalistas continuam a fazer parte do dia a dia de mais de quatro milhões de eritreus. E a fuga do país é a única alternativa para quem tem a coragem de dar esse salto para o desconhecido (28.10.2019).

Convulsão social em tempos de Prêmio Nobel

A Etiópia, durante décadas, foi governada pela Etnia Tigré que, apesar de ser apenas 6% da população do país, era a real elite política, econômica, cultural e militar do país. Essa elite da Etnia Tigré está impregnada em todas as estruturas do aparelho de Estado. Essa posição, raras vezes, tinha sido contestada em nome da unidade nacional.

Esse tipo de situação acontece em vários países africanos. Não vamos entrar, aqui, no mérito da questão. Os problemas étnicos e diferenças regionais, durante muitos anos, foi palco de grandes disputas na Etiópia que, apesar de tudo, manteve a sua unidade nacional. Essa é a questão mais importante para todos os países do continente. Os países africanos adotaram como regra de delimitação territorial, aquilo que foi decidido na Conferência de Berlim em 1885. Todos os líderes africanos do século XX, aceitaram essa decisão e tinham a consciência de que regressar às fronteiras antes da Conferência de Berlim, era impraticável. Essa foi a decisão da Organização da Unidade Africana e da atual U.A. – Unidade Africana.

A questão da aceitação das fronteiras externas não significa que se eliminaram as diferenças regionais. Na Etiópia, em 2018, o artista-cantor da Etnia Oromo, Haacaaluu Hundeessaa, liderou um conjunto de manifestações dos Oromos, pedindo maior participação dessa etnia nas instituições do país. Os protestos levaram à renúncia do então primeiro-ministro Hailemariam Desalegn. O cantor de 34 anos foi o símbolo da rebelião que levou ao poder, o atual primeiro-ministro Abiy Ahmed Aly. O cantor Haacaaluu, pela sua atuação, passou a ser considerado um alvo a abater por grupos políticos e étnicos, contrários a ascensão dos Oromos ao topo do poder de decisão. Era aceitável uma participação como ministros, não como primeiro-ministro, pelo menos na atual conjuntura.

No dia 2 de julho de 2020, o cantor foi assassinado por desconhecidos, o que provocou uma onda de revoltas e mortes no país. A France Presse noticiou o seguinte:

> Confrontos da semana passada deixaram 239 mortos na Etiópia. As mortes aconteceram em manifestações e confrontos entre comunidades na semana passada na Etiópia, consequência da morte de um cantor popular da etnia majoritária Oromo (08.07.2020).
>
> O jornal *O Público*, de Lisboa, destacou que: O cantor, cuja música Maalan Jira (Que existência é esta) se tornou um hino da juventude Oromo, foi morto a tiro na segunda-feira na capital, Addis Abeba. As motivações dos atacantes são desconhecidas, mas suspeita-se que tenham sido motivadas por questões étnicas, o que está a levar a um aumento de tensão no país.
>
> Na sua fala sobre o assassinato, o atual primeiro-ministro Abiy Ahmed Aly, disse o seguinte: "Esta semana, foi cometido um crime hediondo contra o artista Haacaaluu Hundeessaa. Quem o planeou não está feliz com a mudança em curso no país", afirmou o primeiro-ministro etíope, citado pela BBC. "Como povo, temos duas escolhas: cair na armadilha dos detractores ou desviarmo-nos dela e continuar o caminho das reformas", acrescentou (*Público*, 08 de julho de 2020).

Conclusão

A questão étnica é uma trajetória difícil de ser vencida e resolvida por todos os países africanos. Nelson Mandela enfrentou esse problema étnico na África do Sul, antes das eleições gerais, em 1994, que o levaram ao poder. O aparato de segurança do ainda regime Apartheid incentivou uma onda de revoltas dos Zulus contra Mandela que é da etnia dos Shosa. Houve centenas de mortos nos ataques dos Zulus contra a sede CNA. A África do Sul não explodiu por dois motivos: primeiro, pelo carisma de Mandela; e, segundo, porque parte da liderança do Congresso Nacional Africano é composta por dirigentes da Etnia Zulu, como Oliver Tambo.

Apesar dos confrontos na Etiópia, a outorga do Prêmio Nobel da Paz em 2019 ao primeiro-ministro Abiy Ahmed Aly, foi um passo importante na consolidação da paz na região do Chifre da África e o fim do conflito entre a Etiópia e Eritreia, que colocava em causa o grande salto do desenvolvimento empreendido pela Etiópia nesses últimos 25 anos.

Referências bibliográficas

CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luíza. O papel da Etiópia no Chifre da África: uma potência regional capaz de impor a paz?. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p.19-26, ago. 2010. ISSN 2178-8839. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/16166>

CORRÊA, Luiza Nunes. Revolução Etíope: impactos regionais e sistêmicos. **Perspectiva**, Santa Catarina, v. 10, n. 18, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/80165/47842>.

DAVIS, William B. Perspectiva histórica do desenvolvimento cultural na Etiópia. **Afro-Ásia**, Salvador, BH, 1969. <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20744/13350>.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. Etiópia: um símbolo de Africanidade. **Historien**, Petrolina, PE, out./abr., 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413_18738379b480559e1f1e59df7ab79bec.pdf>.

SCHNEIDER, Luíza Galiazzi. **O papel da guerra na construção dos Estados modernos**: o caso da Etiópia. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28772>. Acesso em: 27 de março de 2020.

SILVA, João Vitor Miranda de Souza da; SILVA, Lorenzo Andreoli da. A atuação da URSS no conflito entre Etiópia e Somália e os impactos na Guerra Fria. **Perspectiva**, Santa Catarina, v. 10, n. 19, 2017. <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/83791/49849>.

Nem todos os reféns são iguais. A cobertura da imprensa italiana aos sequestros de concidadãos no estrangeiro (2018-2020)

Luca Bussotti

Introdução

O sequestro de pessoa é um dos crimes mais antigos da humanidade, que está na base da própria civilização ocidental. Com efeito, o Rapto das Sabinas foi a primeira grande ação de sequestro coletivo de pessoas (no caso de sexo feminino) que, em 749 a.C. deu aos emergentes Romanos a maneira de povoar a sua cidade com mulheres cujo número era bastante carente. O episódio teve uma cobertura muito significativa por parte de historiadores e comunicadores daquela altura. Escritores como Tito Lívio, Plutarco e Dionísio de Halicarnasso deram, em épocas históricas diferentes, versões parecidas deste que pode ser considerado como o segundo momento fundacional da cidade de Roma (Testa, 2016).

Mais para frente, na história europeia, o sequestro sempre foi usado para extorquir dinheiro a famílias abastadas. No século XV, por exemplo, os irmãos Mazzardi andaram a saquear, estuprar e raptar muita gente na zona de Como (Lombardia), obrigando os senhores feudais a pagar valores avultados para os resgates dos seus familiares (Bertoni, (2014). O rapto para fins de casamento constituía um hábito difuso na Itália do Norte, e em particular na Sereníssima República de Veneza entre século

XVI e XVII (Cesco, 2004), despertando a atenção popular. Finalmente, com a obtenção da unidade nacional, em 1860, os salteadores que atuavam no Sul da península ficaram famosos pelos seus sequestros, sobretudo na Sardinha e na Calábria. Uma situação, essa, que se procrastinou até os anos Noventa do século passado quando se juntaram às bandas da criminalidade comum os grupos políticos (da extrema direita assim como da extrema esquerda), atuando como sequestradores para fins meramente propagandísticos ou para financiar suas atividades principais, ligadas à insurgência armada. Principalmente as Brigadas Vermelhas, o principal grupo da extrema esquerda italiana, entre os anos Setenta e Oitenta usaram os sequestros para fins de propaganda política, tendo um relacionamento direto com a comunicação social ao longo do período de cativeiro da pessoa sequestrada (Carbellese & Zelano, 2007). Nessa época, entre 1969 e 1998, se registraram 672 sequestros de pessoa na Itália, concentrados em três regiões: Lombardia (155), Calábria (128) e Sardinha (106). O sequestro mais famoso da história italiana foi do então Presidente da *Democrazia Cristiana*, Aldo Moro, ocorrido em 1978, o partido do governo que estava – graças à iniciativa do próprio Moro – pensando em formar um executivo apoiado pelo Partido Comunista liderado por Enrico Berlinguer (o compromisso histórico). Moro foi raptado e a sua escolta trucidada em pleno centro de Roma. Este foi mantido em cativeiro durante 55 dramáticos dias, e, a seguir, executado por parte das Brigadas Vermelhas, o que determinou para o fim do compromisso histórico e da expansão política deste grupo subversivo. O caso foi acompanhado intensamente pela comunicação social italiana, representando o ápice da cobertura sobre qualquer tipo de rapto ou sequestro de pessoa ocorrido no país (Imperi, 2016).

A partir do século XXI século os sequestros diminuíram drasticamente, devido à mudança no clima político e da criminologia italiano. Entretanto, uma nova vaga de sequestros iniciou a interessar cidadãos italianos, assim como muitos outros dos vários países ocidentais que se encontravam a operar em áreas de risco, por exemplo em alguns países africanos, na Síria, no Iraque, nalgumas áreas da Índia entre outros. Um dos primeiros sequestros foi protagonizado contra duas jovens cooperantes, Simona Torretta e Simona Pari, em 2004 em Bagdad. As duas estavam trabalhando na ONG *Un ponte per...,* e conseguiram voltar para casa, como quase todos os outros sequestrados

por parte de grupos terroristas, em troca de avultados valores para o resgate (Ludovisi, 2020). Depois das duas Simonas, vários outros italianos foram raptados no estrangeiro, com um interesse decrescente da imprensa em cobrir e fazer o seguimento, juntamente com a indicação, por parte das autoridades, em manter o máximo secretismo sobre os casos, para evitar fuga de informação ao longo das investigações.

O presente trabalho pretende analisar como a imprensa italiana, mediante a escolha de quatro diários representativos da algumas das principais tendências políticas e culturais do país, têm feito a cobertura de casos de rapto dos seus concidadãos no estrangeiros e liberados nos últimos dois anos, procurando perceber o tipo de linha editorial de cada um dos órgãos analisados.

Depois de ter feito o levantamento dos artigos, o foco da análise será centrado em três casos diferentes de sequestro, onde fica evidente uma hierarquização da cobertura mediática, dependendo de vários fatores alusivos ao valor-notícia de cada caso e do seu desfecho. Dentro das fases do sequestro, enfatizar-se-á o momento da soltura, por duas razões principais: por um lado, devido ao fato de a imprensa ter maior liberdade em abordar o assunto, uma vez que já se registrou o desfecho do episódio; por outro, porque, em vários casos, a vítima volta diferente daquilo que era quando foi sequestrada, como no caso da Silvia Romano, presa durante 18 meses por jihadistas, e voltada completamente convertida ao Islão.

Enquadramento teórico

Como dito acima, o interesse da imprensa italiana para com casos de sequestros de concidadãos no estrangeiro diminuiu consideravelmente desde os primeiros episódios, registrados no início da década de 2000. Uma tal postura deve fazer referência a um quadro teórico que identifica no valor-notícia a sua base fundamental para selecionar e hierarquizar as informações que os jornais decidem publicar, desaguando na identificação da linha editorial de cada órgão.

Mediante uma breve análise indutiva será possível perceber como, a nível internacional, a imprensa costuma dar prioridade a certos casos e porquê. Entre os casos de raptos que mais chamou a atenção dos jornais

(Andreguetti & Cruz, 2018), foi o de "caso-Lindbergh", de um bebé de 18 meses, filho do aviador Charles Lindbergh ocorrido nos Estados Unidos em 1932; o menor perdeu a vida nas mãos do seu sequestrador, que por sua vez via a ser executado em 1936 devido a este crime. Outro caso que deu muita que falar foi o de Frank Sinatra Jr., o filho do famoso cantor sequestrado em 1963 em Lake Tahol, e resgatado depois de dois dias de negociação. O caso europeu certamente mais chamativo foi o relativo às Olimpíadas de Munique, na Alemanha, quando, a 5 de setembro de 1972, o grupo jihadista Setembro Negro invadiu a cidade olímpica, matando dois israelitas e ficando outros 11 reféns do tal grupo. Devido a uma má operação da polícia alemã, todos os reféns também morreram, juntamente com 5 terroristas e um policial. No Brasil, casos muito populares e com grande cobertura mediática deram-se com o sequestro de Patrícia Abravanel em Jardim Morubi (SP), a 21 de agosto de 2001, solta a troca de 2 milhões de dólares, e do cantor gospel cadeirante Wellington Camargo em dezembro de 1998, que teve uma parte da orelha cortada, solto graças ao pagamento de resgate de 300 mil dólares feita pela família.

Dos casos reportados é possível identificar alguns aspetos constantes que fazem com que a comunicação social decida investir na cobertura, em certos casos de sequestro.

Acima de tudo, a morte constitui um ótimo incentivo para que a cobertura se torne intensa, por duas razões: o fato em si, que sempre representa um choque e uma rotura da ordem preestabelecida, e a raridade do evento, uma vez que dificilmente os raptos têm um desfecho tão trágico. Em segundo lugar, a figura da vítima. Aqui os critérios principais de noticiabilidade são dois: a notoriedade, ou outras caraterísticas físicas da vítima, por exemplo se se tratar de uma criança, de um deficiente físico, etc. No caso de figuras famosas, no panorama italiano a referência obrigatória vai para Aldo Moro, ao passo que, fora da Itália, casos como o rapto do filho de Sinatra ou dos dois brasileiros acima citados constituem exemplos ótimos para incentivar uma cobertura amplificada. A faixa etária da vítima também representa um atrativo para a cobertura jornalística,por exemplo crianças, ainda mais se o sequestro terminar com a morte da vítima (caso Lindbergh); assim como o aspeto físico (caso do brasileiro Wellington Camargo, cadeirante). Finalmente, salvo casos clamorosos - como o do Setembro

Negro em Munique -, a imprensa privilegia a cobertura de sequestros ocorridos em território nacional, devido ao princípio de proximidade.

Estes todos elementos reproduzem, em larga medida, os indicadores que Traquina tinha evidenciado, aquando da sua classificação do valor-notícia. Segundo ele (Traquina, 2005), morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, conflito ou controvérsia representam alguns dos aspetos centrais que induzem a comunicação social a desenvolver a cobertura de uma notícia, selecionando as mais interessantes com base nos critérios acima. É quanto Wolf também realça em mérito à seleção (Gatekeeper) das notícias por parte do jornalista assim como das redações, quer em termos de escolha das informações a passar ao público, quer quanto à construção da própria notícia e dos seus pormenores (Wolf, 1985). Em todos esses momentos, o etnoconstrucionismo de que fala Traquina, ou seja, a influência do contexto na construção do texto noticioso desempenha um papel central, acentuando este ou aquele elemento, e delineando uma hierarquização – além de uma seleção – da notícia (Silva, 2005).

Dos poucos estudos levados a cabo sobre a cobertura da comunicação social em relação aos sequestros, é de assinalar o de Tenemboim-Weinblatt, que identifica três modelos de alta visibilidade dos sequestros, todos eles inseridos dentro do princípio geral do "valor elástico da notícia", ou seja, da adaptabilidade da notícia aos contextos culturais em que ela é publicada (Tenemboim-Weinblatt, 2013).

No estudo aqui levado a cabo o papel preponderante é desempenhado pelo choque cultural, portanto pelo valor noticioso da surpresa, e sobretudo do conflito e desafio, neste caso religioso e cultural, representado pela conversão ao Islão de Silvia Romano. Ademais, esta jovem cooperante italiana infringiu o padrão implícito da mulher-vítima passiva, cujo papel devia ser apenas agradecer aos seus libertadores (além da *intelligence* italiana e a turca envolvida no caso), voltando para casa assim como ela tinha saído. Vice-versa, o que mais despertou o interesse da imprensa nacional foi justamente o ter ela entrado em conflito – do ponto de vista dela involuntário – com as expectativas dos demais, focalizando assim a atenção do debate público na Itália durante várias semanas.

O trabalho procura demonstrar como, do valor noticioso atribuído a cada um dos jornais analisados, se possa chegar à identificação de uma clara linha editorial, que dá prioridade e hierarquiza as notícias a volta dos três casos de sequestro acima indicados.

Apresentação dos resultados

Os três casos aqui analisados têm a ver com três cidadãos italianos que foram raptados fora do país (dois em África e um no Oriente Médio, nomeadamente na Síria) e com a cobertura que de tais casos fizeram quatro jornais diários, representativos de tendências culturais e políticas diferentes. Os casos são o de Luca Tacchetto, jovem de cerca de 30 anos que, juntamente com a sua companheira canadiana, Edith Blais, se tinha aventurado numa viagem de carro da Itália até o Togo, onde - na qualidade de arquiteto – devia ajudar um amigo a construir uma aldeia. Luca é filho do ex-prefeito de uma cidade da província de Pádua (Vigonza), e foi raptado no Burkina Faso nos primeiros dias de 2019 e conseguiu se soltar sozinho, fugindo aos sequestradores, mediante um estratagema sua, em março de 2020. O segundo caso analisado é sobre o sequestro de Sergio Zanotti, empresário de Brescia (cidade perto de Milão, na Lombardia) raptado na Síria em 2016 numa misteriosa missão empresarial, supostamente à procura de um dinheiro que teria servido para pagar algumas dívidas atrasadas, e liberado em Abril de 2019. Finalmente, o caso de Silvia Romano, cooperante para uma ONG italiana num orfanato no Quénia, raptada em 2018 e liberada em território somali em maio de 2020, depois de um resgate provavelmente de 4 milhões de dólares. Silvia Romano faz a sua viagem de volta e se faz fotografar com um *burqa* verde somali, tornando explícito, ao longo do seu cativeiro, o fato de ela se ter convertido ao Islão.

Os jornais de que foi analisada a cobertura destes três casos foram: *Il Corriere dela Sera,* o diário mais antigo e mais difuso na Itália, publicado na cidade de Milão, expressão da burguesia iluminada lombarda e com um posicionamento político sempre equilibrado, embora, nos últimos tempos, tendente a privilegiar uma área política moderadamente progressista. *Il Fatto quotidiano,* um jornal relativamente recente, cujo diretor é Marco Travaglio, que expressa uma linha editorial democrática, próxima ao movimento 5 Estrelas (atualmente na coalizão governativa), com um jornalismo investigativo muito forte e contundente em relação à vida pública italiana, às várias máfias e à corrupção da elite política. *Avvenire,* jornal de inspiração católica publicado em Roma, expressão das posições da Conferência Episcopal Italiana, e muito atento ao que acontece fora do país e às instâncias de religiosos e laicos em termos de

missões humanitárias e de cooperação no estrangeiro. Finalmente, *Libero Quotidiano,* um jornal expressamente da direita, fundado e dirigido por Vittorio Feltri, contestado por parte da própria ordem dos jornalistas, devido às suas afirmações de frequente racistas, quer contra os italianos do Sul, quer contra a população imigrada, sobretudo africanos e islâmicos.

Il Corriere dela Sera faz uma cobertura do sequestro de Luca Tacchetto não muito significativa, quer em termos quantitativos (são publicados uma dezena de artigos), quer do ponto de vista do aprofundamento da matéria. Os artigos se concentram na fase inicial e na final do sequestro, contando o jornal, no primeiro caso, com o efeito-suspense e, no segundo, com a satisfação para a (auto) liberação do prisioneiro. *O mistério de Luca Tacchetto e Edith Blais, desaparecidos há três semanas no Burkina Faso, A mãe de Luca Tacchetto: «Não sei nada, rezo para que ele volte»* são apenas alguns dos títulos do *Corriere* no início de 2019, altura que coincide com os primeiros dias do sequestro. O que se acentua, aqui, é o lado emocional e o mistério do caso, representando os dois jovens raptados como aventureiros, mas nunca faltando de respeito ou avançando críticas sobre a sua perigosa escolha de percorrer boa parte do continente africano de carro. Nisso, provavelmente o fato de Luca Tacchetto ter um pai relativamente famoso, na política italiana deve ter influenciado para o maior tratamento e atenção para com o caso. Um tal marco aventureiro continua aquando da liberação dos dois, graças também ao fato de esta ter ocorrido em circunstâncias bastante improváveis e raras, com os jovens sequestrados que fogem ao seu cativeiro mediante um estratagema, fingindo-se Tuareg. O único artigo que se destaca um pouco dos outros, mais ligados ao evento em si, é da autoria de Guido Olimpo que, ainda em 2019, procura desenvolver uma reflexão sobre a situação do Burkina Faso, em que a "caça" ao europeu tornou-se um meio muito frequente para angariar fundos avultados. Finalmente, todos os artigos são da autoria de jornalistas do *Corriere,* não havendo nenhum deles assinado genericamente pela redação ou reportando simplesmente notícias provenientes de agências informativas.

Um número maior de artigos é destinado a garantir a cobertura do sequestro de Sergio Zanotti, somando cerca de 30 peças noticiosas. Neste caso ainda mais do que no anterior, este diário realiza a sua cobertura procurando vasculhar na vida da vítima, acentuando elementos tais como a rede que estaria por detrás do seu sequestro e os elementos emocionais. Acima de tudo, a razão da ida para Turquia-Síria é revelada através de uma

entrevista concedida à jornalista do *Corriere,* Lilina Golia, por parte de um colega seu, que teria mandado o Zanotti naquelas bandas com o objetivo de concluir uma garantia bancária. Mas o mistério se intensifica quando saem dois vídeos que retraem o Zanotti no cativeiro, ameaçado por dois supostos jihadistas com armas nas mãos, que lhe obrigam a fazer apelo às autoridades italianas no sentido de soltar um resgate significativo para liberar a vítima. Entretanto, a própria Lilina Golia, num seu artigo, confessa que por detrás do sequestro do empresário ainda existem "mistérios e anomalias", quase deixando intuir a possibilidade de que se trate de uma manobra arquitetada pela própria suposta vítima para ficar com o dinheiro do resgate. Uma suspeita, esta, que o jornal não chega de aprofundar, mas que se tinge ainda mais de mistério quando a ex-esposa lança um apelo – pontualmente reportado pelo *Corriere* – a Vladimir Putin, no sentido de a Rússia ajudar na localização e liberação do ex-marido. Finalmente, aquando da sua liberação, Zanotti só agradece o então Ministro do Interior, Matteo Salvini, líder da Liga do Norte, na altura num governo de coalizão com o movimento 5 Estrelas, afirmando que deveu a ele a sua soltura. Salvo numa só circunstância, mesmo para o caso de Zanotti todos os artigos são assinados por jornalistas do *Corriere*.

Foto 1: *Sergio Zanotti è stato liberato in Siria. Sarà ascoltato in Procura*
(Il Corriere della Sera, 05/04/2019)

Finalmente, o caso de Silvia Romano desperta a atenção do *Corriere,* ocupando larga parte das páginas deste jornal, numa altura caraterizada apenas por péssimas notícias (principalmente na Lombardia) sobre o Coronavirus. Na edição online que foi consultada, à voz de Silvia Romano se registram mais de 400 ocorrências, um número, como é evidente, consideravelmente maior do que os dois casos anteriores. Entretanto, aqui o tipo de cobertura difere completamente: muito mais do que a simples informação (embora velada de mistério) vista para os casos anteriores, aqui o *Corriere* faz uma escolha que vai numa direção dúplice. Por um lado, é o próprio jornal a convidar o leitor, mediante artigos dos seus jornalistas ou colaboradores, a refletir sobre a história desta cooperante assim como dos vários mundos que giram a volta dela, desde o religioso até o das ONGs italianas empenhadas na frente africana, desde o direito individual de escolha à questão feminina que ela, involuntariamente, tem encarnado. Por outro lado, este diário milanês reporta o posicionamento das várias figuras públicas, principalmente da arena política, de forma a garantir o pluralismo informativo junto aos seus leitores.

A linha editorial sobre este caso complicado é sintetizada por um dos colunistas de maior destaque do *Corriere,* Aldo Cazzullo que, num seu artigo de opinião, defende que a liberação de Silvia Romano é uma "boa notícia, não uma vitória nacional". O *Corriere* sempre interpretou o retorno da refém como um momento de felicidade nacional, entretanto não apreciou as modalidades mediante as quais o governo, a partir do Premier, Conte, geriu a imagem da Silvia. Uma representação de ostentada vitória, como a somar pontos eleitorais numa altura difícil, devido ao Coronavirus e aos seus terríveis impactos junto à população italiana. Dito isto, o *Corriere* distancia-se muito claramente dos posicionamentos que enfatizam a figura da Silvia Romano como uma traidora da pátria e da sua identidade católico ocidental, ao converter-se ao Islão. Por isso é que o espaço (de crítica) reservado a tais intervenções é notável, ao longo do mês de Maio de 2020, por parte do *Corriere*. Isso é feito mediante artigos de opinião, geralmente confiados a jornalistas de sexo feminino (como o da autoria da Federica Smeghini, *Porque este ódio todo contra Silvia Romano,* ou o escrito por Fiorenza Sarzanini, *Silvia Romano e o percurso para a conversão: «Pedi o Al Corão, agora chamo-me Aisha*), assim como a notícias, por vezes tiradas diretamente das agências de informação, sobre as intervenções vulgares de políticos

da direita. É o caso de uma notícia reportada pelo *Corriere* através da ANSA (Agência noticiosa oficial da Itália), que retrata o duro confronto num programa televisivo entre jornalistas de tendências opostas, Parenzo e Sallusti, com o primeiro que acusa o segundo de ser "um fascista cretino"; e também o caso das muitas notícias sobre ofensas no web contra Silvia Romano, à mesma maneira que intervenções muito pouco ortodoxas no Parlamento por parte de deputados da Liga do Norte, por exemplo quando Alessandro Pagano definiu de "terrorista" a jovem cooperante milanês. A linha editorial do *Corriere* sobre este caso, porém, vai também além das disputas acirradas em volta do episódio em si. Este diário, de fato, traz inspiração do caso específico para convidar os leitores a reflectir sobre assuntos relacionados com o complexo universo da cooperação e do voluntariado internacional, por exemplo não poupando críticas à ONG (Africa Milele) que tinha enviado Silvia para um destino inseguro, e que foi submetida a investigação por parte da polícia italiana. Da mesma forma, Guido Olimpo desenvolve interessantes reflexões sobre a simbologia da Silvia Romano aquando da sua liberação, momento em que trazia roupagem com a marca italiana e turca, fato que lhe permite aprofundar a questão do papel dos serviços de inteligência destes dois países, assim como de forma mais geral, das áreas de risco, como a Somália ou outras regiões africanas. Em suma, o *Corriere* aproveita a carona do sequestro e liberação da Silvia Romano para tratar de assuntos geralmente pouco abordados na imprensa italiana, abrindo cenários de matriz internacional.

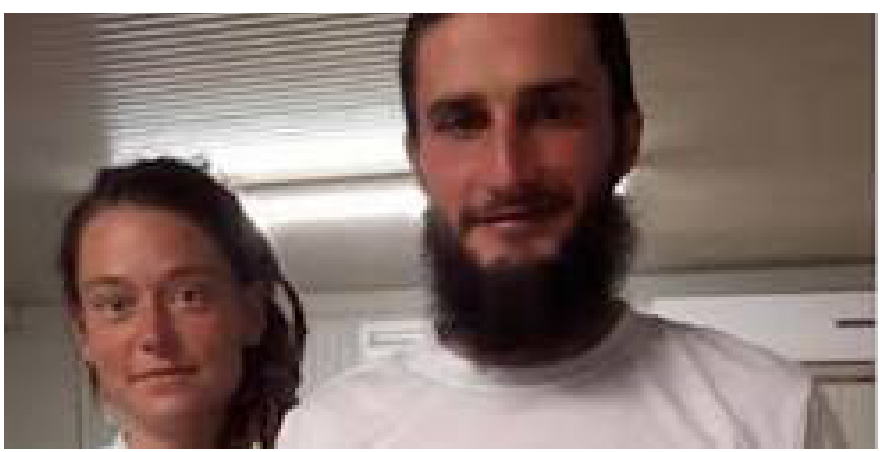
A cobertura de *Il Fatto Quotidiano* em relação aos três casos de raptos aqui considerados é menor, em termos quantitativos, se comparada com o *Corriere della Sera*. Entretanto, este diário assume um posicionamento ainda mais marcante e explícito, com pontas interessantes de jornalismo investigativo.

Para o caso de Sergio Zanotti, a suspeita de que se trate de algo combinado é ainda maior em relação ao *Corriere*. Com efeito, a redação do *Fatto* primeiro – mediante a pena de Valeria Pacelli – define o sequestro como algo de "anómalo", depois realiza um *coup de theatre* de considerável eficácia jornalística. Em novembro de 2016, quando saiu o segundo vídeo do Zanotti sequestrado e ameaçado por dois supostos jihadistas armados, difundido pelo site russo *Newsfront*, o *Fatto* procura entrar em contacto com o dono do *account Youtube* que realizou o vídeo.

O primeiro contacto do *Fatto* decorre em língua árabe, mas o dono do *account,* um tal Almet Medi, responde em inglês... Almet se declara jihadista e afirma ter frequentado um instituto profissional em Milão, o IPSIA Ferraris Pacinotti, mas a diretora do mesmo não encontra nenhum registro desta presença nos últimos três anos. Depois desta rápida comunicação, o *account* some, e nunca mais voltou a aparecer. A linha de suspeita do *Fatto* continua mesmo quando o Zanotti é liberado. Diante das palavras do *Premier* Conte, de elogio para o sucesso da operação, o jornal comenta (num artigo não assinado) sobre o "mistério" desta história, buscando uma informação bastante antiga da vida do refém. Com efeito, ele foi processado e condenado por fuga ao fisco, e a própria viagem que levou ao seu sequestro foi planificada para recuperar o dinheiro para pagar uma dívida.

Sobre o caso de Luca Tacchetto a postura do *Fatto* é completamente diferente, deixando vislumbrar até uma certa simpatia para com este jovem arquiteto. Num artigo de 15 de março de 2020, Valeria Pacelli enfatiza a habilidade do sequestrado em fugir aos seus sequestradores, usando uma frase de duplo sentido e uma metáfora futebolística: "Chute de calcanhar", para dizer que o Tacchetto (que em italiano significa pequeno calcanhar) deu um chute figurativo aos seus sequestradores, liberando-se sozinho.

Foto 2: *Colpo di Tacchetto, beffati i suoi rapitori* (Il Fatto Quotidiano, 15/03/2020)



Finalmente, no caso da Silvia Romano o *Fatto* assume um posicionamento totalmente favorável à jovem cooperante, com artigos

de opinião extremamente polémicos. O mais significativo é da autoria da Shady Hamadi, publicado em 14 de maio de 2020, em que se faz uma análise da pobreza dos novos sequestradores da Silvia, todos eles imaginários e ligados ao deus-dinheiro. Elas a difamaram por ser uma mulher jovem, que seus acusadores associaram, de forma espontânea, a uma pessoa de escassa confiança e de dúbia moralidade. Mas estes dois primeiros pecados resultam amplificados devido à sua conversão ao Islão: e esta culpa seria, segundo eles, imperdoável. O outro artigo que visa refletir sobre Silvia Romano, mas, de forma mais geral, sobre o país que ela encontrou, é da autoria de Tiziana Ciavardini, publicado no mesmo dia que o texto acima citado, em que a autora insiste no fato de que a Silvia encontrou uma "Itália ruim e histérica". Assim Silvia passou de ser vítima do terrorismo islâmico ao terrorismo mediático, num delírio de "histeria coletiva", em que o suposto patriotismo que o Coronavirus parecia ter ressuscitado caiu estrondosamente.

Do lado das tendências políticas da direita, o *Libero Quotidiano* ostenta uma linha editorial caraterística e diferente da dos outros dois jornais acima analisados. Para Sergio Zanotti, este jornal não avança nenhuma dúvida sobre a veracidade e dramaticidade do seu rapto, solidarizando aliás com ele. Nos poucos artigos publicados a volta deste assunto, a descrição que o jornal dá é (em referência a um dos dois vídeos difusos pela *Newsfront)* de um homem numa condição "bastante penosa", ao passo que, no artigo que relata da liberação deste empresário, o fulcro é posto na satisfação expressa pelo Premier Conte, acabando com um pequeno relato dos italianos ainda nas mãos dos sequestradores.

Sobre o caso de Luca Tacchetto o *Libero Quotidiano* mantém uma postura de respeito para com o jovem (provavelmente contando com o fato de ele ser filho do ex-prefeito de Vigonza) e dando a notícia da sua liberação expressando muita alegria.

Finalmente, o caso mais complicado, mesmo considerando o posicionamento muitas vezes "islamofobo" deste diário, é o da Silvia Romano. Aqui, para entender a linha editorial deste jornal, é preciso fazer uma pequena comparação entre a modalidade de representação da jovem na altura e durante o sequestro, e depois, quando ficou clara a sua conversão ao Islão. Num artigo de David Locarno publicado na edição de 30 de novembro de 2018, o *Libero* titula: *Silvia Romano, horror no Quénia:*

"Coberta com hiab e matope na cara", falando de "tratamento humilhante" e dando uma imagem de pena e compaixão para com ela. Esta figura frágil, vítima de uma dura violência muda por completo, na representação do jornal, no momento da sua liberação. O *Libero* assume uma linha editorial que pode ser definida aqui "dos dois tempos": numa primeira fase, este diário procura dar uma exaustiva representação do debate no interior da direita italiana, quer política, quer cultural. Logo a seguir, se empenha numa série de artigos investigativos sobre o caso, tornando-o um dos seus assuntos centrais, e procurando desmentir as hipóteses da suposta conversão livre da jovem.

Na primeira fase, das intervenções que o jornal reporta, a única em favor da Silvia Romano vem de Francesco Storace, membro de destaque do partido neo-fascista *Fratelli d'Italia* (Irmãos da Itália) e no passado Governador da região Lazio e parlamentar, atualmente diretor do *Il Secolo d'Italia,* o órgão de imprensa do supramencionado partido. Storace polemiza duramente contra o deputado da Liga do Norte Alessandro Pagano, concluindo com uma frase sintomática: "Feliz de não mais estar no Parlamento", defendendo Silvia Romano das acusações de terrorismo avançadas por parte deste parlamentar. Fora dele, todas as outras intervenções reportadas expressam críticas, ou até verdadeiras ofensas contra Silvia Romano. Só para dar alguns exemplos: a mais moderada é Giorgia Meloni, secretária política do partido *Fratelli d'Italia*. Embora sem compreender ou aprovar a escolha da Silvia Romano, Meloni (cujas declarações são reportadas pelo *Libero* reproduzindo um comunicado de imprensa da agência de informação ADN Kronos) defende que a conversão é um dos *modus operandi* dos jihadistas com as suas vítimas, portanto a jovem deve ter o tempo necessário para refletir e amadurecer a sua possível escolha. Todos os outros representam a conversão ao Islão da jovem cooperante como uma derrota do Ocidente (sobretudo por parte de Nicola Porro), como um resgate pago "mediante as sanções aos cretinos do Lockdown" (Selvaggia Lucarelli), convidando-a (Daniela Santanché) a "se livrar daquele estúpido farrapo medieval, voltando à liberdade". Finalmente, os dois comentários mais ofensivos são os de dois homens, Carlo Taormina, um dos advogados históricos de Silvio Berlusconi, que formula duas hipóteses para explicar a conversão da Romano: ou foi violada por um dos seus sequestradores, e está grávida, ou se tornou completamente imbecil, optando Taormina pela primeira

hipótese. E Vittorio Sgarbi, crítico de arte, *showman* e parlamentar para a direita. Num artigo publicado pelo *Libero* a 11 de maio de 2020, Sgarbi propõe que o Estado italiano prenda a jovem cooperante porque a sua conversão prefiguraria um "concurso externo em associação terrorista".

Foto 3: *Silvia Romano, i social arabi celebrano la conversione della cooperante italiana* (Libero Quotidiano, 11/05/2020)

Como evidente, o que este diário enfatiza é a conversão da Silvia Romano, que a cultura da direita italiana (salvo raríssimas exceções) não só não aceita, mas condena sem possibilidades de apelo, expressando elevados níveis de intolerância, ao passo que – a respeito dos outros casos – o perfil e a linha editorial são muito mais discretos, não constituindo objeto de grande interesse por parte deste diário.

A segunda fase da cobertura do *Libero* em volta do caso da Silvia Romano se inspira às conclusões da primeira (é impossível que a jovem se tenha convertido ao Islão durante o cativeiro de forma espontânea), para entrar numa investigação jornalística que faz do mistério (o que está por detrás disso?) o valor-notícia fundamental para propor diariamente aos leitores informações sobre a evolução do caso. Os títulos são formulados em modo muito chamativo, e os conteúdos procuram estar em linha com as promessas dos títulos, mas as fontes são todas indiretas, tais como outros jornais ou programas televisivos de aprofundamento do assunto. A ideia do *Libero* para revelar o mistério do caso da Silvia é de dupla ordem:

por um lado, uma crítica feroz à ONG África Mielele de que a jovem fazia parte. Testemunhas diretas (no caso um empresário italiano de sucesso que vive há muito tempo no Quénia, o sr. Ranieri) indicam o desperdiço de dinheiro de vários projetos no Quénia por parte da cooperação italiana, assim como o escasso profissionalismo da África Mielele. Por outro lado, o fato de Silvia ter supostamente descoberto e querer denunciar casos de abusos sexuais às crianças do orfanato e da aldeia onde trabalhava, por parte de um padre ou um pastor (*Silvia Romano, Le Iene: "Denuncia per pedofilia 9 giorni prima del rapimento". Cosa è accaduto davvero in Kenya?,* edição de 19 de Maio de 2020), teria deixado cair a rede de segurança de que gozava desde a sua chegada no Quénia, permitindo que o sequestro acontecesse sem nenhuma forma de proteção.

Esta segunda fase da cobertura do caso de Silvia Romano por parte do *Libero,* portanto, está muito mais focada no papel da ONG África Mielele e da sua diretora e em todo o enredo misterioso a volta do sequestro da jovem, ao invés da conversão ao Islão da mesma, como tinha sido na primeira fase. Uma escolha editorial, esta, que visa construir um teorema baseado em escândalos (financeiros, sexuais, etc.) relacionados com o sequestro da Romano, de grande impacto na opinião pública e que permitem ao jornal de "alongar a vida" a um caso que, se confinado ao debate descrito acima sobre a conversão da jovem cooperante, já teria esgotado todo o seu potencial comercial.

O jornal católico *Avvenire* se destaca por ter feito uma cobertura muito profissional e pormenorizada dos três casos, embora com uma evidente diferenciação entre eles. Para o caso de Sergio Zanotti, o jornal resolve não aprofundar os detalhes do rapto e da soltura, limitando-se a reportar informações das diversas agências de informação. Mais uma vez não se pode evidenciar como a personalidade da vítima e as razões da sua viagem tenham desempenhado um papel não muito favorável para que o comprometimento do *Avvenire* fosse além da simples descrição dos fatos. Para o caso de Luca Tacchetto o cenário já é diferente. O jornal insiste muito – único entre os aqui analisados – no compromisso humanitário dele, em vários artigos, desde o início do sequestro. Por exemplo, num dos dois artigos escritos sobre o caso pelo correspondente do *Avvenire* em Lomé (Togo), Matteo Fraschini Koffi, a 4 de janeiro de 2019, quando ainda ninguém sabia que o jovem arquiteto tinha sido raptado, o jornal reporta uma entrevista com o pai do Luca, o

prefeito de Vigonza, Marangon, explicando as razões da viagem do filho: "fazer uma experiência de missão e de voluntariado", afirmação que logo notabiliza a figura da vítima. No mesmo artigo, o correspondente termina com uma descrição da situação que está se passando no Burkina Faso, informando da perigosidade em que se encontra mergulhado o país, onde desde 2016 o Presidente, Roch Marc Kaboré declarou o estado de emergência. No artigo que fecha a série sobre o caso de Luca Tacchetto, *Avvenire* enfatiza a felicidade por a vítima ter conseguido regressar sã e salva para casa, abrindo um interessante capítulo sobre os italianos ainda nas mãos dos jihadistas. A referência, em particular, é ao Padre Paolo Dall'Oglio, pelo qual o artigo informa ter-se mobilizado o Departamento de Estado americano, num programa de resgate de religiosos raptados na Síria, denominado *Rewards for Justice program;* e ao missionário Pierluigi Maccalli, sequestrado no Niger em setembro de 2018 e ainda em cativeiro. O texto se conclui com uma profissão de fé e de esperança quando, ao falar do Burkina Faso, enaltece a firmeza da comunidade cristã naquele país, apesar do avanço e da agressividade do radicalismo islâmico.

O posicionamento do *Avvenire* sobre Silvia Romano se demonstra muito mais aberto e tolerante em relação ao *Libero Quotidiano*. A linha editorial dos cerca de 30 artigos publicados em volta da jovem cooperante é coerente desde o início até o fim da cobertura. Um interessante exemplo disso é dado pela resposta do diretor, Marco Tarquinio, a uma carta escrita por um leitor, Franco Petraglia. A troca de correspondência é publicada no dia 8 de dezembro de 2019, e o tom é de extrema defesa da cooperante e dos cooperantes, e de crítica (do lado do leitor) ao governo, defendido porém pelo diretor. O sr. Franco Petraglia define Silvia Romano de "voluntária dinâmica milanesa de 23 anos, que tomava cuidado amoravelmente das crianças africanas, cumprindo sublimes obras benéficas em território queniano". A resposta de Marco Tarquininio é de defesa do Estado italiano, nomeadamente à vice-ministra dos Negócios Estrangeiros, Del Re, concluindo que "é proibido desesperar e parar de rezar", mas apreciando o tom de preocupação e ao mesmo tempo de positiva avaliação que o leitor tem feito do trabalho da cooperante no Quénia. O cenário não muda quando a convertida Silvia Romano é resgatada. Num artigo muito profundo de Riccardo Radaelli de 12 de maio de

2020, o jornalista esclarece de antemão o posicionamento do jornal: a notícia mais linda é a liberação da Silvia, ainda por cima por causa dos protagonistas deste sequestro, "criminais fanatizados". As polémicas em torno dela e da sua conversão, portanto, são "tanto fáceis quão estéreis". Passando a responder às críticas, Radaelli pontualiza que, quanto ao pagamento de valores avultados para o resgate da jovem, isso representa uma continuidade com o que o Estado italiano sempre vinha fazendo nestas circunstâncias, defendendo também a regra do *Arcana Imperii* (secreto de Estado) em volta das negociações ocorridas para chegar à soltura. Além disso, Radaelli julga "deprimentes" os comentários de quem defende que Silvia Romano teria "procurado" a situação em que caiu. Uma tal tese, definida de "estúpida", nega o valor ao que o *Avvenire* mais aprecia: a escolha da cooperação internacional, propondo uma comparação com o campo de ação da igreja: "Seria quase como zombar com os nossos missionários e exigir o retorno deles". Finalmente, o jornalista realça o papel da cooperação internacional a nível estratégico, assim como o "crédito" que a intelligence italiana tem agora com os serviços turcos, aqui identificados como os verdadeiros protagonista da liberação da Silvia. Sobre a última e mais "quente" questão, a conversão de Silvia, Radaelli expressa sim uma certa surpresa, mas a respeita, enaltecendo o fato de um país como a Itália, firmemente democrático, felizmente aceita escolhas que podem parecer extremas, como a de Silvia Romano. No mesmo diapasão, mais ou menos, é o outro artigo que representa a linha editorial do *Avvenire* sobre o caso, da autoria de Lucia Capuzzi, publicado no dia 10 de maio de 2020. Já o título indica o posicionamento da autora: *Silvia Romano. Embaixadora do País melhor, além de todas as polémicas estéreis*. Capuzzi dá um toque de felicidade ao seu artigo desde as primeiras linhas, recordando os sinos da Abadia de Casoretto em Milão que tocaram para celebrar o retorno a casa da Silvia, apresentando o evento como "uma possível renascença". Silvia é apresentada como uma "cooperante" profissionalmente preparada e com uma evidente "vocação laica", alargando depois o raciocínio para cerca de 10.000 cooperantes italianos empenhados em projetos de desenvolvimento em todo o mundo. Finalmente, mais um artigo do diretor Marco Tarquinio de 12 de maio de 2020 fecha definitivamente o posicionamento do *Avvenire* sobre a questão,

ao citar o Presidente da Conferência Episcopal Italiana, Cardeal Gualtiero Bassetti: "jóia para uma filha recuperada". E conclui com uma questão que visa interrogar a fé e a conversão de Silvia: convém não condenar esta escolha, mas é legítimo colocar "questões, decentes e pacientes, e não insultos".

Foto 4: Libera. *Silvia Romano, odio social su riscatto e conversione. Bassetti: nostra figlia* (Avvenire, 11/05/2020)

Discussão dos resultados

Os dados acima reportados dizem que o sequestro de pessoas que vivem no estrangeiro não tem um elevado valor-notícia, segundo a imprensa italiana. A cobertura é bastante parca e, como evidenciado pelo diretor do *Avvenire,* Marco Tarquinio, o princípio do *Arcana Imperii* representa um obstáculo para que a imprensa faça um seguimento apurado e detalhado dos vários casos. Assim, a análise feita demonstra que a maioria dos artigos publicados se concentra no momento do sequestro e da liberação.

O provincianismo da imprensa italiana emerge claramente da análise feita, com a exeção do *Avvenire* e, em parte, do *Corriere della Sera*. Nos outros casos, com destaque especial para o *Libero*

Quotidiano, as temáticas que giram em torno dos sequestros – tais como as relativas à *intelligence* e a segurança, à cooperação internacional e ao desenvolvimento – são ignoradas, e as notícias são de frequente reportadas apenas mediante a simples reprodução de informações provenientes de agências de imprensa nacionais, sem demais comentários. A mudança da linha editorial do *Libero* em relação ao caso da Silvia Romano demonstra também uma capacidade significativa, por parte da direção deste diário, em "cheirar o mercado", oferecendo – embora sem uma investigação levada a cabo autonomamente – elementos de interesse com base numa postura bombástica e escandalista.

Quanto ao valor-notícia, a análise confirmou que a surpresa e o choque cultural constituem os elementos mais utilizados, concentrados no caso de Silvia Romano, mas – também em menor parte – de Luca Tacchetto. Este representa o elemento comum à linha editorial de todos os jornais analisados. Vice-versa, a modalidade em que uma tal linha editorial se manifesta varia (e de muito) dependendo da orientação política e cultural de cada órgão. Temos visto acima como, por exemplo, *Avvenire* faz uma ligação constante entre o caso da Silvia Romano e os assuntos que mais interessam à Conferência Episcopal Italiana dentre os quais, religiosos e missionários ainda no cativeiro, papel da cooperação internacional, apreciação do trabalho dos jovens que se dedicam na ajuda aos outros, principalmente em contextos difíceis como o africano. Entretanto, a cobertura do *Avvenire* se torna quase que insignificante no caso de Sergio Zanotti, um empresário que certamente não foi para Turquia devido a motivos humanitários, influenciando a postura que este diário teve para com este sequestro. *Avvenire* apresenta, portando, uma hierarquização nítida na cobertura dos casos de sequestro, uma vez que a sua preferência depende do motivo da deslocação da vítima em terras longínquas e da personalidade e *background* pessoal e familiar, embora mantendo uma opção editorial por assim dizer "ecuménica", sempre expressando felicidade no momento da soltura dos reféns.

O *Corriere della Sera* consegue propor uma linha editorial muito equilibrada, que pouco distingue – em termos hierárquicos – entre as vítimas dos raptos fora da Itália, e que convida a refletir sobre as atividades das várias ONG nacionais em terra estrangeira. A este propósito, o *Corriere* se distingue do *Avvenire,* uma vez

que não poupa críticas a tais associações, colocando questões que o jornal católico não costuma enfatizar, preferindo uma mais genérica apreciação para todos os voluntários e profissionais do humanitarismo laico e católico. Porém, o posicionamento contra os insultos direcionados a Silvia Romano por parte de boa parte da opinião pública da direita é firme e claro, representando uma "linha Maginot" que o jornal não quer que seja ultrapassada. O interesse bastante profundo do *Corriere* para com o caso do empresário de Brescia, Sergio Zanotti, é motivado acima de tudo pelo princípio de proximidade, sendo Brescia uma cidade perto de Milão, onde o jornal é publicado; e também em razão do *efeito-suspense* que o caso de Zanotti pode provocar na opinião pública.

O posicionamento e o valor-notícia do lado do *Libero* estão claros, não aproximando-se a nenhum dos outros jornais aqui analisados: a hierarquia na cobertura é proporcionalmente inversa em relação ao motivo e à personalidade de cada uma das vítimas dos sequestros. Com efeito, o caso de Silvia Romano – que continua como sendo o mais tratado – é apresentado mediante o posicionamento das diferentes tendências da direita italiana, e a ideia é ir contra o *politically correct* expresso por parte da larga maioria da opinião pública democrática e progressista. Silvia Romano, portanto, acaba se tornando (não sem contradições, evidenciadas ao longo do ponto anterior) como a traidora, perdendo a sua figura de vítima frágil nas mãos de grupos de radicais islâmicos. Na segunda fase da cobertura desse caso, o sequestro da jovem é utilizado para tentar iluminar a opinião pública acerca de escândalos e outros casos sujos que têm como palco o Quénia e que podem deixar intuir uma realidade bem mais complexa do que uma simples conversão de uma refém que acaba de ser liberada. Vice-versa, as duas outras figuras, e sobretudo o empresário Sergio Zanotti, são descritas como indivíduos lineares e coerentes, respeitados na cobertura que o jornal faz dos seus casos e que, portanto, mereceram voltar para casa, com as merecidas celebrações.

Finalmente, *Il Fatto Quotidiano* é o jornal, entre os aqui considerados, que mais enfatiza o direito de escolha livre por parte de Silvia Romano, sem incertezas e sem reticências. Ao mesmo tempo, joga muito – nos outros dois casos – no efeito-surpresa,

principalmente no caso de Sergio Zanotti, em que este diário se empenha num improvável contacto com o seu sequestrador, para evidenciar a falta de clareza do acontecimento.

Conclusões

O estudo aqui apresentado se inspirou às principais teorias do jornalismo, baseadas no conceito de valor-notícia e de linha editorial. Tais indicadores saíram confirmados, com ênfase especial nos elementos contextuais (o "etnoconstrucionismo" de que fala Traquina) e nas tendências culturais e políticas de cada órgão.

Fora das evidentes diferenciações, o elemento comum a quase todos os órgãos aqui analisados foi o procedimento de seleção e construção da notícia com base em critérios nem sempre objetivos, raros no jornalismo, mas sim baseados nos interesses e tendências de cada jornal. Os casos de sequestro, portanto, se tornaram pretexto para falar de outros assuntos, todos eles relacionados com a sociedade italiana com todos os seus supostos limites e defeitos, ou (sobretudo no caso do *Avvenire*) as suas potencialidades e seus mecanismos de solidariedade. O resultado é uma imprensa que bem espelha a situação de um país que não consegue dialogar ou concordar nem sequer no caso de reféns resgatados depois de meses ou anos de cativeiro em terra estrangeira. Isso não significa negar a função de crítica ao jornalismo, mas sim procurar limitar as fortes polémicas que em muitos casos levam ao insulto com relação a algumas das vítimas e aos seus defensores, sobretudo se as vítimas são de sexo feminino. Se trata de uma postura por seu turno surpreendente, que deixa até muitas dúvidas sobre as supostas manifestações de solidariedade expressas ao longo dos dois terríveis meses em que a Itália foi o alvo principal do Coronavirus a nível mundial, empurrando qualquer observador a procurar vasculhar o sentido de uma identidade nacional que parecia adquirida depois da derrota do fascismo na segunda guerra mundial ou, ainda mais simplesmente, de uma humanidade que não sabe reconhecer os valores mais elementares da convivência com o próximo.

Bibliografia

Andreguetti, M. & Cruz, D. (2018). 10 casos de sequestro que ganharam os noticiários. Disponível em: https://www.super.abril.com.br, 16-07-2018.

Bertoni, L. (2014). Facino signore di Varese: i rapporti com la famiglia Besozzi. In: Del Bo, B. & Settia, A. (Eds.). *Facino Cane. Predone, condottiero e politico*. Milano: Angeli, pp. 189-207.

Carbellese, F. & Zelano, C. (2007). Il fenomeno dei sequestri di persona in Italia. *Rassegna Italiana di Criminologia,* A. I, n. 3, pp. 52-76.

Cesco V. (2004). Il rapimento a fine di matrimonio. Una pratica sociale in età moderna tra retorica e cultura. In: Povolo C. & Chiodi G. (Eds.). *L'amministrazione della giustizia penale nella Repubblica di Venezia (secoli XVI-XVIII),* II. Sommacampagna: Cierre, pp. 349-412.

Imperi, I. (2016). *Il caso Moro: cronaca di um evento mediale*. Milano: Angeli.

Ludovisi, D. (2020). Dopo Silvia Romano, chi sono gli italiani ancora da liberare? Disponível em: https://www.wired.it, 14-05-2020.

Silva, G. (2005). Valores-notícia: atributos do conhecimento. *Trabalho apresentado ao NP-02-Jornalismo, V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/279442327442190195278701451975335080 38.pdf.

Tenemboim-Weinblatt, K. (2013). The management of visibility: media coverage of kidnapping and captivity cases around the world. *Media, Culture and Society*. DOI: 10.1177/0163443713495075.

Testa, L. (2016). Tra Desiderio e necessità. Il ratto delle Sabine. *Zanichelli Scuola*. Disponível em: https://aulalettere.scuola.zanichelli.it/come-te-lo-spiego/tra-desiderio-e-necessita-il-ratto-delle-sabine/.

Wolf, M. (1985). *Teoria delle comunicazioni di massa*. Milano: Bompiani.

As rádios comunitárias ao serviço do desenvolvimento das zonas rurais em Sofala: Caso da rádio comunitária de Marromeu

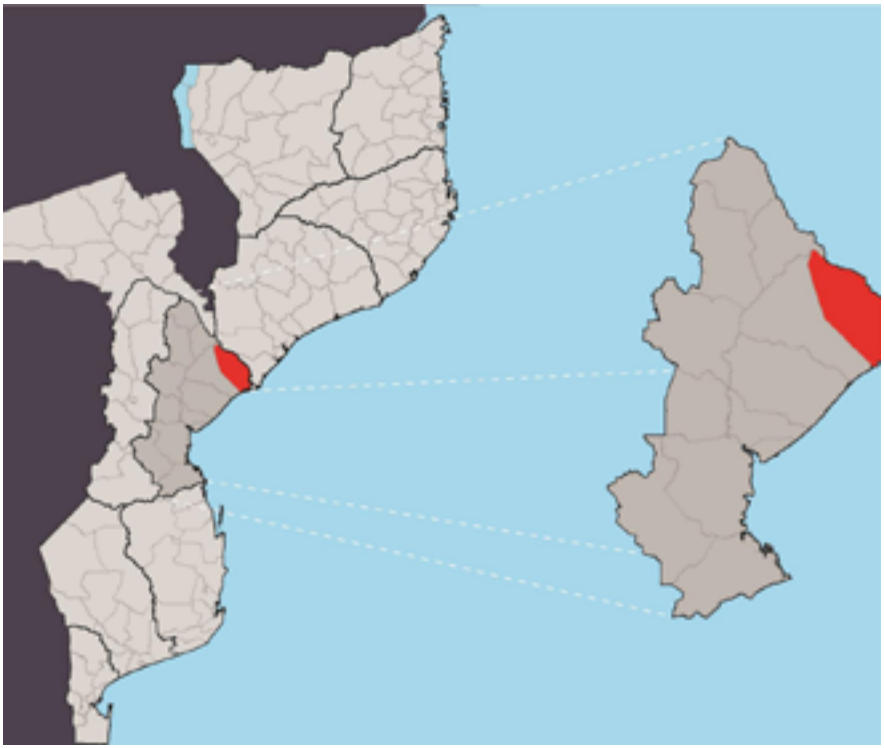
Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso

Contextualização do Distrito de Marromeu como local da pesquisa

Marromeu é um dos 13 distritos da província central de Sofala em Moçambique, ocupando uma área de 5.810 kms² dos 68.018 kms² do território provincial, nas terras húmidas do delta do Rio Zambeze. A Norte, faz limite com os distritos de Caia em Sofala e Mopeia na Província da Zambézia; a Este, com o distrito de Chinde na Zambézia; a Sul e Oeste faz limite com o Oceano Índico e distrito de Cheringoma, respetivamente.

Cerca de 80% do território de Marromeu é constituído por terras húmidas e florestas habitadas pela maior população de búfalos e aves do país. Estima-se que dos 290 mil hectares de terra arável e apta para agricultura em Marromeu, apenas 20 mil eram explorados para a prática da agricultura familiar dedicada à produção de culturas alimentares, em regime de sequeiro. INE (2017)

De acordo com INE (2017), a população deste distrito (158.749 habitantes) é culturalmente falante de Sena e tem a Agricultura como base da sua economia, envolvendo quase todos os agregados familiares em regime de consociação de culturas baseadas em variedades locais.



Localização geográfica e a população de Marromeu (2016/17)

Búfalos, grou coroado cinzento, campos de cultivo de cana sacarina e milho: Culturas agrícolas e Espécies faunísticas predominantes em Marromeu (2016/17)

Em suma, a sua localização geográfica nas terras húmidas de importância nacional e internacional e suas potencialidades florestais e faunísticas fazem de Marromeu, um distrito atrativo a diversas oportunidades turísticas e de desenvolvimento socioeconómico em Sofala.

Características sociodemográficas e culturais da populcação de Marromeu em Sofala

Mais da metade da população moçambicana (66,6%) continua a nascer, residir e depender das áreas rurais para o seu auto sustento, não obstante o processo de urbanização acelerado que se tem registado nos últimos anos, abrangendo 33,4% da população urbana em todo o território nacional, conforme ilustram os dados da tabela que segue:

Tabela 1: Crescimento da população de Marromeu, Sofala e Moçambique (1997-17)

Unidade territorial	Censo 1997	Censo 2007	Censo 2017	População Rural/2017
Distrito de Marromeu	69 895 hab.	120 645 hab.	158.749 hab.	154.361
Província de Sofala	1.289.390 hab.	1.685.663 hab.	2.259.248 hab.	1.284.059
Moçambique	15.278.334 hab.	17.784.874 hab.	27.909.798 hab.	17.927.317

Fonte: Tabela produzida com base nos resultados do Censo do INE (2017)

Quanto as caraterísticas socioculturais da população moçambicana, os resultados do Censo Geral de 2017 evidenciam a diversidade cultural expressa por cada uma das línguas maternas faladas pela população de 5 anos ou mais de idade, ao nível da mesma província ou região do país, conforme ilustra a tabela 2.

De acordo com os dados do INE (2017), 80% da população moçambicana é falante de línguas moçambicanas como línguas maternas. Sendo 830.475 dos 1.578.164 falantes nativos da língua Sena residem em Sofala (incluindo Marromeu). Embora a língua portuguesa tenha um menor número de falantes (16.6%) do que as línguas moçambicanas, esta tem a vantagem de ser a língua mais espalhada pelo país e o garante da unidade nacional.

Tese defendida com distinção

Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso conquistou o título de Professora Doutora em Ciências de Comunicação com distinção de Magna Cum Laude, que significa Muito bom em Latim, pela Universidade Católica de Moçambique em Maio de 2020.

Com o tema, ***As*** rádios comunitárias ao serviço do desenvolvimento das zonas rurais em Sofala: Caso da rádio comunitária de Marromeu,

Tabela 2: Distribuição de línguas faladas no país pela população de +5 anos em 2017

Nº	Língua	Falantes	%	Províncias abrangidas
1	Emakhuwa	5.813.083	26.1	Nampula, Cabo Delgado, Niassa, Sofala, Zambézia
2	Português	3.686.890	16.6	Todas as províncias
3	Changana	1.919.217	8.6	Gaza, Inhambane, Prov. e Cidade de Maputo, Niassa
4	Sena	1.578.164	7.1	Manica, Sofala, Tete, Zambézia
5	Elomwue	1.574.237	7.0	Nampula, Niassa, Zambézia
6	Nyanja	1.790.831	8.1	Niassa, Tete, Zambézia
7	Chuwabu	1.050.696	4.7	Zambézia, Sofala, Nampula
8	Ndau	836.038	3.8	Manica, Sofala
9	Xitswa	836.644	3.8	Gaza, Inhambane, Maputo, Sofala
10	Lgs de sinais	4.173	0.01	Todas Províncias
11	Outras LM's	2.633.088	11.8	Todas Províncias
12	Outras Lg Est.	112.385	0.5	Todas Províncias
13	Desconhecidas	407.927	1.8	Todas Províncias
	Total	22.243.373	100.0	Todas Províncias

Fonte: Tabela elaborada com base nos resultados do Censo do INE (2017)

a tese foi aprovada por unanimidade pelo corpo de jurado que acompanhou apresentação e defesa da candidata no sistema On-line através do programa *Microsoft Teams, em cumprimento das medidas de prevenção da COVI19*.

A tese tinha como objectivos, avaliar o modo como a Rádio Comunitária de Marromeu (RCM) contribui para o desenvolvimento rural de Marromeu em Sofala e especificamente, analisar a sua programação e conteúdos do programa radiofónico *Campo e desenvolvimento,* suas rotinas de produção, os principais intervenientes e o modo em que os conteúdos são percecionados pelos ouvintes.

A autora e alguns membros do júri em On-line, a partir de Portugal, Beira-Sofala, Nampula e Maputo, durante a sessão de defesa da tese (14.05. 2020).

Justificativa da escolha do tema do estudo

A escolha do tema pela autora deveu-se a motivações académicas e profissionais, que se traduzem no seu interesse em contribuir para o acervo de referências bibliográficas no ramo da comunicação para o desenvolvimento, e para a criação de uma política de comunicação para o desenvolvimento rural em Moçambique. Pois a realidade indica que, as rádios comunitárias têm-se revelado veículos bastante importantes para a democratização da informação e capacitação das comunidades locais para o exercício da cidadania que estimula a sua participação em processos de desenvolvimento rural.

Ora, se a maioria da população Moçambicana (66,6%) e de Marromeu em Sofala é caraterizada basicamente pelo modo de vida rural, não faz sentido que a mesma seja desprovida do acesso a informação televisiva e impressa, conforme ilustra a *tabela 3*.

Portanto, a partir destes dados, pode se constatar que as Rádios Comunitárias em Sofala têm a responsabilidade de preencher as lacunas deixadas pela radiodifusão pública e jornais, que restringem sobremaneira os residentes das zonas rurais. E em contrapartida, o país não dispõe de

uma política de comunicação para o desenvolvimento rural e da lei que regula os serviços de radiodifusão, incluindo das Rádios Comunitárias. Como consequência, as rádios comunitárias enfrentam desafios técnicos, financeiros e humanos que fragilizam a sua missão de comunicar para o desenvolvimento das comunidades rurais.

Tabela 3: Distribuiçao da Media em Sofala por área geografica/ 2017

Meios de Comunicação	Zonas Rurais	Zonas Urbanas	Observação
Rádios Comunitárias	09	04	Abrangência local
Órgãos de Radiodifusão Estatal e Públicos	0	03	Abrangência provincial/ nacional
Órgãos de Radiodifusão Privada	0	10	
Órgãos de Informação Impressa e Eletrónica públicos e privados	0	15	
Total	09	32	

Fonte: Tabela elaborada com base em dados do Gabinete de Imprensa do GPS (2017)

Dentre vários organismos (religiosos, associações de base comunitária, privados e ONG's) que operam no sector de radiodifusão comunitária em Moçambique, o Instituto de Comunicação Social (ICS)[1] destaca-se pela implantação da maior rede de (64) rádios comunitárias (incluindo **a Rádio Comunitária de Marromeu),** visando a massificação da comunicação para o desenvolvimento das comunidades rurais no país.

Rádio comunitária de Marromeu como objeto de estudo

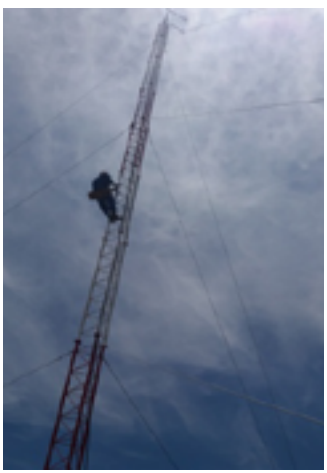
A Rádio Comunitária de Marromeu (RCM) é um serviço de radiodifusão comunitária sem fins lucrativos, gerido com a participação

1 O *Instituto de Comunicação Social (ICS)* é um órgão de comunicação social do estado, criado através do decreto 1/1989 de 27 de Março e revogado pelos Decretos 59/2004 de 8 de Dezembro e 15/2017 de 27 de Setembro, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa; cujo objetivo principal é de promover a comunicação para o desenvolvimento das zonas rurais em Moçambique.

das comunidades locais através do comité de gestão eleito, com o objetivo de apoiar os programas e projetos de desenvolvimento rural promovidos pelo governo, parceiros e comunidades locais.

A RCm foi instalada pelo Instituto de Comunicação Social na sede do distrito de Marromeu, na província de Sofala, em Dezembro de 2000,

Técnicos em pleno exercício de emissão e manutenção técnica da RCM (Set, 2017)



no âmbito do projeto "Rede de Comunicação para o desenvolvimento Rural" implementado em coordenação com o então Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural e o Governo Distrital de Marromeu, envolvendo num único lote emissores de rádio e televisão comunitária.

Instalações da Rádio Comunitária de Marromeu (RCM)

Devido a sua fraca capacidade de produção televisiva, a RCM presta apenas serviços radiofónicos, socorrendo-se do equipamento televisivo instalado para a captação e retransmissão dos sinais da Antena Nacional da Rádio Moçambique (RM) e Televisão de Moçambique (TVM) ao nível local.

Tomando como base de análise a programação da Rádio Comunitária de Marromeu, a tese aborda a comunicação para o desenvolvimento rural promovida pelo programa radiofónico *Campo e Desenvolvimento*. De formato *Magazine, o programa Campo e Desenvolvimento é* produzido pela *RCM e ICS*[2]*, e* transmitido pela RCM por quatro horas semanais, nas Línguas Portuguesa e Sena, visando a promoção dos programas e projetos de desenvolvimento rural implementados ao nível local. Tal enquadra-se na *política editorial de ambas instituições*, que visam a promoção da comunicação para o desenvolvimento rural.

Justificativa da escolha da Rádio Comunitária de Marromeu como objeto do estudo

(1) A Localização geográfica da RCM num dos distritos de difícil acesso e mais distante da capital provincial de Sofala (Beira), e dos mais afetados pelo conflito político-militar, caracterizado por frequentes ataques armados à população da região centro de Moçambique até 2017. E o contexto político que o país atravessava no periodo de 2016 a 2017, impunha desafios acrescidos à media comunitária que tem por missão a promoção da comunicação para o desenvolvimento rural. Razão pela qual, o estudo procurou aferir de que maneira a RCM contribuiu para a pacificação em Marromeu/Sofala.

(2) Tomando em consideração que a Rádio Comunitária de Marromeu está instalada no distrito do Marromeu, potencialmente produtor

2 O programa *Campo e Desenvolvimento* produzido pela sede do ICS é transmitido pela Rádio Moçambique (RM) e retransmitido pelas RTVC's através da Antena Nacional da RM. Este programa desde a sua génese em 1981 teve as designações de "**Aldeia Comunal**" e **"Verdes Campo**."

agropecuário, detentor da Reserva Nacional do Búfalo e de uma Fábrica de açúcar a escala industrial, o estudo procurou aferir igualmente, a forma como esta rádio partilha os saberes locais através da sua programação e o grau de envolvimento da comunidade na produção de conteúdos radiofónicos.

Enquadramento teórico e conceptual

A produção desta tese inspirou-se em modelos de comunicação para o desenvolvimento propostos por Jan Servaes nas suas obras *Communication for Development and Social Change* (2008) *e Comunicação participativa* (1999), bem como na obra de Jan Servaes (2007) *Communication for Development: Making a Difference* e algumas ideias de Wilbur Schramm (1970); Baseou-se igualmente nos conceitos de programação e conteúdos de Rádio Comunitária segundo a AMARC e adotados pela UNESCO, e nos conceitos de Desenvolvimento Rural propostos por Salim Valá (2011), Jorge Montenegro Gomez (2007) entre outros autores que discutiram as matérias aplicáveis à realidade do objeto do estudo e das zonas rurais moçambicanas.

Comunicação para o Desenvolvimento

De um modo geral, a tese centraliza a sua abordagem na Comunicação para o Desenvolvimento (C4D), segundo a qual, a interação ou diálogo entre as comunidades e decisores ao nível local, nacional ou regional, deve servir para implementação de políticas e programas que elevam a qualidade de vida para todos, de forma permanente.

De acordo com Servaes, J. & et al. (2007) e Schramm, W. (1970), a comunicação, deve ser orientada para o empoderamento e mobilização que permita que as comunidades rurais definam o seu próprio modelo de desenvolvimento, quer como participantes e/ou decisores conscientes e ativos. E o desenvolvimento deve ser baseado em necessidades locais, para responder a processos endógenos e promover a participação, a autodeterminação, a igualdade de acesso às oportunidades e respeito às normas, aos valores e à cultura de todos os intervenientes.

Foi com base neste raciocínio, que esta tese defende que a dinâmica comunicativa deve acompanhar as mudanças que resultam dos processos de desenvolvimento.

Comunicação radiofónica para o desenvolvimento rural e suas vantagens

Para Bordenave (1983), a escolha de um determinado modelo de desenvolvimento é que determina a escolha do modelo de comunicação, seus objetivos, clientela, métodos, mensagens e até a avaliação dos resultados.

No contexto da presente tese, destaca-se a Comunicação Radiofónica, integrada no modelo de comunicação participativa desenvolvido por Jan Servaes (1999). Devido a sua particularidade de promover a interação entre o sujeito (emissor) e o sujeito (recetor) através da rádio, a comunicação radiofónica destaca-se pela instantaneidade, agilidade, baixo custo, sonoridade, alto alcance e larga abrangência. Cogo (1998), Fernandes (2005), Lopes (2007), Ribeiro (2010).

Tendo em conta as suas vantagens e a natureza das zonas rurais caraterizadas pela frequente ausência dos sistemas elétrico e audiovisuais, o uso da rádio para o desenvolvimento torna se relevante, pelo facto de este ser o único meio de comunicação que funciona plenamente no escuro, podendo ser escutada em qualquer canto da pequena e precária habitação até a mais moderna.

Rádios Comunitárias ao serviço do desenvolvimento rural

De acordo com a AMARC (1998:39), "as pessoas não vão escutar a rádio comunitária só porque ela existe, mas sim por causa dos programas valiosos que ela oferece". Razão pela qual, chama se atenção ao rigor com que os programas radiofónicos devem ser produzidos e difundidos, no processo de desenvolvimento rural, pois é através dos quais que a rádio comunitária cumpre simultaneamente as funções de informar, educar, persuadir, socializar e entreter as comunidades, de forma segmentada.

De um modo geral, as rádios comunitárias ao serviço do desenvolvimento rural têm a vantagem de ser mais acessíveis; mais abrangentes (incluindo o público não escolarizado); privilegiam as línguas locais na sua programação e focalizam as questões locais,

tornando a informação instantânea, mais próxima do ouvinte; não obstante o contributo cada vez mais relevante das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Programas Radiofónicos para o desenvolvimento rural

Sobre esta matéria, foram aprofundadas e sistematizadas as discussões de vários autores e especialistas em técnicas de produção radiofónica de qualidade, géneros e formatos educativos radiofónicos mais adequados às mensagens, linguagens e conteúdos orientados para o desenvolvimento das comunidades rurais.

Dentre os vários indicadores de qualidade que devem ser observados na produção e difusão de programas radiofónicos orientados para o desenvolvimento rural, destacam se os seguintes:

a) O perfil do programa deve definir o nome do programa, objetivos, temáticas, público-alvo, recursos (humanos, materiais e financeiros), língua, linguagem e espaço de antena favoráveis a audiência residente no meio rural;

b) Todos os conteúdos programados devem resultar de pesquisas baseadas em fontes credíveis nas comunidades e legitimidade capaz de oferecer credibilidade ao público;

c) A produção e difusão dos programas radiofónicos deve obedecer um roteiro exequível, desde a planificação de conteúdos – produção – difusão - avaliação e arquivo;

d) E os colaboradores devem ser dotados de conhecimentos técnico-profissionais (para as funções de produtor, realizador, apresentador, editor de som, repórter ou entrevistador, moderador de debates, revisor ou redator e de coordenador de equipas) que os habilitem a produzir e conduzir um diálogo construtivo na língua e linguagem do ouvinte.

E a UNESCO (2003) recomenda que os programas educativos radiofónicos sejam gravados antes da sua transmissão, para permitir que os eventuais erros sejam pontualmente corrigidos e que a estacão disponha de arquivo de programas importantes para as futuras retransmissões e memória institucional.

Em suma, um programa educativo para o desenvolvimento rural, deve refletir sobre os interesses e preocupações atuais do público resi-

dente nas zonas rurais, para o alcance dos seus objetivos, que mais facilmente serão formulados se o produtor souber dos hábitos e costumes dos ouvintes, para quem deverá direcionar as mensagens chave.

Enquadramento metodológico

Em termos metodológicos, a tese apresenta uma abordagem mista, através da qual foram conjugados métodos qualitativos e quantitativos em três fases, que consistiram em:

(1) Caracterizar a Rádio Comunitária Marromeu no panorama das rádios comunitárias em Moçambique, com recurso as técnicas de observação participante, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas aos profissionais e atores de desenvolvimento rural;

(2) Analisar os conteúdos do programa radiofónico *Campo e desenvolvimento*, por ser um dos programas dedicados ao desenvolvimento rural, com recurso a técnica de análise de conteúdo e (3) Analisar o modo em que estes conteúdos são percecionados e apropriados pelos ouvintes, com recurso a técnica do inquérito por questionários.

Sendo uma pesquisa de comunicação, os métodos e técnicas de investigação referidos foram aplicados desde a coleta, seleção e a tratamento de dados, da análise, interpretação e apresentação dos resultados obtidos.

A opção por uma metodologia mista para o presente estudo, permitiu-nos contornar as limitações de cada um dos métodos através da conjugação de vantagens que estes oferecem. Enquanto, por um lado, optou-se pelo inquérito por questionário a fim de atingir um grande número de radiouvintes em pouco tempo a custo razoável, por outro, optou-se por entrevistas semiestruturadas a um número reduzido de sujeitos, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo, tendo em conta o papel que os mesmos desempenham nos setores abrangidos.

Amostragem Representativa do Estudo

Da pesquisa quantitativa: foram inquiridos através de questionários, 160 radiouvintes que representam cerca de 0,1% da população residente no distrito de Marromeu, que de acordo com os dados do INE (2017), era 158.749 habitantes. Portanto, esta amostra

de ouvintes, para além de ser composta por 50% de homens e 50% mulheres, apresenta um equilíbrio em relação às diversas faixas etárias, conforme a tabela que segue:

Tabela 4: Distribuição dos ouvintes inquiridos por idade e género

Faixa etária	Frequência				Total	
Idade	H	%	M	%	HM	%
De 10 a 15 Anos	15	9,4	24	15	39	24,4
De 16 a 34 Anos	25	15,6	16	10	41	25,6
De 35 a 60 Anos	32	20	27	16,9	59	36,9
Mais de 61 Anos	8	5	13	8,1	21	13,1
Total	80	50	80	50	160	100

Da pesquisa qualitativa: foram inquiridos através de entrevistas semiestruturadas 15 intervenientes (11-Homens e 4-Mulheres), conforme a tabela que segue:

Tabela 5: Distribuição dos Entrevistados por Grupos

Grupo P: Produtores (05)	Grupo PL: Parceiros Locais (07)	Grupo PP: Parceiros Provinciais (03)
Gestores e Produtores de conteúdos na RCM: (1) - Gestor (1) - Representante do Comité de Gestão (2) - Produtores do Prog. Campo e Desenvolvimento (1) - Gestor de RC no ICS-Sofala	**Atores e Gestores de programas de Desenvolvimento Rural em Marromeu:** (1) Representante do Governo Distrital de Marromeu; (1) Gestor do SDAE no Governo Distrital; (2) Agentes económicos (Agropecuária/ Agro-indústria); (1) Líder comunitário; (1) Representante da Associação de mulheres camponesas e (2) Representante de sectores sociais	**Atores e Gestores de programas de Desenvolvimento Rural do nível Provincial de Sofala:** (1) Responsável do Sector Agrário na DPASA Sofala/ FDA; (1) Representante do sector de Desenvolvimento Rural na DPTADR Sofala/ FDD e (1) Representante da Agência de Desenvolvimento de Sofala ao nível das zonas rurais

Para a análise de conteúdo, foi constituído um corpus de 8 edições semanais do programa do *Campo e Desenvolvimento,* difun-

didos durante dois meses, sendo cinco em língua Portuguesa e três em língua Sena (texto e áudio), abordando os seguintes temas: (I) Preservação dos recursos naturais: Florestas comunitárias versus Queimadas descontroladas e seus efeitos ao ambiente; (II) FDD: Boas práticas na criação de posto de emprego aos jovens e seu impacto na Produção de comida e segurança alimentar em Marromeu; (III) Pesca artesanal versus tanques piscícolas e seu impacto na economia familiar; (IV) HIV/SIDA: o impacto do tratamento com antirretroviral (TARV) nos pacientes; (V) HORTA ORGÂNICA: Produção de hortícolas versus hortas caseiras; (VI) MOSCA DA FRUTA: Prevenção e combate; (VII) KAKANA: Produção e nutrição e (VIII) TRIGO: Produção e nutrição.

De um modo geral, a seleção dos sujeitos da pesquisa deveu-se ao facto de os mesmos apresentarem características conducentes aos objetivos do tema, e por relacionarem-se intrinsecamente com o objeto do estudo.

Apresentação, análise e interpretação dos resultados

Das pesquisas realizadas, foram obtidos seguintes resultados por categorias de análise:

(1) Caracterização do perfil da Rádio Comunitária de Marromeu

A RCM é percebida pelos produtores e parceiros inquiridos como sendo um meio de comunicação social que promove o desenvolvimento das comunidades locais, tanto em Marromeu, como nos distritos circunvizinhos, de Mopeia, Luabo abrangidos pelo seu raio de 70 kms.

Da análise da grelha de programação, constatou-se que é composta por 57% de conteúdos informativos, 34,6% de programas educativos e 32,8% de programas de entretenimento radiofónico. Em contrapartida, a maioria dos ouvintes inquiridos (85%) prefere os programas educativos, seguidos de informativos (73,8%) e entretenimento (55,6%). Portanto, verifica-se uma distribuição de programas diferente daquela que os ouvintes da RCM dizem preferir, pelo fato de a RCM nunca ter realizado pesquisas de audiência;

Quanto a valorização cultural dos ouvintes na sua programação, a RCM transmite 57,9% das emissões em língua Sena e 42,1% em língua Portuguesa, das 16 horas diárias, fato que se ajusta a situação sociolinguística dos ouvintes nativos de Marromeu, que tem Ci-sena como sua língua materna e mais falada em 83% da amostra de ouvintes inquiridos;

E quanto a avaliação dos programas transmitidos pela RCM, dentre os treze programas contantes na sua grelha de programação, os ouvintes e parceiros da RCM inquiridos destacam o *Campo e Desenvolvimento* (91,9%), *Jornal Comunitário* (72%), *Aló produtor* (58,7), *Educação em foco* (55,6), *Educação ambiental* (50,6%), *Cultura e convivência social "Malanguiro"* (55%) como os que mais contribuem para o desenvolvimento rural em Marromeu. Tal levou-nos a analisar, de modo mais aprofundado, o programa *Campo e Desenvolvimento*.

(2) Da análise de conteúdos do programa *Campo e Desenvolvimento* transmitidos pela RCM

O estudo constatou que o programa produzido pela RCM é veiculado às comunidades locais nas segundas-feiras, em línguas Sena das 16H30 as 17H00, e Portuguesa, das 18h30 as 19h00; e o programa produzido pelo ICS é dirigido às comunidades rurais de todo o país e retransmitido pela RCM em língua portuguesa, das 5h10 as 5h30, de segunda a sexta-feira.

Embora o *Campo e Desenvolvimento* seja produzido por duas entidades distintas, RCM e ICS, a sua difusão pela RCM em Marromeu é percebida pelos produtores locais como uma mais-valia pois, para além de atualizar a informação sobre o desenvolvimento rural de âmbito local e nacional junto do público de Marromeu, o programa produzido pelo ICS constitui sua fonte de inspiração, guião ou modelo de referência e qualidade a alcançar.

E para os ouvintes em Marromeu, esta convivência passa despercebida pelo fato de o programa produzido pelo ICS ser genérico e retransmitido da Rádio Moçambique em língua Portuguesa.

Quanto as técnicas usadas pelos produtores, o estudo constatou a falta de harmonia entre as componentes educativas e informativas selecionadas para as edições, e consequentemente a inconsistência das mensagens transmitidas; Como exemplo veja-se a edição 7, com o

Tema: *MOSCA DA FRUTA - Prevenção e Combate* e tem como Conteúdo da reportagem: *Défice de docentes no ensino primário no distrito de Nagade em Cabo Delgado*.

Quanto ao tratamento dos temas de desenvolvimento rural abordados no programa, quer das edições produzidas pela RCM, quer pelo ICS, os resultados da pesquisa indicam que os produtores elaboram conteúdos temáticos demasiadamente genéricos, de tal modo que não definem claramente os objetivos a alcançarem e as mensagens chave transmitidas por cada edição do programa *Campo e Desenvolvimento*. *Veja* a edição 1 com Tema*: PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM MARROMEU e Tópico: Florestas comunitárias versus queimadas descontroladas e seus efeitos na fertilidade dos solos em Marromeu*. Tal como se apresenta o tema, dificilmente os produtores podem delimitar a sua abordagem e permitir que dentro dos 20 a 30 minutos recomendados para o programa, se inicie e se conclua o conteúdo que se pretende transmitir.

Desafios da RCM na produção do programa Campo e desenvolvimento

Quanto aos meios de produção de conteúdos, diferente do Programa *Campo e Desenvolvimento* produzido pelo ICS, o da RCM é desprovido de estúdios de gravações. Este facto leva a que os produtores da RCM recorram a mecanismos alternativos, que incluem apresentação de todas rubricas em direto nos estúdios, com todos os riscos de erros e ruídos que este sistema oferece, omitindo deste modo, os procedimentos técnicos e indicadores de qualidade do programa, nomeadamente: a edição e montagem das rubricas, pré teste, avaliação pós transmissão e arquivos das edições do programa em áudio.

Da análise ao capital humano envolvido na produção radiofónica local, o presente estudo constatou que nenhum dos produtores e gestor do programa *Campo e Desenvolvimento* da RCM tem formação no ramo de comunicação social. Este facto nos levou a concluir que, a seleção de recursos humanos efetivos na rádio comunitária de Marromeu não foi baseada em competências técnico-profissionais formalmente comprovadas. Razão pela qual o programa *Campo e Desenvolvimento* ao nível da Rádio Comunitária não dispõe de produtores qualificados.

Alpendre e estúdios de emissões da RCM

Produtor do programa Campo e Desenvolvimento da RCM em entrevista com as fontes de conteúdos no ar livre (no alpendre da rádio) e estúdios de emissões da RCM com equipamentos analógicos. (Marromeu, 2017)

Estúdios de gravação do ICS

Produtora do Campo e Desenvolvimento do ICS durante a gravação do programa, nos Estúdios de gravação. *(Maputo, 2017)*

Embora os ouvintes se identifiquem com os conteúdos no geral, existem técnicas básicas que devem ser usadas pelos produtores para garantir uma maior eficácia da comunicação. Para o efeito, requer produtores qualificados que atualmente não existem na estação. Este é certamente um desafio que se coloca à RCM, a par de incentivos aos colaboradores voluntários e de recursos financeiros para a sustentabilidade da rádio, associada ao fraco apoio financeiro por parte dos agentes de desenvolvimento rural que operam em Marromeu.

(3) Da análise da recepção de conteúdos sobre o desenvolvimento rural na Programação da RCM e programa *Campo e Desenvolvimento* e nível de satisfação dos ouvintes

As comunidades locais percebem o *Campo e Desenvolvimento* como um programa que deve preservar os valores culturais locais na mesma dimensão com que promove o desenvolvimento rural. Sendo o público-alvo do programa os camponeses e atores de desenvolvimento rural, estes desempenham igualmente funções de fontes de conteúdos. Por isso, os ouvintes e atores de desenvolvimento rural em Marromeu participam na produção e difusão de conteúdos. E alguns dos quais (03 dos 10 inquiridos), comparticipam com recursos financeiros para garantir a sustentabilidade da estação.

Quanto ao grau de envolvimento dos ouvintes do *Campo e Desenvolvimento* inquiridos, 96,6% participam no dia-a-dia do programa com o seu saber e experiências transmitidas através de entrevistas, debates, notícias, bem como em rubricas interativas. Contudo, existe uma participação significativa de ouvintes como colaboradores voluntários do programa em 20,4%.

Tendo em conta a participação das comunidades locais na programação da RCM, os resultados do estudo indicam que a maioria dos ouvintes do programa *Campo e Desenvolvimento* da RCM (65,9%) está satisfeita por colaborar voluntariamente com a rádio, não obstante a falta de opinião por parte de 25,2% dos ouvintes inquiridos.

Quanto aos horários e línguas preferidos pelos ouvintes, os resultados indicam que o mais preferido é o período de transmissão do Programa *Campo e Desenvolvimento* produzido pela RCM em língua Sena, das 16h30 as 17h00. E em contrapartida, as edições em Cisena ocupam menos tempo (30 mins) do que as produzidas e emitidas em Português (130 mins).

Os ouvintes da RCM durante a interação com os produtores do Programa Campo e desenvolvimento via telefónica a partir do mercado de Marromeu (2017)

Embora o uso do telemóvel tenha tendência de se expandir para as zonas rurais de Marromeu em Sofala, os resultados apresentados indicam que a maior parte dos ouvintes inquiridos (71,8%) ainda usam o aparelho de rádio para acompanhar os programas radiofónicos. E quanto a Interação *Rádio - Ouvinte* pela RCM em programas emitidos diretamente a partir dos estúdios, a maioria dos ouvintes (60,5%) optam por via telefónica, sendo 55,1% via cartas e 50,3% optam pela presença física nas instalações da RCM.

Sobre as lições que os inquiridos dizem ter sido aprendidas pelas comunidades locais através do Programa *Campo e Desenvolvimento* da RCM, as respostas revelam que o programa é valorizado pelo facto de aumentar os conhecimentos em diversas áreas. Dos conteúdos veiculados pelo *Campo e Desenvolvimento*, os resultados indicam que os preferidos pelos ouvintes são aqueles que abordam temáticas sobre Educação para todos (41,5%), Saúde da comunidade (40,1%), Novas Tecnologias Agrárias (34,0%) e Segurança Alimentar e Nutricional (31,3%) entre outras.

Para melhor compreender a real satisfação com o programa, os ouvintes foram questionados sobre se consideravam a qualidade do *Campo e Desenvolvimento* da RCM inferior ou superior à de outros programas de desenvolvimento rural. Os resultados indicam que a maioria dos ouvintes do Programa *Campo e Desenvolvimento* da RCM em Marromeu (53,7%) avalia positivamente a sua qualidade, fato que nos leva a concluir que os conteúdos locais são muito mais relevan-

tes para os ouvintes, não obstante a qualidade da sua produção seja necessária. Sendo que, os ouvintes inquiridos fazem uma avaliação bastante satisfatória (73,5%) sobre o contributo do Programa *Campo e Desenvolvimento* da RCM em processos de desenvolvimento rural em Marromeu/Sofala. Sendo 19% dos inquiridos satisfeitos, 2% dizem estar pouco satisfeitos e 0,7% insatisfeitos.

Por fim, foi dado aos inquiridos a possibilidade de deixarem sugestões para a melhoria dos programas de comunicação para o desenvolvimento rural em Marromeu/Sofala. De acordo com os resultados, 39,4% dos ouvintes sugerem que a RCM deve melhorar a qualidade dos programas localmente produzidos através da capacitação dos produtores; 36,7% sugerem a introdução de novos serviços baseados em Tecnologias de Informação e Comunicação, 34,% propõem o alargamento de debates de modo a incluírem mais intervenientes e 19% sugerem o aumento de línguas de transmissão, para melhor desempenho em processos de comunicação para o desenvolvimento rural em Marromeu/Sofala.

Conclusões

Depois de análise e discussão dos dados da pesquisa realizada em Marromeu/Sofala, a autora acredita que os resultados desta tese poderão contribuir para uma reflexão mais profunda a pertinência de uma política de comunicação orientada para o desenvolvimento rural país.

Dos resultados obtidos do estudo de audiência e da análise de conteúdos radiofónicos produzidos e difundidos pela Rádio Comunitária de Marromeu, a tese concluiu que a programação da RCM e do programa *Campo e desenvolvimento* representa um grande potencial na comunicação para o desenvolvimento rural de Marromeu em Sofala. E a tese demonstra que os conteúdos preferidos pelos ouvintes são aqueles que versam temáticas sobre Educação, Saúde da comunidade, Novas Tecnologias Agrárias e Segurança Alimentar e Nutricional. Por isso, a maioria dos ouvintes inquiridos (73,5%) afirma estar satisfeito pelo contributo da estação no desenvolvimento rural em Marromeu/Sofala.

Contudo, o défice de conhecimento técnico-profissional e de meios de produção radiofónica orientada para o desenvolvimento rural está a influenciar negativamente na qualidade dos conteúdos difundidos.

Isto é, os produtores de programas e gestores da RCM não possuem qualificações técnico profissionais para as funções que exercem no ramo de comunicação social, fato que justifica o desconhecimento de métodos e técnicas adequadas para a produção e tratamento de conteúdos educativos radiofónicos.

Recomendações

É certo que buscar a compreensão sobre o alcance de uma comunicação radiofónica não constitui uma tarefa fácil. Neste sentido, sugere-se que sejam produzidos programas que respondem às necessidades comunicacionais do público-alvo, em processos de desenvolvimento rural.

Do ponto de vista comunicacional, aos profissionais é recomendado que observem e apliquem as metodologias de comunicação mais adequadas aos ouvintes que têm o português como uma língua segunda.

Quanto ao performance do programa, recomenda-se a realização de pesquisas permanentes de audiência, que permitam a avaliação do modo como as emissões contribuem para aumentar o conhecimento e como os conteúdos foram compreendidos e aplicados pela respetiva audiência.

Recomenda-se igualmente uma maior capacitação dos profissionais das rádios comunitárias em matérias de produção e difusão de conteúdos ao nível local, com recurso a técnicas mais adequadas para uma comunicação participativa e abrangente em prol do desenvolvimento das comunidades rurais.

Tendo em conta que o trabalho voluntário sem nenhuma remuneração tende a escassear no mercado, e onde existe, o mesmo já não oferece segurança e qualidade de serviços, a RCM é desafiada a adotar estratégias de retenção do pessoal voluntário qualificado e a garantir o seu sustento (salários aos produtores efetivos). Outrossim, a migração dos sistemas de produção radiofónica analógica para digital em curso no país, desafia a RCM e parceiros a tomar medidas técnicas sustentáveis, incluindo a adaptação do pessoal às novas exigências tecnológicas que envolvem os processos de produção e difusão radiofónica digital. Dada a ausência da política de comunicação para o desenvolvimento e um quadro legal que regule os serviços de radiodifusão, a RCM é igualmente desafiada a conciliar a sua políti-

ca editorial com os interesses dos parceiros económicos para a sua sobrevivência na sociedade da informação e no mundo globalizado.

Em suma, num país em constantes transformações, a rádio comunitária revela uma grande resiliência com capacidade de chegar a públicos residentes em zonas rurais, os quais, como demonstrou a presente tese, continuam a confiar na rádio como meio comunicação e de receção da informação, educação e entretenimento.

Principais referências bibliográficas

AMARC África (1998). *O que é a Rádio Comunitária*. Ed. Panos África Austral. África de Sul;

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, Lda;

Bordenave, J. E. D. (1983). *O que é comunicação rural*. São Paulo, Brasil: Ed. Brasiliense;

Buckley, S. (2011). *Community media: a good practice handbook*. Paris, França: UNESCO;

Canastra, F., Haanstra, F. & Vilanculos, M. (2015). *Manual de investigação científica da Universidade Católica de Moçambique*. (2ª ed.). Beira, Moçambique: Instituto Integrado de Apoio à Investigação;

Lopes, A. (2007). *Comunicação e difusão*. Portugal: Porto editora;

Mkaima, R.F.C. (2011). *As rádios Comunitárias em Moçambique: contributo para uma análise*. Portugal: Instituto Universitário de Lisboa (ISCET IUL);

Ndapassoa, A. M. (2011). *Serviço Público de Radiodifusão. Desafios do Presente e do Futuro*. Maputo, Moçambique;

Jane, T.J. (1997). *Conheça o ICS: uma instituição apostada na comunicação para o desenvolvimento*. Maputo, Moçambique: ICS;

Ibramugy, F. & Plavcak, B. (2008). *Planificação e produção de programas radiofónicos*. Maputo, Moçambique: MIRAC Íbis Moçambique;

Ribeiro, N. (2018). *Repensar o Jornalismo Perante os Desafios do Ambiente Digital: a Liberdade de Imprensa Ante as Transformações do Ecossistema Mediático*. Em Nhamposse, A; Correia, H.; Vilanculos Laita, M. S.; Talaquichande, N.; Ribeiro, N. e Nascimento, Sílvia (eds). *Desafios da Comunicação no Século XXI*. Nampula: Universidade Católica de Moçambique.

Servaes, J. (Coords.). (2008). Communication *for Development and Social Change*. Los Angeles, USA: UNESCO;

Servaes. J., Carpentier, N. & Lie, R. (2008). Making Community Media Work: Community Media Identities and Their Articulation in an Antwerp Neighborhood Development Project. Em Servaes, J. (Coords.). *Communication for Development and Social Change*. Los Angeles, USA: UNESCO, pp.347-274.;

Servaes, J. & Malikhao, P. (2008). Development communication Approaches in an international Perspective. Em Servaes, J. (Coords.). *Communication for Development and Social Change*. Los Angeles, USA: UNESCO, pp. 158-179;

Sitoe, L. (Coords.). (1996). *Linguagem e produção radiofónica*. Maputo, Moçambique: Instituto de Comunicação Social;

Taimo, N. S. (2004). *Manual de pesquisa para as rádios comunitárias*. Maputo, Moçambique: UNESCO/UNDP;

Tufte, T. (1999). *Modelos de comunicação participativa*. São Paulo, Brasil;

UNESCO/PNUD (2003). *O meu primeiro passo na produção de programas nas rádios comunitárias*. Maputo. Moçambique: Ed. SNJ;

Uaiene, R. N. (2012). Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique. *Em* Mosca, J. (Coords.). *Contributo para o debate da agricultura e desenvolvimento rural*. Maputo, Moçambique: Escolar editora, pp.49-67;

Wolf, M. (2006). *Teorias da comunicação: mass media: contextos e paradigmas*. Lisboa. Portugal: Editorial Presença.

Cultura, sociedade e significações: o pensamento de Raymond Williams no âmbito dos Estudos Culturais

Kalyne Menezes
Rosana Maria Ribeiro Borges

O presente estudo foi elaborado com o objetivo de contribuir com as discussões teóricas e metodológicas referentes às pesquisas que interseccionam a Comunicação e a Cultura, com principal foco nas contribuições de Raymond Williams no âmbito dos Estudos Culturais. Portanto, trata-se de um ensaio de caráter bibliográfico que utilizou este aporte como principal método e instrumento de coleta, sistematização e análise dos dados. Inicialmente, ressalta-se também que esta produção começou a ser gestada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), e foi encaminhada e finalizada no conjunto dos trabalhos do Grupo de Pesquisa História da Comunicação em Goiás[1].

Como corrente teórica, os chamados Estudos Culturais surgiram na Inglaterra em 1964, a partir da fundação do *Centre for Contemporany Cultural* (CCCS). Segundo Escosteguy (2010) o objetivo principal era a compreensão das relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, o que inclui as formas, as instituições, as práticas e as mudanças cultu-

1 O Grupo de Pesquisa foi criado em 2019 e está vinculado ao (PPGCOM/FIC/UFG). Link de acesso no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9894177026176850.

rais. Num plano geral, os Estudos Culturais não apresentam uma posição teórica unificada, mas um conjunto de abordagens sobre a cultura e as significações presentes na vida cotidiana.

Diante de contextos históricos cada vez mais marcados por divisões formais entre o que é considerado erudito ou popular, os Estudos Culturais têm muita importância, principalmente porque apresentaram rupturas com pensamentos reducionistas que, por exemplo, relacionavam a cultura apenas aos artefatos. Na perspectiva dessa Escola, conforme se verá mais adiante, a cultura é concebida em conceitos mais amplos e complexos que englobam categorias como as práticas cotidianas, o campo simbólico e as especificidades das distintas práticas que são localizadas no tempo e no espaço. Ao romper com a noção de cultura meramente restrita a artefatos, os Estudos Culturais apresentam uma heterogeneidade de objetos de investigação, tais como as pesquisas relacionadas à gênero, raça, etnia, culturas populares, sexualidades, identidades sociais e aos próprios meios e veículos comunicacionais e jornalísticos.

A gênese dos Estudos Culturais remonta ao final da década de 1950 e, mais especificamente, à publicação de três livros: *Utilizações da Cultura* (1957) de Richard Hoggart; *Cultura e Sociedade* (1958) de Raymond Williams e *A formação da classe operária inglesa* (1963) de E. P. Thompson[2]. Tais obras são consideradas por Hall (2003, p. 133) como "seminais" e de "formação", e que, além de outras discussões importantes, "[...] levaram a "cultura" a sério, como uma dimensão sem a qual as transformações históricas, passadas e presentes não poderiam ser pensadas de maneira adequada". Nessa conjuntura, o pensamento de Williams teve muito destaque porque apontou novas leituras para as abordagens culturais, além de ter desenvolvido inúmeras críticas ao modo como a sociedade da época desenvolvia os estudos e a própria perspectiva cultural, apartada da individualidade, da luta de classes e dos processos sociais, históricos e dialéticos que compõem qualquer agrupamento social.

A perspectiva marxista desse pensador é melhor compreendida quando se percebe os seus vínculos com os movimentos operários e com os partidos socialistas e comunistas. Segundo Tavares (2008), Raymond

2 Publicados em 1957,1958 e 1963 em Londres, com títulos originais *The Uses of Literacy, Aspects of working-class life with special reference to publications and entertainments*, de Richard Hoggart, *Culture and Society,* de Raymond Williams e *The Making of the English Working-class,* de E. P. Thompson.

Williams nasceu em 1921, no vilarejo de Pandy, Unidade Administrativa de Monmouthshire, País de Gales. Sua trajetória foi marcada por divergências de posições com os partidos, aos quais se filiava e, posteriormente, desfiliava. De formação familiar socialista, por ser neto de agricultor e filho de trabalhador ferroviário, com uma infância marcada por crises econômicas e duas guerras mundiais, o autor teve muita influência dos ideários do *Partido Trabalhista Britânico* e do *Partido Liberal*.

De família pobre, Williams só pode aperfeiçoar seus estudos porque venceu um concurso e foi premiado com uma bolsa de estudos da *King Henry VIII Grammar School*, em Abergavenny, onde teve os primeiros contatos com as ideias socialistas e comunistas por meio do grupo *New Left Club*. Até então, de acordo com Tavares (2008), o jovem britânico não tinha feito planos de ir para a universidade, mas, em virtude do seu desempenho escolar acima da média, acabou indo para o *Trinity College*, em Cambridge, sem a admissão ordinária ou qualquer outro tipo de exame. Na universidade dedicou-se à militância estudantil e foi membro do *Partido Comunista* e do *Clube Universitário Socialista de Cambridge*, época em que conheceu Eric Hobsbawm e outros consagrados autores dos Estudos Culturais britânicos.

Tavares (2008) postula ainda que na universidade Williams participou da fundação de um projeto de intervenção cultural materializado na revista *Politics and Letters*, criada em 1947 por ele e dois colegas de Cambridge. Todavia, antes da revista completar um ano, o autor se afastou da ação coletiva e passou a dedicar-se ao ensino de adultos e à pesquisa, publicando o livro *Cultura e Sociedade* no ano seguinte. Williams esteve vinculado à docência de adultos por quatorze anos, com atuação na *Worker´s Educational Association* (WEA), uma instituição de esquerda que objetivava atuar na educação de trabalhadores.

A partir de então, os estudos de Williams debruçaram-se sobre produções de pesquisadores consagrados que atuaram até a primeira metade do século XX com foco nas relações entre a cultura e a sociedade. Tais estudiosos tinham diferentes pontos de vista políticos e seguiam distintas correntes epistemológicas, a partir dos quais, segundo Martino (2008), Williams sistematizou escopos teóricos e metodológicos capazes de evidenciar as suas divergências e concordâncias. Por isso, é possível aferir que este pesquisador desenvolveu uma análise geral da cultura ligada a uma estrutura literária em diálogo com a tradição cultural materialista britânica.

Nos dizeres de Hoggart (1973, p. 280), Williams acusava a sociedade de desenvolver "[...] um tipo mais medíocre de cultura sem classe ou uma cultura 'sem rosto'" (Grifos do autor). Noutros termos, ele propôs a compreensão da cultura como o fator determinante e unificador entre a esfera da produção (que envolve a economia) e a das relações sociais (interligada à política) e, por isso, concebe a cultura como um campo de luta em torno significações sociais, ou seja, um plano simbólico que está em constante disputa. Uma exemplificação pode ser visualizada em como Williams foi vanguardista na crítica literária que, afastada das metodologias e tratamentos tradicionais da estética e da métrica, passou a dialogar com as relações sociais e de poder.

Um pensador da cultura

Segundo Azevedo (2017), o termo cultura reúne em si ideias distintas, por vezes opostas, e apreende relações sociais complexas e contraditórias que Williams compreendeu e utilizou nos seus estudos de forma pioneira. Partindo disso, durante sua trajetória, Williams sintetizou que o conceito de cultura pode ser concatenado às relações entre os elementos de vida global na complexidade das próprias relações sociais:

> [...] era necessário compreender a cultura como força produtiva da sociedade. Sem que as práticas culturais fossem entendidas nesse sentido irrecusavelmente material, seria impossível pensá-las em suas relações sociais reais — a cultura estaria sempre sujeita ao isolamento ou, no polo oposto, ao tratamento como questão de segunda ordem. [...] A preocupação política é, sem dúvida, compreensível e justa: conceber as relações humanas de aprendizado, persuasão e troca de experiências em pé de igualdade com as demais relações sociais. Mas o que temos aqui é ainda uma posição pouco madura, mais próxima do que poderíamos considerar um "idealismo cultural" — ou simplesmente uma forma de "culturalismo", no pior sentido do termo. Pois, ao afirmar que a sociedade "não é apenas uma rede de acordos políticos e econômicos", Williams (1968, p. 19) confunde ser e dever ser, entrando em rota de coli-

> são com os princípios do materialismo histórico. Pois a verdade é que, sob o modo de produção capitalista, a totalidade social é sim, antes de tudo, uma "rede de acordos políticos e econômicos". A atividade transformadora, se se pretende exitosa, precisa partir do reconhecimento dessa realidade, ainda que indesejável (AZEVEDO, 2017, p. 213. Grifos do autor).

Como dito, um dos pontos-chaves para entender as ideias de Williams é a compreensão do novo lugar que este pensador apontou para o campo cultural. Na perspectiva de Coelho (2008), o primeiro autor que pensou um conceito etnológico de cultura foi o antropólogo britânico Edward Burnett Taylor, na obra *Primitive Culture*, publicada em 1871. Nessa produção, Taylor sustenta que "[...] cultura é esse complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e outras capacidades ou atitudes adquiridas pelo homem enquanto membro da sociedade" (apud COELHO, 2008, p. 17). Posteriormente, os pensadores alemães começaram a trabalhar o conceito de *kultur* com uma posição mais nacionalista, particularista, relativista, antiuniversalista e essencialista da cultura. Dessa forma, no conceito de *kultur*

> [...] residia o gênio nacional de um povo, sua profundidade, sua espiritualidade. A cultura de um lugar não deveria ser vista como a soma de tudo mas apenas o especifico daquele lugar: não o universal, mas o particular; cultura não era o *todo de todos* mas o relativo a um grupo, com implicação de que cada cultura revestia-se de um atributo a ela relativo (COELHO, 2008, p. 17. Grifos do autor).

Entre os autores que chamam atenção para a dificuldade de definição do termo "cultura" estão Edgar e Sedwick (2003, p. 75), que assim sintetizam:

> Na antropologia cultural, afirmam, Cultura é o complexo mundo cotidiano que todos encontramos e pelo qual todos nos movimentamos. A cultura começa no ponto em que os seres humanos superam o que quer que seja dado em sua herança natural [...]. Os dois elementos mais importantes da cultura podem ser a habilidade dos seres humanos para construir e a habilidade para usar a

> linguagem (compreendida mais amplamente, para englobar todas as formas de sistema de signos).

Ao observar os processos de conceituação da categoria "cultura", principalmente a partir da Revolução Industrial, Williams (2001) postula que cada cultura tem o seu valor intrínseco manifesto na tradição, nos costumes, na arte e no espírito próprio, e, por isso, aponta as "culturas" em detrimento da asseveração de uma cultura única. Como destaca Silva (2006), partindo dos estudos de Franz Boas, toda cultura tem uma história própria que foi desenvolvida de forma particular, não podendo, portanto, ser julgada por outras culturas.

No levantamento bibliográfico empreendido, observou-se que a definição de Williams está entre a mais citada por inúmeros pesquisadores contemporâneos, principalmente quando o autor aponta que a cultura é entendida como os modos pelos quais alguém ou uma comunidade responde às suas próprias necessidades ou desejos simbólicos. Isso implica em dizer que o entendimento da cultura não perpassa mais pelo cultivo, produção ou pelos artefatos, e sim para o que está mais voltado ao estado geral da mente, o desenvolvimento intelectual, o conjunto de artes, de modos de vida, etc., ou seja, à totalidade de valores mais difíceis de mensurar. Nas palavras de Coelho (2008, p. 42):

> [...] acepção da cultura como conjunto de representações e práticas que contribuiu para a formação, o fortalecimento e a manutenção do tecido da vida social de um determinado grupo humano surge como nítida delineação nas palavras de Raymond Williams (1921-1988), para quem cultura é um sistema de significação pelo qual a ordem social é vivida, explorada, comunicada e produzida.

Tal como postula Coelho (2008, p. 42), a cultura figura de maneira prioritária como "cimento da vida social", de tal maneira que atua como "elo social, matéria de comunicação e reprodução de uma dada ordem social" ao invés de operar ligada ao refinamento do espírito e à qualidade de vida. Corroborando com essa ideia de ligação da vida social, Azevedo (2017) afirma que o conceito de cultura advém do sentido antropológico que começara a se estabelecer na segunda metade do século XIX, cuja referência mais óbvia é a ideia de comunidade. Isso se justifica pelo fato de as pessoas viverem juntas e compartilharem certo

tipo de organização que, de muitas maneiras, treinou suas mentes para as diversas atividades conformadoras da prática social em seu conjunto.

Nesse sentido, categorias que interseccionam a cultura como a política, a arte e a ciência são materializações das organizações sociais. Ao mesmo tempo em que cada uma dessas é socialmente distinta uma da outra, todas se misturam na comunicação, ou seja, são diferentes formas de atividade social e comunicacional humana. Ao estudar os conceitos relacionados à dinâmica simbólica que orientaram as formulações de algumas definições de cultura, Azevedo (2017) chegou em três principais perspectivas, quais sejam:

a) *Cultura como "ideal"*: a cultura é um estado ou processo ideal para o ser humano, uma atribuição absoluta, generalizante e universal que pode ser descoberta ou descrita em vidas e trabalhos, já que parte do pressuposto que são esses valores de uma ordem atemporal, permanente e importante à condição humana universal.

b) *Cultura como "documentação"*: a cultura é orientada pela produção intelectual e imaginativa devidamente registradas, que inclui a crítica, uma vez que produz um conhecimento passível de análise que observa a concepção, a experiência, os detalhes de linguagem, a forma e as convenções utilizadas para veicular as práticas. A crítica realizada a essa concepção de cultura pode ser o resultado de um processo de "análise ideal" que busca a melhor ideia e a melhor forma de transmiti-la (WILLIAMS, 2001, p. 57); a decorrência de um processo que, embora preocupado com a tradição da crítica, prioriza a valoração do que está sendo estudado e feito, contribuindo para melhor esclarecer o trabalho ou a modalidade histórica de crítica, que examina trabalhos particulares, procurando relacioná-los às sociedades e tradições particulares em que apareceram.

c) *Cultura como "modo de vida"*: É uma definição de cultura que advém da natureza social ou sociológica pois se refere aos modos de vida dos sujeitos, relacionados a significados e valores comuns implícitos e explícitos que são orientados por instituições e expressos no comportamento ordinário.

Partindo de uma análise mais ampla, Eco (2011, p. 44) argumenta que a cultura é oriunda de "uma sociedade em que toda a massa de cidadãos se vê participando, com direitos iguais, da vida pública, dos consumos, da fruição das comunicações, nasce inevitavelmente em qualquer sociedade do tipo industrial". Ainda segundo o autor, os *mass media*

promovem uma homogeneização do gosto, que, no fundo, contribui para eliminar de certa maneira as "diferenças de castas" e "unificar sensibilidades nacionais", além de desenvolver outras funções. O estudioso também argumenta que a difusão dos bens culturais pela grande mídia pode enfraquecer ou atenuar capacidades receptivas e privilegiar um fenômeno mais voltado para o consumo de um valor estético, incentivado por grupos econômicos, hegemônicos e industriais. Todavia, longe de querer generalizar, Eco (2011, p. 48) argumenta que

> [...] não é verdade que os meios de massa sejam estilística e culturalmente conservadores. Pelo fato mesmo de constituírem um conjunto de novas linguagens, têm introduzido novos modos de falar, novos estilemas, novos esquemas perceptivos [...]: boa ou má, trata-se de uma renovação estilística, que tem, amiúde, constantes repercussões no plano das artes chamadas superiores, promovendo-lhes o desenvolvimento

De acordo com Miglievich-Ribeiro (2016), Williams sabia que com o avanço da comunicação em seus vários níveis, a cultura seria uma esfera de inconteste relevância, inclusive para o funcionamento e a manutenção dos sistemas comunicacionais:

> [...] Ao escrever *Cultura e Sociedade 1780-1950*, bem como *Palavras-Chave*, pensado inicialmente como apêndice ao livro de 1958, o estudioso destrinchou a tradição idealista da cultura na academia britânica, ao mesmo tempo em que se dedicou a expor as metamorfoses de cinco palavras que levavam à mudança de sentido de todo um vocabulário que passaria a explicar as novas configurações sociais. Tomando como ponto de partida a mutação de sentidos de "indústria", "democracia", "classe", "arte" e "cultura", Raymond Williams fez notar como se processava a conservação das estruturas da sociedade capitalista que envolvia, em sua análise, imaginação e sentimentos, logo, cultura. Estavam lançados os pressupostos de seu "materialismo cultural", em oposição a um tipo de marxismo que negligenciava o potencial da crítica cultural como um dos aspectos centrais na luta de classes (MIGLIEVICH -RIBEIRO, 2016, p. 7. Grifos da autora).

Já Cunha (2010) afirma que Williams entende o processo de comunicação na mesma linha do conceito de cultura, a partir de um processo de comunhão, de compartilhamento de significados, propósitos e atividades comuns que geram novos significados, tensões, mudanças em seu próprio curso de desenvolvimento. Williams se propôs, "[...] antes de tudo, a compreender e rever a própria cultura em que estes autores estavam inseridos e pelo constante diálogo que o mesmo estabelece com a comunicação" (CUNHA, 2010, p. 11-12). Em seu trabalho, o autor se preocupava com a valorização de uma cultura comum que fosse também instrumento de educação pública, além de ser capaz de ressignificar o próprio conceito de cultura:

> Quando Raymond Williams se refere a uma sociologia observacional, que trata a imprensa, rádio, cinema como *instituições culturais* e que se interessa por estudar tais instituições e seus produtos, inclusive citando os tipos de estudos de interesse (instituições sociais e econômicas de cultura, e como definições alternativas de seus produtos; de seu conteúdo; de seus efeitos), ele *estabelece um diálogo com a corrente conhecida como Mass Communication Research*, norte-americana. [...] De outra parte, quando se refere a uma tradição alternativa da sociologia, fora da observacional, Williams estabelece um *diálogo com a Escola de Frankfurt*, na qual a cultura oscila entre uma dimensão de referência global e outra parcial. Para ele há uma convergência entre teorias sociais da cultura e teorias de estudos mais especificamente filosóficos, históricos e críticos sobre a arte, marcando o início de uma tradição marxista mais geral, onde os estudos se voltam para a história e para análises culturais (CUNHA, 2010, p. 52. Grifos da autora).

Na concepção de Williams, a cultura pode ser modificada pela ação dos meios de comunicação e pela reflexão crítica desses meios (CUNHA, 2010). É importante destacar que, segundo Martino (2008), para Williams comunicação não se resume a transmissão, mas na recepção e na resposta, ou seja, no que atualmente é conceituado como significação. Em uma cultura em transição, por exemplo, uma transmissão bem organizada pode influenciar aspectos referentes às crenças e às ações de

maneira decisiva. Nesse aspecto, considera-se que a comunicação evidencia uma rede de significados em movimentos e processos nos quais o ser humano é efêmero, ao contrário dos signos, que se perenizam e dão continuidade ao processo de organização, recriação e ressignificação das teias interpretativas que conduzem as ações.

"Massas", "comunicação de massas" e as existências

Para Williams (2001), historicamente a palavra "massas" foi o novo substituto de "povão/ralé". Isso pode ser constatado, segundo ele, por meio de três tendências sociais: concentração demográfica nas cidades industriais (aglomeração física); concentração de trabalhadores nas fábricas (aglomeração físico e social); desenvolvimento de uma de uma classe trabalhadora organizada e em processo de auto-organização (aglomeração social e política). Como substituto para povão, o termo "massa" assume as características até então atribuídas a esse: credulidade, inconstância, gostos e costumes baixos que se constituem em constante ameaça à cultura. E como a essência das massas é esse povão, a democracia traz essas características enquanto governo desse povo. Dessa forma, o público é sempre algo externo, sempre os outros, enquanto a massa é atribuída àquela parcela que não se conhece. Numa sociedade urbana industrializada, essa forma de ver o público ou a massa pode ser bastante diferenciada, o que leva à inúmeras generalizações ou massificações que interpretam o outro de acordo com alguma "fórmula" conveniente.

Seguindo essa mesma lógica da urbanização, na primeira parte de *Cultura e Sociedade* o autor destaca que após a Revolução Industrial, os meios de comunicação e o avanço da imprensa fomentaram mudanças estruturais fundamentais, principalmente a partir de 1811 com o desenvolvimento da *prensa* cilíndrica. Williams (2001) também considera o sentido físico da comunicação de pessoa para pessoa, ou seja, a comunicação apontada como transporte ou um meio que transmite. Todavia, ele também salienta ser imprescindível ter uma noção de que foi por meio dos meios de comunicação "massivos", ou seja, de grande alcance, que ocorreu a ampliação da circulação e o barateamento do custo dos impressos, tais como os livros, as revistas e os jornais. Noutros termos, o cerne da discussão não está nas técnicas de produção, e sim, na abrangência dos produtos, que,

na lógica industrial, passaram a ser produzidos e distribuídos em maiores escalas, chegando ao consumidor com um preço mais baixo.

Temer e Nery (2009) assinalam que comunicação de massa é uma forma direcionada de comunicação, assim como afirmou Williams (2001), mas acrescentam que esse tipo de comunicação "ocorre pela intermediação/mediação de um meio técnico, ou multiplicador, que permite à mensagem atingir um público anônimo, heterogêneo e fisicamente disperso, que pode atingir simultaneamente até bilhões de pessoas nos mais diferentes pontos da terra" (TEMER; NERY, 2009, p. 11). Noutra perspectiva, Acselrad e Félix (2011) acrescentam os conceitos de Tocqueville (1805-1859) sobre sociedade ou democracia de massas com incidência da cultura sobre a política. Nesse aspecto, o conceito de massas impunha à sociedade um peso negativo, ligado à desordem e à ignorância:

> Enquanto o conceito de classe social incorria em certa discussão política e econômica, o de massa se inscrevia no campo bem mais complexo da cultura. Não obstante, no século XIX o termo absorveu-se na dicotomia entre cultura erudita (ou 'superior') e cultura popular (ou 'vulgar'). Na mesma engrenagem das modernizações estudada por Tocqueville (em que carecia à burguesia revolucionária lastro de nobreza), esta agora era a centúria de afirmação simbólica da burguesia, já estabelecida no comando das nações ocidentais modernas (ACSELRAD; FÉLIX, 2011, p. 12. Grifos dos autores).

E a classe elitista, que dominava os meios de produção, patrocinava de forma integral a cultura e os intelectuais. Dessa maneira, patrocinava uma produção própria de "lastro nobre, ancorada na associação das antigas tradições à cultura erudita". A isso a cultura popular cabia para sustentar e alimentar uma relação em que alimentava "a cultura erudita (quando vista positivamente) ou de ser repudiada (encarada negativamente)". Acselrad e Félix (2011) também trazem o conceito de massa do espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), assentado na concepção de "homem-massa", um indivíduo ocidental, filho de uma democracia liberal e do industrialismo durante o século XIX, movido por uma facilidade material, e que no século XX alcança "seus desejos vitais":

> O homem-massa (ou homem-médio, vulgar ou multitudinário) em Ortega y Gasset foi resultado acabado da evolução da democracia liberal, da ciência e do industrialismo sobre todas as esferas da vida humana, o que produziu, segundo o autor, uma subjetividade inédita na história. Perdido o sentido milenar da vida como "limitação, obrigação e dependência", a vida se teria transformado em "facilidade, vulgaridade e conformismo". Assim, toda conquista civilizatória estaria sob ameaça de estagnação, pela naturalização do progresso, e de destruição, pelo capricho voraz da maioria vulgar. [...] Radicalizando as inquietações de Tocqueville, Ortega y Gasset verbaliza o horror sobre as massas que ascenderam verticalmente de um lugar social rebaixado ao pé de igualdade com todos os demais homens. Sendo tão medíocre quanto qualquer outro anterior, [o homem-massa] é essencialmente hermético e indócil, "quer suplantar os excelentes" (ORTEGA Y GASSET, 2007, p.98), com o agravante de tentá-lo não somente em política, mas moral e intelectualmente. Está surgindo o homem da sociedade de consumo. Inculto e vulgar, o novo homem não tem vergonha de sua condição, mas, ao contrário, faz questão de apregoá-la aos quatro ventos. (ACSELRAD; FÉLIX, 2011, p. 11-12. Grifos dos autores).

Em oposição a alguns autores citados anteriormente, Williams (2001) considera que não existe uma "massa", logo não há uma forma única de comunicação para ela. O autor não nega o poder e influência dos *mass media* na construção das opiniões, mas não tem uma visão determinista que aponta a técnica de transmissão ou o alcance como os fatores mais preponderantes. De acordo com Williams (2001), a comunicação não é apenas transmissão e, por isso, como depende da recepção e da resposta, se for bem organizada, pode influenciar aspectos das crenças e ações, mas não necessariamente as formas.

Diferente de Blumer (1977), para quem a massa possui características espec**íficas relacionadas a** quaisquer profissões e grupos sociais com diferentes níveis culturais, já que se constitui em um grupo anônimo com pouca interação e troca de experiência entre membros fisicamente separados, Williams (2001) não trata as massas como indiferentes ou desprovidas de opinião, mesmo porque, como dito, o autor não afirma sequer a sua existência. Além disso, Williams (2001) ressalta que

opiniões e hábitos não são fixos e nem tem apenas um fator interveniente na sua formação, manutenção ou mesmo ressignificação pois, assim como a sociedade é dinâmica, as pessoas também o são. Segundo Cunha (2010), para Williams, a comunicação de massa cruza com o conceito de cultura: a comunicação é tida como um processo essencial pelo qual é possível interpretar a sociedade, entrecruzada com as culturas:

> Quando pensamos em novos tipos de relações pessoais e sociais, imediatamente, fazemos a relação com as mudanças verificadas na Sociedade Complexa e às alterações das relações de tempo e espaço trazidas pelos meios de comunicação de massa. Então podemos perceber que Raymond Williams usa os meios de comunicação para explicar algumas alterações na cultura. [...] indica que o desenvolvimento dos novos meios de comunicação coincide historicamente com a extensão da democracia, deixando claro o viés político que lhe serve como pano de fundo para pensar comunicação (CUNHA, 2010, p. 52).

A autora esclarece ainda que, ao tratar a questão dos meios de comunicação, Williams considera que as técnicas não trazem significados próprios, mas representam "um posicionamento ideológico daqueles que se servem dos meios de comunicação" (CUNHA, 2010, p. 52).

Raymond Williams Estudos Culturais

Pode-se considerar que a história dos Estudos Culturais relaciona-se à tentativa de registro das reações mentais e dos sentimentos de mudar as condições da vida comum em relação à coletividade, ou seja, ao conjunto de práticas que são chamadas de cultura. Dessa forma, o significado atribuído à cultura é uma resposta sucessiva de acepções imputadas à indústria, à democracia, à arte, etc., que depende do contexto histórico, social e também das ações. A respeito desse assunto, Miglievich-Ribeiro (2016) afirma que

> Os "Estudos Culturais" de Williams nascem como profundo ato de engajamento intelectual no combate às várias formas de injustiça e desigualdades sociais. Sua

> análise da cultura é a busca das inter-relações entre as práticas sociais, suas repetições, padrões e alterações na história, isto é, a tentativa de inteligibilidade da complexa organização das experiências humanas, suas estruturas de pensamento e de sentimentos em variados contextos. Sobre sua tese conversaremos, para retomar os fundamentos dos "Estudos Culturais" como perspectiva epistemológica, também política, uma vez que tal adjetivação não desmerece, ao contrário, seu empenho teórico (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2016, p. 4. Grifos da autora).

Sá (2011) chama atenção para o fato de que os estudos culturais britânicos nasceram nos anos 1950, no contexto de um forte debate cultural que, até então, era asfixiado, para uma discussão influenciada por um determinismo econômico do marxismo comunista britânico não muito refinado e o particular conservadorismo e elitismo político e cultural do *leavisianismo*. Nesse cenário, de acordo com Miglievich-Ribeiro (2016), Raymond Williams questionou a alta cultura britânica que dissociava a prática real do e no mundo, munida de um medo extremo originário dos cenários posteriores à Revolução Industrial e aos desdobramentos pós-guerra, o que é expresso, principalmente, no *leavisianismo*, já que

> Leavis tentava ignorar as profundas modificações na vida social e se mantinha defensor do "esclarecimento" de muito poucos. Supostamente neutra, sua concepção de cultura alheia aos interesses mundanos, também, afastava a compreensão das desigualdades e da dominação em prol de um "valor humano" ilusoriamente comum, que negava a luta de classes (MIGLIEVICH -RIBEIRO, 2016, p. 7. Grifos da autora).

Johnson (2010) considera que os processos culturais e as relações sociais estão intrinsecamente vinculados, e são indissociáveis, visto que cultura envolve poder, e, como reflexo dessa característica, também contribui para a produção de capacidades interpretativas assimétricas entre indivíduos e grupos sociais. Assim, o autor destaca a cultura como um campo que não é autônomo nem determinado externamente justamente por ser um local de expressão da diferença e da luta de classes.

Ainda segundo Johnson (2010, p. 19-20), "Os Estudos Culturais podem ser definidos como uma tradição intelectual e política; ou em suas relações com as disciplinas acadêmicas; ou em termos de paradigmas teóricos; ou, ainda, por seus objetos característicos de estudo. Além disso, ele salienta que essa escola preocupa-se com uma formação social mais ampla para que se possa compreender os discursos, mitos, linguagens, mídias e outros signos, meios e suportes da sociedade: "Todas as práticas" sociais podem ser examinadas de um ponto de vista cultural, podem ser examinadas pelo trabalho que elas fazem – subjetivamente" (JOHNSON, 2010, p. 30), já que

> As formas públicas e as formas privadas de cultura não estão isoladas entre si. Existe uma circulação real de formas. A produção cultural frequentemente envolve publicação – o tornar público coisas privadas. Por outro lado, os textos públicos são consumidos ou lidos privadamente (JOHNSON, 2010, p. 47).

Nesse sentido, o texto torna-se um objeto de estudo, por exemplo, mas não por ele mesmo ou pelos supostos efeitos sociais que ele possa produzir, e sim pelas formas subjetivas ou culturais que ele torna disponível e efetiva. Nessa perspectiva, o texto é um meio, assim como o filme, o produto do supermercado ou qualquer outro item de consumo material ou simbólico da sociedade que esteja vinculado à produção cultural. Todavia, o mais importante é a subjetividade do leitor que, com seus contextos, experiências e vivências interage no mundo, num contínuo jogo de significação e ressignificação:

> Com a extensão do significado de cultura de textos e representações para práticas vividas, considera-se em foco toda produção de sentido. O ponto de partida é a atenção sobre as estruturas sociais (de poder) e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação dos meios massivos, assim como o deslocamento do sentido de cultura para as práticas cotidianas. (ECOSTEGUY, 1998, p. 90).

Corroborando os autores, Wolf (2009) argumenta que o principal objetivo dos Estudos Culturais é definir a investigação da cultura própria de uma sociedade contemporânea e seu rico campo de análise. Isso inclui

os conceitos diversos de cultura, com seus significados e valores, em diferentes grupos e contextos sociais. De forma mais particular, também engloba suas diferentes definições e modos de vida. Isso porque os Estudos Culturais atribuem à cultura um papel amplo, que não se limita a um simples reflexo ou resíduo das relações econômicas, moldadas pelo mercado.

Considerações finais

É evidente como a experiência de Williams o fez perceber, por meio da guerra e do seu próprio ambiente existencial, mundos distintos e atribuições de sentido diferentes para aquilo que se chama "cultura". Esse start foi fundamental para o início das discussões sobre os Estudos Culturais, e de como, em si, é a cultura que pode prosseguir como um fator de intersecção entre as esferas produtivas, no âmbito da economia, e relações sociais, que englobam a esfera política.

Ultrapassada a uma visão dualista de cultura (alta cultura / baixa cultura, cultura de elite / cultura popular), o desenvolvimento dos Estudos Culturais nos mostra que o termo – e o tema – "cultura" é muito mais amplo do que aparenta ser e, por isso mesmo, talvez não possa se limitar a uma disciplina ou área acadêmica. O trabalho iniciado por Williams, Hoggart e E. P. Thompson foi o começo para a disseminação dos Estudos Culturais, que depois contou com nomes como Stuart Hall, Roland Barthes, Domenico de Masi, dentre outros.

Percebendo os Estudos Culturais sob o ponto de vista político, Ecosteguy (2010, p. 137) postula que eles podem ser sinônimos de "correção política", podendo ser identificados como a política cultural dos vários movimentos sociais da época do seu surgimento. Da perspectiva teórica, os Estudos Culturais refletem a insatisfação com o limite de algumas disciplinas, já que propõem a interdisciplinaridade. A pesquisadora destaca o ineditismo de Williams, que "[...] constrói conceito histórico de cultura, culminando com a ideia de que a "'cultura comum ou ordinária' pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com qualquer outro" (ECOSTEGUY, 2010, p. 137). Em primeira mão, foram os Estudos Culturais que se preocuparam com os produtos da cultura popular, do *mass media* e de como isso expressa os rumos da cultura contemporânea.

Do ponto de vista da comunicação, Williams talvez seja dentre os três pioneiros dos estudos britânicos quem melhor percebeu que as relações com a cultura estão intrinsicamente ligadas às questões de poder e de consumo. Com o olhar da contemporaneidade, arrisca-se afirmar que a cultura é um fator essencial de dominação, pela qual o consumo e os seus usos em contextos de interesses e definições políticas são cada vez mais evidentes. Isso é notório na relação de popularização e exportação/importação de produtos culturais, no avanço da indústria cultural, e na própria relação de dubiedade entre culturas em seus diversos contextos (ora erudita, ora popular), bem como com as influências e interesses próprios de uma elite que, ainda, é dominante, mesmo com o avanço dos Estudos Culturais e das discussões acerca de *culturas*.

Referências

ACSELRAD, M. FÉLIX, S. Algumas considerações sobre a história e a atualidade do conceito de 'massa' para a Teoria da Comunicação. **Intexto,** Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 5-17, janeiro/junho 2011. Disponível em https://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/14872/12354. Acesso em 31/07/2019.

AZEVEDO, F. P. Conceito de Cultura em Raymond Williams. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**. São Luís - Vol. 3 - Número Especial Jul./Dez. 2017. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/7755. Acesso em 18/05/2019.

BLUMER, H. A massa, o público e a opinião pública. In COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1977. p. 177 a 186.

COELHO, T. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

CUNHA, R. C. V. **Os conceitos de cultura e comunicação em Raymond Williams.** 2010. 109 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunica-

ção)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em http://repositorio.unb.br/handle/10482/8198?mode=full. Acesso em 21/05/2019.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. [Tradução Pérola de Carvaljo]. - 7ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

EDGAR, A.; SEDGWIC, P.(orgs). **Teoria cultural de A a Z**: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2003.

ESCOSTEGUY, A. C. In: O que é, afinal, Estudos Culturais? In: **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Org. e Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010.

_____. Uma introdução aos estudos culturais. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 9, dezembro 1998, semestral. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3014/2292. Acesso em 17/06/2020.

_____. Os estudos culturais em debate. **UNIrevista**. 2006. V.1, nº 3, p.1-8. Disponível em: http://softwarelivre.org/articles/0003/4777/os-estudos-culturais-em-debate.pdf. Acesso em: 02 maio de 2013.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Adelaine La Guardia Resende et al. (trad.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

HOGGART, Richard. As utilizações da Cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora, Lisboa: Editorial Presença, V. I e II, 1973;

JOHNSON, R., A. C. Estudos Culturais: uma introdução. In: **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Org. e Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010.

MARTINO, L. Cinquentenário de um discurso cultural fundador. **Revista Comunicação & Sociedade**. V. 30, nº 50, 2008. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/720/724. Acesso em 18/05/2019.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Os "Estudos Culturais" como perspectiva teórica segundo Raymond Williams: os alicerces de um movimento intelectual. **40º Encontro Anual da Anpocs (2016).** Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st33-3/10485-os

-estudos-culturais-como-perspectiva-teorica-segundo-raymond-williams-os-alicerces-de-um-movimento-intelectual/file. Acesso em 30/07/2019.

SÁ, A. F. A. História e Estudos Culturais: O Materialismo Cultural de Raymond Williams. **Ponta De Lança.** Ano 4, n.8, p. 37-44. Abr 2011 - Out 2011. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3079. Acesso em 18/05/2019.

SILVA, K.V.; MACIEL, H.S. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

TAVARES, H**.** M. Raymond Williams: pensador da cultura. **Revista Ágora**, Vitória, n.8, 2008, p.1 -27. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1927/1439. Acesso em 18/05/2019.

TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A. **Para entender as Teorias da Comunicação**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WILLIAMS, R. **Cultura y sociedad.** 1780-1950. De Coleridge a Orwell. 1ª edicion. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001. Traducion de Horacio Pons.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

II.

O fazer jornalístico na pauta do dia: registros que produzem o simbólico e significam o hoje

Jornalismo "pseudocientífico": A comunicação da ciência em pré-prints sobre Covid-19 nos noticiários da Folha e O Globo

Luiz Signates
Milena dos Santos Marra
William de Araújo Correia

Historicamente, o jornalismo tem se consolidado como um importante vetor de apoio no reconhecimento da ciência perante a sociedade. Se antes as descobertas, contribuições e realizações, muitas das quais assimiladas entre as principais da trajetória de toda humanidade, ficavam restritas a um público seleto, foi graças à imprensa que esse quadro mudou: cientistas ganharam voz, passaram a ser vistos como líderes de opinião e conquistaram prestígio público. O movimento, claro, foi reciprocamente benéfico ao desenvolvimento econômico dos periódicos, que vislumbraram oportunidades na capitalização desse ativo intelectual. Com o tempo, o jornalismo, especialmente o jornalismo científico, tornou-se um dos meios mais elementares da divulgação científica, que é associado por Bueno (2010) à transmissão de informações científicas, tecnológicas e de inovação à audiência leiga. Neste trabalho, efetuamos também a crítica do caráter redutor do conceito de divulgação, ante o qual o próprio conceito de jornalismo científico exige reformulação.

Visto que a premissa fincada na acessibilidade do universo científico já era dotada de validade, a pandemia de Covid-19, que assola o mundo e é responsável por rupturas de dimensões ainda imprevisíveis,

reforça cada vez mais o valor cidadão da atividade jornalística. Em especial, no caso do jornalismo científico. A julgar pela quantidade de iniciativas simultâneas voltadas para a produção de conteúdo pretensamente especializado, como notícias, reportagens, artigos, colunas, cadernos, podcasts e programas televisivos, é possível afirmar que nunca antes havia sido relegado tanto espaço à ciência e à pesquisa nos veículos midiáticos. Há, porém, uma preocupação latente na cessão desse protagonismo, dado que resultados e conclusões de estudos preliminares, divulgados em pré-prints (artigos não publicados em periódicos e, portanto, ainda sem revisão por pares), têm ocupado parcela importante do espaço destinado à pauta.

A justificativa para repensar esta questão baseia-se no entendimento de que a reportagem de estudos sem revisão por pares e, portanto, carentes de amplo reconhecimento científico, implica a adoção de critérios ainda mais rigorosos na práxis jornalística. A gravidade e celeridade sobre os desdobramentos da pandemia, contudo, parecem não autorizar essa reflexão a respeito de novas rotinas produtivas, mesmo diante de transformações com potencial de moldá-las permanentemente. Assim, o jornalismo incorre em riscos ao imputar notoriedade a questões que, embora relevantes, requerem averiguação cuidadosa e abordagem honesta. A investigação de tal fenômeno cumpre um papel cívico na aferição da responsabilidade do jornalismo no enlevo de assuntos relevantes ao debate público, especialmente por ocasião de circunstâncias excepcionais. Permite, ainda, a observação da mudança de status relativa às pautas científicas em contraponto aos assuntos tradicionalmente enquadrados pelos noticiários.

Resta esclarecido que a urgência derivada por um problema de saúde novo, para o qual não existe tratamento ou vacina, com potencial contagioso elevado e de caráter global, explica parcialmente o fenômeno. Sem mecanismos dos quais é possível dispor no intuito de lidar com a ameaça, apenas a informação minuciosa e a orientação sobre os cuidados básicos podem surtir efeito na minimização dos danos. Dotada de credibilidade e eficiência já testificada, a ciência é a fonte mais confiável desses recursos, oferecendo ainda algo de valioso: a esperança da cura ou de uma vacina.

Os pré-prints na pandemia de Covid-19

Em uma pandemia, a mobilização da comunidade científica busca acelerar etapas no intuito de trazer soluções rápidas, ainda que paliativas, para evitar que os danos sejam maiores do que aqueles previstos. A necessidade absoluta de preservação da vida, por isso, torna-se o principal parâmetro de operação da ciência, em detrimento de etapas que são consideradas vitais para o método científico, mas acabam relegadas a um segundo plano por força da própria situação. Dessa maneira, tem sido frequentemente comum ter acesso a estudos e pesquisas relacionados à doença provocada pelo novo coronavírus, cuja apresentação precipitada de resultados presta-se a lastrear políticas públicas de gestão da crise pandêmica, principalmente na tentativa de estabilizar os riscos à saúde pública e manter a humanidade a salvo no limite do razoável.

Muitos desses trabalhos trazidos a público ganham ampla cobertura dos noticiários em decorrência de seu óbvio valor-notícia à primeira impressão. Contudo, o caráter frequentemente inconclusivo e a ausência de revisão por pares em vários deles transfere à reportagem e aos jornalistas parte da responsabilidade sobre as consequências de sua divulgação. Partindo da prerrogativa de que conclusões de artigos científicos – geralmente validados pela comunidade – consistem na principal matéria-prima do jornalismo científico, como aponta Teixeira (2002), as principais dúvidas pairam sobre a primazia ética na abordagem de resultados de pesquisas nem sempre confiáveis.

Nesse sentido, os pré-prints, ou *papers* derivados de estudos publicizados à revelia da revisão por pares e, portanto, carentes de reconhecimento científico, conquistaram visibilidade na cobertura envolvendo a pandemia de Covid-19. Cabe ressaltar que, no início da década de 1990, a circulação de pré-prints em arquivos alternativos significou, de acordo com Mueller (2006), a iniciativa mais exitosa de acesso facilitado e livre a textos acadêmicos, contribuindo para romper com a ampla dependência que tornava os autores reféns de publicações indexadas e vinculadas a editoras. Diferentemente do que ocorria nos meios tradicionais, boa parte dos artigos publicados nesses arquivos não eram submetidos para avaliação. Bastava que apresentassem requisitos mínimos de qualidade passíveis de verificação por um sistema automatizado.

A popularização dessa modalidade de comunicação da ciência surgiu, portanto, no cerne da frustração com o encaminhamento dado pela existência dos periódicos eletrônicos, aos quais se creditava a esperança pela revolução da estrutura vigente, o que não prosperou. Em 2018, Tom Sheldon, então gerente sênior de imprensa do *Science Media Centre,* organização britânica de promoção à ciência, defendeu, em texto opinativo publicado pela revista *Nature*, que o mau tratamento dos pré-prints pelos jornais poderia levar à "confusão" e à "distorção" do conhecimento científico perante o público. Sem esquecer da importância dessa forma de comunicação para a ciência, ele escreveu, à época:

> Muitos repórteres (incluindo os da *Nature*) escreveram histórias baseadas em pré-prints. Admito que ainda não temos exemplos de danos provocados por tais histórias, mas isso provavelmente ocorre porque – no momento – apenas uma parte dos pré-prints cobre campos controversos ou relacionados à saúde. (SHELDON, 2018, tradução nossa)

Sheldon referia-se ao fato de que grande parte dos repositórios de pré-prints em atividade naquele momento prestigiavam estudos de menor potencial ao interesse jornalístico e com linguagem pouco acessível, em áreas como matemática, física e biologia. Sua reflexão, contudo, já antevia preocupação com o tipo de fenômeno que uma ocorrência como a da pandemia de Covid-19 foi capaz de gerar: os pré-prints converteram-se em um dos principais instrumentos de comunicação científica com relação ao progresso evidenciado nas pesquisas em andamento sobre o novo coronavírus. Os jornais passaram a recorrer a esses produtos para identificar os últimos achados na área, ainda que incapazes de reconhecer os méritos ou deficiências metodológicas que tantas vezes comprometem a qualidade dos enunciados.

Com base na preocupação da repercussão adquirida pelos pré-prints junto à imprensa no decorrer da pandemia de Covid-19, Ordway (2020) listou seis aspectos básicos que os repórteres e jornalistas deveriam observar para realizar uma cobertura responsável e cautelosa de resultados de pesquisa cuja validade está sob suspensão. Apesar disso, o material não consiste em um manual de instru-

ções. Antes, é um alerta que serve à reflexão sobre até que ponto é realmente necessário dedicar espaço a estudos ainda não revisados e que dizem respeito a um tema tão sensível como a saúde pública.

O primeiro ponto colocado pela autora esclarece que servidores de pré-prints para outras disciplinas acadêmicas existem há décadas, mas que a criação de repositórios para o compartilhamento de trabalhos que envolvem ciências da saúde e ciências médicas é recente. O descompasso foi motivado, em parte, com o receio do impacto trazido por conclusões de pré-prints na conduta de pacientes em questões como tratamentos e medicações. O segundo ponto enfatiza o fato de que os pré-prints são submetidos a uma triagem básica, que visa identificar e recusar trabalhos claramente desonestos. Contudo, não há revisão por pares. Na prática, o processo assegura que os trabalhos e artigos são verossímeis, embora o conteúdo, em si, não seja exatamente confiável.

O terceiro ponto apresentado observa que os resultados de pré-prints são preliminares e, com frequência, puramente teóricos, significando que os jornalistas devem esclarecer sempre o caráter provisório dos enunciados e não tratá-los como fatos estabelecidos. Sugere-se que os repórteres recorram a fontes independentes que sejam capazes de apontar possíveis ressalvas às respostas encontradas pela pesquisa em questão. O quarto ponto define que um conhecimento mínimo sobre os métodos de pesquisa é primordial para definir a conveniência de cobrir um pré-print, e que os jornalistas não deveriam arriscar-se nesse trabalho sem possuir experiência, com o risco de relatar apenas controvérsias em lugar de proposições realmente construtivas.

No quinto tópico, Ordway (2020) menciona a necessidade de investigar o histórico dos autores, a fim de aferir, pela reputação, o nível de seriedade do trabalho, além de buscar consultoria de especialistas que possam indicar a "noticiabilidade" de um pré-print e como a cobertura poderia abordá-lo. Por fim, o último ponto lembra que os pré-prints podem ser retirados do servidor pelos autores a qualquer momento e que não há conflito nenhum na prática, visto que essa é uma das medidas de proteção a quem decide publicizar resultados de pesquisa mais rapidamente e submetê-los ao escrutínio da comunidade científica.

Literacia científica: a comunicação "na" e "da" ciência

Denomina-se **literacia científica** o esforço de estabelecer relações comunicacionais entre a comunidade científica e a sociedade, numa perspectiva de educação para a ciência, e não apenas de educação da ciência, como são os currículos escolares (CARVALHO, 2009). A expressão "literacia" é correspondente à noção de "letramento", aplicada esta à alfabetização. Trata-se, pois, de "alfabetizar para a compreensão da ciência" ou, melhor ainda, estabelecer as mais diversas formas de acesso ao conhecimento científico, mediante adequações de linguagem e forma e a utilização das mais diferentes mídias disponíveis a todos os setores da sociedade. É Boaventura de Sousa Santos (2008) um dos primeiros e mais importantes autores a tratar da "função social da ciência", à qual ele confere uma dignidade epistemológica: seria, este objetivo, a efetivação da "segunda ruptura epistemológica" da história do conhecimento humano. A primeira ruptura foi a platônica, que separou a "doxa" (opinião) da "epistéme" (saber sistematizado), conferindo um sinal negativo para a primeira. A segunda ruptura, proposta por Santos, seria a "ruptura da ruptura platônica", isto é, o retorno do conhecimento científico ao saber popular, produzindo um "senso comum esclarecido". Pois bem, o engendramento desse tipo de senso comum é a busca da literacia científica.

Diversas reflexões, com incidência em diferentes atividades, podem compor um esforço voltado para o que alguns teóricos têm denominado "literacia científica", definida como sendo o desenvolvimento da "capacidade de ler, escrever e compreender o conhecimento humano sistematizado" (BRASCOMB, apud CARVALHO, 2009, p. 179). Antes mesmo da adoção da noção de literacia, será Wilson Bueno (2010) quem assumirá uma dicotomia conceitual que passou a ser generalizadamente adotada. O primeiro conceito é o de comunicação científica, que compreende a interação interpares, destinada a publicizar as descobertas dentro da própria comunidade científica, viabilizando não somente o compartilhamento de conhecimento, como a aferição coletiva e o avanço teórico. O segundo conceito é o de divulgação ou difusão científica, que compreende o vasto campo das relações comunicacionais entre a ciência e a sociedade (BUENO, 2010).

Tais noções, contudo, são questionáveis, a partir das articulações teóricas relacionadas ao "especificamente comunicacional", numa pers-

pectiva de forte crítica ao uso meramente instrumental da comunicação (SIGNATES, 2013). Observa-se, na dicotomia "comunicação/divulgação" uma nítida apreensão sistêmica do processo científico, a partir do critério do "dentro" e do "fora" da comunidade acadêmica, não apenas com a apropriação de diferentes processualidades para tais âmbitos, mas, também – o que nos parece problemático – uma distinção qualitativa de tais processos. Nesse sentido, a "comunicação" científica, apontando a relação interpares, traduziria um diálogo entre iguais (daí o termo "comunicação"), construtor e legitimador do conhecimento específico, ao passo que a "divulgação" seria a disseminação do conhecimento gerado anteriormente, traduzindo nitidamente uma perspectiva meramente informacional, não necessariamente dialógica. Em outros termos, a "comunicação científica" especificaria o modo de produção e reprodução do sistema da ciência, e a "divulgação científica" as relações de estendimento desse sistema ao entorno social, mas numa perspectiva especificamente de "output", isto é, de "dentro para fora" do sistema científico.

O corolário desse raciocínio indica que o par conceitual comunicação/divulgação desatende a uma visão mais ampla do sentido social da ciência, ao não inserir as perspectivas dialógicas e altamente complexas das relações entre ciência e sociedade, tanto ao separar os âmbitos comunicacionais (dentro e fora da comunidade científica), quanto ao estabelecer um princípio unidirecional e, talvez, autoritário, às relações entre ciência e sociedade ("divulgar" não expressa, originalmente, uma via de mão dupla, na medida em que percebe o meio social como mero "auditório" ou "receptor informacional" do conhecimento).

Uma formulação talvez mais consentânea seja a de Epstein (1998), que atribui aspectos das noções de Bueno aos conceitos que ele denomina, respectivamente, de comunicação primária e comunicação secundária. Formas híbridas entre elas também são lembradas, inclusive na constituição de uma terceira categoria, chamada de comunicação didática. A comunicação didática parece confluir na infusão de um formato que une comunicação primária e comunicação secundária no sentido não apenas de noticiar descobertas e fatos relevantes, mas para ensinar o que é a ciência e como ela funciona – o que seria precisamente a literacia científica.

O mérito de Epstein é, juntamente, inserir a perspectiva comunicacional em todas as dimensões da discursividade científica e das relações que propicia, tanto interna, quanto extra corporis. A limitação é que

tais denominações não são necessariamente típicas das articulações do meio científico, isto é, podem ser aplicadas a quaisquer processualidades comunicacionais que envolvam sentidos sistêmicos. Nesse sentido, a comunicação primária seria a que se daria dentro do sistema e a secundária, a que se estabelecesse com o seu entorno, restando apenas a dificuldade de encaixar nesse modelo de "dentro/fora" o modelo híbrido da comunicação didática, exceto se a percebermos, como se faz a partir da dicotomia de Bueno, como um tipo de comunicação secundária.

Eis porque apresentamos as noções alternativas de "comunicação **na** ciência" e "comunicação **da** ciência", para exprimir, respectivamente, as dimensões comunicacionais interpares e as que configurassem as relações entre ciência e sociedade, articulando estas últimas em comunicações didáticas, midiáticas e sociais. A ideia de "comunicação na ciência" parte do princípio que a comunicabilidade se estabelece, em termos bourdianos (BOURDIEU, 1994), dentro do campo social da articulação do conhecimento científico, ou, em termos sócio-antropológicos e comunicacionais, adaptados a uma visão pós-weberiana de sociedade, no interior da "comunidade científica" (SAWAÍA, 1996; DA COSTA, 2005; e SCHWARTZ, 2000). No termo "comunicação da ciência", inserimos o vasto âmbito das relações entre ciência e sociedade, o qual ganha características não somente comunicacionais, mas, sobretudo eminentemente dialógicas, podendo ser abrangido por diversas categorias de atividades, das quais ressaltam três como essenciais: a educação para a ciência (comunicação didática), o jornalismo científico (comunicação científica midiática) e as redes sociais de conteúdo científico – este último termo compreendendo a extremamente difusa e complexa rede de articulações comunicacionais viabilizadas pelas tecnologias de comunicação, presenciais ou tecnologicamente mediadas, especialmente a internet.

As proporções deste trabalho não permitem um aprofundamento desses conceitos, o que faremos em outra oportunidade. Por enquanto, seja suficiente delimitar que o jornalismo científico constituiria um dispositivo comunicacional (SIGNATES e CORREIA, 2019) de tipo midiático e como tal é que ele é analisado aqui. Sua relevância parece ser autoevidente, pois como lembra Epstein (1998, p.1), "para a maior parte da população, a realidade da ciência é aquela apresentada pelos meios de comunicação de massa".

O jornalismo científico, enquanto gênero especializado da atividade jornalística, abrange um vasto repertório de conteúdos, que vão desde aquele específico do discurso científico, resultante de pesquisas e reflexões teóricas especializadas, que recebem tratamento mediador pelo relato jornalístico, quanto o compartilhamento das informações relativas às políticas científicas e ao fomento do debate e da formação de opinião a respeito do meio científico e de suas instituições e representantes. Embora delimitada ainda à noção de divulgação científica, Targino (2007) percebe o amplo território das diferentes processualidades comunicacionais ligadas à ciência.

> A de cunho educacional visa à ampliação do repertório cognitivo dos indivíduos. A função cívica, à consolidação da opinião pública sobre os impactos do desenvolvimento, particularmente diante de temas polêmicos: eutanásia, pena de morte, aborto e outros. A formação de consciência crítica e cidadã, por sua vez, prevê a participação efetiva da população na formulação de políticas públicas, graças à circulação de informações que lhe permitam intervir no processo decisório subjacente ao progresso das nações. (TARGINO, 2007, p. 26)

Por isso, a reportagem de pré-prints, quando não prescinde de tratamento cauteloso na apresentação de resultados e esclarecimento explícito sobre a incerteza e provisoriedade deles, pode contribuir para uma onda de desinformação. O agravante, nesse caso, é que as informações podem ser distorcidas e circular por força do contexto de comunicação face a face, como assunto nas redes ou até na forma de fake news. Em todas as circunstâncias, o recurso ao apelo científico sempre servirá à estratégia de persuasão. Não apenas porque o disfarce de factibilidade já é uma artimanha corriqueira no universo de desinformação, mas, sobretudo, pelo assalto calculado de uma parte do real, o que colabora para blindar o engodo e dificultar a sua desconstrução.

Verdade, poder e discurso científico

Como lembra Adinolfi (2007), a formação discursiva da ciência pode remontar a uma noção *foulcaultiana* de "vontade de verdade" à medida que se impõe de maneira sumária e gera efeitos de poder. Por

vezes, o privilégio na definição da verdade por oposição do não-verdadeiro e estabelecimento do que é falso concentra autoridade na figura do cientista, permitindo-lhe "[...] interferir politicamente, tanto para o favorecimento quanto para a preservação quanto para a extinção da vida no planeta" (p. 9). A vontade de verdade apresenta-se como um dos elementos mais importantes do discurso científico, isso porque representa mais o desejo de exercer o poder que a verdade em si. Desse modo, não se trata de uma força coercitiva, mas a representação de um âmbito de poder dentro do discurso: não é necessariamente a realidade, mas a vontade de tê-la, de exercer esse poder de fala. Importada a espaços deslocados, como os guetos da desinformação, essa mesma autoridade invocada pela presença de vestígios do discurso científico muito provavelmente será usada a serviço de objetivos escusos, e nisso consiste um dos principais riscos do manuseio inadequado de estudos cujos resultados não foram ainda referendados.

A abordagem do jornalismo científico, por mais que se vincule à ciência, continua amparada, antes de mais nada, sob a égide do jornalismo (TEIXEIRA, 2002), baseada em um fazer relativamente distinto daqueles corroborados por valores que a comunidade científica reconhece ou priorize. Exemplo disso são os próprios pré-prints sobre pesquisas relacionadas à Covid-19, alçados à posição destacada nos noticiários em decorrência da pressuposição de seu potencial para mudar o quadro agravado da pandemia. Em termos de comunicação da ciência, chegam a adquirir visibilidade por contribuírem para as discussões em voga, dada a exigência de resposta célere à crise, não recebendo demasiada credibilidade pelos postulados, como ocorre na reportagem dos jornais, onde chegam a ganhar manchetes:

> O jornalismo científico possui critérios de relevância da notícia científica que muitas vezes entram em conflito com os critérios do cientista. Em suma, o que constitui uma informação nova para os jornalistas pode, às vezes, ser considerada como sensacionalismo pelos cientistas. (EPSTEIN, 2011, p. 137).

Teixeira (2002) destaca que o costumeiro enfoque no "científico" em relação ao jornalismo esvazia a essência da atividade, reduzindo o

trabalho a uma simples tradução da comunicação na ciência para uma linguagem melhor compreendida fora dos nichos de especialização. A autora aponta alguns vícios do jornalismo científico como resultantes da apreensão inadequada do que é ciência, paralela à subvalorização do próprio jornalismo: a ausência de contraditório, a presença de fonte única e a recepção acrítica das colocações feitas por cientistas, que levam à tendência chamada de jornalismo declaratório.

Os comportamentos mencionados refletem a visão deturpada de que os enunciados científicos não comportam versões distintas por derivarem do método mais confiável e bem-sucedido de apreensão do mundo até hoje (TEIXEIRA, 2002). Assim, os cientistas todos seriam representantes uníssonos da ciência, portadores de uma verdade singular, fazendo eco ao método científico, ele mesmo, como a ciência, também único e universal. Teixeira (2002) infere que essa realidade sugere uma crença de que "não há contraditório na cobertura de ciência porque não há contraditório possível para a ciência, a não ser aquele que a própria ciência engendrará ao longo do tempo com a continuidade da aplicação de seu método" (p. 134).

Por outro lado, a arrogância preditiva no ambiente científico não deve ser justificativa para os jornalistas aceitarem a subordinação do jornalismo ao papel que lhe é atribuído. A atividade detém enorme responsabilidade por constituir-se enquanto dispositivo comunicacional, integrando, dessa maneira, a sociedade e contribuindo para a formação do conhecimento dela acerca de si própria (SIGNATES; CORREIA, 2019). É necessário que o jornalismo busque, portanto, a reportagem crítica e questionadora dos fatos em lugar da postura meramente declaratória, tantas vezes adotada. Se assumir esse compromisso é o dever mínimo a ser considerado no exercício da práxis geral, no jornalismo científico ele ganha contornos de garantia honorável do próprio lugar de importância que o gênero assumiu para a comunicação da ciência e, de certa maneira, para a vida humana.

Como lembra Bueno (2001), é preciso sempre considerar que relatos de pesquisa científicas tidas por relevantes podem ocultar interesses escusos, cujo objetivo é produzir confusão e falsear verdades. Resumidamente, embora improvável e inesperada, essa não é uma medida impossível de ser levada a cabo, e é tarefa dos jornalistas impedir que eventuais descalabros desse tipo comprometam a credibilidade jornalística e a seriedade absoluta com que a ciência é majoritariamente conduzida.

Concepções metodológicas

Para contribuir com a reflexão acerca dessa temática, foram utilizadas concepções metodológicas da Análise de Conteúdo no âmbito deste trabalho. A amplitude dessa metodologia faz dela uma ferramenta flexível, o que não se resume em uma análise restrita a um texto ou a uma imagem, mas um instrumento que permite observar aquilo que os ancora sócio-historicamente. A análise de conteúdo apresenta-se como relevante a pesquisas qualitativas como esta porque, apesar de ser apenas uma das abordagens metodológicas possíveis, possui grande importância em virtude da preocupação com a criticidade das interpretações. Nesse sentido, Bardin (2006, p. 38) define que "a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (...) que recorrem por meio de indicadores (quantitativos ou qualitativos)".

Quando se trata de conteúdo jornalístico, entende-se que a contribuição da AC favorece a pesquisa de elementos abstratos que representam classes de fenômenos semelhantes. A análise dos textos jornalísticos deste trabalho, por exemplo, tomou como ponto de partida os textos publicados, associando-os a partir de referências e indicações encontradas em sua superfície e ao contexto social, econômico e político de sua produção. Desse modo, o desenvolvimento da análise de conteúdo deste trabalho pode ser descrito em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na primeira fase, organizou-se o material de trabalho e definiu-se quais documentos seriam analisados.

A seleção do material de análise deste trabalho, por sua vez, deu-se conforme o período relativo aos três primeiros meses seguintes à chegada da Covid-19 no Brasil, ou seja, entre 26/02/2020, quando o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no Brasil, e 01/06/2020, véspera da data em que o país superou o número oficial de 30 mil mortos pela doença. Para a escolha dos conteúdos, levou-se em conta todos aqueles de gênero noticioso que reproduziram resultados apresentados em pré-prints e que foram publicados nas versões digitais dos jornais Folha e O Glo-

bo, respectivamente o primeiro e o segundo jornal com a maior média mensal de circulação na internet em 2019[1].

Ao total, foram analisados 20 conteúdos de O Globo e 21 da Folha, totalizando 41 conteúdos acerca de pré-prints e seus desdobramentos. Ainda na pré-análise, para fins de fundamentação da interpretação, categorias de classificação do material foram definidas. Dessa maneira, os conteúdos foram separados por autoria, data de publicação, editoria e caráter de abordagem, sendo, neste último caso, agregados por cobertura, na qual os pré-prints e seus resultados são o objeto principal da pauta, ou repercussão, quando eles aparecem de forma circunstancial e exercem papel subjacente.

Na segunda fase, a de exploração do material, os conteúdos foram operacionalizados de acordo com as decisões tomadas na primeira fase. O material foi instrumentalizado a partir dos seguintes critérios temáticos: "contágio e prevenção"; "tratamentos e vacinas"; "recuperação e imunidade"; "isolamento e quarentena"; e "testes e letalidade". Por fim, trabalhou-se para que os resultados pudessem se tornar compreensíveis e significativos. A partir do levantamento do material, buscou-se identificar prioritariamente alguns aspectos norteadores acerca do conteúdo, aqui nominados pelos rótulos origem, produção, revisão, referência e histórico. Nesse sentido, optou-se por avaliar a regularidade e a intensidade que estes ocorrem nos textos dos veículos citados anteriormente. Estes critérios foram adotados para a investigação porque colaboram na mensuração e visualização das atribuições dadas pelos jornais aos pré-prints, a partir da síntese entre prerrogativas teóricas do jornalismo científico e sugestões para a cobertura de pesquisas com resultados preliminares, como é possível perceber no Quadro 1.

1 Os dados são do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e podem ser acessados no seguinte link: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-cresce-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml .

Quadro 1

INDICADORES	FUNDAMENTO	MARCAS TEXTUAIS
ORIGEM	Refere-se à identificação do repositório ou endereço onde os pré-prints foram publicados.	Divulgação do nome do repositório ou link para acesso direto ao artigo.
PRODUÇÃO	Diz respeito à indicação da ausência de reconhecimento dos pares.	Apresentação do artigo como pré-print, declaração explícita de seu caráter preliminar ou referência à ausência de revisão por pares.
REVISÃO	Trata-se da explicação do que significa o processo de revisão de pares.	Menção à importância do aspecto validador do processo utilizado na publicação de artigos.
REFERÊNCIA	Utilização de fontes independentes na contextualização.	Consulta a opinião de cientistas ou especialistas sem vínculo com o pré-print mencionado.
HISTÓRICO	Referência ao histórico de pesquisa dos autores.	Descrição da trajetória acadêmica dos autores ou alusão a seus trabalhos e estudos anteriores.
MÉTODO	Exposição de conhecimento acerca da metodologia.	Demonstração de entendimento básico sobre vantagens e desvantagens da metodologia empregada no trabalho repercutido.

Os indicadores acima equivalem não só às aproximações do teor do conteúdo, mas do aprofundamento (ou distanciamento) dado às informações dos pré-prints. Desse modo, essas informações são especialmente relevantes a este trabalho à medida que a popularidade desses pré-prints ganharam grande proporção no período de pandemia.

Resultado de análise

Desde a leitura exploratória dos conteúdos, a necessidade de estabelecer indicadores capazes de distinguir dois diferentes padrões de abordagem não antevistos, sintetizados em cobertura e repercussão, desvelou que a incorporação do universo dos pré-prints ao noticiário não é expediente casuístico. Se de início era esperado que as notícias e reportagens fossem lastreadas por um viés relativamente único de cobertura, permitindo concentrar esforços na avaliação estrita dessa mesma cobertura, o primeiro contato com o corpus bastou para abandonar essa premissa.

O interesse acentuado na reportagem de resultados de pré-prints, motivado pela ascensão da pandemia de Covid-19, levou à compreensão prévia de que ambos os jornais só poderiam noticiá-los desde que os tornasse pauta principal e objeto pelo qual a reprodução de resultados ainda preliminares melhor poderia se justificar. Assim, Folha e O Globo seriam capazes de engendrar uma dinâmica que entremeasse consideração às supostas descobertas, tratamento cauteloso na reportagem, inclusão de controvérsia e respeito para com os leitores.

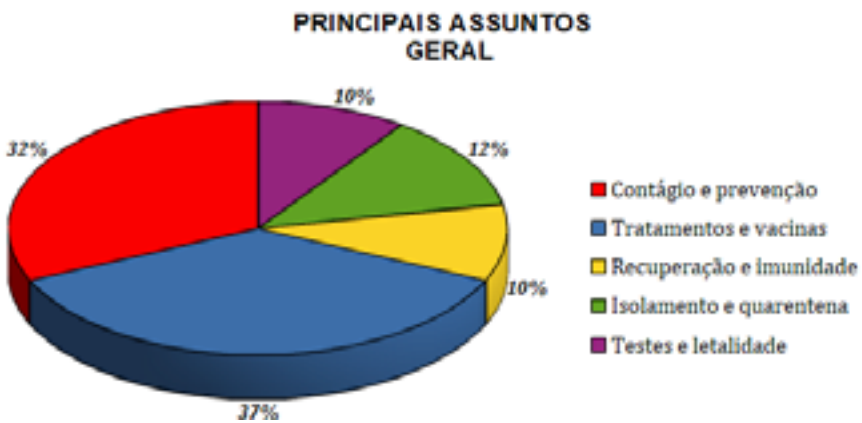
Conforme a análise evidenciou, contudo, mais surpreendente do que essa bifurcação da rota foi o grande espaço ocupado pela abordagem de repercussão, em contraponto à superioridade abaixo da esperada da abordagem de cobertura. Os dados demonstram que, dentre todos os conteúdos filtrados nesta pesquisa, 56% qualificaram-se enquanto cobertura, que desdobrou-se, portanto, pela divulgação dos resultados de artigos ainda não revisados por pares e seus contornos. Outros 44% qualificaram-se enquanto repercussão, com conteúdos que tornaram os resultados de pré-prints elementos subjacentes e cuja pauta principal não era discorrer a seu respeito.

Quando analisadas separadamente, as abordagens dos jornais demonstraram pequenas diferenças. Na Folha, o equilíbrio foi maior, embora o caráter de repercussão (52,38%) tenha predominado ligeiramente sobre o de cobertura (47,62%). Em O Globo, ocorreu o contrário. O equilíbrio das abordagens foi menor, mas a cobertura (65%) angariou quase o dobro de frequência em relação à repercussão (35%). A média geral, portanto, foi produto das proporções semelhantes de abordagens da Folha acrescida da vantagem considerável da cobertura sobre a repercussão em O Globo.

No geral, a quantidade de referência aos pré-prints conecta-se também à urgência da pandemia apresentando as preocupações principais dos dois jornais em que, conforme mostra o Gráfico 1, 13 matérias caracterizaram-se como "contágio e prevenção" (32%), 15 relacionaram-se à "tratamentos e vacinas" (37%), 4 trataram de "recuperação e imunidade" (10%), 5 de "isolamento e quarentena" (12%), e 4, de "testes e letalidade" (10%). Desse modo, o subtema "tratamentos e vacinas" apresentou-se como o principal assunto publicado pelos jornais, o que demonstra uma preocupação no que diz respeito ao ritmo desenfreado da doença e seus desdobramentos no país.

Como exemplo disso, pode-se utilizar uma publicação que ressaltou o caráter inicial das pesquisas publicadas em pré-prints como foco principal da matéria, no caso de "Pesquisas com hidroxicloroquina contra coronavírus ainda são preliminares", da Folha. Essa matéria, em especial, retoma parte da discussão sobre os seis aspectos básicos de uma cobertura responsável citados anteriormente: uma preocupação em explicitar ressalvas acerca do caráter preliminar dos resultados. Nela, utilizou-se expressões como "o estudo sugere" e "esses estudos acabam trazendo conclusões precipitadas" sobre o uso de cloroquina para o tratamento da Covid-19, o que reafirma a intenção pontual do jornal em demonstrar que os pré-prints carecem de mais amadurecimento para se tornarem efetivamente conclusivos. Abaixo de "tratamentos e vacinas",

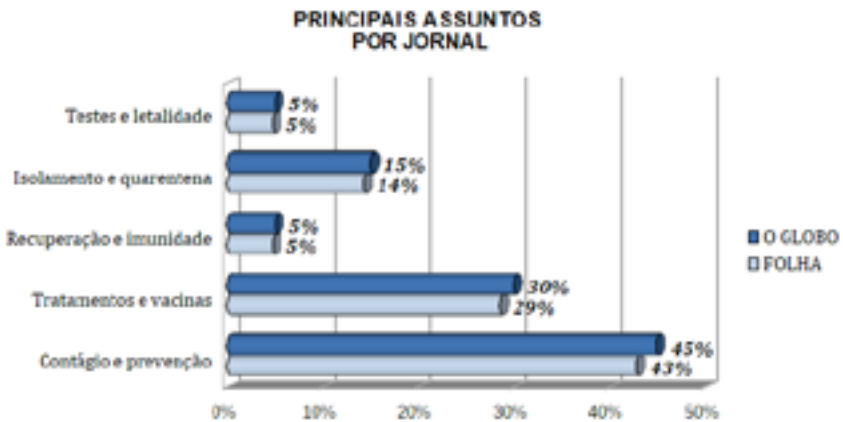
Gráfico 1



"contágio e prevenção" surgiu como subtema mais frequente nos conteúdos resultantes de pré-prints. Deve-se ressaltar que muito disso se deve à própria repercussão do assunto que, em função da urgência das questões de saúde, demanda mais conteúdos relacionados à prevenção.

Diante de um problema de saúde pública global, os dois veículos apresentaram proporção muito semelhante para cada um dos indicadores, de modo que não se pode perceber a predominância de um detrimento de outro. No que tange à distribuição de temas, identifica-se portanto uma simetria da Folha e de O Globo, manifestando poucas diferenças entre si, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2



Notou-se títulos e expressões semelhantes e generalistas no que diz respeito às evidências apresentadas pelos pré-prints, tais como "Estudo afirma que praticamente todos os infectados pela Covid-19 desenvolvem anticorpos contra o coronavírus" e "(...) a incidência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse pode ter dobrado da primeira para a quarta semana de quarentena", de O Globo. Nesse caso, o agravante é que essas informações podem circular de forma descontextualizada por meio da "vontade de verdade" e contribuir para a desinformação, tendo em vista que as versões preliminares das pesquisas produzem sentidos e, consequentemente, exercem influência sobre o contexto sociocultural. Se é

verdade, portanto, que para um amplo conjunto da sociedade a realidade da ciência é aquela tecida pelos meios de comunicação de massa, como afirma Epstein (1998), é possível inferir que essa realidade esteja sendo apreendida por muitos brasileiros de uma forma distorcida.

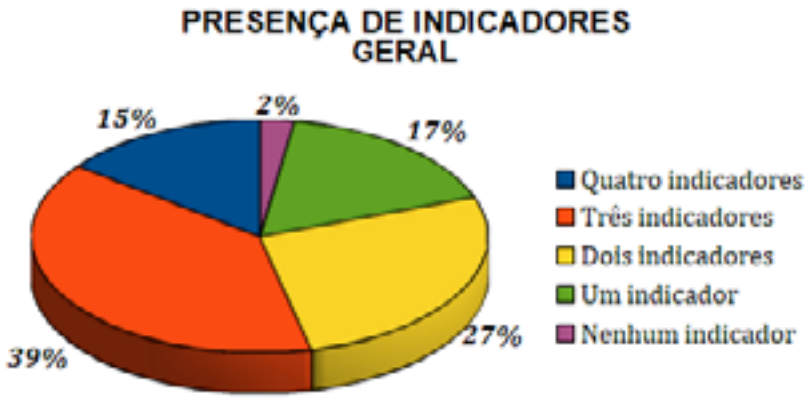
Com relação aos indicadores de qualidade, a análise desvelou que a presença, frequência e ausência dos atributos nos conteúdos reportados por ambos os jornais sinalizam padrões de reprodução da conduta amalgamada pelo jornalismo científico. Dessa maneira, questões críticas na comunicação da ciência tradicionalmente feita pelo jornalismo são amplificadas quando transpostas para o debate sobre a validade de anunciar resultados preliminares pretensamente inovadores e, em contrapartida, potencialmente superestimados. Exemplo disso é que, dentre as notícias e reportagens analisadas tanto na Folha quanto em O Globo, nenhuma abarcou todos os seis indicadores de qualidade pré-definidos ou, pelo menos, cinco deles. Logo, chega-se à constatação de que as abordagens, tanto de cobertura quanto de repercussão, ignoraram um terço de todos os indicadores de qualidade pré-definidos – por mais que os indicadores ausentes tenham variado de um conteúdo para outro.

A deficiência do trabalho de abordagem dos pré-prints no noticiário é evidente pela inexistência de conteúdos que tenham completado ou chegado perto de completar todos os requisitos, mas não apenas. Ela também fica bastante clara quando observada a parcela daqueles que atenderam a poucos indicadores de qualidade ou sequer chegaram a cumprir pelo menos um deles. Como mostra o Gráfico 3, de maneira geral, 85% das notícias e reportagens filtradas conforme os critérios de seleção apresentaram três indicadores ou menos: 39% atenderam a três, 27% reuniram dois, 17% apenas um e 2% não foi capaz de observar um dos indicadores que fosse, nem mesmo o mais elementar, que era referir-se ao material consultado pelo nome – artigo pré-print – ou mencionar o caráter provisório do estudo, ressaltando que os resultados alcançados até então são preliminares. Apenas 15% dos textos chegou a abarcar quatro indicadores.

Cumprir com todos os indicadores não necessariamente asseguraria que o processo de repercussão e cobertura alcançou a perfeição, mas demonstraria certamente uma surpreendente maturidade no tratamento dispensado aos pré-prints, bem como no compromisso junto ao público. Assim, que parte considerável dos conteúdos se fur-

tasse de abarcar a maioria absoluta ou mesmo todos os seis aspectos pré-definidos era esperado. O que não era previsível é que todos eles, sem exceção, apresentariam esse problema. Ainda, o fato de existirem conteúdos nos quais notou-se uma ausência retumbante de indicadores de qualidade representa um alerta.

Gráfico 3



Mais do que falta de zelo ou descuido na abordagem, os dados denotam uma prática que se poderia chamar de jornalismo "pseudo-científico" à medida que informa, alega cientificidade, mas não oferece parâmetros suficientes de validação e resguardo da informação. Dessa maneira, os defeitos e falhas, que no jornalismo científico habituado a lidar com artigos revisados por pares, tornam a prática da especialização precária, no arranjo improvisado para lidar com estudos sem reconhecimento da comunidade científica, culminam em um jornalismo científico de qualidade inferior. Trata-se de um caminho que compromete aquele apontado por Teixeira (2002), para quem a matéria-prima do jornalismo científico é a conclusão de artigos científicos.

O resultado da análise quanto à frequência dos indicadores trouxe outros apontamentos em direção à crítica da abordagem do noticiário na reportagem de pré-prints. O levantamento, cuja visualização está no Gráfico 4, demonstrou que apenas dois indicadores foram constantes. O mais representativo de todos eles, de produção, que refere-se à menção dos artigos enquanto pré-prints ou de seus resultados como prelimina-

res, apareceu em 90% dos textos. Dentre as expressões utilizadas para tal esclarecimento, observou-se a escolha por "pré-print", "artigo [...] não revisado por outros cientistas", "estudo preliminar", "sem revisão independente", "em andamento" e outras expressões semelhantes.

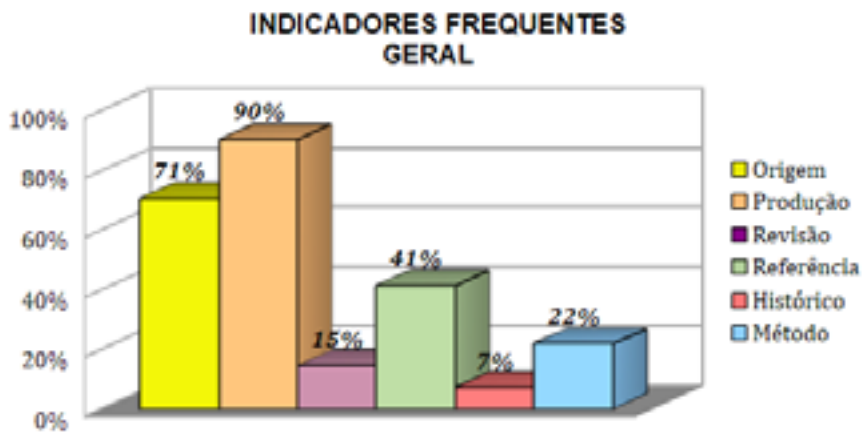
O segundo indicador mais popular foi o de origem, relacionado à identificação do repositório digital ou site visitado para acessar o pré-print que ganhou visibilidade, estando presente em 71% de todo o material recortado para essa pesquisa. Ambos os indicadores parecem estar intimamente conectados porquanto, de maneira geral, quando se referiu aos artigos como pré-prints, os jornais minaram um pouco da credibilidade dos resultados apresentados. Valeram-se então, na sequência, da deferência aos repositórios e sites de origem desses estudos, muitas vezes com links diretos para acesso aos trabalhos, como forma de embutir autoridade sobre seus enunciados. Nos textos que mencionam a origem dos artigos pré-prints, o repositório *MedRxiv*, voltado para as áreas médica e biomédica, surgiu com predominância, sendo citado em três a cada quatro deles. Atrás veio o *BioRxiv,* também das mesmas áreas, referenciado em 14% das notícias e reportagens, enquanto 10% mencionaram outros repositórios, como o *Qeios* e a revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Ainda sobre a frequência dos indicadores de qualidade, quatro deles foram bastante inconstantes, aparecendo em menos da metade dos conteúdos filtrados. O de revisão, que trata do esclarecimento sobre o significado e a validade do processo de avaliação dos artigos por pares, foi vocalizado em apenas 15% dos textos. A baixa incidência desse indicador é paradoxal à constância do indicador de produção, abordado anteriormente: como o público leigo poderia assimilar que os resultados de pesquisa divulgados no conteúdo ao qual teve acesso não foram "revisados por pares" se não sabe o que isso quer dizer e tampouco em como esse aspecto transforma o caráter das conclusões? Assim, é razoável afirmar que a mera indicação da ausência de revisão por pares desses estudos pelo noticiário é insuficiente para alterar a percepção sobre a confiança que os leitores construirão quanto à sua validade. Nesse sentido, o risco de os jornais caírem em armadilhas que sirvam à divulgação, consolidação e promoção de relatos científicos estranhos ao interesse público e conectados a objetivos reprováveis, como menciona Bueno (2001), aumenta.

No que diz respeito à referência, que neste trabalho identifica o uso independente de fontes ou a consulta a opinião de cientistas ou especialistas sem vínculo com os estudos que originaram os pré-prints, pode-se dizer que pouco menos da metade (41%) do material publicado apresenta este indicador. Nesse sentido, para fins exemplificativos, destaca-se que a Folha apresentou contraditório em 47,62% dos materiais que publicou acerca de pré-prints científicos, enquanto O Globo o fez em 35% de suas matérias. É interessante salientar que a busca por especialistas alheios à produção do conteúdo e das informações veiculadas, por si só, faz parte de uma recomendação ética ao trabalho jornalístico.

Também é possível refletir sobre a presença de menções ao histórico de pesquisa dos autores dos pré-prints ou mesmo à sua trajetória profissional, além do conhecimento básico acerca da metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa. O histórico apresentou-se como o indicador com a menor presença nos textos: ao total apenas 7% dos conteúdos gerais dedicaram espaço às descrições dos antecedentes dos autores, sobretudo a Folha que as mencionou em cerca de 4% de seus textos. Relativamente ao indicador método, tem-se que 22% dos conteúdos discorreram mais consistentemente sobre os atributos metodológicos da pesquisa, ainda que tenham citado que os pré-prints apresentam os mais diversos tipos de métodos possíveis em seu desenvolvimento. A Folha denotou esse esmero em maior grau (28,57%) nos seus conteúdos, mas O Globo também fez menção em parte de seus textos (15%).

Gráfico 4



Retoma-se, nesse ponto, a discussão citada anteriormente sobre a importância de se expor não só os fins da pesquisa, mas principalmente aquilo que a fez chegar em um resultado preliminar: o método. É fundamental que se possa ter ciência de todo o processo, sobretudo falhas e caráter provisório, para que se possa consumir este tipo de conteúdo com mais fidedignidade às reais possibilidades da descoberta.

Considerações finais

Os noticiários produzidos pela Folha e O Globo na reportagem de pré-prints em suas versões digitais são significativos. Como os dois veículos possuem longa história de atividade na imprensa nacional e lideraram, respectivamente, a média mensal de circulação digital entre os jornais do país também disponíveis na internet em 2019, pode-se de dizer que praticam um jornalismo de referência (ZAMIN, 2014). A apreensão significa que os princípios editoriais de ambos os jornais inspiram condutas entre os meios de comunicação – inclusive em periódicos concorrentes – e exercem influência sobre a opinião pública. Assim, o fato de que as abordagens empregadas sobre estudos sem revisão por pares foram incapazes de abarcar sua complexidade é um contrassenso.

Não obstante, ressalta-se que as problemáticas apresentadas ao longo da análise deste trabalho apontam fragilidades na comunicação da ciência por parte do jornalismo, mas também potencialidades. As deficiências identificadas envidaram em práticas de jornalismo científico pouco afeitas a pré-prints como matéria prima, resultando em um simulacro de jornalismo científico, um jornalismo "pseudocientífico". Apesar disso, os pré-prints constituem excelente oportunidade para conectar cada vez mais a sociedade e a comunidade científica, sendo o jornalismo uma instância de mediação bastante apropriada a este propósito. É necessário, contudo, que um novo paradigma de jornalismo científico emerja dessa experiência. Por fim, recomenda-se outros estudos a partir das mais diversas perspectivas de análise, possibilitando uma maior pluralidade de interpretações futuras.

Referências

ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. Discurso científico, poder e verdade. **Revista Aulas**, v. 1, n. 3, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1940>. Acesso em: 08. jun. 2020.

BARDIN, Laurence. (2006). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org) **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n. esp, p. 1-12, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/seer/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 08 jun. 2020. doi:http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico, lobby e poder. **Parcerias Estratégicas**, v. 6, n. 13, p. 168-200, 2001. Disponível em: <http://200.130.27.16/index.php/parcerias_estrategicas/article/ viewFile/194/188>. Acesso em 08 jun. 2020.

CARVALHO, Graça S. Literacia científica: conceitos e dimensões. In: Azevedo, F. & Sardinha, M.G. (org) **Modelos e práticas em literacia**. Lisboa: Lidel, 2009, p. 179-194.

DA COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface**. Botucatu -SP, v. 9, nº 17, p. 235-248, mar-ago/2005.

EPSTEIN, Isaac. Comunicação da ciência. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, n. 4, p. 60-68, 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_09.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

EPSTEIN, Isaac. Comunicação de massa para saúde: esboço de uma agenda midiática. **Revista latinoamericana de Ciências de La comunicación**, n. 8-9, p. 132-142, 2011. Disponível em: <http://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/download/63/61>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

ORDWAY, D.-M. Cobertura de pré-prints de pesquisa biomédica em meio ao coronavírus: 6 coisas a saber [Originalmente publicado no Journalist's Resource em abril/2020] [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2020. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2020/04/15/cobertura-de-pré-prints-de-pesquisa-biomedica-em-meio-ao-coronavirus-6-coisas-a-saber-originalmente-publicado-no-journalists-resource-em-abril-2020/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SAWAÍA, Bader B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS et ali (orgs) **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 35-53.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**. V. 7, p. 38-46, 2000.

SHELDON, Tom. pré-prints could promote confusion and distortion. **Nature**, v. 559, n. 7714, p. 445-446, 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-018-05789-4>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SIGNATES, L.; CORREIA, W. A. Jornalismo, Ciência da Comunicação. In: MAIA, J. F.; PAVAN, R.; FARIAS, S. J. P. (Orgs.). **Estudos Contemporâneos em Jornalismo**. Goiânia: UFG/FIC, Gráfica UFG, 2019. v. 7, p. 77-93.

SIGNATES, Luiz. O que é especificamente comunicacional nos estudos brasileiros de comunicação na atualidade. BRAGA, JL; GOMES, PG; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A. **10 perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013, p. 19-29.

TARGINO, Maria das Graças. Divulgação científica e discurso. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 8, n. 15, p. 19-28, jul-dez 2007. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/678>. Acesso em: 08 jun. 2020.

TEIXEIRA, Mônica. Pressupostos do jornalismo de ciência no Brasil. BRITO, F.; MASSARANI, L; MOREIRA; IC (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, p. 133-41, 2002. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/31321834/Pressupostos_do_Jornalismo_de_Ciencia_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716>. Acesso em: 27 jun. 2020.

Uma cara para o novo coronavírus: como a mídia representou visualmente o Sars-CoV-2

Salvio Juliano Peixoto Farias

Introdução – Um vírus coroado

No telejornal de um canal de notícias da TV paga, crianças explicam em vídeos caseiros o que entendem sobre o novo coronavírus e por que precisamos nos proteger a todo custo da contaminação. Um menino que não deve ter mais que seis anos aparece na tela ao lado da irmã mais velha e diz que é fácil saber quando é o coronavírus, pois ele pode ser reconhecido por sua coroa, como a de um rei.

O Sars-CoV-2, ou novo coronavírus como ficou popularmente conhecido, é um vírus que, como outros, possui ácido nucleico envolvido por uma capa de gordura e proteína, e seu tamanho é de aproximadamente cem nanômetros (0,1µm), o que corresponde à largura de um milésimo de um fio de cabelo humano. Uma dimensão difícil de imaginar para quem não está acostumado às imagens microscópicas.

Nas aulas de biologia do ensino médio é possível aprender que os vírus são basicamente constituídos "por ácido nucleico, que pode ser o DNA ou o RNA, envolvido por um invólucro proteico denominado capsídeo, que além de proteger o material genético, combina-se quimicamente com receptores membranares das células parasitadas" (RIBEIRO, s/d).

No caso dos coronavírus (até hoje foram identificados sete tipos que infectam os seres humanos), essa membrana lipoproteica contém várias proteínas em sua superfície, dentre elas está a Proteína Spike, ou Proteína S, que é uma espícula glicoproteica que se liga fortemente a uma enzima presente nas células humanas, o que torna sua infecção mais fácil. E é justamente essa proteína, ordenada em arranjo pontiagudo a partir do ácido nucleico para fora dessa estrutura que faz com que os coronavírus sejam nomeados assim, pois sua conformação ao redor do centro lembra uma coroa – como disse a criança na descrição acima.

Este texto não trata, de forma alguma, de um estudo sobre morfologia e morfogênese viral, tampouco sobre características físico-químicas de estruturas tratadas pela Virologia. Aqui, apenas será levada em consideração a imagem popular do novo coronavírus e como essa forma está sendo empregada para facilitar os processos de comunicação – e também de cuidados sanitários e prevenção.

Este trabalho propõe-se a analisar publicações de três veículos da mídia reconhecida como tradicional e consolidada por anos: o jornal *O Popular*, o canal de notícias *GloboNew*s e revista *Veja*. Os canais utilizados foram suas respectivas contas na rede social Instagram. Buscou-se verificar como a mídia não especializada em ciências tem se utilizado de uma imagem que se tornou popular – e foi difundida pela própria imprensa. Figura que tem servido para ilustrar além das reverberações da pandemia de covid-19, mas também no campo da política, economia e de todas as relações humanas.

Um olhar para o passado

Pelos cem anos que separam uma pandemia da outra e dos evidentes avanços no campo da concepção e reprodução de imagens, as comparações entre o comportamento da imprensa na cobertura da gripe espanhola e a covid-19 são estapafúrdias, mas vale um olhar para o passado como tentativa de se mostrar como a imprensa evoluiu nesse campo e como o novo coronavírus leva inúmeras vantagens em sua representação. Pode-se conferir ainda como o vírus de 2020 passa a ser o sujeito da ação, em detrimento da doença que ele provoca. Nessa instância, como protagonista, ele precisou de ter uma “cara”.

GAZETA DE NOTICIAS

O RIO É UM VASTO HOSPITAL!

A invasão da influenza hespanhola

A desidia criminosa do governo

O povo soffre os horrores da exploração | Não ha medicos, não ha remedios

Soccorro!

E' preciso destruil-o!

Figura 1: Capa da Gazeta de Notícias, 1918.
Fonte: BNDigital/Hemeroteca Nacional.

Embora os primeiros casos tenham sido registrados nos Estados Unidos, a doença causada pelo vírus da Influenza H1N1 de 1918 ficou conhecida como gripe espanhola. Recebeu essa alcunha graças à divulgação da pandemia na imprensa desse país, que por estar neutro na Primeira Guerra Mundial, tinha liberdade para realizar a cobertura jornalística sem censura (TACHNER, 2020). Ou seja, a Espanha ganhou mundialmente a pecha de batizar uma pandemia que – acredita-se – tenha dizimado 50 milhões de pessoas graças à liberdade de imprensa em seu território. Segundo reportagem publicada no informativo *InVivo*, da Fio-Cruz, "estima-se que entre outubro e dezembro de 1918, período oficialmente reconhecido como pandêmico, 65% da população adoeceu. Só no Rio de Janeiro, foram registradas 14.348 mortes." (ROCHA, s/d).

Acredita-se que a pandemia de 1918 dizimou três vezes mais pessoas que a guerra. Dentre vítimas figurou o presidente brasileiro Rodrigues Alves, que foi reeleito em fins de 1918, mas morreu antes de tomar posse em 1919 (GALILEU, 2020). As imagens publicadas em jornais de 1918 e 1919 mostram principalmente grandes enfermarias com dezenas de camas em estrutura tubular de ferro, com enfermeiras e médicos portando jalecos brancos e máscaras. Em geral, esses retratos são posados. A equipe mostrava como estava trabalhando com o paramento adequando e em grandes espaços repletos de leitos, com pacientes ou não. Também há imagens externas, com mais naturalidade e evocação de alguma ação,

com profissionais de saúde transportando doentes em macas, retirando pessoas de ambulâncias ou depositando corpos em carroças.

Capa do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, publicado em 15 de outubro de 1918, edição nº 286 daquele ano, estampa em grandes letras na parte superior "O Rio é um vasto hospital!". Com a covid-19, essa capa foi exibida em documentários, reportagens e material que faz referência à gripe espanhola. Nessa edição, que voltou a ser célebre um século depois, são exibidas três imagens na página principal. A fotografia diagramada próxima à manchete traz a legenda: "Um aspecto no interior da Drogaria Granado", apresentando pelo menos 12 homens dentro da farmácia.

As outras imagens mostram um doente anônimo, sentado, e uma enfermaria no hospital da Beneficência Portuguesa. O destaque mesmo fica por conta das chamadas: "A invasão da influenza espanhola", "A desídia criminosa do governo", "Não há médicos, não há remédios" e "O povo sofre os horrores da exploração", dentre outras.

Mesmo que houvesse meios de se reproduzir imagens com qualidade nas primeiras décadas do século XX, o microscópio eletrônico só seria inventado em 1931, quando o físico Ernest Ruska e o engenheiro Max Knoll, ambos alemães, fizeram a apresentação oficial de um equipamento que era muito superior ao microscópio óptico. E mesmo assim, somente em 1955 a química britânica Rosalind Franklin conseguiu mapear a estrutura completa dos vírus.

Mas basta a ligeira busca de referências e registros de notícias sobre outros vírus ao longo do século XX, causadores de surtos e epidemias que vão de ebola a sarampo, para notar-se como não há formas reconhecíveis dessas estruturas no imaginário popular. O exemplo mais notório é o HIV, relativamente recente e bastante explorado pela imprensa a partir de meados da década de 1980.

As indagações da AIDS

Figura 2: Páginas internas da revista *Veja*, edição nº 884 .
Fonte: *Revista Veja/Ed. Abril.*

Figura 3: Capa de *Veja* com o vírus HTLV-3, aumentado 65 mil vezes. Edição de 14 de agosto de 1985.
Fonte: Revista Veja/Ed. Abril.

As capas das revistas e mesmos jornais com pautas sobre HIV e aids abusavam de gotas vermelhas, leitos hospitalares, bolsas de sangue e tubos contendo material para exames. À medida que os casos foram avançando, editores passaram a apelar para as capas sensacionalistas e passaram a mostrar os rostos de celebridades fragilizadas pela doença.

Como se vê na Figura 2, em matéria especial de capa de *Veja*, edição de 14 de agosto de 1985, o selo gráfico é um tubo de ensaio com um material difuso em seu conteúdo, em tons de vermelho e azul. Os pictogramas, que ilustram cada uma das questões apresentadas na reportagem, possuem um ponto vermelho, supostamente representando o vírus o a ameaça dele em determinadas ações ou atitudes. Na pergunta "Pega-se aids com aperto de mãos?, por exemplo, o ponto vermelho está sobre a junção de duas mãos.

O exemplo de Veja em relação ao noticiário sobre o HIV nos anos de 1980 serve para ilustrar como outros vírus, mesmo quando havia recursos para captação e boa reprodução de imagens não se compara à forte presença imagética do Sars-CoV-2. No caso do novo coronavírus, a releitura esquemática da própria estrutura do vírus se tornou sua marca, como se comentará adiante. Curiosamente, a capa desta edição de *Veja* apresentou uma imagem do HIV. Mas, como se verá a seguir, essa imagem não foi forte o bastante para ilustrar a doença e o próprio HIV nos anos que se seguiriam.

Embora as representações visuais do HIV também o mostrem com um capsídeo proeminente e com aparência pontiaguda como os coronavírus (os vírus da herpes e rotavírus também possuem essa as-

pecto, dentre outros), sua forma não serviu para ser replicada até se tornar um ícone do vírus e da doença. No caso da aids, foi criado um símbolo para o seu reconhecimento. O laço vermelho (*red ribbon*) foi concebido não apenas para materializar a doença, mas também para conseguir o engajamento da sociedade em prol da causa, fazendo com que políticas de prevenção, cuidados e tratamento fossem implementados na medida em que indivíduos e instituições passaram a cobrar essas ações das autoridades governamentais.

O laço vermelho foi criado pelo Visual Aids, um coletivo de artistas nova-iorquinos, em 1991. A ideia inicial era demonstrar compaixão pelas pessoas que vivem com HIV e seus cuidadores. Inspirados pelas fitas amarelas em homenagem aos soldados americanos que serviram na Guerra do Golfo, a cor vermelha foi escolhida por sua conexão com o sangue e a ideia de paixão, explicaram à época os fundadores do Projeto (UNAIDS, 2006).

Celebridades ajudaram a divulgar e a fita vermelha passou a simbolizar o "importar-se" com a doença e demonstrar sensibilidade em relação às pessoas que eram acometidas por ela. O projeto foi tão bem sucedido que campanhas com fitas de outras cores passaram a representar a conscientização sobre outras doenças, como o rosa para o câncer de mama e o azul para o câncer de próstata.

Para melhor visualização, o desenho

Numa sociedade em que os processos de comunicação são cada vez mais amparados por conteúdos visuais, as imagens precisam retratar tudo o que nos cerca, seja visível ou invisível. Assim, as imagens também precisam retratar o que o olho humano não consegue captar, por ser muito grande ou por ser muito diminuto.

Fátima Ali (2009) lembra que a ilustração é especialmente utilizada para representar o que é pouco fotografável. Estruturas microscópicas ou macroscópicas podem ser melhor apresentadas por meio de representações deliberadamente artificiais: a Via-Láctea ou um vírus, por exemplo, são mais compreensíveis num desenho esquemático e ilustrativo, que numa imagem de telescópio ou microscópio eletrônico.

No caso do Sars CoV-2, a representação foi facilitada por seus capsídeos pontudos de proteína. E provavelmente esse seja o ponto que

sedimentou a sua enorme propagação visual. De vinhetas televisivas a anúncios de sabão em pó e cartazes de advertência em padarias e elevadores de condomínios, em 2020 as pessoas foram cercadas de figuras do novo coronavírus por todos os lados.

Mas o quão parecido é o vírus com o imaginário que se tem dele? A questão da verossimilhança é algo que está na origem histórica das imagens. A reprodução de algo como se vê desafiou a humanidade através dos tempos, e a conduziu ao advento da fotografia. Imagens científicas, em geral, carregam a responsabilidade de se manterem fiéis ao que representam. Os pesquisadores Anne Marcovich e Terry Shinn entrevistaram diversos cientistas franceses de 2007 a 2010 e perceberam a importância da verossimilhança da imagem nesse campo:

> Presume-se que as imagens oferecem uma sólida fonte de informação concernente a algumas características tangíveis do objeto físico que se estuda. Elas são vistas como constituindo uma garantia razoável de que o que elas representam merece discussão e constitui uma base aceitável para a tentativa de entendimento. As imagens são representadas por muitos cientistas como descrições robustas e exatas. (MARCOVICH, SHINN, 2011, p. 230, 231)

Em se tratando de novo coronavírus, a verossimilhança pouco importa para a sociedade em geral, mas a sua representação esquemática e simbólica, sim. Mais que o efeito decorativo, para aliviar o peso de chamadas e manchetes ou os grandes écrans atrás de apresentadores de telejornais, a imagem de uma esfera cravejada de pontas significava que o assunto era importante e dizia respeito à saúde pública. Ou seja, a efigie do Sars CoV-2 significa sempre algo: Alerta!

No caso de desenhos, mais flexíveis desde sua gênese – se comparados às imagens de origem fotográfica ou filmadas –, foi possível desenvolver inúmeras representações a partir de elementos básicos: um círculo e alguns raios curtos. Descrito desta maneira, o novo coronavírus remete ao Sol, um símbolo representado imemorialmente em inúmeras culturas também como um círculo e raios. E esses raios podem ganhar formas que também ferem, conforme aponta Adrian Frutiger (1999): "(...) é interessante notar que a presença do Sol, conforme sua posição geográfica, é sentida não apenas como 'benéfica', mas também como

algo que 'queima' ou 'chamusca'". O pesquisador cita como exemplo sóis indianos, que possuem raios desenhados com armas pontiagudas, como flechas e tridentes.

Mais elaborado que um simples círculo, nota-se que comumente o novo coronavírus foi representado em formato esférico, remetendo à ilusão de terceira dimensão, o que pode ser visto em todos os exemplos reproduzidos neste texto, inclusive nos com aspecto mais caricatural, como os sticks, que exibem menos elaboração de volumes a partir de luz e sombra.

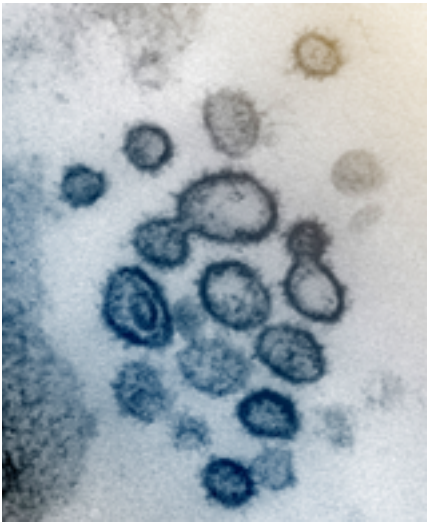


Figura 4: Imagem do novo coronavírus obtida por microscopia eletrônica de transmissão.
Fonte: *Instituto Butantan/NIAID/RML.*

Mesmo sendo imagens fabricadas, algumas ganharam aspecto de "veracidade", por "simularem" o aspecto de serem captadas por câmeras (Figura 5, por exemplo). Nesse caso, mesmo não sendo fiéis ao verdadeiro aspecto do vírus (Figura 3), elas simulam uma "verdade" por tentarem mostrar uma relação intrínseca com o objeto retratado – é como se o vírus fosse fotografado por um dispositivo melhor que os microscópios que temos hoje.

Por se tratar de imagens que ilustraram pautas de ciências, pode-se inferir que ilustradores buscaram maior grau de semelhança com o objeto. Um comentário de Enric Jardí (2014, p. 47) explica o afã de se conceber uma ilustração que pareça uma imagem captada por uma câmera: "Uma fotografia possui alto grau de iconicidade, enquanto que um desenho seguramente possui grau mais baixo (normalmente diremos que é menos realista)".

Embora tenha se convencionado uma forma artificial e irreal para o vírus, no campo dos signos visuais, ele se enquadra como um ícone (e não como símbolo ou índice) (JOLY, 2012). Nota-se que, embora sejam representações desenhadas, dizem respeito diretamente à imagem captada do vírus. Não se trata exatamente de uma imitação, mas as formas são efetivamente resultantes de coletas feitas em microscopia eletrônica.

Postagens nos feeds

Segundo dados do Ministério da Saúde, o primeiro caso de covid-19 registrado no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020. Um homem de 61 anos de idade foi atendido no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo. Ele havia acabado de retornar da Lombardia, Itália, então o epicentro da doença no mundo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Certamente que a imprensa brasileira já tratava com bastante destaque as retrancas "novo coronavírus" e "covid-19" muito antes dessa data. Em meados de março a Organização Mundial de Saúde desculpava-se por ter avaliado mal o perigo do novo vírus e passara a adotar a classificação de pandemia, mas bem antes disso notícias vindas da China haviam acendido o sinal de alerta: desde janeiro, quando a cidade de Wuhan ainda era o centro irradiador das contaminações, a imprensa ao redor do mundo já apresentava a repercussão do número de contágios, mortes, entrevistas com especialistas e a cobertura de ações para evitar a propagação do vírus.

Para análise apresentada aqui, foram selecionadas as publicações de três veículos de comunicação em suas contas na rede social Instagram: o jornal *O Popular*, a revista *Veja* e o canal televisivo pago de notícias *GloboNews*. O Instagram foi escolhido por ser uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos em sua essência, embora outras redes também se baseiem na publicação de imagens. A fonte de análise foi o feed desses veículos[1].

Em um primeiro momento, os veículos foram selecionados aleatoriamente seguindo alguns critérios: deveriam ser direcionados a público amplo e genérico, serem reconhecidamente consolidados como veículos de imprensa e que realizassem publicações diárias. Também se buscou alguma diversidade quanto ao formato: por isso há um jornal de abrangência regional, uma revista nacional e um canal de TV exclusivamente noticioso.

Quanto ao período analisado, a proposta foi cobrir os sete diferentes dias da semana, distribuídos ao longo de sete semanas, a contar uma semana após a notificação do primeiro caso no Brasil, em 26 de feve-

1 Pelo caráter temporário, publicações nos stories não foram levadas em consideração para esta análise, mesmo em caso de stories destacados e salvos, com o que o perfil *GloboNews* mantem sob o nome de Covid-19. Tampouco foram avaliadas publicações a partir do IGTV, como o *Coronavírus Giro Veja*.

reiro. Ou seja, 26 de fevereiro foi o dia zero (uma quarta-feira), 5 de março o dia 1 (uma quinta-feira), 12 de março o dia 2 (sexta-feira), e assim sucessivamente até se somar os sete diferentes dias da semana. Desta maneira, buscou-se verificar o teor e a quantidade de publicações desses veículos nos diferentes dias da semana e à medida que os casos de contágio foram multiplicando-se no País.

A tabela 1 exibe o resultado desta observação:

Tabela 1

Veículo/ Perfil >	***Jornal_opopular***			***GloboNews***			***Vejanoinsta***		
Temas / Datas	Covid-19 e afins *	O vírus **	Total	Covid-19 e afins *	O vírus	Total	Covid-19 e afins	O vírus	Total
5/mar	5	-	17	1	-	10	3	-	6
13/mar	13	3	19	4	-	10	4	1	7
21/mar	12	1	18	3	1	4	3	-	3
29/mar	8	1	10	2	2	3	5	-	5
6/abr	22	4	24	3	1	3	4	1	6
14/abr	18	3	21	6	1	8	4	1	8
22/abr	13	3	17	4	1	7	5	1	9

(*) Postagens sobre coronavírus e assuntos relacionados, como isolamento social, reflexos na economia etc.

(**) Postagens em que há a imagem, real ou idealizada, do novo coronavírus (Sars-CoV-2).

O perfil de *O Popular* no Instagram possuía mais de 20 mil postagens até fins de julho de 2020, e era seguido por 368 mil perfis. O veículo usa assiduamente sua conta, sob o nome de *jornal_opopular*: dentre os dias verificados, o dia 6 de abril chegou a receber 24 postagens. A data com menos postagens foi 29 de março, um domingo.

Em geral, as postagens diárias são iniciadas com a reprodução da capa imprensa do jornal. Também há pequenos vídeos com chamadas realizadas por repórteres sobre assuntos daquela edição. Além disso, as pautas são diversas, indo de fatos do *hard news* a acontecimentos pitorescos e curiosos, com foco regional, embora também sejam publicados assuntos de abrangência global.

No primeiro dia verificado, duas das 17 postagens ainda tratavam de grandes shows que ocorreriam em Goiânia. As imagens eram justamente desses artistas: Roberto Carlos e um grupo de cantores do estilo sertanejo. Apesar de já haver cinco publicações sobre o novo coronavírus e seus desdobramentos, as imagens usadas nas primeiras semanas eram ilustrativas, ou seja, relacionadas ao tema, mas não com teor e rigor fotojornalístico – mais do que informar, eram figuras para ilustrar o conteúdo textual. Sem crédito, a maioria dessas fotografias era provavelmente oriunda de bancos de imagens ou arquivos do próprio veículo: profissionais de saúde anônimos com equipamentos de proteção, detalhes de mãos segurando tubos de ensaio ou demonstrando troca de luvas, pesquisadores em laboratórios.

Figura 5: representação do novo coronavírus.
Fonte: www.instagram.com/jornal_opopular/

Figura 6: A figura que se tornou um selo gráfico.
Fonte: www.instagram.com/jornal_opopular/.

No entanto, uma semana depois "retratos" do vírus já estavam sendo bastante utilizados: o jornal começou a publicar a figura esférica vermelha cravejada de filamentos brancos – que lembram cogumelos achatados (Figura 5). Toda a estrutura foi apresentada sobre um fundo azul desfocado com uma caixa transparente trazendo o título da postagem. Esse azul remete à tonalidade da identidade visual de *O Popular*. Sem se preocupar com a verossimilhança ou questões de rigor científico, essa ilustração passou a ser utilizada em diversos informativos sobre covid-19 naquelas semanas. Mesmo de aspec-

to demasiadamente artificial, a representação do novo coronavírus serviu para demarcar o assunto e atrair a atenção de leitores.

Nessa mesma semana, exatamente no dia 12 de março, o jornal passou a utilizar em sua capa um selo gráfico formado por um vírus bem mais realista e com tonalidade mais grave, em cinza com pontas vermelhas (Figura 6). Nesse caso, foi possível verificar a textura rugosa e esponjosa da esfera. Procurando ser mais orgânico, as pontas foram formadas por minúsculas esferas vermelhas justapostas e enfileiradas triangularmente.

Figura 7: charge de Jorge Braga.
Fonte: *www.instagram.com/jornal_opopular/.*

O perfil também se valeu de outras formas para apresentar seus boletins, sejam eles locais, regionais ou nacionais. No boletim Coronavírus em Goiás um frasco de álcool em gel fez às vezes de fundo ilustrativo para a postagem seriada. No boletim Covid-19 Goiânia, uma máscara e um tudo de álcool visto de cima estão ao fundo, mas no canto direito superior, flutua a esfera com cravos extremamente pontiagudos do vírus.

As charges do cartunista Jorge Braga merecem destaque nessas postagens. Utilizando-se da figura facilmente reconhecível do novo coronavírus, o chargista brinca quase diariamente com o aspecto espinhoso do vírus. Como uma forma mutante, Jorge Braga emprega a figura em locais onde antes estariam desenhados círculos: numa típica bomba de cartum (Figura 7), nas orelhas do Mickey Mouse, no ponto de um sinal de interrogação, em um balão na mão de uma criança.

O chargista se vale justamente da forma de reconhecimento fácil, trazendo-a para o cotidiano das pessoas características da linguagem da charge e do cartum, ora com boa dose de graça, ora com crítica – às vezes com as duas tonalidades na mesma representação.

Outro destaque é o vídeo produzido em stop-motion pela própria editoria de Arte de *O Popular* para divulgar os primeiros cuidados a serem tomados para evitar a propagação da covid-19. A animação foi postada em 7 de março e leva a assinatura de André Rodrigues, Luiz Antena e Adma Cozac. A peça apresenta um coronavírus feito de massa de modelar e é introduzido por um texto bem apropriado para a rede

social: “Se você não estava em Marte, já deu para perceber que tem um bichinho aí enrolando o planeta”.

No início de março, quando o Brasil já registrava quatro casos de covid-19 em território nacional, as postagens do perfil do canal pago *GloboNews* giravam em torno do noticiário nacional e as entrevistas coletivas do Ministério da Saúde, quando ainda tinha Luiz Henrique Mandetta à frente da pasta.

A imagem vírus começa a ser utilizada com mais frequência a partir de meados de março. O perfil do canal de notícias passa apresentar a seus 1,8 milhão de seguidores as esferas pontiagudas de aspecto artificial que também foram utilizadas por outros veículos no início da pandemia. Nessa primeira imagem, uma esfera esponjosa na cor bege é salpicada de cravos com aspecto de plástico cor de rosa e alguma miniesferas alaranjadas (Figura 8). Essa figura, que mais lembrava um sorvete que propriamente o vírus que abalaria governos e economias, foi arrematada com uma legenda redigida no vermelho característico do canal.

Figura 8: Coronavírus na postagem do canal GloboNews.
Fonte: www.instagram.com/globonews/

Em sintonia com outros veículos de comunicação quando a pandemia se consolidou efetivamente e o Brasil passou a fazer parte da escalada vertiginosa de casos comprovados e óbitos registrados, a *GloboNews* também utilizou a face do novo coronavírus em suas redes sociais para criar um padrão de boletim a ser divulgado. O primeiro deles foi o “Covid-19: atualização da manhã” (Figura 9). Com fundo em tons de cinza apresentando a grande esfera em primeiro plano e outra menor à esquerda – sugerindo um campo em três dimensões, apresentava o nome do boletim em tipografia branca sobre

Figura 9: Capa do boletim: Covid-19: atualização da manhã.
Fonte: www.instagram.com/globonews/

fundo vermelho e logo abaixo, uma chamada para acompanhar a programação do canal. Além da assinatura no rodapé do post, a legenda dava conta diariamente de um resumo em manchetes da noite anterior e notícias daquela manhã.

Nas datas avaliadas, o perfil da revista *Veja*, chamado nessa rede social de *Vejanoinsta*, apresentou uma média de seis postagens diárias. Até final de julho de 2020, o perfil possuía 10,5 mil publicações e 1,7 milhão de seguidores.

As postagens tratam de assuntos curiosos e, não raro, tentam conduzir leitores para o site da revista. São publicações acompanhadas de imagens – exceto frases, entre aspas, de colunistas do próprio veículo ou de pessoas célebres, da cultura popular ou de relevância histórica, com ou o jornalista Cid Moreira ou o escritor Machado de Assis.

Nas datas verificadas, os editores publicaram em média seis postagens por dia. As retrancas foram diversificadas, mas aproximadamente metade das postagens se referia a *coronavírus*, *covid-19* e *pandemia*. Os temas variaram de chamadas para entrevistas na revista, notícias do mundo da política nacional, a curiosidades sobre celebridades e anônimos em ações incomuns.

No início do mês de março, mensagens sobre o novo coronavírus ainda eram bastante centradas no que estava acontecendo na Europa, então epicentro da doença, com temas sobre esvaziamento de pontos turísticos e ações dos governos francês e

Figura 10: Primeira imagem de vídeo de Vejanoinsta.
Fonte: www.instagram.com/vejanoinsta/

Figura 11: Imagem da vinheta de abertura do vídeo Veja Explica.
Fonte: www.instagram.com/vejanoinsta/

italiano no enfrentamento da pandemia. À medida que a contaminação foi se expandindo no Brasil, o foco foi direcionado para o País.

A primeira postagem com uma imagem do vírus no feed de *Vejanoinsta* aconteceu em 2 de fevereiro. Trata-se de um vídeo de três minutos e 42 segundos. Embora no decorrer das cenas exibam um coronavírus como ficou reconhecido no imaginário popular, a primeira imagem que aparece é um coronavírus bem realista, em tons cinza (Figura 10), com aspecto de uma lâmina oriunda de um microscópio eletrônico.

No dia 13 de março há um exemplo do *Veja Explica*, mostrando como se prevenir da pandemia (Figura 11). Trata-se de um vídeo de cinco minutos e na vinheta de abertura são exibidos três ásperos coronavírus, em cor cinza-metálica sobre um fundo bem mais aquecido, em tons róseos opacos. Fica evidente que as três esferas espinhosas são intrusas naquele espaço que remete ao interior de algum órgão do corpo humano.

O boletim *coronavírus Giro de Veja* (figura 12) foi exibido pela primeira vez em 24 de março. A partir de então, foi publicado quase diariamente. Com identidade visual impactante, possui imagem do vírus em laranja-avermelhado, sobre um fundo amarelo, o que torna a peça facilmente reconhecível no feed. Com o início da animação, os vírus ganham forma a partir de uma névoa sobre fundo amarelo. O tempo de duração varia bastante, podendo ter menos de um minuto a até cinco minutos, que é o tempo máximo de um vídeo nessa rede social. O número de visualizações é bem variável, mas no período avaliado estava na média de 50 mil por boletim.

O *Giro Veja* já existia, mas sem a nomenclatura e a imagem do coronavírus; era o espaço de exibição de pequenos vídeos, mas as pautas e temas eram diversos. O desenho com a imagem do novo coronavírus passou a ser postado um mês após o primeiro caso registrado no Brasil.

No dia 6 de abril os assuntos são bem variados, mas a covid-19 dá o

Figura 12: Imagem inicial do boletim Coronavírus Giro Veja.
Fonte: www.instagram.com/vejanoinsta/

tom das pautas: de uma tigresa que testou positivamente para o vírus, aos ensinamentos sobre como a experiência na inóspita Antártica pode favorecer a vida de quem vive em isolamento. Neste dia houve *Giro Veja*. Exceto esta última, todas as outras postagens foram ilustradas com fotografias.

No dia 22 de abril há nove postagens. Nesse período *Vejanoinsta* apresenta assuntos diversos sobre política, economia e cultura, sempre abrindo o dia com a publicação da frase de uma pessoa notável (neste dia, foi o escritor Mark Twain) e fechando com o boletim *Coronavírus Giro Veja*.

O guarda-chuva de *Veja* também possui outros perfis nas redes sociais, de publicações filhas da semanal de informação: *Vejasp*, *Vejario* e, mais recentemente, *Veja Saúde*. Trata-se da revista *Saúde é Vital*, da mesma Editora Abril, que desde maio de 2020 teve seu nome alterado. *Saúde é Vital* foi publicada por 36 anos com esse nome, e passou a ganhar o reforço e a credibilidade da publicação mais prestigiada do grupo justamente no meio da pandemia.

Se forem observados rapidamente perfis de outros veículos jornalísticos no Instagram, a reprodução da imagem idealizada do Sars-CoV-2 vai estar presente, sobretudo nas postagens seriadas e de colunas. *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Le Monde*, *Time*, *El Pais*, *O Globo*, *Correio Braziliense*, dentre outros tantos, todos utilizaram a imagem do novo coronavírus como um selo gráfico para pautas sobre a pandemia de covid-19.

Considerações sobre um vírus *pop*

A cultura pop, no sentido de popular e demasiadamente reproduzido pelos meios de comunicação de massa (PIZA, 2003), apresenta a todo instante elementos para serem adicionados ao nosso extenso e insaturável acervo imagético. A cada estação, mês, onda ou modismo, algo novo ou remodelado aparece para se juntar às imagens – e informações de toda ordem – que compõem o repertório de referências nas mentes de telespectadores, leitores e internautas.

O novo coronavírus surgiu e logo foi estampado em todos os lugares. Se buscarmos imagens no portal de buscas da Google a partir das palavras-chave “covid-19” ou “coronavírus” quase todas as imagens vão trazer o novo coronavírus, conforme pode ser visto na figura 13. Mes-

mo que os algoritmos da plataforma levem em consideração o local da busca, não será muito diferente se utilizarmos a Colômbia ou a França como ponto inicial para essa pesquisa. Nota-se no exemplo resultante da busca a partir do verbete "covid-19", que apenas duas das 10 imagens visíveis no print não se referem diretamente à forma do vírus.

A partir de postagens na web, o Google faz varreduras e alimenta um imenso catálogo a partir dos conteúdos que encontra, incluindo vídeos e imagens fixas. Ou seja, as imagens mais utilizadas e melhor inseridas na web (com títulos adequados, por exemplo) são as que acabam sendo as mais vistas e mais reutilizadas também, uma vez que o Google é o maior buscador de conteúdos em atividade no momento.

Mas de onde vieram essas imagens que alimentaram tantas peças de veículos de comunicação e, consequentemente, o acervo do Google? Uma possível resposta passa pelos bancos de imagens. Um dos mais conhecidos por editores de todo o mundo é a Getty Images . A empresa, que atualmente disponibiliza mais 80 milhões de fotografias e ilustrações e mais 50 mil horas de filmagens em seu acervo, possuía 230 mil fotografias, ilustrações e vetores relacionados ao verbete "coronavírus", e quase 180 mil vídeos, no final do mês de setembro de 2020. Evidentemente que boa parte dessas peças (sobretudo as fotografias e ilustrações) exibe a forma do vírus como ficou conhecida no imaginário popular.

Como o catálogo está aberto para visualização, trata-se de uma fonte inesgotável de inspiração, mesmo para quem não pode pagar por R$

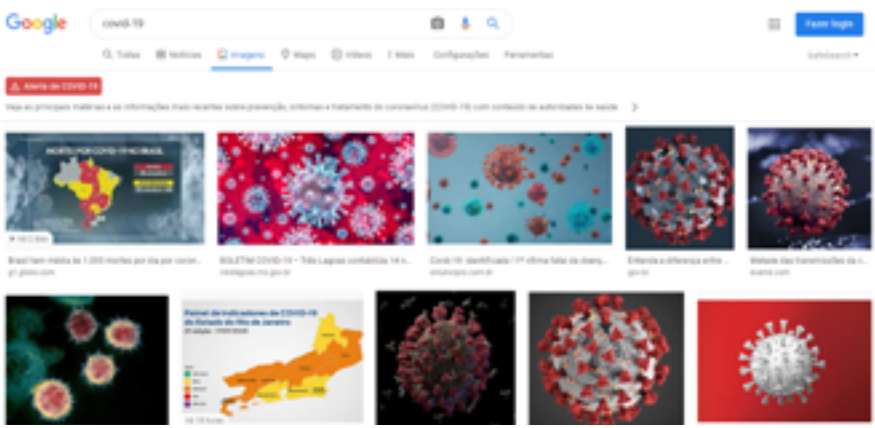


Figura 13: Detalhe da reprodução de uma página do site de buscas Google.com.br.
Fonte: Google LLC.

900 a R$ 3 mil numa imagem individual. Para efeito de comparação, a palavra "Brasil" remete a pouco mais de 258 mil imagens no banco da Getty. Ou seja, não é difícil imaginar que ao primeiro rumor de um novo vírus surgindo na cidade Wuhan, na China, que fotógrafos e ilustradores já estivessem de prontidão para escanear, fotografar e dar uma "cara" para esse vírus.

Figura 14: imagens do emoji "microbrio". *Fonte: Emojipedia.*

Outra comprovação de que a imagem do novo coronavírus está na enciclopédia visual da contemporaneidade é o uso crescente que um emoji criado em 2018 tem recebido. Segundo dados da peculiar Emojipedia, trata-se de um micróbio, geralmente representado como um microorganismo unicelular com cílios proeminentes (EMOJIPEDIA, s/d). Mesmo tendo sido criado muito antes da pandemia de covid-19, o emoji de micróbio (ao lado do ícone que representa um rosto com máscara) foi o mais utilizado em mensagens relacionadas à doença, segundo notícia publicada no portal TechTudo. O levantamento foi realizado pela publicação online entre os dias 7 e 8 de março de 2020, a partir da análise de cerca de 50 mil tuítes únicos que apresentavam ao menos um dos doze emojis relacionados à área da saúde selecionados para a pesquisa, como ambulância, comprimido e seringa (FERNANDES, 2020).

O mais curioso é que o emoji micróbio funciona melhor como um ícone do coronavírus em dispositivos da Apple. É nesse formato que ele se aproxima bastante das ilustrações esquemáticas sobre o novo coronavírus. Eles podem variar bastante de forma e cor, e até número, conforme o sistema operacional. Na representação da Google, é mostrado como um conjunto de cinco amebas.

Como não poderia ser de outra forma nos dias atuais, também foram criados inúmeros stickers e memes representando o vírus. As "figurinhas", que para alguns estudiosos de tendências de comunicação na web representam o fim dos emojis, são populares por aliar bom-humor às mensagens

escritas. A rede social Telegram disponibilizou em seu menu de stickers o The Virus, com imagens simpáticas do vírus, entre os dizeres havia mensagens como Fique em casa, Sem abraços e Lave as suas mãos, em inglês.

Em matéria publicada pela jornalista Marcella Franco na *Folha de S. Paulo*, sobre como as "figurinhas" foram incorporadas ao vocabulário das mensagens trocadas nas redes sociais, o psicólogo e neurocientista do comportamento Yuri Busin, trata de como essas imagens – caseiras ou não – podem estimular a convivência: "Nossa sociedade tem muita dificuldade de se comunicar, ainda mais na forma escrita. Os stickers ajudam bastante na comunicação dos sentimentos" (FRANCO, 2019).

Embalados pelo fenômeno e com a necessidade de se comunicar com diversos públicos, o Ministério da Saúde criou uma campanha de stickers em parceria com o Whatsapp. Foram desenvolvidas onze imagens, coloridas e bem elaboradas, mas desta vez não havia nenhuma tentativa de humanizar ou suavizar a figura do novo coronavírus, que como personagem sequer foi utilizado.

Figura 15: Menu de stickers The Virus.
Fonte: *Telegram Channels.*

Domesticar o vírus pela suavização e humanização de sua imagem é uma estratégia natural para tentar dominá-lo. Segundo as hipóteses mais aceitas na história da arte, agrupamentos humanos faziam isso há mais de 17 mil anos. Quando pintavam um touro ou bisão na parede de uma caverna, a intensão era capturar simbolicamente o animal. Quem sabe assim seria mais fácil a caçada (GOMBRICH, 1999).

O nível de domesticação do vírus e de aplicação de suas formas no cotidiano ganhou status exemplar nas mãos do artista visual Lorenzo Saa. Ele explica em vídeo produzido pela Agência AFP e disponibilizado na pla-

taforma Youtube, como resolveu transformar frutas, verduras e objetos que o cercavam em figuras símiles ao novo coronavírus.

No vídeo da Agência AFP ele explica que essa é a sua forma de lutar contra a covid-19. "Fazendo isso, fica mais amigável e aceitável para mim", resumiu o artista que diz ser muito sociável e precisava inventar algo para não enlouquecer nos dias de isolamento. Em seu perfil no Instragram (@covid19replics) ele apresenta sua produção de melões, laranjas e cebolas cravejadas de pins, palitos de fósforos, floretes de couve-flor ou qualquer outra coisa que possa simular os filamentos de proteína do vírus.

Lorenzo Saa é apenas um dos nomes que expõe no Covid Art Museum, uma galeria virtual que arregimenta artistas no Instagram. Basta uma rápida visita para perceber que, entre tantas obras feitas em dias de isolamento social, há todo tipo de representações do novo coronavírus.

Provavelmente a imprensa não queira domesticar o causador da covid-19, mas contribuiu muito para que sua forma se tornasse uma imagem muito familiar para qualquer uma que não estivesse em Marte, como foi dito em uma postagem do jornal *O Popular* tratada alguma páginas anteriores.

Graças à difusão massiva de sua forma, a esfera com pontas ganhou status de ícone universal instantâneo. Como um pictograma contemporâneo, a figura do novo coronavírus é reconhecida da mesma forma que um avião representa aeroporto e garfo e faca um restaurante. Um pictograma é uma imagem com a máxima capacidade informativa utilizando-se do mínimo de recursos. Quanto mais essa forma for utilizada, mais eficiente ela será na comunicação.

Que seja de compreensão universal, mas passageiro.

Referências

AFP NEWS AGENCY. **The man who 'creates a COVID' every day of lockdown**, 16 de mai. 2020 (2m9s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X-x7rGWE8gI&feature=youtu.be. Acesso em 10 jul. 2020.

AIDS. **Revista Veja**, Edição nº 884. Editora Abril: São Paulo, 14 de agosto de 1985. Disponível em: https://veja.abril.com.br/acervo/#/editions. Acesso em: 7 jun. 2020.

ALI, Fátima. **A arte de editar revistas**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2009.

BNDIGITAL - Hemeroteca Nacional. Gazeta de Notícias (RJ). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 20 jul. 2020.

BEGGIORA, Helito. **TechTudo**. Coronavírus: WhatsApp e Ministério da Saúde lançam figurinhas. Disponível em: https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2020/03/coronavirus-whatsapp-e-ministerio-da-saude-lancam-stickers-como-usar.ghtml. Acesso em: 19 jun. 2020.

COMO a pandemia da gripe espanhola mudou o mundo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 de mai. de 2020 (9m42s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f-7pc-7rmko. Acesso em: 20 de mai. 2020.

COMO o Brasil enfrentou a gripe espanhola**? O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 15 de mai. de 2020 (36m51s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8q4Kf6c4PAg&t=143s. Acesso em: 16 jun. 2020.

EMOJIPEDIA. **Microbre**. Disponível em: https://emojipedia.org/microbe/. Acesso em: 19 jun. 2020.

FRANCO, Marcella. Figurinhas se tornam o novo vocabulário em redes sociais, **Folha de S. Paulo**, Equilíbrio e saúde, 25 jun. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/06/figurinhas-se-tornam-o-novo-vocabulario-em-redes-sociais.shtml. Acesso em: 20 jan. 2020.

FERNANDES, Rodrigo. Emojis de máscara e micróbio são os mais usados para falar de coronavírus. **TechTudo.** Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/04/emojis-de-mascara-e-microbio-sao-os-mais-usados-para-falar-de-coronavirus.ghtml. Acesso em: 20 jun. 2020.

FRUTIGER, Adrian. **Sinais e símbolos** – Desenho, projeto e significado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GETTY IMAGES. **About us – Getty Image**. Disponível em: http://press.gettyimages.com/about-us/. Acesso em: 30 set. 2020.

GOMBRICH, Ernest. H. **A História da Arte**. 16ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 1999.

GOOGLE. **Imagens: Coronavírus**. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=coronav%C3%ADrus&tbm=isch&ved=2ahUKEwiBw6C9w=-HqAhUZDrkGHRBNAUY2Q-cCegQIABAA&oq-coronav%C3%ADrus&gs_lcp=CgNpbWcQAzIHCAAQsQMQQzIFCAAQsQMyBAgAEEMyBQgAELEDMgIIADICCAAyBAgAEEMyAggAMgIIADICCABQjvQFWMX4BWC1_wVoAHAAeACAAZUCiAHwCJIBAzItNZgBAKABAaoBC2d3cy13aXotaW1nwAEB&sclient=img&ei=hYoYX8HsEJmc5OUPkJqFsAQ&bih=657&biw=1366&hl=pt-BR. Acesso em: 30 jul. 2020.

IMAGENS inéditas mostram novo coronavírus atacando células do corpo. **G1**, 8 de abr. de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/08/imagens-de-microscopia-ineditas-mostram-novo-coronavirus-atacando-celulas-do-corpo.ghtml. Acesso em: 15 jun. 2020.

INSTITUTO BUTANTAN. **Confira imagens do coronavírus ampliadas**, c2020. Disponível em: http://coronavirus.butantan.gov.br/veja-o-coronavirus. Acesso em: 30 set. 2020.

JARDÍ, Enric. **Pensar com imagens**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 14ª ed. São Paulo: Papirus, 2012.

MARCOVICH, A.; SHINN, T. Estrutura e função das imagens na ciência e na arte: entre a síntese e o holismo da forma, da força e da perturbação. **Scientiae Studia**, *[S. l.]*, v. 9, n. 2, p. 229-265, 2011. DOI: 10.1590/S1678-31662011000200002. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11240. Acesso em: 15 set. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença: o que é covid-19**, c2020. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. **Brasil confirma primeiro caso da doença**, 26 fev. 2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-sau-

de/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus. Acesso em: 16 jun. 2020.

MODELO mais preciso até hoje do coronavírus em 3D é criado; veja vídeo. **G1**, 14 de mai. de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/15/modelo-mais-preciso-ate-hoje-do-coronavirus-em-3d-e-criado-veja-video.ghtml. Acesso em: 28 mai. de 2020.

OPAS BRASIL. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus), c2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 5 jun. 2020.

PIZA, Daniel. **Jornalismo Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Krukemberghe Divino Kirk da Fonseca. **"Vírus"**; *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/biologia/virus.htm. Acesso em 17 de julho de 2020.

ROCHA, Juliana. Pandemia de Gripe de 1918. **InVivo FioCruz**, s/d. Disponível em: http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7. Acesso em 14 de jun. de 2020.

SBI. **Informe da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre o novo coronavírus** – Perguntas e respostas para profissionais de saúde e para o público em geral, 10 de jan. de 2020. Disponível em: https://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/principal/2020/03/NovoCoronavirus_PeR_29-01.pdf. Acesso em: 18 de jun. 2020.

SETE fatos sobre a Gripe Espanhola no Brasil. **Revista Galileu**, 6 jun. 2020. Disponível em:https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2020/06/7-fatos-sobre-gripe-espanhola-no-brasil.html. Acesso em: 15 jun. 2020.

TACHNER, Natalia Pasternak. Gripe espanhola: 100 anos da mãe das pandemias. **Veja Saúde**, 11 mar. 2020. Disponível em: https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/gripe-espanhola-100-anos-da-mae-das-pandemias/. Acesso em: 19 de jul. 2020.

TELEGRAM CHANNELS. **The Virus**. Disponível em: https://telegramchannels.me/stickers/s-thevirus. Acesso em: 5 ago. 2020.

UNAIDS. **Wear your red ribbon this World AIDS Day**, 30 nov. 2006. Disponível em: https://www.unaids.org/en/resources/presscentre/featurestories/2006/november/20061130redribbonen. Acesso em: 8 jul. 2020.

Telejornalismo local em tempos de pandemia

Adriana Teixeira Moraes
Ana Carolina Rocha Pessoa Temer
Bernadete de Sousa Coelho

Introdução

A última pandemia enfrentada pela população mundial, a gripe espanhola[1], foi em 1819, matou aproximadamente cinqüenta milhões de pessoas no mundo. Depois de 100 anos, um mundo mais moderno e tecnológico se rende as incertezas de um novo vírus, rápido agressivo e letal sem vacina. De acordo com o site do Ministério da Saúde a Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e que apresenta um quadro clinico que varia de infecções assintomáticas à quadros respiratórios graves.

A doença foi identificada pela primeira vez no povoado de Whuan na China, e se espalhou pelo mundo, de forma que março de 2020 a Covid 19 foi caracterizada como uma pandemia. Até 29 de maio de 2020 de acordo com dados da OPAS, Organização Panamericana de Saúde foram confirmados no mundo 5.701.337 casos da doença com 357.688 mortos.

O alcance mortal da Covid- 19e sua grande capacidade de contaminação passou a determinar a forma, a maneira de trabalhar de muitos profissionais que tiveram sua rotina de trabalho transferida para casa, para o chamado Home Office.

1 Foi uma pandemia que aconteceu de 1918 a 1919, atingiu todos os continentes e deixou um saldo de no mínimo 50 milhões de mortos.

Nesse universo essa pesquisa enfoca especificamente a atividade profissional dos jornalistas que atuam na televisão/ telejornalismo, tanto os que trabalham na edição de conteúdos como os que atuam na linha de frente entrevistando médicos, enfermeiros, pacientes, além de seguirem executando reportagens em vários locais. Uma vez que ruas ou nas redações é preciso lançar mão de estratégias de proteção adaptação de conteúdos, a proposta se concentra em fazer uma análise de como esses profissionais mudaram suas rotinas produtivas para sobreviver ao caos provocado pela pandemia.

Uma breve linha do tempo

Os primeiros casos da Covid -19 foram noticiados ainda em janeiro de 2020, quando a imprensa mundial apresentou para o mundo acidade chinesa de Wuhan, que tem um milhão de habitantes, como local de surgimento da doença. Em apenas 3 meses o vírus se espalhou por mais de 150 países e territórios e países da Europa, e novamente a imprensa informou que o *novo* epicentro da doença se tornou a Itália e posteriormente a Espanha, que registraram milhares de casos da doença.

Em 26 de fevereiro foi confirmado o primeiro caso da doença no Brasil. Confirmadas as transmissões internas, o Ministério da Saúde regulamentou critérios de isolamento e quarentena com o objetivo de achatar a curva de contaminação da doença e evitar a sobrecarga do sistema de saúde. A partir dessas informações se evidencia para o público a primeira mudança no telejornalismo: o uso de máscara por parte dos repórteres de diferentes emissoras de TV, uma prevenção que acontece antes mesmo da obrigatoriedade via decreto estadual (Goiás) do uso do item de proteção. Outras mudanças se seguiram, entre elas o distanciamento obrigatório dos entrevistados, o uso de um segundo microfone que, contrariando as normas anteriores das entrevistas na televisão, passou a ser entregue para o entrevistado. Também ficou mais evidente a dificuldade de acesso as fontes/entrevistado, que antes eram entrevistados em espaços abertos ou em seus locais de trabalho, e que passaram a ser contactados virtualmente.

Essas mudanças, é claro, afetaram diferentes aspectos da produção do telejornalismo. No entanto, para entender um pouco es-

sas mudanças e suas consequências, é necessário entender a própria rotina produtiva do telejornalismo.

O telejornalismo e o newsmaking

Segundo Temer (2014), o telejornalismo é uma parte da história do desenvolvimento social e político da televisão e presente desde os primeiros anos do veículo e que sobrevivido graças a uma grande capacidade de adaptação. De acordo com Paternostro (1999, p. 35) o "*Imagens do Dia*" foi o primeiro telejornal da TV brasileira e estreou em 19 de setembro de 1950, um dia depois da inauguração da TV no Brasil. O formato era simples, com texto em estilo radiofônico, e algumas notas tinham imagens feitas em filme preto e branco sem som". Marcondes Filho (2002, p. 79) afirma que no início o telejornal era uma variação do jornalismo impresso e, como no cinema, o apresentador era uma voz narrando os fatos. Aos poucos a evolução tecnológica, como o desenvolvimento do vídeo tape a partir de 1960, e a própria experiência dos profissionais com o novo meio, proporcionou novas mudanças, fazendo com que essa linguagem visual fosse se sofisticando e adquirindo uma identidade própria. Vizeu afirma que:

> A imagem que a mídia constrói da realidade é resultado de uma atividade profissional de mediação vinculada a uma organização que se dedica basicamente a interpretar a realidade social e mediar os que fazem parte *do espetáculo mundano* e o público...
> [...] a mídia não só transmite, mas prepara e apresenta uma realidade dentro das normas e das regas do campo jornalístico (VIZEU 2008, p. 13)

Essas normas e regras estão relacionadas ao fazer jornalístico. Estes aspectos dessas relações são analisados de forma ainda mais profunda nas pesquisas comumente chamadas de Estudos de Efeito em Longo Prazo e mais particularmente na abordagem teórica conhecida como *Newsmaking,* que investiga como a produção da notícia reproduz ou modifica a realidade e diz respeito ainda a cultura profissional do jornalista e organização do trabalho. Em termos amplos, estes estudos apontam que a

forma como a notícia é produzida influi em seu resultado (TEMER, 2009, p. 63). Traquina (2012) citando o estudo de Gaye Tuchman, (1978) afirma que as empresas jornalísticas se esforçam em rotinizar o seu trabalho, como estratégia para processar diferentes tipos de "estórias" noticiosas e proporcionar aos repórteres maior eficácia no trabalho. Para Wolf (2005, p.179) o newsmaking é um estudo ligado ao jornalismo enquanto profissão e apresenta relação com a questão da noticiabilidade. O profissionalismo elemento pontuado pela busca da credibilidade e por uma estratégia que destaca a objetividade que tem como ponto principal imparcialidade é visto como método de controle de trabalho. (TRAQUINA, 2012). Hagen (2008) apresenta uma visão construcionista do trabalho jornalístico, e a partir dessa abordagem, afirma que as rotinas de trabalho sistematizadas e os modelos noticiosos proporcionam ao repórter encontrar uma forma predefinida de contar suas histórias e "transitar com maior segurança nos locais de embate" (HAGEN, 2008, p.34). Mauro Wolf destaca que uma característica etnográfica da comunicação aplicada ao newsmaking é justamente permitir a observação nos momentos de crise, relativo a eventos ou fenômenos incertos ou pouco claros ou quando a reordenação do trabalho ou ajustes na linha editorial corrigem o processo de produção da notícia (Wolf,2005)

Falando sobre necessidade da implantação das rotinas de trabalho, Temer (2009) afirma que um veículo de comunicação exige o estabelecimento de rotinas de trabalho ou rotinas de produção. Segundo a autora:

> Essas rotinas devem ser flexíveis o bastante para permitir a inclusão de fatos inesperados- as notícias- mas que também permitam o acesso a um fluxo constante de informações, de maneira a garantir que o produto esteja pronto para ser veiculado e consumido no prazo esperado. (TEMER, 2009 p. 64)

Fica claro, portanto, que essas rotinas não são estáticas. Elas são afetadas pelo contexto social, político e econômico e, como estamos acompanhando atualmente, por condições sanitárias que fogem ao controle tanto do jornalismo quanto dos órgãos públicos. Alsina (2009) afirma que é a partir da relação com as rotinas produtivas que o profissional jornalista "adapta seus pontos de vista e seus valores às exigências da organização onde ele trabalha" (ALSINA, 2009, p.202). Uma vez

que a própria veiculação das informações passa por uma série de filtros antes da sua publicação, essa relação, por sua vez, faz com que as decisões produtivas- fatores como a escolha de pautas e dos entrevistados, por exemplo, - sejam definidas a partir de decisões nas quais o maior peso está no aspecto organizacional, e não nos interesses pessoais ou até mesmo empresariais imediatos.

A situação da pandemia, evidentemente, afetou as rotinas organizacionais, consequentemente afetou também diferentes aspectos da produção de conteúdos. Um exemplo da interferência das ações organizacionais pode ser verificado em uma observação inicial quando acompanhamos o padrão de máscaras usadas pelos jornalistas de uma determinada emissora de TV na cobertura diária da pandemia. Logo no começo as máscaras não tinham nenhum padrão e cada jornalista usava um tipo de tecido e estampa. Agora todas as máscaras são brancas e com a logomarca da empresa. Independente do assunto da pauta ou do local do acontecimento a rotina produtiva na pandemia determina o uso da máscara não só como forma de proteção, mas como uma uniformização da maneira de trabalhar do jornalista.

O jornalista de TV e a pandemia

Essa pesquisa busca avaliar as mudanças na rotina produtiva dos jornalistas que atuam na televisão em Goiânia em relação à pandemia do Covid-19, verificando entre outros aspectos, os cuidados para evitar os riscos de contaminação que são incluídos nessa rotina produtiva. Busca-se entender como estas mudanças afetam o desempenho das tarefas diárias do jornalista de TV, desde aspectos práticos, como cuidados visíveis e a observância das determinações de autoridades de saúde, mas também aspectos que em um primeiro momento são menos perceptíveis aos telespectadores.

No começo do mês de maio o Brasil entrou na lista dos seis países que ultrapassaram o registro de 10 mil mortes por Covid-19. As estatísticas falam muito do número de profissionais de saúde que morreram cuidando das vítimas da doença, mas pouco se fala da morte dos profissionais de imprensa que também se colocam na linha de frente na cobertura da pandemia. As informações do dia a dia carregadas de números

negativos também despertam o medo, nervosismo e apreensão entre os jornalistas. Essa situação é perceptível principalmente nas entradas ao vivo. Um exemplo disso foi o que aconteceu a dois repórteres da rede CNN que passaram mal durante a cobertura diária. O repórter Jhonatã Gabriel de Salvador teve que interromper a participação depois de ficar ofegante e perder a linha de raciocínio da notícia sobre auxilio do estado aos servidores da saúde. A repórter Luciene Kaxinawá também ficou ofegante e nervosa durante a transmissão, enquanto falava da reabertura do comércio em Manaus e segundo a própria emissora, desmaiou depois da participação. De acordo com o site Press Emblem Campaign (PEC) até agora 111 jornalistas em 26 países já morreram vítimas do Covid- 19, mas o próprio *site* afirma que esse número pode ser bem maior.

Outra pesquisa realizada pela Federação Internacional dos Jornalistas revela que o nível de estresse e ansiedade dos jornalistas tem aumentado durante a pandemia e, além disso, os profissionais ainda sofrem com enxugamento salarial e corte de benefícios. O levantamento *on line* foi feito entre os dias 26 e 28 de abril de 2020 e recebeu respostas de 1.300 jornalistas de 77 países. O maior índice de participação foi dos brasileiros representando 22% das respostas. Sobre a pesquisa a presidente da FENAJ, Maria José Braga avaliou que "a crise da pandemia e a postura de algumas empresas fizeram com que aumentasse ainda mais a tensão que já é inerente a rotina dos profissionais de jornalismo". Para a Federação mesmo aqueles que trabalham no sistema Home Office não escapam do estresse. Eles estão em constante estado de alerta e em muitas vezes numa jornada de trabalho com horário indeterminado.

Embora a pesquisa não levante estes dados, é possível inferir que a incerteza do momento e o receio da contaminação também fazem o jornalista se afastar tanto fisicamente como adotar certo distanciamento emocional das informações negativas. Se antes o jornalista podia se aproximar sem maiores restrições de seus entrevistados evidenciando muitas vezes o aspecto da cordialidade com a fonte, hoje já não pode mais ter essa atitude, orientações sanitárias e receios individuais (mesmo que não

Entrega de ventiladores pulmonares pelo SENAI, ABECLin e UFG ao governo do Estado. Fonte: assessoria de imprensa.

confessos) forçam o jornalista a manter uma distância mínima. Uma situação interessante que exemplifica essa relação é a cobertura das *entrevistas quebra queixo*[2] características do Presidente Bolsonaro. Essas entrevistas passaram a ser fonte de tensão entre os jornalistas, uma vez que os profissionais não conseguiam manter distância dos admiradores do governo (separados apenas por uma grade) e que se aglomeravam, em geral sem máscara, próximo aos jornalistas. Após alguns incidentes e a falta de respeito às regras sanitárias, o grupo Globo alegando falta de segurança decidiu não fazer mais plantão na saída do palácio da Alvorada. De acordo com o site da Associação Brasileira de Imprensa, a decisão foi anunciada pelo vice- presidente de Relações Institucionais do Grupo Globo em uma carta enviada ao ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional Augusto Heleno. A exemplo do grupo Globo o jornal Folha de São Paulo e rede Bandeirantes de televisão também decidiram suspender a cobertura na saída do palácio da Alvorada.

2 Jargão jornalístico para entrevistas rápidas, em geral caracterizadas por depoimentos ou falas espontâneas de autoridades públicas, quando estão entrando em um espaço privado mas ligado ao estado, como tribunais e delegacias de polícia, mas também em outras repartições públicas e outros espaços

O exemplo aponta apenas uma das formas pelas quais a relação dos jornalistas com representantes do poder público também ganham nova dimensão. As emissoras de TV na maior parte das vezes lançam mão das participações gravadas em regime remoto, sem a presença do jornalista no local juntamente com a fonte.

A pesquisa registra ainda as implicações resultantes das mudanças em relação à entrega do microfone ao entrevistado, medida adotada para reduzir a possibilidade de contaminação. O repórter tem seu próprio microfone para conduzir a entrevista, enquanto o entrevistado, com outro microfone, fica a pelo menos um metro de distância. Essa mudança, que vale ressaltar, contraria o que os manuais de televisão sempre orientaram o jornalista de TV, também representa uma perda de controle do repórter sobre a entrevista, já que não pode cortar (retirar o microfone do alcance da fala do entrevistado) ou mesmo interferir com novas perguntas. Ou seja, segurar o microfone simbolicamente significava ter o controle das perguntas e do tempo de resposta do entrevistado e entregar o microfone é justamente perder esse controle. Trata-se, portanto, de uma mudança aparentemente simples, mas com amplas conseqüências no conteúdo a ser editado e/ou veiculado, afetando particularmente as entrevistas no modelo "ao vivo".

Também é registrada a preocupação da higienização constante das mãos com água e sabão. Essa é uma ação um pouco mais complicada no dia a dia do repórter de rua, já que nem sempre existe um local apropriado para fazer essa higienização com água e sabão e pouco tempo entre uma pauta e outra. A desinfecção com álcool em gel é um pouco mais fácil, porém na dinâmica diária de uma profissão no qual o tempo é um elemento fundamental, nem sempre é feita corretamente. Uma vez que se está em um ambiente externo, torna-se difícil controlar pequenas ações rotineiras, como um encostar em um corrimão de escada por exemplo, puxar uma cadeira ou até mesmo utilizar o telefone celular. O uso da máscara além de causar estranheza no telespectador, reduz a possibilidade de interpretação das expressões faciais, já que o nariz e a boca ficam encobertos. Outro aspecto que exige um maior cuidado quando é necessário o uso da máscara, diz respeito ao som da voz do repórter e do entrevistado, que passa a ser abafado pelo tecido, necessitando maior atenção por parte dos profissionais de telejornalismo, mas também maior aten-

ção do telespectador para evitar distorções. Consequentemente, esse uso afeta também aspectos relativos à recepção dos conteúdos.

A soma deste e de outros aspectos observados em uma exploração inicial, apontam também que, nas redações jornalísticas, a nova rotina de trabalho implica em uma divisão dos profissionais em grupos, em uma estratégia para reduzir os riscos de contaminação. Nas telas, o trabalho *Home Office* transforma escritórios, salas e varandas em cenário do telejornal. No espaço doméstico os jornalistas de TV normalmente fazem o *stand up*[3] e raramente utilizam imagens externas para compor sua participação, de tal forma que ele mesmo se transforma em fonte dessa informação. Essa estratégia atinge principalmente temas simples que poderiam ser anunciados em formato de nota seca[4], mas que também se revestem de elementos característicos de formatos opinativos.

O conjunto destas mudanças, e suas conseqüências na atividade profissional, têm impacto na própria percepção do jornalismo pelos profissionais de imprensa, conforme será melhor detalhado a seguir.

A Pesquisa

Neste trabalho realizamos a pesquisa de opinião ou *survey*. A escolha metodológica foi adotada porque possibilita a coleta de uma variedade de dados diretamente junto ao público de interesse e sem a barreira geográfica. O instrumento de pesquisa foi o questionário, cuja elaboração se baseou em estudo preliminar sobre o tema a partir do ponto de vista dos próprios entrevistados (NOVELLI, 2005, p. 168)

A pesquisa foi realizada por meio de questionário elaborado no *Google Forms,* composto por onze perguntas fechadas, voltadas para identificar quais as mudanças aconteceram na rotina produtiva jornalística. Foram enviados 30 e-mails aos profissionais que trabalham exclusivamente nos programas de telejornalismo, sendo que deste total dezoito *e-mails* para endereços pessoais, e doze institucionais. A escolha dos jornalistas e das emissoras de TV foi aleatória, mas respeitan-

3 Quando o repórter faz uma gravação no local do acontecimento para transmitir informações do fato. Normalmente ele está de pé, em primeiro plano, e permanece no vídeo durante todo boletim ou *flash* Fonte O texto na TV Paternostro (1 999)

4 Noticia curta destinada à informação do fato, sem imagens. Fonte as autoras

do a abrangência das diferentes funções de produtor, repórter, editor, apresentador e chefes de redação. O questionário foi antecedido de um texto introdutório esclarecendo sobre os propósitos, a autoria e a busca pela cooperação nas respostas. Não foi solicitada a identificação do jornalista ou da emissora, apenas qual função ele desenvolve na televisão.

Entre os profissionais que responderam a pesquisa, 61,1% são repórteres, 16,7% apresentadores, 11,1% produtores, os demais estão divididos entre editore cargo de chefia. Perguntados como avaliavam as mudanças nas rotinas produtivas no jornalismo de TV, em função da pandemia provocada pelo Covid -19. Analisadas as respostas, a grande maioria (88,9%) afirmou que mudou muita coisa.

A questão da necessidade do isolamento e/ou distanciamento social foi a medida mais citada como a que atingiu diretamente os grupos que trabalham nas redações. Os jornalistas apontam que a adoção do trabalho *Home Office* e o revezamento entre os funcionários como temporária para continuação do trabalho. Do total de pesquisados, 94,4% afirmaram que os jornalistas estão trabalhando em grupos que semanalmente se alternam presencialmente nas redações. Neste contexto, 50% dos profissionais consideram que é menos produtivo trabalhar em casa e que o acesso a informação fica prejudicada sem a estrutura da TV. Apesar de continuarem suas atividades em *Home Office*, e nenhum entrevistado ter citado que *não* é possível trabalhar com jornalismo em casa, os jornalistas consideram que a qualidade da produção telejornalística fica comprometida nesta situação.

Uma vez que a televisão é um veículo que necessita da roteirização das atividades, o processo da construção de conteúdos até a veiculação da notícia cria uma relação de complementaridade entre os profissionais. O produtor atua em simbiose com o seu chefe de redação, o repórter depende da pauta do produtor e do cinegrafista, o editor está limitado aos elementos obtidos na reportagem produzida pelo repórter e o apresentador depende do fechamento final da reportagem para colocá-la no ar. É grande também a dependência que a televisão tem dos equipamentos como câmeras, microfones, tripé, e todo um conjunto de equipamentos que exigem outro grupo de profissionais para que funcionem. O distanciamento traz como consequência menos interação e troca de ideias entre os colegas de trabalho, menos profissionais para manter o jornal diário no ar, mais carga de trabalho para aqueles que ficam nas redações, e maior responsabilidade de quem está em *Home*

Office para produzir com qualidade e credibilidade notícias sem a estrutura adequada. Há, portanto um distanciamento não só profissional, mas também emocional e pessoal, e até mesmo um afastamento da informação, que trazem mudanças no resultado final da notícia.

É possível verificar ainda que a maioria (61,1%) não precisou de recursos profissionais utilizados rotineiramente na prática jornalística para trabalhar em casa, uma vez que isso pode ser feito apenas com o uso do celular. Outros 27,8% afirmam que precisaram comprar equipamentos de áudio, vídeo e /ou iluminação e em 16,7% dos casos a emissora cedeu o material para a produção jornalística *Home Office*. Os dados demonstram que a notícia pode ser produzida com recursos e qualidade diferentes entre os profissionais para um mesmo programa, dependendo dos recursos disponíveis. Destaca-se também que em diferentes circunstâncias os próprios jornalistas em suas casas foram personagens de reportagens que mostravam como cada um deles participava dos telejornais mesmo ficando em casa, em geral justificando a variação na qualidade dos vídeos e ao mesmo tempo publicizando essa mudança na rotina dos jornalistas.

Entre os jornalistas pesquisados, duas funções se destacam como mais afetadas com os novos comportamentos exigidos durante a pandemia: o repórter, citado por com 77,8%dos entrevistados, e o produtor, citado por 22,2%. Essa relação é compreensível uma vez que, em tempos normais, a atuação como repórter o jornalista se dá nas ruas, acompanhado de um cinegrafista e em meio à população e suas fontes para acompanhar e relatar os acontecimentos. Com os novos hábitos, a rotina do repórter *home office* foi considerada mais difícil (66,7%) e mais lenta (44,4%) que as demais.

A pesquisa aponta ainda que,quando se considera o *Home Office* ,houve mudanças em quase todas as atividades de repórter. Com isso, 83,3% relatam que essas mudanças aconteceram nas entrevistas ao vivo ou gravadas, 44,4 na gravação de off ou cabeça, 22,2% na checagem da informação no local do fato e 5,6% na checagem da informação pelo telefone. Os profissionais afirmam que em casa 41,2% executam duas pautas por dia, 35,3% uma pauta por dia e 23,5% consideram que cumpriam a mesma quantidade de pautas que era feita antes da pandemia do Covid-19.

Os jornalistas também tiveram que cumprir várias recomendações de prevenção contra a Covid-19, como uso de máscara, distanciamento e higienização constante. Nas respostas 61,1% informaram que o uso de

máscara foi o item que mais afetou o trabalho jornalístico, seguido da limpeza dos equipamentos e materiais usados durante o trabalho com 44,4%, além de manter o distanciamento de colegas e entrevistados e uso do microfone por parte do entrevistado com 38,9% dos entrevistados.

No conjunto das respostas enviadas destaca-se o incomodo que houve em função das transformações na organização e na própria execução das atividades jornalísticas. Perguntados se alguma mudança necessária nesse período vai permanecer depois da pandemia, a maioria dos entrevistados (77,8%) afirmou que sim, e 16,7% consideraram que talvez , e 5,6% afirmam que não haverá mudança na rotina produtiva do jornalista de TV.

Considerações

A pandemia da Covid-19 que afetou o mundo inteiro provocou mudanças drásticas nos hábitos da população. Ao mesmo tempo em que todos foram atingidos, todos buscaram informações sobre o novo vírus, a nova doença a luta por uma cura. A pandemia exigiu, portanto, que o jornalismo continuasse a ter um papel importante na dinâmica social. No entanto, a pandemia exigiu também que comportamentos, formas de produção, relações trabalhistas e humanas, e até mesmo o uso de tecnologias fossem revistos no mundo do trabalho jornalístico.

Mesmo mantendo uma função fundamental de divulgar informações e acontecimentos, em função das mudanças geradas pela pandemia o profissional jornalista também se sente diretamente impactado pelas notícias e desdobramentos da pandemia provocada pelo Covid-19. Ao mesmo tempo, para garantir o seu principal produto, a notícia, os profissionais tiveram que se reinventar em um dos formatos que mais seguem uma estrutura e um processo produtivo rígido, o telejornal.

De fato, os dados coletados identificam o telejornalismo como uma das atividades que mais sofreu alteração no processo de trabalho. A necessidade de cuidados práticos para evitar a contaminação e transmissão do vírus exigiu mudanças de hábitos que interferiram na forma de trabalhar.-

Em casa os profissionais passam a trabalhar dividindo as tarefas da redação com outros afazeres domésticos, o que, segundo a maioria nas afirmações em questionário, tornaram o trabalho menos produtivo podendo inclusive prejudicar a informação Acostumados a trabalhar

literalmente nas ruas, a rotina do repórter sofreu inúmeras mudanças e tiveram que se adaptar e relatar fatos de dentro de casa ou, quando na rua,longe dos entrevistados. Na opinião dos jornalistas entrevistados, o isolamento social tornou a produção da notícia não apenas mais difícil, mas também mais lenta que o habitual. O contato com o público também foi afetado, uma vez que para realizar entrevistas distante da fonte os repórteres lançaram mão de chamadas em vídeo ou em plataformas virtuais, o que pode provocar ruídos e distorções na comunicação entre os ambos.Tantas mudanças em tão pouco tempo aumentaram o nível de estresse dos profissionais.

De uma forma geral os jornalistas/telejornalistas os repórteres também tiveram que abrir mão de muitos padrões, inclusive estéticos, exigidos anteriormente. O uso das máscaras, uma das principais recomendações das autoridades de saúde, afetou o veículo cujas características valorizam a boa locução de um texto (*off*), a qualidade da imagem e até mesmo padrões de estéticos dos profissionais, que foram afastados dos setores que cuidam de sua aparência. O uso da máscara ainda derruba uma questão tradicional no telejornalismo, que é uma imagem sóbria, discreta e sem muitos adereços que pudessem tirar a atenção do telespectador para o conteúdo da notícia. Com a máscara, a imagem do jornalista perde efetividade e empatia, e a locução tornou-se um elemento importante para garantir a melhor qualidade de comunicação com fontes e com o telespectador.

Ainda sobre padrões estéticos, é possível identificar que houve mudança na relação com os entrevistados e na qualidade das imagens. Ao reconhecer a alternativa de ceder um segundo microfone à fonte, os repórteres apontam que, tanto as entrevistas gravadas,quanto aquelas que acontecem *ao vivo* foram apontadas como ações que tiveram maiores mudanças e trouxeram novos desafios.

Quanto à qualidade das imagens, tão essenciais na televisão, foi possível observar que a limitação imposta pelo trabalho *home Office* nem sempre oferecem boa qualidade técnica. Os telejornais abriram mão do padrão de qualidade, em nome da garantia da informação: imagens escuras, meio desfocadas, travando ou com falta de sincronia no áudio passaram a ser aceitáveis. Agora tudo pode. Distantes, com tempos cada vez mais curtos, a limitação de estrutura para a produção, a ausência do repórter em locais onde existe possibilidade de contaminação, compromete a informação.

Destaca-se, no entanto, que diante dos desafios trazidos pela pandemia o telejornalismo encontrou rapidamente algumas respostas e adaptou-se com igual rapidez. Ao mesmo tempo, as mudanças técnicas necessárias neste período revelam uma nova possibilidade de trabalho e uma nova rotina de produção. Passada a pandemia, os jornalistas apontam que a rotina dificilmente voltará a ser como antes, até mesmo pela percepção de questões econômicas por parte das empresas. Para a maioria dos entrevistados a lógica é a mesma: se eu posso participar da minha casa, porque me deslocar, gastar tempo e combustível para me dirigir ao estúdio de TV? Segundo eles, muitas práticas atuais podem até agilizar e melhorar (ou não) a produção da notícia, incentivando o uso de novas tecnologias e novos modelos de produção

Adaptando-se as mudanças, os jornalistas construíram (constroem) uma nova rotina de tarefas, criando o que se pode chamar de "novo normal". Assim, ao mesmo tempo em que o telejornal exerce o papel de (re) organizar o caos da pandemia para o cidadão, também desenvolve uma nova forma de organização do trabalho. Somente o futuro pode dizer quais mudanças devem permanecer, mas para o conjunto dos entrevistados fica a percepção de que o que não pode mudar no jornalismo são seus princípios éticos de informar com imparcialidade, respeito ao cidadão e buscando credibilidade as notícias de interesse público.

Bibliografia

ALSINA Rodrigo Miquel *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005

HAGEN Sean. Jornalismo, mito e linguagem: uma abordagem teórica dos apresentadores-estrela. In: VIZEU Alfredo *et al* (orgs). *Sociedade do Telejornalismo*. Petrópolis; RJ: Editora Vozes, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*: São Paulo, Hacker editores, 2002.

NOVELLI Ana Lucia Romero. Pesquisa de opinião. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs).*Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

PATERNOSTRO, Vera Iris. *O texto na TV. Manual de Telejornalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY Vanda Cunha Albieri. *Para entender as Teorias da Comunicação*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. *Flertando com o caos*. Goiânia: FIC/UFG, 2014

TRAQUINA Nelson. *Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

VIZEU Alfredo *Sociedade do telejornalismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

A perda por trás dos números: como o jornalismo brasileiro está registrando as mortes por Covid-19 Disponível em: https://ijnet.org/pt-br/story/perda-por-tr%C3%A1s-dos-n%C3%BAmeros-como-o-jornalismo-brasileiro-est%C3%A1-registrando-mortes-por-covid-19. Acesso em 26/05/2020.

Casos de covide19 atualizados no mundo pela OPAS Organização Panamericana de Saúde Disponível: em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em 30 /05/ 2020.

Pelo menos 111 jornalistas já morrem do coronavírus até agora em 29 países. Disponível em: https://www.pressemblem.ch/. Acesso em 26/05/2020.

Por falta de segurança, Globo, Folha e Band suspendem a cobertura no Alvorada. Disponível em :https://istoe.com.br/por-falta-de-seguranca-globo-folha-e-band-suspendem-cobertura-no-alvorada/. Acesso em 30/05/2020.

Por segurança, grupo Globo não cobre mais Alvorada. Disponível em: http://www.abi.org.br/grupo-globo-nao-cobre-mais-alvorada/. Acesso em 30/05/2020.

64 jornalistas morreram por causa do Covid-19. Número pode ser maior. Disponível em: https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/64-jornalistas-morreram-por-causa-da-covid-19-numero-pode-ser-maior-252714/. Acesso em 26/05/2020.

Ensino e aprendizagem de ética e legislação em tempo de fake news

Alfredo José Lopes Costa
Edson Francisco Leite Junior
Thales Rafael Rodrigues de Moura

A imprensa brasileira, com todo o nariz em pé de seus principais comentaristas, não é uma máquina de informação. É um monstruoso sistema de manipulação, voltado para a guerra política e, portanto, onde se aplica a regra de que, na guerra, a primeira morte é a da verdade.

Nilson Lage

Apresentação

Constitui propósito principal deste texto o relato sobre a experiência de ensino e aprendizagem derivada da oferta da disciplina "Ética e Legislação da Comunicação" no curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG) no segundo semestre de 2017.

A disciplina teve como objetivo geral discutir a Ética no contexto das práticas jornalísticas e comunicacionais e conhecer os principais docu-

mentos legais que regulam a Comunicação no Brasil. Partindo da ideia de que num curso de Jornalismo, especificamente, a Ética não pode ser abordada apenas de uma forma geral, ampla e universal, a discussão da Ética jornalística se torna essencial para a formação do profissional jornalista e para a consolidação da própria democracia. Justamente por isso, o diálogo – um preceito democrático fundamental – deve ser o caminho adotado nas universidades.

Os objetivos específicos ficaram assim definidos no plano de desenvolvimewnto da disciplina: Conhecer e discutir os estudos filosóficos sobre Ética; distinguir Ética e Moral; compreender a Comunicação como direito humano; estudar o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros; conhecer a legislação que se aplica à prática da Comunicação no Brasil; aprofundar os principais dilemas éticos do Jornalismo no País.

Sob responsabilidade do professor da disciplina, as aulas contaram ainda com dois mestrandos do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da FIC/UFG, que cumpriram dessa forma estágio-docência, modalidade de estágio para quem cursa pós-graduação, cuja função é preparar o estudante para a prática docente. As aulas foram ministradas por meio de exposições dialogadas, análises de casos e apresentação de trabalhos pelos alunos de graduação.

Assim, antes do início do semestre letivo, uma reunião de planejamento entre os três envolvidos (professor supervisor e os dois estagiários-docentes) estabeleceu um diálogo que perdurou por todo o semestre com o intuito de oferecer aos alunos um ensino de qualidade.

Esse diálogo inicial foi de onde derivou o fio condutor de todos os encontros: o pressuposto formulado por Eugênio Bucci (2000, p. 44), professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, de que "toda decisão jornalística é uma decisão que gera efeitos éticos" .

As correntes filosóficas que tratam da Ética têm como base uma teoria que sustenta a racionalidade, a liberdade e a responsabilidade do sujeito, de forma que suas ações possam ser medidas por ele e compreendidas e aceitas como válidas por aqueles que o cercam. E mais, segundo o sociólogo e ativista de direitos humanos Herbert de Souza, (2005, p. 10), conhecido como Betinho, é essa racionalidade, além da "força e transparência de seus princípios que parecem evidentes em si mesmos", a legitimação da própria Ética.

O professor e jornalista Rogério Christofoletti (2009) afirma que a Ética, ao contrário da moral, é reflexiva, maleável e questionadora. E como a Ética está no pensamento sobre as regras e nossas relações como o mundo, é ela que define se vamos ou não acatar as normas e por que fazemos uma coisa e não outra. Na definição do jornalista e professor Caio Túlio Costa (2009):

> A Ética, ciência da conduta, trata dos conceitos que envolvem o raciocínio prático, como o bem, a ação correta, o dever, a obrigação, a virtude, a liberdade, a racionalidade, a escolha. A Ética estuda a moral. Embora ambas possam ser entendidas como a mesma coisa, a moral em geral é restringida a sistemas como o de Kant – que se baseia em noções de dever, obrigação, princípios de conduta -, enquanto a Ética se limita ao dito raciocínio prático (p. 19).

Mas tudo isso implica o fato de que, segundo Bucci (2000), a conduta ética é fruto da decisão do agente, que goza de autonomia e, ao mesmo tempo, está atado aos valores sociais que lhes são exteriores.

Nas palavras de Felipe Pena, jornalista e professor de Jornalismo na Universidade Federal Fluminense:

> Até porque o que se chama de conduta ética "refere-se à interpretação de uma determinada atitude. E essa própria atitude pode ser construída e reconstruída de acordo com o parâmetro da interpretação, já que está inserida em uma teia de conexões e complexas estruturas. Como é o caso do Jornalismo (PENA, 2005, p. 114).o

Isso nos dá margem para pensar que, num curso de Jornalismo, cabe, portanto, uma discussão sobre a deontologia, isto é, a ética profissional, os deveres e valores específicos de uma certa atividade produtiva que, neste caso, é o próprio Jornalismo:

> É claro que o jornalista também é um cidadão e possui valores morais e éticos como os de qualquer outra pessoa. Mas, no exercício de sua função, ele seria influenciado em suas decisões por princípios próprios do jornalismo, que é uma atividade de mediação da reali-

> dade, porque implica decidir sobre muitos caminhos diariamente, atinge terceiros, forma opinião e registra uma ideia do mundo e das coisas. Enfim, o jornalismo possui um conjunto de valores que a ajuda a defini-lo como atividade e sinaliza como se deve agir praticamente. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 20-21).

É nesse ambiente que se desperta – ou pelo menos deveria se despertar - para o exercício ético da reflexão na prática. Até porque a Ética se materializa mesmo é na prática, no dia-a-dia.

Essa preocupação está sintonizada com orientação da Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013 [1], que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo, de que se deve buscar promover a integração teoria/prática, papel muitas vezes das atividades laboratoriais.

Vale pontuar, a escola ajuda a reforçar valores, discutir princípios e refletir sobre condutas. E é por isso que o papel da escola, neste caso, não é instrutivo, mas, segundo Christofoletti (2008), motivacional.

Só que, entre as principais mazelas pedagógicas das escolas de comunicação, muitas vezes ocorre o equívoco de se trabalhar isoladamente teoria e prática, sem a devida articulação entre ambas. E isso, para o jornalista, pesquisador e professor José Marques de Melo (1986), não é exclusividade das faculdades de jornalismo, uma vez que elas reproduzem as disfunções educativas que estão na matriz do nosso modelo de universidade como um todo independente da área de atuação.

Ademais, para piorar a situação, "o espaço universitário brasileiro fortaleceu-se [...] como lugar de transferência de conhecimentos" (MARQUES DE MELO, 1986, p. 131). E talvez esse seja o ponto fraco do método de ensino-aprendizagem utilizado nas universidades brasileiras, uma vez que "o processo educativo fundamenta-se na retórica professoral e no resgate de situações práticas já sedimentares" (MARQUES DE MELO, 1986, p. 132), o que nos remete a uma relação vertical entre educador e educando, que ocorre desde a Idade Média e que o educador e filósofo Paulo Freire (1987) critica ao chamá-la de educação bancária.

---

1 Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>, Acesso em 18.02.2018.

> Em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção bancária da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção "bancária" da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 1987, p.66).

E foi justamente para fugir da educação bancária presente na pedagogia do oprimido de Freire (1987) que, na disciplina, desde o princípio, o que se propôs foi um diálogo com os alunos. Assim, os papéis tanto dos professores quanto dos alunos se tornam fluidos: o professor que ensina também aprende e vice-versa.

Não foi à toa que, para avaliação dos alunos, foi proposta a realização de seminários temáticos em que toda a turma participou, dividida em grupos. O mesmo tema da aula preparada pelo professor também seria ministrado pelos alunos, antes da fala do professor, mas com bibliografia diferente. Isso pode enriquecer o debate e propiciou que a discussão das ideias fosse mais aprofundada e contasse com maior participação dos estudantes.

Principalmente no campo do jornalismo, a universidade não pode se contentar em apenas treinar profissionais para o mercado de trabalho. Até porque "a formação deficitária no aspecto técnico provoca problemas imediatos e passageiros, que podem ser sanados com rapidez" (CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 85), e até mesmo pelo próprio mercado.

Marques de Melo (2009a) também acredita que a formação Ética do jornalista é importante e deve ir muito além do mero adestramento técnico. E ele vai mais longe ao afirmar que é esse tipo de formação que ajudará a consolidar a democracia no Brasil devido ao fato de que

"plenitude democrática só se obtém com liberdade, mas também com responsabilidade" (MARQUES DE MELO, 2009a, p. 42). E responsabilidade essa que é conquistada com uma formação Ética adequada.

> Durante o aprendizado jornalístico na universidade é desejável que os futuros profissionais sejam familiarizados com as peculiaridades do sistema midiático, inclusive com as manipulações da informação por parte dos grupos de poder, precavendo-se para atuar como vigilantes do interesse público, sem descuidar o respeito à privacidade dos cidadãos (MARQUES DE MELO, 2009a, p. 42).

E é bem verdade que a vocação maior da universidade é a reflexão. E isso independentemente do mercado. Afinal, "sua maior contribuição está em formar profissionais não tecnicamente prontos, mas críticos, capazes de pensar por si mesmos" (BUCCI, 2000, p. 204), uma vez que "as universidades que oferecem cursos de jornalismo precisam atuar como postos avançados de discussão dos meios de comunicação, em suas posturas e procedimentos técnicos e éticos" (CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 86).

Tendo tudo isso em mente, ficou estabelecido – e, durante o semestre, isso foi cumprido – que a discussão da Ética jornalística na disciplina" Ética e Legislação em Comunicação" seria estruturada em três eixos principais: Comunicação e legislação; Jornalismo e Ética; e, por fim, assunto frequentemente abordado nos últimos tempos, em função da rapidez com que se propagam na internet, *fake news* e *fact checking*.

Comunicação e legislação

As noções básicas processuais e a introdução ao português jurídico foram feitas, por um dos estagiários-docentes. O jornalista precisa saber de questões centrais do Direito (e não apenas dessa área de conhecimento, mas também da Economia, por exemplo). Será futuramente o trabalho deste garimpar informações em sites oficiais da Justiça ou até mesmo noticiar um julgamento. Em tempos de Operação LavaJato, quando reportagens jurídicas passaram a inundar noticiários brasileiros com linguagem rebuscada, é essencial que o

jornalista seja o tradutor do linguajar do cotidiano do Direito para o público leitor. A partir das noções introdutórias, buscou-se mostrar como *coberturas políticas abusam de "juridiquês", desconhecido pela grande maioria da população*. Para tanto, é necessário traduzir o dito na Lei para uma linguagem mais comum da que eles usam e contextualizar o que consta na lei, com casos concretos.

Daí em diante, passou-se a discutir os aspectos legais relacionados à Comunicação - o módulo "Legislação da Comunicação". Ocorreram cinco encontros dedicados a transmitir aos discentes conteúdos previsos sobre o assunto, a partir de algumas noções básicas do Direito. O módulo teve a seguinte organização: noções básicas processuais; Lei Nº 12.965/14: Marco Civil da Internet; introdução ao Português Jurídico; **Lei Nº 5.250**/1967**:** Liberdade de manifestação do pensamento e da informação.

O professor da disciplina entendeu que não era apenas importante que o aluno tivesse noção do que consta o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007), mas também que pudesse ter a capacidade de problematizar e contextualizar as leis em suas práticas profissionais diárias. Ora, as leis por si só já são muito "frias" e aparentam estar distantes do aluno enquanto profissional e cidadão.

Desse modo, o desafio da disciplina foi trazer o estudante mais próximo da legislação e fazer com que ele entendesse que aquele material não é meramente institucional, mas que o Código de Ética é um manual de como ele deve agir em todos os momentos de sua profissão.

Com isso, como efetuar a quebra de paradigma? Adotou-se um método que consiste no translado de conteúdos produzidos por jornais – sejam *on-line* ou impressos – e assuntos em alta ou viriais que se tornaram pauta jornalística para a sala de aula. O professor deveria estimular os alunos a analisar as manchetes e conteúdo das notícias e verificar quais delas se encaixando dentro do que o Código de Ética dos Jornalistas manda.

O resultado dessa atividade é o ganho de formação intelectual do aluno: a partir de uma análise crítica tendo o Código como bússola, ele será capaz de identificar o que é ético ou não nas práticas sociais dos jornais brasileiros. E mais: ele poderá formar conceitos mais complexos sobre o que seria um "bom jornalismo" ou um jornalismo preguiçoso, com falta de apuração ou até mesmo que frauda, engana o leitor.

Outro ponto central nesse módulo foi a transferência de conhecimentos jurídicos básicos para os discentes. Entende-se que os domínios públicos da Justiça e variados *sites* que contemplam o campo do Direito possuem interesse social e até mesmo a necessidade de serem divulgados para a sociedade de forma mais ampla. Conclui-se que o jornalista deve ser o intérprete desses conteúdos, levando-os para a sociedade de uma maneira prática e de fácil entendimento.

Sabemos que a disciplina conta com um tempo curto e o módulo, menos ainda, não sendo possível assim transformar o discente nesse intérprete que assim se almeja. O módulo então tem uma função de provocar, podendo estimular até mesmo o aluno a seguir essa especialização no futuro (o Jornalismo jurídico). Em nosso breve momento juntos, estudou-se uma decisão judicial completa sobre caso de ampla divulgação nacional, tornando essencial que o aluno tenha uma opinião contundente sobre o contexto: a liminar de reorientação sexual proferida pelo juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho, cuja polêmica decisão judicial causou uma onda de indignação [2] — e de memes — nas redes sociais.

Foi abordada ainda a garantia de se dar o direito de resposta às pessoas ofendidas ou caluniadas, prevista em Lei:

> Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação (BRASIL, Lei nº 5250, Artigo 29).

Traduziram-se os termos jurídicos nela contidos, explicou-se no que o juiz autor da decisão se baseou para fazê-la e, por fim, chegamos aos tópicos mais profundos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), ideais de liberdade de expressão, de ação, de livre exercício da religião, da laicidade do Estado e consequências sociais dessa decisão. A discussão desses tópicos na disciplina ocorre porque, na grade do curso de Jornalismo à época, esta introduz os conteúdos de Direito que serão aprofundados na disciplina "Cidadania e Direitos Humanos".

---

2 "'Cura gay': o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação". Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html>. Acesso em 18.02.2018.

Jornalismo e Ética

No segundo eixo, Jornalismo e Ética, que ficou sob a responsabilidade do outro estagiário-docente, o aspecto deontológico foi ainda subdivido em cinco aulas. A primeira delas tinha como intuito mergulhar os alunos nas raízes filosóficas da Ética e do próprio jornalismo, propondo ainda uma reflexão sobre moral e Ética. Este modo abrangeu os seguintes conteúdos: Ética, Moral e Verdade – definições e conceitos; Jornalismo e Ética: uma discussão filosófica; Objetividade jornalística; Jornalismo: entre o público e o privado; Jornalismo: entre a independência e o conflito de interesses; Ética, tecnologia e novas mídias.

Na sequência, os graduandos foram convidados a refletir sobre a objetividade no Jornalismo, uma "questão complexa, controversa, polêmica. Mas sempre atual" (MARQUES DE MELO, 1986, p. 106). Afinal, não é à toa que a objetividade costuma ainda ser definida como a pedra angular do jornalismo norte-americano (SCHUDSON, 2010) e, por consequência, também o brasileiro, já que este se sustenta sobre o mesmo conceito daquele.

Nas duas aulas seguintes, as contradições do próprio Jornalismo e o seu conflito e tensões entre os ideais da profissão, ligados à função que os jornalistas desempenhariam na "mediação social" das sociedades democráticas (SPENTHOF, 2015, P. 86), e a mídia comercial em geral, que "deve, por definição dar conta das contradições das sociedades que se revelam nos setores econômicos" (LAGE, 2014, p. 24) e a distância entre o próprio discurso legitimador do jornalismo e a legislação da atividade foram postas em debate, resultando na decisão do Supremo Tribunal Federal de abolir a obrigatoriedade do diploma de Jornaista (SPENTHOF, 2012). Afinal, atrelado tanto ao interesse público quanto ao privado, o jornalismo caminha constantemente em uma corda bamba entre a independência e o conflito de interesses.

De mais a mais, a discussão Ética se debruçou sobre como a tecnologia e as novas mídias têm impactado as rotinas produtivas do jornalismo e, por tabela, nas escolhas Éticas dos profissionais jornalistas, confome tem investigado Fábio Henrique Pereira (2020). professor e pesquisador da UnB.

Fake news e *fact checking*

Por fim, a discussão sobre *fake news* e *fact checking* ficou sob o comando do professor responsável pela disciplina. Esse módulo intitulou-se "*Fact Checking*: a ferramenta para combater notícias falsas". Vale lembrar que o termo entrou para o vocabulário da mídia, sobretudo em função da eleição de Donald Trump, em 2016, à presidência dos Estados Unidos, ocasião em que ocorreram suspeitas de influências externas no voto popular. O evento acabou por se tornar um prévia do que ocorreria nas eleições presidenciais no Brasil em 2018.

Em tempos de proliferação de rumores pelas redes sociais, que se expandem como vírus, foram abordados os seguintes itens: A origem *do fact-checking*; as principais plataformas de checagem do mundo; início *do fact-checking* no Brasil: o blog Preto no Branco/O Globo [3] e seus resultados; Agência Lupa e as outras iniciativas de checagem do Brasil na International Fact-Checking Network – IFCN [4]; princípios éticos do *fact-checking*; *cases* de checagens internacionais.

Entre os diversos assuntos apresentados em sala, muito embora levantamento feito por *site* mostrasse que estratégias do Facebook em barrar notícias falsas ainda não surtiam o efeito desejado [5], foi mostrada uma série de ferramentas gratuitas, recomendadas pela jornalista e fundadora da Lupa, a primeira agência de *fact-checking* do Brasil, Cristina Tardáguila (2017), disponível para verificar o grau de veracidade de uma informação, tais como o Picodash.com [6], o Who.is [7] , o Archive.org [8] e o SunCalc [9], que permitem verificar textos, imagens e vídeos. Trata-se

---

3 Disponível em <http://blogs.oglobo.globo.com/preto-no-branco/>, acesso em 18.02.2018.

4 Disponivel em <https://www.poynter.org/international-fact-checking-network-fact-checkers-code-principles>, acesso em 18.02.2018.

5 Fonte: "*Fake news* no Facebook: veja quais foram as mais compartilhadas em 2017". Disponível em < https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/01/fake-news-no-facebook-veja-quais-foram-as-mais-compartilhadas-em-2017-cjbwc-c88q04s001lsf1fr59iy.html>. Acesso em 18.02.2018.

6 Disponível em <https://www.picodash.com/>, acesso em 18.02.2018.

7 Disponível em <https://who.is/>, acesso em 18.02.2018.

8 Disponível em <https://archive.org/>, acesso em 18.02.2018.

9 Disponível em <http://suncalc.net/#/51.508,-0.125,2/2017.07.06/02:21>, acesso em 18.02.2018.

de *agências* dedicadas a checar se os fatos são verdadeiros ou não. Seu trabalho é confrontar histórias em circulação na internet ou em aplicativos com o Whatsapp, com dados, pesquisas e registros.

Os alunos também apresentaram seminários sobre o tema, quando foram debatidas questões pertinentes, no contexto da pós-verdade, neoliberalismo e instituições (SILVEIRA, 2017), levando ainda em conta o ambiente de mídia digital, que permite que os repórteres editem e atualizem seus pacotes de histórias, e até mesmo incluam os usuários finais neste processo (por exemplo, oferecendo opções para comentários, postagens para Plataformas, *upload* de arquivos).

Considerações

A receptividade da turma - que contava com 45 alunos – foi bastante positiva. Grande parte – não todos - mostrou-se muito interessada em aprender mais sobre as questões referentes aos módulos. Uma das alunas solicitou ao estagiário-docente do segundo módulo uma entrevista para uma matéria que estava desenvolvendo no estágio de Jornalismo que fazia. O teor da discussão era o mesmo do tratado em sala de aula: os ideais de liberdade dispostos em setores da sociedade e como o jornalista deve se portar diante deles enquanto profissional.

De fato, constitui papel da universidade formar profissionais capazes de lutar contra a desinformação da sociedade e pesquisadores engajados na produção de conhecimento empírico. Esse é "o ponto de partida para nos libertar da servidão intelectual que nos tem condenado a mimetizar padrões estéticos e modelos culturais, sempre de costas para o legado das gerações que nos precederam" (MARQUES DE MELO, 2009b, p. 104).

E, para isso, "as instituições precisam ainda criar atividades e ambientes de discussão da Ética profissional, cultivando uma cultura de pensamento e troca de informações, fortalecendo o senso crítico e encurtando a distância entre o aluno e profissional" (CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 87). E o caminho não é apenas oferecer uma única disciplina de Ética e legislação, independentemente da carga-horária. Afinal, a discussão Ética deve estar presente em todas as disciplinas.

Referências

BRASIL. Lei nº 5250, de 9 de fevereiro de 1967. **Lei de imprensa**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm>. Acesso em 18.02.2018.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Monitores de mídia**: como o jornalismo catarinense percebe os seus deslizes éticos. Itajaí: Univali; Florianópolis: EdUFSC, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia**: uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos jornalistas brasileiros**. Vitória (ES), 2007. Disponível em: < http://www.fenaj.org.br >. Acesso em: 18.02.2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAGE, Nílson. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. *IN*: **Revista Pauta Geral**-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014. Disponível em <file:///C:/Users/alfre/OneDrive/Documentos/Dialnet-ConceitosDeJornalismo-EPapeisSociaisAtribuidosAosJo-5257545.pdf>. Acesso em 18.02.2018.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação**: direito à informação. Campinas, SP: Papirus, 1986.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo, forma e conteúdo**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009a.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009b.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em 18.02.2018.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005. Disponível em < http://www.felipepena.com/site/artigos/A%20Teoria%20do%20Jornalismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 18.02.2018.

PEREIRA, Fábio Henrique. `Old journalists? in a `new media environment? A study on the career choices of digital journalists. *IN*: **The Journal of International Communication**, v. 26, p. 36-58, 2020. Disponível em < https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13216597.2019.1677261>. Acesso em 27.07.2020.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Pós-verdade, neoliberalismo e cinismo institucional. In: **Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studie**s, vol. 4, n. 2, 2017, pp. 85 – 95. Disponível em < file:///C:/Users/alfre/OneDrive/Documentos/RLEC_2017_vol.4_n.2.pdf>. Acesso em 18.022018.

SPENTHOF, Edson Luiz. O evangelho do jornalismo segundo o Supremo: lições da inocuidade e do embaralhamento jurídicoconceitual na decisão do STF sobre o diploma de jornalista. In: **Revista Eletrônica Comunicação, Cultura e Sociedade**. n.1, vol. 1, ed. jul-dez, ano 2012. Alto Araguaia-MT: Revista da Une>mat, 2012. Disponível em < https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/login?source=%2Findex.php%2Fccs%2Fissue%2Fdownload%2FRCCS%25201%2F13>. Acesso em 18.02.2018.

SPENTHOF, Edson Luiz. **Jornalismo e sociedade**: o lugar da mediação profissional e da informação tratada como res pública. 2015. 230 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em < https://repositorio.unb.br/handle/10482/18403>. Acesso em 18.02.2018.

SOUZA, Herbert; RODRIGUES, Carla. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.

TARDÁGUILA, Cristina. **Google News Lab:** "Façam vocês mesmos suas checagens". 06.07.2017. Disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/07/06/facam-voces-mesmos-suas-checagens/>, acesso em 18.02.2018.

III.

O fazer jornalístico e as violências: do que incomoda o sistema ao que o reproduz

A Lei do Trabuco: Espancamento e fuzilamentos de jornalistas em Goiânia na década de 1950*

Rosana Maria Ribeiro Borges
Marialva Carlos Barbosa

No início de 1950, numa noite escura, ao sair das instalações do grupo *Diários Associados* em Goiânia, capital do Estado de Goiás, um jornalista que ali trabalhava foi sequestrado e levado para um terreno baldio, onde teve as roupas arrancadas, a cabeça raspada e sofreu brutal espancamento. Com indignação, os jornais da época noticiaram o fato e acusaram o governo estadual de envolvimento e acobertamento do crime, que seguiu impune. Um ano depois, o diretor e um repórter do jornal *O Momento* foram fuzilados à luz do dia na Praça do Bandeirantes, uma das principais de Goiânia, acontecimento que mobilizou populares, pessoas públicas e instituições em diferentes escalas. Ambos os atentados tiveram grande cobertura de veículos impressos e repercutiram nacionalmente, mas não foram eventos isolados, uma vez que a historiografia aponta que o universo quantitativo das violências contra jornalistas em Goiás é bastante amplo e, tal como ocorre com a própria História do Jornalismo em Goiás, carece de estudos mais aprofundados.

---

* Texto inicialmente submetido à DTI 12– História da Comunicação e dos Meios do XVI IBERCOM, Congresso da Associação Ibero-Americana de Comunicação (ASSIBERCOM) ocorrido no Departamento de Comunicación, Facultad de Comunicación y Lenguaje, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia, 27 a 29 de novembro de 2019.

O escopo deste estudo foi estruturado junto ao *Grupo de Pesquisa História da Comunicação em Goiás*[1] com o intuito de contribuir com as produções que agregam valor científico à historiografia cultural do jornalismo goiano. Todavia, esta é uma versão ampliada do texto que foi originalmente submetido ao XVI IBERCOM. O objetivo central da pesquisa foi investigar e analisar notícias que retratam violências físicas contra jornalistas goianos durante o século XX no contexto das disputas pelo campo simbólico que edificou Goiânia, uma capital construída na década de 1930 que se fez em práticas hegemônicas e colonizadoras. Especificamente, debruçou-se sobre dois atentados ocorridos no início de 1950 que foram cometidos contra Theomar Jones e Haroldo Gurgel, jornalistas cariocas que trabalhavam em veículos goianos. A escolha desses crimes foi motivada por sua grande repercussão local, regional e nacional, bem como pela exemplificação da perseguição a jornais e jornalistas que os casos apresentam.

O principal corpo teórico do estudo dialoga com pesquisadores vinculados à História Cultural e à História da Imprensa no Brasil em Goiás, numa compreensão de que os jornais são registros documentais capazes de trazer à tona narrativas, discursividades e, conforme pontua Ricoeur (2010), representâncias. Noutras palavras, tal como analisa Williams (2003), tem-se a perspectiva de que o passado sobrevive nas páginas dos jornais, cujos conteúdos originam-se de três dimensões da cultura: a que foi vivida em determinado espaço e tempo; a que foi registrada ou documentada em distintos contextos históricos e a que se converteu em tradição seletiva, por meio da qual certos assuntos tiveram maior ou menor visibilidade, enquanto outros foram silenciados, num embate direto entre a cultura vivida e a documentada.

De caráter qualitativo, a presente investigação apoiou-se na Análise Cultural como método de abordagem, enquanto o Levantamento Documental e a Análise de Narrativas constituíram os principais instrumentos de coleta, sistematização e exposição dos dados. No que concerne ao método de abordagem, optou-se pela Análise Cultural porque se compreende que nesse tipo de investigação, a centralidade analítica é capaz de contextualizar trajetórias existenciais e ins-

1 Cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e certificado pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Link para acesso: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9894177026176850.

titucionais em determinado contexto sociohistórico. Já o Levantamento Documental, entendido por Moreira (2005, p. 271) como a "[...] identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim", contribuiu no contato e na seleção de textos jornalísticos que compuseram a principal base empírica da pesquisam, que foram acessados na *Hemeroteca Digital Brasileira* da *Biblioteca Nacional*[2], cujo sistema oferece um mecanismo de busca capaz de localizar conteúdos específicos, sendo que as palavras-chave mais pesquisadas foram "Theomar Jones" e "Haroldo Gurgel", com filtro temporal localizado entre 1950 e 1959 e escala nacional. O outro instrumento que deu suporte analítico ao estudo foi a Análise das Narrativas, compreendida por Motta (2007, p. 146) como "[...] um campo e um método de análise das práticas culturais" que possibilita construção de conhecimentos objetivos e subjetivos das sociedades em sequenciamentos e articulações entre o passado, o presente e o futuro. Nesse sentido, buscou-se principalmente identificar e analisar os elementos do contexto histórico das violências sofridas por Theomar Jones e Haroldo Gurgel.

O jornalismo no contexto de Goiás, o Estado colonizado e de Goiânia, a capital colonizadora

Assim como ocorreu em outras regiões do Brasil, o processo de construção territorial e simbólica de Goiás sempre foi marcado por forças hegemônicas que disputavam poderes, a exemplo das elites escravocratas coloniais e imperiais que não se dissiparam com a República, e fizeram do coronelismo uma prática oligárquica e um exercício de poder. De acordo com Campos (1987, p. 84), o período republicano em Goiás foi marcado por uma política coronelística que unia pactos do poder público com um articulado sistema de domínio no qual "[...] um grupo na Capital controla a política e a administração estaduais e, se colocando como representantes do Estado a nível nacional, reconhece e garante o domínio que as chefias locais, os 'coronéis', estabelecem nos municípios" (Grifos do autor).

2 Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/.

Em Goiás, o principal modo de articulação coronelística foram os arranjos oligárquicos que, na Primeira República (1889-1909), cindiam-se entre os Bulhonistas[3] e os Xaveiristas[4]. Todavia, de 1909 a 1930, a partir de um movimento sedicioso que visou por fim ao domínio Xaveirista, novos agrupamentos antagônicos emergiram, com protagonismo crescente de duas fortes oligarquias: os Caiado, mais predominantes na então capital, a Cidade de Goiás, e os Ludovico, representantes do Sudoeste, uma região que, historicamente, destaca-se pela força da agropecuária.

A edificação de uma nova capital na década de 1930 talvez seja o maior exemplo das disputas oligárquicas que ocorriam no Estado de Goiás, bem como da complexa articulação política com os grupos hegemônicos nacionais. Isso porque regionalmente a construção de Goiânia assinalou a ruptura em definitivo dos Caiado com os Ludovico, tendo em vista que os correligionários liderados por Pedro Ludovico Teixeira foram favorecidos pela chamada Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas à presidência do país, cargo que ocupou até 1945, e Ludovico ao poder estadual, no qual ocupou os cargos de interventor e governador, em períodos espaçados, de 1930 a 1954. Regionalmente, a fundação da nova capital foi uma afirmação do poder ludoviciano, enquanto nacionalmente, Goiânia fortalecia o Estado intervencionista de Vargas, sendo apresentada como o principal símbolo da *Marcha para o Oeste*, uma das principais frentes de atuação do governo getulista. Este programa abriu novos nichos de apoio político no interior do Brasil por meio da sintonização de áreas agrícolas com a lógica produtiva industrial em um avanço que ia do Oeste até a Amazônia, e que também contava com a criação de colônias de povoamento capazes de estimular a ocupação do sertão.

Nesse contexto, com incentivos do governo federal, Goiânia foi apresentada enquanto "princesinha do sertão", "capital do Oeste", símbolo de progresso, modernidade e desenvolvimento de uma Na-

---

3 Grupo político composto majoritariamente por representantes da agropecuária, advogados e burocratas da capital, mas com presença de fazendeiros e comerciantes do Sul e do Norte do Estado, sob liderança de Leopoldo de Bulhões (CAMPOS, 1987).

4 Grupo que emergiu em 1904 a partir de um rompimento de Xavier de Almeida com o Bulhonismo, seguido da fundação do Partido Republicano Federal de Goiás, da qual foram partícipes expressivos políticos de diversas regiões goianas (CAMPOS, 1987).

ção que deveria ser capaz de aglutinar os seus opostos e trazer para o interior os signos do mundo desenvolvido. Regionalmente, a nova capital representava o novo, as possibilidades de modernidade e de progresso, que deixaria para trás o velho, o antigo e o ultrapassado, donde emergiram simbologias atribuídas tanto aos Caiadistas, quanto à antiga sede do governo estadual, a Cidade de Goiás, que inclusive foi pejorativamente apelidada como "Goiás Velho".

Na condição de capital colonizadora, espelho da moderna racionalidade, os signos do desenho de Goiânia igualmente indicavam a suntuosidade dos seus objetivos. A força do urbanismo e o mundo racional dos traços perfeitos contrastavam com a rudeza da vida interiorana em estatutos ideológicos que simbolicamente anunciavam um novo tempo, mas com antigas roupagens. E foi assim, por exemplo, que o estilo arquitetônico francês *Art Déco* que, na década de 1930 era considerado o mais moderno do mundo ocidental, deu forma às primeiras edificações de Goiânia, construídas pela força de homens e carros de bois. Com todas as carências infraestruturais imagináveis a uma capital construída no meio do Cerrado goiano, e sem loteamentos acolhedores de moradias populares, a "princesinha do sertão" se fez num misto de coronelismo com pistolagem que gerou muitos embates e enfrentamentos, inclusive nos veículos de jornalismo, que, como aponta Thompson (1998), mediam os sentidos e atribuem visibilidade aos eventos do mundo.

No longo processo de transferência da capital, que teve a Pedra Fundamental lançada em 1933 e o Batismo Cultural em 1942, além dos órgãos do executivo e do legislativo estadual e municipal, instituições das mais diversas naturezas e estabelecimentos comerciais migraram para Goiânia, juntamente com um contingente populacional advindo de outras regiões de Goiás e do país. Dentre tais entidades estavam os veículos jornalísticos e comunicacionais, que se fizeram presentes na nova capital desde a sua edificação com linhas editorais vinculadas a determinados pensamentos ideológicos ou agrupamentos político-partidários. É o caso dos jornais *Brasil Central*, impresso noticioso e religioso vinculado à Igreja Católica que foi criado em 1931 em Bonfim (atual município de Silvânia) e transferido para Goiânia no ano de 1949 e *O Estado de Goyaz*, fundado em 1932 em Pires do Rio pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e deslocado para Goiânia no ano de 1938.

Cabe ressaltar que os processos históricos construtores de Goiás, um Estado colonizado, e de Goiânia, uma capital colonizadora, foram permeados por embates que ultrapassam o campo da divergência de ideias e desembocaram em confrontos violentos, o que inclui as violências cometidas contra jornais e jornalistas que, pelos mais variados motivos, desagradaram grupos políticos. Assim como ocorreu no país, antes de se fazer comercial, o jornalismo goiano era predominantemente opinativo, partidário e panfletário, com alicerces calcados na própria luta por hegemonias. A respeito do assunto, Borges (2013, p. 114) pontua que "na primeira metade do século XX, o jornalismo goiano reproduziu o que se via no anterior: o vínculo político-partidário era o sopro e a vida dos periódicos, cuja existência era marcada pela efemeridade", enquanto Chaud (1980, p. 116-117) analisa que nesse período os impressos goianos "[...] só existiam no local enquanto a facção que defendia tinha condição de acobertá-lo contra a ira dos adversários. Daí porque os jornais eram temporários, existiam de época em época". Já Teles (1980, p. 37) argumenta que

> Os jornais, únicos veículos de comunicação da época, serviam de palco para o grande debate público. Não entrando no mérito da ação política de cada profissional, constata-se que foi o jornalista um artífice de toda mobilização política desde o alvorecer da República. [...] Não obstante o seu conteúdo político-partidário, os jornais desempenhavam um importante papel na difusão da cultura, no incentivo ao aprimoramento literário e como meio de informação e tribuna do povo.

No campo do jornalismo, antes mesmo da transferência da capital para Goiânia, o quadro existente desde os tempos coloniais no qual um jornal nascia e, na sequência, via emergir o seu par opositor, repetiu-se em quase todos os municípios goianos que mantinham atividades de imprensa. Na Cidade de Goiás a maior rivalidade ocorria entre os periódicos *O Democrata*, de Antônio Ramos Caiado, e *A Voz do Povo*, de Mário Caiado, aliado de Pedro Ludovico Teixeira. Segundo Borges (2013), esse tipo de cenário só começou a

ser alterado de fato em meados de 1960, quando o jornal começou a ser vislumbrado enquanto um produto direcionado a um público consumidor específico, inaugurando o jornalismo comercial em detrimento do opinativo. Todavia, isso não quer dizer que o as violências foram atenuadas, mesmo porque, como dito, Goiás é um Estado que se fez em simbologias colonizadoras e oligárquicas que, em sua gênese, carregam inúmeras violências, o que também se repercute no universo do jornalismo, mesmo porque o jornal existe tão somente dentro de uma realidade historicamente edificada, não sendo, portanto, apartado da mesma.

Jornalismo e violências no território goiano: reações de um campo simbólico imerso em disputas hegemônicas

Ao analisar os depoimentos de 61 jornalistas que tiveram as suas memórias registradas no livro "Imprensa Goiana: depoimentos para a sua história", publicado pela Associação Goiana de Imprensa (AGI) no ano de 1980, Borges (2013, p. 139-140) pontua que na transição do jornalismo opinativo para o comercial, tantas foram as violências físicas e simbólicas cometidas contra jornalistas goianos no exercício das suas profissionalidades que a imprensa de Goiás pode até mesmo ser merecedora do "[...] desonroso título nacional de ter sido uma das que mais acumulou mortes na primeira metade do século XX", panorama que foi acentuado com a construção de Goiânia.

De fato, uma reportagem especial veiculada no jornal carioca *Tribuna da Imprensa* em fevereiro de 1953 traça um panorama da conjuntura histórica vivenciada em Goiás que corrobora com as afirmações de Borges (2013). O texto, assinado pelo correspondente Luiz Ernesto, denuncia que Pedro Ludovico Teixeira administrava o Estado na "lei do trabuco", ou seja, utilizava a força policial ou os jagunços – que, nos dias atuais, são chamados de milicianos – para garantir os interesses do grupo que estava no poder, empreendendo assassinatos, espancamentos e atos afins, além de promover negociatas e de institucionalizar a grilagem de terras em prol dos seus correligionários:

Imagem 1: Denúncia sobre violências e desmandos do governo de Pedro Ludovico Teixeira

O govêrno de Goiás à margem da civilização

Lei-do-trabuco, espancamento, negociatas — Grilagem oficial de terras — Jagunçismo na Polícia — Jôgo em todo o Estado — Ambiente de terror nas eleições — Uma quadrilha de menores amparada pela Polícia — Jornalistas espancados e processados — Mal maior: o ludovicomunismo —

LUIZ ERNESTO

Fonte: Tribuna da Imprensa, 03 fev. 1953, p. 12.

Nesta reportagem é interessante perceber que, dentre todos os assuntos abordados por Luiz Ernesto (1953, p. 12), a categoria "espancamentos" tem a sua motivação nos crimes cometidos contra jornalistas, pois o autor compreendia que, diante do cenário apresentado em Goiás, [...] a imprensa ou se cala ou sofre as conseqüências de dizer a verdade", como ocorreu com Theomar Jones, um jornalista carioca que migrou para Goiânia a fim de dirigir dois veículos ligados ao grupo *Diários Associados*: o jornal *Folha de Goiás* e a *Rádio Clube de Goiânia*. Por volta da meia noite do dia 27 de setembro de 1952, quando Jones deixava a redação onde trabalhava, foi abordado por cinco jagunços numa rua escura do Setor Central da cidade e levado a um local ermo, onde foi espancado, teve as roupas arrancadas e a cabeça raspada. Segundo uma denúncia feita pelo periódico goiano *Jornal de Notícias*, o atentado sofrido pelo jornalista ocorreu a mando de Pedro Arantes, diretor do Departamento de Energia Elétrica de Goiânia, e foi encobertado pelas autoridades estaduais:

Imagem 2: Reportagem que denuncia o sequestro e o espancamento do jornalista Theomar Jones

Jornal de Notícias

ESPANCADO BRUTALMENTE

Unanime a Assembléia Legislativa na condenação ao covarde atentado

Virá a Goiás em novembro o sr. Adhemar de Barros

Fonte: Jornal de Notícias, 11 set. 1952, p. 1.

O texto explicativo da manchete que denunciou o espancamento dizia que "cinco jagunços sequestraram o diretor da 'Folha de Goiás' e da 'Rádio Clube de Goiânia' levando-o para lugar ermo onde o surraram covardemente – Intensa repercussão do fato nos meios políticos e na Assembleia Legislativa – Responsabilidade direta do governo" (COVARDIA, 1952, p. 1. Grifos dos autores). De fato, Carvalho

(1980) sustenta que as motivações do atentado estariam relacionadas às mudanças que o jornalista havia implementado na linha editorial do periódico e da emissora radiofônica nos quais ele exercia o cargo de diretor, já que as novas diretrizes confrontavam diretamente com a política estadonovista e populista empreendida no território goiano por Pedro Ludovico Teixeira que, como dito, era aliado de Getúlio Vargas. Ainda segundo o autor, Theomar Jones

> [...] Era um mulato, cabelo como de todo mulato, muito culto, um português escorreito, e ele não admitia que ninguém falasse errado nem escrevesse errado. Mas ele esquecia que estávamos num Estado pobre, começava formar a cultura de sua gente com a primeira Universidade que surgiu. [...] Exigia muito do seu pessoal. E não admitia também que o jornal não fosse agressivo como o jornal do Rio e São Paulo, na época. E ele entendeu que nós devíamos partir para campanhas mais pesadas, e o resultado é que ele sofreu uma agressão dentro do jornal (CARVALHO, 1980, p. 272).

No dia seguinte ao atentado, Theomar Jones retornou ao Rio de Janeiro, mas o crime cometido contra ele teve grande cobertura jornalística. O próprio *Jornal de Notícias* se encarregou de veicular requerimentos unanimemente aprovados pelos deputados estaduais goianos denunciando o fato ao Senado Federal, bem como abriu debate em edições posteriores sobre esquemas de corrupção e violências contra a liberdade de opinião que predominavam nas relações políticas edificadas em Goiás e em Goiânia. É o caso da manchete do dia 5 de outubro de 1952 (*imagem 3*).

O desdobramento textual da denúncia feita pelo *Jornal de Notícias* está focado na conjuntura histórica que foi pano de fundo para o atentado sofrido por Theomar Jones e nos enfrentamentos necessários para que esse tipo de violência fosse, estrutural e politicamente, superado. A reportagem, que tem início na capa e continua na terceira e na sexta páginas, pontua que o espancamento do jornalista foi reflexo da ausência de democracia no ambiente político e social de Goiás, cujos poderes instituídos não consideravam opiniões divergentes e utilizavam-se da força policial e do "jaguncismo" para fazer cumprir o que era hegemonicamente estabelecido:

> O inominável atentado de que foi vitima o jornalista Theomar Jones [...] foi, sem dúvida, um escarneo à liberdade de opinião e às garantias individuais proclamadas e asseguradas em nosso estatuto básico. A democracia sofreu um rude golpe, pois a violação aos magnos princípios da Constituição de 1946, nesta altura dos acontecimentos nacionais, medra um clima de terror que, por si só, é incompatível com a dignidade e com a própria tradição do regime. [...] Atos como os praticados contra o jornalista Theomar Jones demonstram que Goiás vive à margem da letra constitucional, firmando-se sobre um regime inseguro e desgarantido de intolerância política. É o Estado Policial que surge e junto ao qual não há direitos nem liberdade que não sejam concedidos por ele (IMPERA, 1952, p. 1-6).

Além do registro nos veículos locais e regionais, o sequestro seguido de espancamento ganhou repercussão nacional. Um exemplo pode ser visualizado numa nota que o jornal carioca *A Manhã* veiculou em 27 de setembro de 1952, com o título "Espancado o diretor da ~Folha de Goias'" (Grifos dos autores). Além de narrar os fatos, o texto informa que o ocorrido gerou "revolta em toda a população" e "solidariedade de todas as camadas sociais", bem como afirma que o jornalista agredido reconheceu "[...] entre os seus agressores o Sr. Pedro Arantes, diretor do Departamento de Energia Elétrica de Goiânia" (ESPANCADO, 1952, p. 7). No levantamento documental empreendido, percebeu-se que, na mesma data, o conteúdo desta notícia se fez presente em outros periódicos, tais como o *Correio da Manhã* e o *Diário da Noite*, ambos veiculados no Rio de Janeiro.

Já o grupo *Diários Associados,* por meio do periódico *O Jornal,* que também circulava na capital carioca, em 28 de setembro de 1952 veiculou uma reportagem mais completa sobre o assunto, cuja manchete dizia: "Criminosamente cerceada a liberdade de pensamento na cidade de Goiânia: insegurança para a população e impunidade para os criminosos – covarde agressão ao diretor da 'Folha de Goias'" (Grifos dos autores). Com teor noticioso e, ao mesmo tempo, opinativo, o texto tece duras críticas às autoridades estaduais goianas, cujos funcionários públicos, "[...] acobertados por sistematica impunidade [...] gozam da confiança e da intimidade do governo" e "[...] não permitem

liberdade nem de pensamento nem de espécie alguma", pois "[...] qualquer manifestação, ainda que em voz baixa, contrária aos interesses, geralmente inconfessáveis, do grupo que se aboletou no poder, é reprimida com violência e covardia" (CRIMINOSAMENTE, 1952, p. 3).

Imagem 3: Cobertura jornalística dos desdobramentos do atentado contra Theomar Jones

UNANIME CONDENAÇAO AOS ATOS DE SELVAGERIA E BRUTALIDADE

IMPERA EM GOIAS O REGIME DE CORRUPÇÃO E VIOLENCIA

ESCARNEO A LIBERDADE DE OPINIÃO

Jornal de Notícias

Fonte: *Jornal de Notícias, 5 out. 1952, p. 1.*

Na sequência, a reportagem denunciou o que chamou de "desmandos" de Pedro Arantes, que eram acobertados por Pedro Ludovico Teixeira, assegurando que os casos foram devidamente apurados pela redação. Basicamente, trata-se do que hoje seria considerado como abuso de poder envolvendo desde o espancamento de populares ao corte de energia elétrica nos locais onde funcionavam os jornais que denunciavam essas ações. Ainda segundo o texto de *O Jornal*, foi por ter realizado uma dessas denúncias que o jornalista Theomar Jones foi sequestrado e espancado, sendo que o crime que ficou impune:

> **Enquanto se disseminavam os protestos, a polícia nada fazia e o criminoso, solto e atrevido, passeava pelas ruas centrais de Goiânia, de metralhadora em punho, ameaçando todo o mundo e especialmente a classe dos jornalistas**. A impressão geral é que o miserável atentado ao Sr. Theomar Jones ficará impune, como é da cartalha do situacionismo goiano. Sem garantias, o povo de Goiás não tem sequer para quem apelar (CRIMINOSAMENTE, 1952, p. 3. Grifos nossos).

De fato, os dados obtidos no levantamento documental empreendido não indicam absolutamente nada a respeito de um possível inquérito ou punição dos agressores de Theomar Jones. Todavia, observou-se que o caso voltou a ser pautado no ano seguinte, mas em virtude de um crime mais grave também ocorrido em Goiânia, cujo pano de fundo igualmente envolveu o Departamento de Energia Elétrica, o seu diretor, Pedro Arantes e outras autoridades do governo estadual. Trata-se de um fuzilamento ocorrido na manhã do dia 8 de agosto de 1953 na Praça do Bandeirantes, uma das principais de Goiânia, no qual Haroldo Gurgel, repórter de *O Momento* foi assassinado, enquanto Carneiro Vaz, diretor do mesmo periódico e o seu irmão, de apenas quinze anos de idade, ficaram gravemente feridos.

Haroldo Gurgel, jornalista que também migrou do Rio de Janeiro para Goiás com o objetivo de atuar nos veículos do grupo *Diários Associados*, mas que acabou estabelecendo vínculos profissionais com outros impressos locais, há tempos estava na mira das redes regionais de poder. Um exemplo disso está no teor da coluna intitulada "Tiro ao Alvo" do jornal *O Estado de Goyaz* que circulou em 10 de maio de 1952, ou seja, cerca de um ano e três meses antes do fuzilamento, cujo texto que assim diz:

> Um sujeito semi-analfabeto da Folha de Goyaz, um tal de Haroldo Gurgel, mandado para o nosso Estado para fazer este serviço de provocação policial saiu-se outro dia com uma reportagem sem pé nem cabeça, com objetivos sensacionalistas, dizendo que Luiz Carlos Prestes viria para Goiás (TIRO, 1952, p. 2).

Apesar do teor da nota, muito comum naquele tempo histórico no qual os impressos estabeleciam as mais diversas rivalidades – inclusive entre si – o jornal *O Estado de Goyaz* fez ampla cobertura do fuzilamento com notí-

cias e reportagens que começaram a ser veiculadas no dia do ocorrido com a manchete "O Povo Exige Justiça: O Governo Chacina dois Jornalistas em Plena Rua", cujo desdobramento diz que "os jagunços do sr. Pedro Arantes, protegido do governador Ludovico chacinaram covarde e barbaramente, em pleno centro da cidade os jornalistas Haroldo Gurgel e Carneiro Vaz do jornal 'O Momento'" (O POVO, 1953, p. 1. Grifos dos autores).

No que concerne à chacina, dentre o acervo pesquisado, destaca-se a narrativa de uma reportagem do *Jornal de* Notícias veiculada em 13 de agosto de 1953, que impressiona pela riqueza de detalhes, capazes de trazer ao tempo presente inúmeras nuances de um crime praticado às 11 horas da manhã de um sábado em uma das praças mais movimentadas de Goiânia. Isso implica em pensar que a atrocidade pode ter sido cometida para ser vista e comentada, ou talvez até para servir de "exemplo" aos que ousavam desafiar os poderes instituídos. Apesar de extenso, o texto vale a pena pelo cenário que registra:

> As 11 horas de sabado ultimo, um jagunço do governo descarregava seu revolver no diretor de "O Momento", Carneiro Vaz, enquanto dois outros seguravam o jornalista Haroldo Gurgel, obrigando-o a assistir impassível, à cena. Um jovem debruça-se sobre o jornalista baleado e pede ao jagunço que não atire mais no pobre morto. Outros dois jagunços, então lançam Haroldo Gurgel sobre a parede que dá para o terreno baldio, onde todos se encontravam e descarregam sobre ele seus revolveres. O jornalista cobre os olhos com os braços e vai caindo de manso sobre o chão. Os jagunços enchem de novo as armas e descarregam mais uma vez. Um menino de quinze anos, irmão do primeiro jornalista baleado lança um tijolo sobre a face de um dos jagunços. Este vira e dá-lhe um tiro. Cerca de sessenta tiros já haviam sido disparados. Em seguida todos correm e tomam um automovel a vinte metros do local. Centenas de pessoas, estupefatas, assistem a façanha. Passando o momento de estupor, todos correm a examinar os feridos. Dois são levados para o Hospital Santa Luzia. Esvaindo em sangue morre alguns segundos após. Um popular molha no sangue do morto um pedaço de pau à guisa de pena e escreve na parede, pouco acima: "Aqui tombou um moço defendendo a liberdade de imprensa". Homens choram e não

> escondem em altas vozes a sua indignação. Um jovem estudante, tomado de intensa emoção, faz um discurso. Outros moradores sucedem-no na tribuna improvisada, ao sol. Pessoas de todas as condições sociais irmanadas na mesma revolta, chamam por vingança. Políticos, magistrados, funcionários públicos, comerciantes, operários (LUTO, 1953, p. 1,7. Grifos dos autores).

A sequência dos acontecimentos também foi registrada pela mesma reportagem com o subtítulo "Desfile Macabro", uma vez que a população presente no local do fuzilamento seguiu em marcha pelas ruas centrais de Goiânia carregando o corpo do jornalista Haroldo Gurgel, disposto em uma maca improvisada com varas amarradas em um pano vermelho. E assim, sob o sol escaldante do Cerrado goiano que castiga o mês de agosto, "[...] o cortejo inicia sua marcha lenta, enquanto milhares de pessoas se vão incorporando à triste caminhada" (LUTO, 1953, p. 7) que seguiu até o Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual situada na Praça Cívica, também localizada no Setor Central da capital. Em frente à residência oficial do governador de Goiás, Ferraz de Lima, delegado de Goiânia, informou aos manifestantes que Pedro Ludovico Teixeira não se encontrava, enquanto "[...] um dos assassinos ameaça o povo, de uma das janelas do andar superior, com u'a metralhadora. Alguns se assustam, mas a maioria grita: 'Ninguem corre!'. E todos ficam" (LUTO, 1953, p. 7). A totalidade desta edição do *Jornal de Notícias* foi dedicada à cobertura do fuzilamento, bem como à novas denúncias de irregularidades no governo estadual de Goiás (*imagem 4*).

Haroldo Gurgel foi velado na Associação Goiana de Imprensa como um mártir do jornalismo no Estado e o crime gerou enorme mobilização pública, com considerável repercussão nacional. Somente no acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira* da *Biblioteca Nacional* foram encontradas notícias sobre o assunto em quarenta periódicos impressos, sendo que mais da metade desses continuou acompanhando o caso por pelo menos mais uma edição. Quantitativamente, o ente federativo que mais divulgou o atentado foi o Rio de Janeiro, com dezenove periódicos, seguido de São Paulo e do Maranhão, com três, de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Espírito Santo, com dois e Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pará, com um. Já em Goiás, não se observou nenhum veículo de jornalismo impresso que não tenha feito o registro e manifestado indignação, juntamente com declarações de

Imagem 4: Cobertura da chacina que matou o jornalista Haroldo Gurgel e deixou gravemente ferido Carneiro Vaz, diretor do jornal O Momento, e seu irmão de apenas quinze anos de idade

Revoltam-se os estudantes contra o assassinato de Haroldo

Jornal de Notícias

LUTO E VERGONHA

Indignação na Assembléia

O PROTESTO

Fonte: Jornal de Notícias, 13 ago. 1953, p. 1.

solidariedade ao jornal *O Momento*, o que também foi percebido em periódicos de outros estados, como é o caso da edição de número 5.549 do impresso carioca *Diário da Noite*, que circulou no dia 11 de agosto de 1953, cuja manchete estampa: "Fuzilaria e desordens com mortos e feridos: em Goiás, a autoridade retifica notícias, nos jornais, com metralhadora – o povo reage com energia lavrando protestos veementes".

Quase um ano após o ocorrido, a revista paulistana *A Cigarra* veiculou uma reportagem de Moacyr Lacerda pautada nas as violências cometidas pelo governo estadual contra a imprensa goiana, cujo texto, alicerçado em fotos legendadas, ocupa cinco páginas e tem o principal foco no atentado contra os jornalistas de *O Momento*. No que concerne a Haroldo Gurgel, a revista imprimiu duas fotos: a primeira do seu corpo fuzilado e disposto sobre a maca improvisada durante o fúnebre cortejo e a segunda do registro de um momento de descanso ao lado da sua esposa:

Imagem 5: O fuzilamento e a vida de Haroldo Gurgel registradas em periódico de circulação nacional

Fonte: Adaptado da Revista A Cigarra, São Paulo, Ano XXXV, n. 7, jul. 1954, p. 11,15.

De acordo com Teles (1980, p. 84), o jornal *O Momento* era um impresso "[...] combativo e de oposição ao governo Pedro Ludovico Teixeira", o que teria motivado o crime. Consonante com essa análise, a apuração jornalística da época aponta o jornal *O Momento* teria publicado uma série de denúncias sobre irregularidades na administração pública estadual de Goiás. Nas páginas dos periódicos, diversas pessoas ligadas ao poder público do Governo do Estado foram acusadas pela chacina, com destaque para Pedro Arantes, Zacheu Crispin e Jarbas Jayme que, respectivamente, ocupavam os cargos de diretor do Departamento de Energia Elétrica, Secretário do Interior e Chefe de Polícia. Segundo notícia publicada no jornal *O Estado de Goyaz* em 10 de outubro de 1953 (DARIO, 1953, p. 1,3), Crispin e Jayme foram exonerados dos cargos que ocupavam dois meses após o violento episódio.

Apesar do desligamento de dois supostos mandantes, tal como ocorreu no sequestro seguido de espancamento de Theomar Jones, os responsáveis pelo fuzilamento dos jornalistas de *O Momento* seguiram impunes, apesar

dos protestos e do resgate da pauta pelos periódicos, especialmente os que circulavam em Goiás, que lembravam o aniversário da chacina ou mesmo resgatavam o assunto quando outros jornalistas eram atacados e mortos por motivos similares, a exemplo de Nestor Moreira, assassinado pela Polícia Militar (PM) de Goiás em maio de 1954 e de Antônio Barbosa, redator do jornal *Frente Popular* de Anápolis que, em 1952 havia sido brutalmente espancado pela PM anapolina e que, no ano seguinte, foi assassinado a tiros em Catalão, município situado no Sul do território goiano.

Considerações

A atual configuração do Estado de Goiás foi, em grande medida, uma construção do século XX que dividiu fronteiras, construiu capitais, afirmou valores e escancarou disputas simbólicas, imagéticas, geopolíticas e geoeconômicas que também perpassaram pelos veículos jornalísticos – lugares de guardar memórias, bem como pelos sentidos culturais que dali ecoam e corroboram na construção do modo como o território é significado e dado a ler, inclusive a partir do trabalho dos profissionais que atuam na própria imprensa.

O recorte apresentado na presente pesquisa foca apenas em dois, dos muitos casos de violências contra jornais e jornalistas ocorridos no início da década de 1950 em Goiânia, uma capital que, como dito, foi construída em disputas ligadas ao campo material e simbólico que culminaram em violências contra profissionais que, no exercício das suas funções, questionaram a ordem vigente. No presente texto optou-se por abordar violências físicas, mas nos dados coletados foram percebidos registros documentais capazes de embasar estudos sobre outros tipos de violência contra jornais e jornalistas goianos, como as praticadas pelos censores em diversos momentos da história tanto simbólica quanto fisicamente.

Finalmente, ressalta-se que as violências contra profissionais da imprensa não compõem apenas realidades do passado, pois o território goiano, apesar de já ter avançado no que concerne às liberdades de imprensa, ainda aparece com muita frequência em dossiês que registram crimes contra jornalistas brasileiros. Um exemplo é o relatório que anualmente é publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), cujo penúltimo documento aponta que, somente em 2018, 227

profissionais da comunicação brasileiros sofreram agressões – contra 99 ocorrências registradas no ano anterior –, sendo que desses, quatro foram mortos. Dentre os casos de assassinatos constantes no Relatório 2018 da FENAJ está o radialista goiano Jeferson Pureza Lopes, de 39 anos, que foi morto a tiros na noite de 17 de fevereiro em Edealina, região Sul do estado, na varanda da sua residência e na presença da sua esposa. Narra o relatório que "[...] duas pessoas encapuzadas chegaram em uma moto e dispararam contra o radialista" (RELATÓRIO, 2018), que comandava um programa na *Rádio Beira Rio FM* que era considerado polêmico por tecer comentários sobre ações de políticos da região. O documento registra ainda que Lopes recebia ameaças desde 2017, quando a emissora na qual ele trabalhava foi incendiada. Porém, ao contrário do que ocorria na metade do século XX, o crime foi apurado e os supostos responsáveis presos, sendo eles José Eduardo Alves da Silva, vereador do Partido Republicano (PR) e acusado de ser o mandante; Marcelo Rodrigues Santos, amigo do vereador e acusado de ter intermediado a contratação dos executores e Leandro Cintra da Silva, acusado de ter disparado os tiros contra o radialista.

Referências

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras:** discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CAMPOS, Itami Francisco. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1987.

CARVALHO, Luiz de. In: ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. **Imprensa goiana:** depoimentos para sua história. Goiânia: CERNE, 1980, p. 271-272.

CHAUD, Antônio Miguel Jorge. In: ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. **Imprensa goiana:** depoimentos para sua história. Goiânia: CERNE, 1980, p. 115-118.

COVARDIA inominável na calada da noite: espancado brutalmente. **Jornal de Notícias**, Goiânia, n. 11, 28 set. 1952, p. 1.

CUNHA, Aécio S. **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados.** Brasília: IPEA, 1994.

CRIMINOSAMENTE cerceada a liberdade de pensamento na cidade de Goiânia. **O Jornal,** Rio de Janeiro, n. 9.941, 28 set. 1952, p. 3.

DARIO acusa Zacheu e Jarbas Pelo Assassinato de Aroldo Gurgel. **Jornal O Estado de Goyaz**. Goiânia, n. 1.498, 10 out. 1953, p. 1,3.

ERNESTO, Luiz. Govêrno de Goiás à margem da civilização. Jornal **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano V, n. 950, 3 fev. 1953, p. 12.

ESPANCADO o diretor da ~Folha de Goiás". **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 3.418, 27 set. 1952, p. 7.

IMPERA em Goiás o regime de corrupção e violência: escarneo a liberdade de opinião. **Jornal de Notícias**, Goiânia, n. 12, 5 out. 1952, p. 1.

JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis:** primeira parte – descobrimento de Meia-Ponte sua evolução social e construtiva.Goiânia: Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1971.

LACERDA, Moacyr. Mesmo coagida e espancada a imprensa não cala. **Revista A Cigarra**, São Paulo, ano XXXV, n. 7, julho 1954, p. 11-15.

LUTO e vergonha. **Jornal de Notícias**, Goiânia, n. 40, 13 ago. 1953, p. 1,7.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 9-31.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 51-61.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 143-167.

O POVO Exige Justiça: O Governo Chacina dois Jornalistas em Plena Rua. **Jornal O Estado de Goyaz**, Goiânia, ano 21, n. 1.491, 8 ago. 1953, p. 1.

PALACIN, Luís. **Goiás:** 1722/1822. Estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. Goiânia: Oriente, 1972.

RELATÓRIO 2018: violências contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Fenaj. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf. Acesso em 17 set. 2019.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa III: O Tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TELES, José Mendonça. A imprensa goiana, síntese histórica. In:ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA. **Imprensa goiana:** depoimentos para sua história. Goiânia: CERNE, 1980, p. 45-88.

TIRO ao Alvo. **Jornal O Estado de Goyaz**. Goiânia, n. 1.444, 10 maio, 1952, p. 2.

THOMPSON, Jhon B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **La Larga Revolución**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

A violência de gênero institucionalizada: uma análise sobre a revitimização de mulheres nas narrativas policiais e jornalísticas de Goiás

Angelita Pereira de Lima
Ana Paula de Castro Neves
Rakell Dhamarys Moreira

Introdução

Nos propusemos, neste trabalho, a analisar a sobreposição de violências contra as mulheres a partir da revitimização oriunda da construção das narrativas dos boletins de ocorrência e dos jornais diários de Goiás, bem como apresentar uma abordagem interdisciplinar do tema por meio do diálogo entre os Direitos Humanos das Mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Neste artigo, há um gesto investido da intenção de problematizar e fortalecer o debate voltado para a modificação dos olhares a respeito de mulheres em situação de violência de gênero nas narrativas de instituições públicas e privadas, além de provocar reflexões sobre a garantia efetiva dos seus direitos fundamentais.

Dessa forma, a partir do conceito de revitimização, fazemos uma discussão teórica de como ela afeta as vítimas na busca da tutela jurisdicional, do amparo social e da real proteção ao direito. Prosseguimos buscando averiguar se essas narrativas apresentam ou não um elo entre si e se elas apresentam o respaldo necessário das garantias legais no que tange a violência de gênero. Verificamos a revitimização e a passionalidade a partir de análises das narrativas dos jornais *O Popular* e *O Diário da Manhã* e dos respectivos boletins de ocorrência policial que constam como fontes de informação dessas matérias.

A revitimização, apesar de pouco explorada na teoria, está amparada legalmente nas diretrizes da Lei Maria da Penha (Lei nº 13.505/17), em seu artigo 10-A, § 1º, inciso III. No referido artigo é garantida a necessidade de se evitar a revitimização, ou seja, preconiza que é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. Nele, também, os operadores do direito são orientados a evitar as sucessivas inquirições à mulher sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre sua vida privada.

Salienta-se, por oportuno, que os dados levantados dialogam com as teorias de filósofas, sociólogas, jornalistas e juristas na busca de se produzir um debate interdisciplinar do tema, dessa forma, estabelecer reflexões sob perspectivas diferentes almejando se pensar novas estratégias de combate a partir da junção de diversas áreas do saber. A metodologia utilizada para tratamento das informações apuradas é qualitativa e o método para interpretação dos dados é de análise de conteúdo (AC) nas diretrizes de Bardin (1977).

O objetivo maior desse estudo é observar, por meio do direito, da comunicação social e dos direitos humanos das mulheres, a presença da revitimização na produção de narrativas dos órgãos e das instituições que deveriam, teoricamente, combatê-la. Dessa forma, amplia-se o olhar das pesquisadoras sobre a revitimização como uma violação aos preceitos fixados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que preconiza, aos Estados signatários, o dever de eliminá-la por meio da adoção de medidas legais, políticas e programáticas.

Finalmente, esse estudo é parte de uma pesquisa em andamento desde 2017, na Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Apresentamos aqui, alguns aspectos analíticos dos dados já apurados. Neste caso, o desenvolvimento de uma reflexão social que vise fomentar e contribuir para que as narrativas dos boletins de ocorrência e dos jornais sejam alicerçadas na responsabilidade social, emancipatória, para que assim promova a construção de uma sociedade que promova isonomia entre os diferentes gêneros e assegure a promoção dos Direitos Humanos.

1. Da metodologia utilizada nas análises

A abordagem metodológica qualitativa que, segundo Mattar (2001), busca inferir significados dentro de um contexto, ou seja, das narrativas dos boletins policiais e dos jornais goianos, constituiu-se no fazer-se desta pesquisa adequada para transformar o olhar social sobre as narrativas de violência de gênero contra as mulheres. No entanto, para análise dos dados, bebemos na fonte da Análise de Conteúdo (AC), com base na autora Laurence Bardin, pois é um "instrumento de análise das comunicações" (BARDIN, 1977, p. 13).

A AC nos permitiiu analisar o que há por trás do discurso aparente das narrativas do registro policial e das matérias jornalísticas. E para isso, seguimos os três passos necessários para essa tipologia de análise, pois ela se organiza em torno de "três polos cronológicos:1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação que foram apresentadas nos quadro nº1 e nº2 a seguir.

A primeira etapa da pesquisa, que consiste na leitura e no levantamento das matérias, foi realizada pelo coletivo do grupo de pesquisa Benedita Tatu[1]. Nesse passo, foram selecionados materiais das coberturas jornalísticas de dois jornais impressos tradicionais e de maior circulação no Estado de Goiás, *O Popular* (OP) e *Diário da Manhã* (DM), no ano de 2016, sobre o fato. Optou-se pelas matérias de violência contra mulheres que sobreviveram, ou seja, aquelas com idade acima de 18 anos e as de caráter informativo, tendo sido excluídas as notícias de vítimas não pertencentes ao critérios elencados. Identificou-se, também, que há casos igualmente reproduzidos pelos dois jornais analisados. Na sequência, foram colhidos dados para levantamentos do boletim policial correspondente junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

---

1 Grupo de Pesquisa Benedita TATU, código PV0867-2017, é um grupo de pesquisa acadêmica da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFG), sem financiamento, coordenado pela Dra. Angelita Pereira de Lima, entre outras, cujo objetivo é estudar a culpabilização das mulheres nas narrativas sobre violência de gênero nos boletins de ocorrência e nos jornais diários de Goiânia. O grupo é composto de estudantes e pesquisadores de áreas do jornalismo, Direito e da saúde e recebeu esse nome em homenagem à goiana "Benedita Tatu", que, além da história de vida fascinante, com altos e baixos, morreu vítima de violência de gênero. A sua morte, como ocorre em diversos casos, foi invisibilizada pelas autoridades. Maiores detalhes sobre a história de Benedita Tatu, acompanhar: http://www.atleca.com.br/publicacao.php?id=1512.

2. Do silêncio à notícia: análise teórica das narrativas jornalísticas e policiais

Compreender a complexidade que envolve as relações de gênero em situações de violência contra mulheres é uma tarefa desafiadora. Por essa razão, nos limitamos a abordar a violência contra mulheres na construção das narrativas produzidas pelos órgãos públicos e privados os quais, apesar de demonstrarem aparente neutralidade sobre questões de gênero, produzem narrativas opressivas quanto às mulheres vitimadas e consequentemente nos leva a observar a sobreposição de violências.

Para Vargas (2011, p. 36): "as mulheres em situação de violência que buscam o sistema de justiça lidam não apenas com a violência já sofrida, mas também enfrentam o que ela nomeia labirinto androcêntrico do direito". Em outras palavras, Fabiana Serevi aponta para o mesmo problema:

> Os obstáculos para mulheres nas esferas judiciais, parecem maiores sob a aparência de neutralidade e de uma suposta tecnicidade das decisões judiciais, encontram-se concepções político-ideológicas que tornam as instituições do sistema de justiça resistentes à implementação das legislações de modo compatível com concepções e princípios dos tratados internacionais dos Direitos Humanos das Mulheres (SEREVI, 2018, p. 02).

Dessa forma, quando as mulheres em situação de violência doméstica buscam a tutela jurisdicional, elas também buscam romper com o medo, com a vergonha e, acima de tudo, com o silêncio. Contudo, as mulheres, ao romperem com esse silêncio, na procura de amparo institucional, estão sujeitas a sofrer mais um processo de violência em consequência das políticas do Estado, ou pela ausência destas.

Neste sentindo, o conceito de violência a utilizado neste estudo é "qualquer ação ou omissão baseada no gênero", de acordo com entendimento da Lei Maria da Penha, inspirada pela Convenção de Belém do Pará[2], a qual considera que "a violência praticada contra as mulhe-

2 Artigo 1: Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, "CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ"). Disponível: http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm. Acesso em 03 de junho de 2020.

res é resultado das relações desiguais de poder baseada no gênero".

Assim, para abordarmos a violência de gênero contra mulheres, convém pontuar que segundo Giovana Rossi (2016) ela compreende desde a violência física, como a emocional, a moral, ou, até mesmo, a institucional (etc.), sendo, essa última a que nos interessa, principalmente, porque ela pode se concretizar a partir de qualquer descaso, empecilho, negação ou embaraço de acesso à justiça pela vítima, inclusive, a violência institucional, assim como as demais, é uma das formas de violação dos Direitos Humanos das Mulheres. E por essa razão um estudo sobre ela se justifica, mais que isso, em nosso atual cenário se tona uma um imperativo na busca da construção da democracia na sociedade goiana. Vargas defende que:

> Há uma dificuldade em perceber que a melhoria do acesso à justiça passa pelo reconhecimento de que a violência e a discriminação contra mulheres não são fenômenos isolados, mais sim produtos de uma violência estrutural imbricada em todo tecido social (VARGAS, 2011, p. 48).

Observa-se, entretanto, que a violência contra as mulheres não se encerra ao romper o silêncio ou com a formalização da agressão sofrida para as autoridades. Ao contrário, Vargas (2011) e Severi (2018) registram que ela se estende nessas instituições, ou seja, a violência institucional ao passo que a identificamos como sendo uma das causas do processo de *revitimização,* vez que o acolhimento inadequado ou a ausência de acesso às políticas públicas, que não oferecem às mulheres um tratamento adequado, a faz reviver a dor da violência sofrida, revitimando-as.

Para a socióloga, Wânia Pasinato:

> Mulheres na busca ao acesso à justiça e direitos, continuam sem condições para sair da situação de violência, pois é perceptível pelas narrativas dos boletins de ocorrências, que a articulação da rede intersetoriais é insuficiente e permanece no padrão discriminatório e prejudicial aos direitos das mulheres (PASINATO, 2015, p. 410).

Ainda, Severi acrescenta:

> Nas instituições de justiça, os obstáculos parecem ainda maiores: sob a aparência de neutralidade e de uma

> suposta tecnicidade das decisões judiciais, que tornam as instituições do sistema de justiça resistentes as legislações de modo compatível com concepções dos Direitos Humanos das Mulheres (SEREVI, 2018, p. 2).

Para além da precariedade da rede de atendimento e proteção para mulheres em situação de violência, podemos identificar algumas questões tão graves que requerem, inevitavelmente, mudanças estruturais na sociedade: o machismo, sexismo, o patriarcado, a dominação masculina, principais motivadores da violência contra mulheres, elementos que se fazem presente em diversos aspectos simbólicos nas notícias midiáticas.

Assim, quando se busca o campo da comunicação para analisar a violência contra mulheres, entende-se que a imprensa tem interferência na construção e reprodução de valores culturais, pelo potencial que os meios de comunicação possuem, por exercer grande influência na opinião pública, pois, as escolhas das expressões por meio das informações midiáticas assumem força política, podendo favorecer ou não a desigualdade de gênero.

Por essa via, a violência contra mulheres estampada nos jornais goianos revela as marcas da opressão em que as mulheres são submetidas, baseadas na sua condição de gênero, refletindo, assim, os fatores históricos e culturais de uma sociedade, como são os casos das narrativas publicizadas em jornais de grande circulação, quando elas conjeturam a condição das mulheres enquanto propriedade dos homens e estes podem dispor da vida, a intimidade dessas mulheres, como bem entenderem.

Segundo Guacira Louro (2018), as diferenças que hierarquizam sujeitos estão constantemente sendo produzidas nos meios sociais por meio de processos linguísticos e discursivos, num campo político, uma vez que nele estão implicadas as relações de poder. Ainda, segundo a autora a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, mas também favorecendo a superioridade de um gênero sobre outro.

Deste modo, é possível pensar as narrativas dos jornais como meio de produzir significados culturais por meio da linguagem que implicam as relações de poder – veiculando detalhes que desqualificam a mulher, sensacionalizando os fatos ou justificando o agressor - a mulher em situação de violência passa a ser culpabilizada pela violência sofrida, caracterizando assim, uma sobreposição de violência.

Por sua vez, quando as notícias publicizadas apresentam conteúdos semelhantes às narrativas dos boletins de ocorrência, sem uma relação crítica, faz com que as expressões usadas nas informações jornalísticas assumam uma força política. Nesse sentido, a violência contra mulheres representada na mídia pode produzir ou reproduzir representações sociais das desigualdades de gênero.

Para Angelita Lima (2001), os boletins de ocorrência como primeira fonte de informação para as narrativas dos jornais, determinam o que será publicizado, por essa via, entende-se que as narrativas dos jornais são construídas através da banalização do crime e pela naturalização da violência.

Dessa forma tanto as narrativas policiais quanto as narrativas jornalísticas, podem favorecer a desigualdade de gênero, bem como a invisibilidade da mulher em situações de violência, incentivando, por esta via, o preconceito, a discriminação e a manutenção de comportamentos machistas e violentos contra as mesmas, apontando para a interiorização da mulher e a dominação masculina, segundo entendimento da filósofa Marilena Chauí (1985).

Ainda, segundo Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli[3] , a dominação masculina atua como norteador das relações de subordinação política em que as mulheres são submetidas pelos homens, ou seja, o homem exerce, na esfera privada ou doméstica, uma força política, regida pela própria lei da natureza (o mais forte governa o mais fraco), o que reflete nas violências institucionalizadas (mulheres ganham menos, são submetidas ao trabalho doméstico sem salário, são culpabilizadas pelas violências sofridas), produzindo seus efeitos e sendo incorporados pela sociedade.

Acrescente-se que informações jornalísticas, como uma força política podem sustentar ainda, a cultura de dominação política (homens devem governar mulheres), pela sociedade, que de acordo com Severi (2018, p. 32): "a dominação política torna-se hegemônica quando a violência se tornar naturalizada e normalizada até torna-se invisível. "

As desigualdades de gênero, percebe-se, então, podem ser majoradas a partir de variantes sociais: desde locais de fala a ocupações de espaços pú-

3 Como categoria geral, com o patriarcado sendo uma de suas manifestações históricas, o que não é uma visão consensual no feminismo. Entendemos que o patriarcalismo corresponde a uma forma específica de organização política, vinculada ao absolutismo, bem diferente das sociedades democráticas concorrenciais contemporâneas (cf. Elshtain, 1993[1981], p. 215). Referências: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista:* textos centrais. Vinhedo, SP: Editora Horizonte, 2013.

blicos. Assim as narrativas podem refletir essas desigualdades sociais, onde a violência contra mulheres passa a ser rotineiras e naturalizadas.

Nesta sentindo, fazendo-se uma releitura a partir do que Joan Scott (1991) estabelece ao dizer que relação de gênero é relação de poder, esse estudo compreende que a desigualdade de gênero pode ser refletida também no acesso a direitos como a busca da tutela policial a qual está inserida dentro dessa relação de poder falocêntrico que, consequentemente, não reconhece as mulheres como sujeito de direitos, mas sim que essas apenas colheram a violência sofrida por desrespeitar as regras sociais e o poder dominante. Esse é inclusive, o liame que esse estudo faz entre a desigualdade de gênero e como ela produz a revitimização ou vice-versa.

Por fim, da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) da construção das narrativas selecionadas para este estudo identificou-se que a violência institucional produtora da revitimização se operacionaliza por meio da passionalidade. Sobre ela, abordaremos no tópico a seguir.

3. O caminho da violência pelas narrativas jornalísticas - o crime justificado pela passionalidade e desqualificação da mulher

A passionalidade no direito brasileiro historicamente legitimou o assassinato de mulheres pelos seus companheiros e ex companheiros, fundamentado nas terminologias da paixão e honra, ou sobre forte emoção, o que garantia uma diminuição na pena ou até mesmo absolvição pelos crimes dessa natureza, caracterizando assim, um crime passional – a mulher é culpabilizada, seja por suspeita de traição, ou por não querer continuar na relação, o que remete uma desqualificação da mulher frente aos padrões machistas da sociedade (FARIAS, 2017).

Um caso de grande repercussão no Brasil foi de Ângela Diniz em 1976[4], que logo após o rompimento da relação foi morta pelo seu ex-

4 A dissertação do programa PPGIDH/GO- Direito das mulheres e violência de gênero nos discursos midiatizados – escrita por Jéssica Estély Chiareli Nazareth: analisou cinco casos de feminicídio de mulheres com notoriedade, a partir de publicações do Jornal Folha de S. Paulo: Ângela Diniz, no fim da década de 1970; Eliane de Grammont, no início de 1980; Daniela Perez, em 1992; Sandra Gomide, em 2000; e Eliza Samúdio, em 2010. Segundo a pesquisadora, conclui-se de que a ampla cobertura midiática dada aos casos, que se divide em fases, abre margem para uma disputa narrativa baseada nas teses jurídicas de crime passional

companheiro e este foi absolvido por alegar a legítima defesa da honra, calcada na tese da traição. O movimento feminista se posicionou após o julgamento que havia absolvido o réu e ex companheiro de Ângela Diniz e, por meio de manifestações intensa, as feministas passaram a reivindicar o fim da violência contra as mulheres, a punição destes crimes no que concerne a igualdade de gênero, buscando desarticular a concepção patriarcal de crime passional (FARIAS, 2017).

Todavia, apesar das inúmeras conquistas das lutas feministas como a promulgação da Lei Maria da Penha (11. 340/2006), Lei do Feminicídio (11.104/2015), a criação Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, a passionalidade que releva uma culpabilização da mulher ainda é justificada em vários segmentos da sociedade, e muitas vezes estampada nas capas dos jornais.

Acrescente-se que quando os jornais publicam notícias que dão relevância à passionalidade como meio de justificar os crimes em suas narrativas, contribuem para disseminação da ideia de que as mulheres são educadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores, enquanto, os homens são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas e que revelem força e coragem (SAFFIOTI, 2004).

É importante salientar que já foi observada, em alguns casos, a possível desclassificação de crimes contra mulheres, bem como a redução aplicada aos agressores, baseada em razões subjetivas, como o fato do agressor ter agido sob violenta emoção (PASINATO, 2004).

Desse modo, a construção social da notícia destacando a alegação do agressor, a fim de justificar o ato criminoso, pode recair na desqualificação da mulher, por terem supostamente transgredido papéis tradicionais ao gênero, e assim na disseminação da ideia de que as mulheres são educadas para desenvolver comportamentos ao papel vinculado pela sociedade - a vida privada e doméstica - maternidade, passividade e docilidade - Lima (2001), enquanto, os homens são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas e que revelem força e coragem (SAFFIOTI, 2004).

Frente a isso, situações em que as mulheres não querem mais continuar numa relação sem a concordância dos companheiros, e são ameaçadas ou agredidas, fazem com que essas permanecem em um clico de violência, e em sua maioria a justificativa do agressor, funciona como um

e defesa da honra, além de um julgamento moral das vítimas. Disponível: https://sigaa.sistemas.ufg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=3201.

recurso para eximir ou minimizar a responsabilidade social em crimes de violência de gênero. A esse respeito, as violências presentes nas relações interpessoais e de gênero são estruturantes, seja pelo fato de normatizar, modelar e regular as relações interpessoais entre homens e mulheres em nossa sociedade (BANDEIRA, 2017, p. 20).

Nesta lógica, a análise das notícias por meio da categoria (BARDIN, 1977) - o crime justificado pela passionalidade, será possível relacionar a difusão dramática e espetacularizada de atrocidades presentes nas mídias, e o protagonismo dado ao agressor, que a constitui uma força estruturante da realidade social (BANDEIRA, 2017).

O destaque no quadro nº 01 do jornal *Diário da Manhã* (edição DM006 10.531/2016) possui a seguinte manchete *Violência sem limites*, sendo acompanhada do seguinte chamada[5]: *Homem invade a casa da ex-namorada e espanca dois filhos da jovem depois de esfaqueá-la. Gêmeos de 11 meses não resistiram aos ferimentos e morreram.*

Quadro Nº 01
Edições Jornal Diário da Manhã – 2016

DM006 10.531/2016 "VIOLÊNCIA SEM LIMITES"		
CATEGORIAS DE ANÁLISE		**CONSTRUÇÕES SOCIAIS**
Comportamento inadequado da mulher	- Ex-namorada e esperou até que o atual namorado da vítima fosse embora para entrar e começar a agir.	- Má conduta frente aos padrões morais da sociedade – vários namorados: vida pessoal exposta. - Desqualificação da mulher
Motivação alegada do agressor	- Discussão por ciúmes que o agressor sentia pela vítima, a mulher estava em outro relacionamento.	- Agressor é tomado por ciúmes – forte desequilíbrio emocional pelo fim da relação – - Passionalidade
Imagens	- Duas fotos: uma da mulher e outra do agressor	- A fotografia e utilizada para garantir a realidade do fato noticiado (LIMA, 2001).

Fonte: Grupo de pesquisa Benedita Tatu

5 A "chamada" da manchete é o texto que vem logo abaixo a manchete tem a função de resumir o texto da notícia, como um complemento da manchete, conforme: ARANTES, Alessandro de Oliveira. In: Pescando Letras (blog). **Gênero textual jornal (Parte II).** Disponível em: http://pescandoletras.blogspot.com/2012/05/genero-textual-jornal-parte-ii.html> Acesso em 19 de dezembro de 2019.

O segundo destaque no quadro de nº 02 do jornal *O Popular* (edição: 22.866/2016), também foi noticiado pelo *Diário da Manhã* (quadro nº 17), no qual as narrativas dos dois veículos o crime é justificado pela passionalidade, e a mulher encontra-se submetida a um sistema normalizado pela dominação masculina, que mantém debaixo de controle, incerteza e ameaça constante (BANDEIRA, 2017).

Quadro Nº 02
Edições Jornal O Popular – 2016

O POPULAR 22.991/2016 "MÃE DE GÊMEOS RECEBIA AMEAÇAS PELO WHASTAPP"		
CATEGORIAS DE ANÁLISE		**CONSTRUÇÕES SOCIAIS**
Comportamento inadequado da mulher	- Era ameaçada pelo ex-namorado. - Ela disse que não acreditava na gravidade das ameaças. - Começou a namorar o agressor alguns meses após separar do pai da criança. - Estava no 3º relacionamento.	- Culpabilizada por não acionar a polícia, culpabilizada por não acreditar na gravidade das ameaças. -Desqualificação da mulher, ao relatar dados da sua vida intima na notícia.
Motivação alegada do agressor	- Ele disse que ela o estava traindo arrumando outro homem.	- Passionalidade
Imagens	- Fotos dos bebês David e Lucas	- As fotos dos bebês com nomes e informando que esses completariam um ano na próxima semana, fere as diretrizes do Estatuto da Criança e Adolescente.

Fonte: Grupo de pesquisa Benedita Tatu

O próximo destaque no quadro de número 03 visa comparar a construção das narrativas, quando a fonte é da segurança pública.

Quadro Nº 03

Construção social das narrativas		
Boletins de Ocorrência/RAIs Ano: 2016	**Jornal Diário da Manhã Edição DM006 10.531 /Ano: 2016**	**Jornal O Popular Edição 22.866/ Ano: 2016**
Deparamos com as vitimas estendidas no piso da residência dentro de um quarto, a mãe espancada pelo autor. Teve um relacionamento amoroso com o autor, após o termino não foi aceito. Inconformado pulou o muro, arrombou a porta da residência para cometer a agressão fugindo para lugar incerto. As crianças vieram a óbito.	**Reprodução:** Um crime de barbaridade impar chocou a cidade de São Miguel do Araguaia, situada a 470 quilômetros de Goiânia, na Região Norte do Estado. Um homem invadiu a casa da ex-namorada e, após discussão, a atacou com uma faca, atingindo as costas e o pescoço. Não satisfeito ele começou a agredir os filhos gêmeos da jovem também. As crianças de 11 meses de idade foram violentamente agredidas, sendo atiradas à parede e levando vários golpes na cabeça. As crianças não resistiram aos ferimentos e morreram, mas a mãe está fora de risco e recebeu alta do Hospital Municipal de São Miguel. O suspeito pela agressão continua foragido da polícia. A Polícia Militar foi acionada no início da madrugada de segunda-feira, para atender uma ocorrência de violência doméstica. Quando o sargento Amaury e o soldado Alencar chegaram até o local ao entrarem na casa, viram a mãe, Thais Araújo, segurando os filhos inconscientes no colo e chorando desesperadamente, com o corpo cheio de sangue. A jovem de 23 anos de idade foi esfaqueada no pescoço e nas costas, sendo encaminhada pelo Samu ao Hospital Municipal de São Miguel do Araguaia, mas não corre mais risco de morte e, fisicamente, passa →	**Reprodução**: A dona de casa Taís Araújo de Oliveira Paula, de 23 anos, não ha- via comunicado as polícias Civil e Militar que era ameaçada pelo ex-namorado, o vaqueiro Antônio Ribeiro Matos, de 26. De acordo com o delegado André Medeiros, ela disse que não acreditava na gravidade das ameaças. Na madrugada de segunda-feira, Matos espancou até a morte os gêmeos David Luiz e Lucas Felipe, filhos de Tais, que fariam um ano de vida no próximo dia 17. Ao terminar o namoro de um mès como vaqueiro, ela começou a receber mensagens de WhatsApp para voltar com ele. Como se negou a reatar, passou a ser xingada e ameaçada. António teria mandado mensagens ameaçadoras também para uma tia de Taís. →

Construção social das narrativas		
Boletins de Ocorrência/RAIs Ano: 2016	**Jornal Diário da Manhã Edição DM006 10.531 /Ano: 2016**	**Jornal O Popular Edição 22.866/ Ano: 2016**
	bem. Também de acordo com os militares que atenderam a ocorrência, foi relatado a eles que o agressor, Antônio Ribeiro Barros foi até a casa da ex-namorada e esperou até que o atual namora- do da vitima fosse embora para entrar e começar a agir. A informação é de que ele invadiu a casa da vitima por volta da meia noite e imediatamente começaram a discutir, tendo Antônio agido por ciúmes. Ele usou uma faca para atacar Thais e, logo em segui- da, foi em direção ao quarto das crianças e começou a agredir os bebês. Antônio atirou os meninos várias vezes contra o chão e contra a parede e só parou quando eles já não se mexiam mais. O Samu, ao ser acionado, conduziu as três vitimas até o hospital municipal, dando entrada por volta das 4h da manha. Os meninos sofreram traumatismo craniano.	Ele namorou com a dona de casa meses após ela se separar do marido e pai das crianças, Anderson Silva de Paula. *A família dela descobriu que ele já havia se relacionado com uma mulher casada e não quis o envolvimento da Tais com ele. Ela obedeceu a família e terminou com ele", contou o delegado. Os gêmeos foram sepultados na manhã de ontem.

Fonte: Grupo de pesquisa Benedita Tatu

A construção das narrativas das notícias pelos quadros nº 01, 02 e 03 indicam que houve descontrole emocional na prática da violência pelo agressor, ocasionando, um ato sobre forte emoção – o ato violento não teve controle ou repressão à altura, apontaram também, que a violência geralmente é acompanhada do medo, refletindo a dominação masculina, com características de relações de poder, onde a mulher não possui o direito de escolha.

Percebe-se que há uma relação entre as narrativas das matérias de ambos jornais com a narrativa da fonte de informação a qual apresenta

elementos de passionalidade reproduzidos pelas coberturas jornalísticas. No entanto, observa-se ao comparar as três narrativas no quadro nº3 que os jornais além de reproduzirem o que diz a narrativa policial também utilizam elementos tais como substantivos, adjetivos entre outros termos em suas narrativas, que acentuam e destacam a passionalidade de uma forma mais evidente que a do registro policial.

Isso aponta para a hipótese que, embora exista uma relação umbilical entre essas narrativas, o desaparecimento da passionalidade dos registros policiais provavelmente não faria desaparecer completamente a passionalidade das matérias jornalísticas, pois se observa que embora exista uma reprodução acrítica da narrativa do registro policial pelo jornalista, as narrativas dos jornais apresentam uma passionalidade mais acentuada na sua construção conforme se verifica a partir da análise de conteúdo realizada (BARDIN, 1977).

A esse respeito, Luciano Gomes (2017, p. 38) adverte que "é importante que os veículos de comunicação abordem o assunto de forma mais contextualizada e utilizando termos que produzam reflexão sobre a temática". Isso porque "os veículos reproduzem discursos de violência simbólica e dominação masculina, chegando até mesmo ao ponto de colocar as vítimas da violência como culpadas pelas agressões que sofreram".

Para Cyntia Miranda (2017), os caminhos para reduzir esse problema no jornalismo seriam evitar a descontextualização dos casos, pois isso provoca a invisibilização das mulheres em situação de violência. Além do mais, faz-se necessário que a potência do agressor não seja o destaque da narrativa, com a finalidade de evitar a manutenção dos papéis de gênero. Ela ainda aponta que o agressor não deve ser desresponsabilizado pelo cometimento do crime através de justificativas, assim como o crime também não deve ser narrado de uma forma romantizada – como ocorre nas narrativas analisadas.

A narrativa do quadro nº3 do jornal *Diário da Manhã,* ainda revela outro indício que naturaliza a passionalidade, ou seja, a mulher estava na condição de ex-namorada e os filhos somente dela, de modo que o agressor estava sobre forte desequilíbrio emocional pelo fim da relação - a mulher já estava em outro relacionamento, enquanto o agressor sofria pelo fim da relação.

A passionalidade se revela nas narrativas através da objetificação da mulher (ex-namorada) que entre a vontade da sua família e a vontade do

agressor, obedece a vontade da família e põe um fim no relacionamento, começando outro namoro. A narrativa também remete inadequadamente à ideia de que o crime fora cometido por um amor descontrolado, movido por uma dor emocional (sentimento de traição) e ciúmes logo após a saída do atual namorado com quem passeou na praça. Para além disso, a mulher é destituída de vontade própria (com as afirmações "ela obedeceu", "ela não havia comunicado às polícias"), o que vai ao encontro da abordagem feita por Chauí (1985), a qual leciona que as mulheres são vistas como sujeitos heterônomos que estão à serviço de alguém e que se legitima na capacidade de satisfazer aos desejos dos outros.

Sobre essa passionalidade também podemos fazer uma releitura do que Moura aborda ao citar Smart (2017, p.47) sobre o poder masculino na sociedade – incluindo no conteúdo dos jornais-:"é onipotente em sua opressão e determina as mulheres completamente, tornando a feminilidade com todos os seus supostos atributos (sensibilidade, cuidado, interdependência, altruísmo etc.), mero produto da operação do patriarcado sobre sua subjetividade". Com isso, pode-se compreender que a passionalidade enquanto elemento da narrativa é também um elemento das sociedades regidas pelo poder masculino, talvez por essa razão ela funcione para a reprodução e operação do patriarcado como apontam as análises sobre ela realizada nas narrativas que oprimem as mulheres, ao reforçar sua subjetivação, por meio da revitimização midiática.

Giovana Rossi (2016, p.29) lembra que apesar dos avanços e transformações sociais nos últimos anos dos direitos das mulheres, "a ideologia patriarcal continua muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçada". A autora continua afirmando que "a sociedade organiza-se em torno da autoridade masculina e o recurso à violência sempre está presente como uma forma de mantê-la e reafirmá-la". Partindo dessa ideia, podemos refletir o papel da passionalidade trazida por narrativas para justificar o crime (como se o crime tivesse justificativa) a qual se observa que ela também contribuiu para institucionalizar e difundir a violência por meio das matérias no intuito de manter as mulheres sob o controle masculino fomentando, com isso, o ciclo da violência de gênero e a manutenção desse cenário de opressão.

A relevância da "passionalidade" na notícia do jornal *O Popular* assim como no jornal *Diário da Manhã* é notória desde a manchete até o fim da mesma, segundo ambas narrativas, o agressor é tomado por ciú-

mes em razão da mulher estar em outro relacionamento. Também é mencionado que ele não aceita o fim da separação, passando a ameaçá-la até a consumação do ato que consiste em agredir os seus filhos até a morte com a finalidade de produzir na mulher sofrimento físico e psicológico.

Nesse sentindo, há exploração imagética alusiva à violência, carência de contextualização e sensacionalismo como algo corriqueiro representam uma banalização da violência contra as mulheres (BOURDIEU, 2015). Evidencia-se, assim, que a dominação masculina é legitimadora de relações de violências contra as mulheres, conforme a construção das narrativas dos jornais analisadas.

> (...) essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. É por não perceberem os mecanismos profundos, tais como os que fundamentam a concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais, e, por tal, a experiência tóxica do mundo social (por exemplo, em nossas sociedades, a lógica reprodutora do sistema educacional), que pensadores de linhas filosóficas muito diferentes podem imputar todos os efeitos simbólicos de legitimação (ou de sociodiceia) a fatores que decorrem da ordem da representação mais ou menos consciente e intencional (BOURDIEU, 2015, p. 17-18).

Destaca-se que as relações desiguais passam a ser vistas como aceitáveis ou mesmo naturais e reproduzem a motivação do crime em uma visão limitada das desigualdades de gênero, e por essa via, reproduzem, legitimam as construções culturais e sociais, por meio de práticas discursivas que definem os lugares sociais destinado para os homens e para as mulheres.

Considerações

As análises apresentadas neste artigo compõem o corpus de uma pesquisa mais ampla, em andamento, na Faculdade de Informação e Comunicação da UFG desde 2017, intitulada: “A culpabilização das mu-

lheres nas narrativas sobre violência de gênero nos boletins de ocorrência e nos jornais diários de Goiânia". Essa pesquisa investiga a influência que a fonte oficial de informação tem sobre as narrativas jornalísticas que tratam da publicização dos fatos de violência contra as mulheres.

Todavia, pode-se perceber a discrepância entre o fato sofrido pela mulher e o fato descrito nos boletins de ocorrência, bem como nas narrativas midiáticas, demonstrando a inobservância ou desrespeito dos profissionais responsáveis por essas ações. Nesse sentido, no entanto, já é possível afirmar que a violência institucionalizada é uma das várias formas de violência que promove a revitimização a qual se utiliza da passionalidade (etc.) como elemento utilizado pelas narrativas estudadas para revitimizar as mulheres.

Percebe-se que embora exista uma relação entre as narrativas jornalísticas de ambos jornais com a narrativa policial, sua fonte de informação, o desaparecimento da revitimização dos registros policiais dificilmente faria desaparecer a revitimização das matérias jornalísticas, pois acreditamos que apesar das semelhanças e da reprodução entre elas, também identifica-se termos inadequados utilizados isoladamente e de forma distinta em cada narrativa conforme ficou evidente por meio da análise de conteúdo realizada (BARDIN, 1977).

Observou-se que a disseminação da violência contra mulher é fruto do preconceito de gênero, ou seja, a desigualdade somente ocorre de maneira disseminada pela existência de uma sociedade patriarcal formada por meio de uma visão masculinizada, que fere do princípio básico da dignidade humana da mulher e sendo a dignidade humana o princípio basilar do Estado, como assegurado nos tratados internacionais de Direitos Humanos das mulheres e a legislação nacional.

Por fim, sugere-se que sejam realizados novos estudos sobre a revitimização em outros órgãos do poder público, com a finalidade que o tema seja tenha seu campo de debate ampliado e produza reflexões atualizadas à luz da interdisciplinaridade. Aponta-se como solução prática a qualificação e o aprimoramento dos serviços públicos além da promoção de medidas cabíveis e apropriadas para combater as discriminações contra mulheres para que toda a sociedade possa usufruir de seus direitos fundamentais sem qualquer tipo de discriminação que venha tolher os direitos humanos e os direitos humanos das mulheres.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela,. Brasília, DF : Technopolitik, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, v. 70, 1977.

BENEVIDES, Maria Vitória. Prefácio. In: SCHILLING, Flávia (org.). **Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas.** São Paulo: FEUSP, Editora Cortez, 2008.

_____. Prefácio. In: SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas.** São Paulo: FEUSP/ Cortez, 2005. p. 11-17.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do Debate sobre Mulher e Violência**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, São Paulo,Zahar Editores, 1985.

_____. **Uma ideologia perversa. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível**. Folha de S. Paulo, Sao Paulo, 14 mar. 1999, Caderno Mais! p. 5-3.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembléia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf. Acesso em 10 maio. 2019.

GOMES, Luciano Silva. **A cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins.** Dissertação de mestrado. Palmas-TO: UFT, 2018.

LIMA, Angelita Pereira de. **A notícia de violência contra a mulher**

e a violência da notícia. UFG: 2001,dissertação de mestrado.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEYER, Dagmar Estermann. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação.**Organizado: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Vilodre Silvana. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista:** textos centrais. Vinhedo, SP: Editora Horizonte, 2013.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros**. Revista Observatório, v. 3, n. 6, p. 445-464, 2017.

MOURA, Samantha N. C. **Estupro de mulheres como crime de guerra: lições sobre direito, feminismo e vítimização**. Campinas-SP: Servanda, 2017.

PASINATO, Wânia. **Dez anos de Lei Maria da Penha**. O que queremos comemorar? SUR, v. 13, n. 24, p. 155-163, 2016.

ROSSI, Giovana. **A culpabilização da vítima no crime de estupro: os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica**. Florianópolis: Empório do direito, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Contribuição feminista para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, São Paulo, (16), p.115-136. 2001.

_____. **Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. Gênero e Cidadania,** Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero. Campinas: Unicamp, 2004. p.59-69.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. [2ªedição].

_____. **Entrevista realizada em 20/07/2008. In: MÉNDEZ, Natalia Pietra.** Com a palavra o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2008.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Lei Maria da Penha e o Projeto Jurídico Feminista Brasileiro.** Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** S.O.S. Corpo, Recife, 1991.

VARGAS, Roxana Arroyo. Acceso a la justicia para las mujeres... el laberinto androcéntrico del derecho. **Revista IIDH**, nº. 53, p. 35-62, 2019.

Preto preso em pauta: homens negros privados de liberdade e prática jornalística

Bruno Mardson
Luciene de Oliveira Dias

Introdução

Para sobrevivermos em uma sociedade racista, a adoção de atitudes antirracistas é tão fundamental quanto respirar e, nessa luta por respeito e conscientização racial, este trabalho traz para a superfície do debate práticas racistas ainda identificadas em narrativas jornalísticas com o intuito de provocar mudanças. Quando, em 1979, a ativista negra e filósofa Angela Davis, em um discurso em Oakland, nos Estados Unidos, afirmou de forma corajosa que em uma sociedade racista é preciso que sejamos "antirracistas", ela nos deu a base para o combate cotidiano ao racismo aliado à necessária e urgente construção de uma sociedade antirracista. Com esta orientação, nos colocamos aqui em posição de fortalecimento do "ativismo antirracista" (DAVIS, 2016) quando nos propomos problematizar a narrativa jornalística acerca de homens negros encarcerados.

O desenvolvimento do debate sobre racismo e antirracismo no Brasil tem como principal empecilho o mito da democracia racial, que utiliza a miscigenação como forma de justificar o imaginário social de que estamos em um país que é resultado da mistura de populações negras, indígenas e europeias. Essa tentativa de anulação de outras diferenças raciais é chamada de "racismo heterofóbico" por Antônio Sérgio Alfredo

Guimarães (1999) em seus estudos sobre Racismo e Antirracismo brasileiro. Por esta afirmação, o povo brasileiro, desde sua formação, não suporta a ideia das diferenças e utiliza a miscigenação como uma espécie de escudo, anulando para si a existência da pluralidade de raças. Ser antirracista, em uma sociedade que há pouquíssimo tempo reconhece a existência do racismo é um ato de coragem. De acordo com Guimarães (1999), reconhecer que existe uma grande desigualdade entre os cotidianos das pessoas negras e brancas é evidenciar uma reprodução diária de racismo que alcança empresas e instituições públicas e privadas, em áreas fundamentais como educação e saúde.

Compreendendo o jornalismo como um importante meio de disseminação de informação e auxiliar na construção de opiniões, a forma com que ele se expressa – em sua grande maioria – é lida *a priori* neste trabalho como letal para os corpos negros masculinos. Letal em seu sentido literal e também social. Neste espaço amplo de circulação e produção de sentidos, "questionamos a obviedade e transparência dos sentidos dos relatos midiáticos, uma vez que compreendemos os sentidos como múltiplos" (DIAS, 2014, p. 333) e desejamos aqui acioná-los para, de forma didática, sugerir a necessidade de políticas antirracistas na prática jornalística.

Uma de nossas hipóteses é que o chamado jornalismo de referência vem atribuindo, de forma sistemática, menor valor social ao homem negro, especialmente quando este se encontra privado de sua liberdade. De acordo com Nelson Traquina (2005), o compromisso do jornalismo é com a realidade, mas ressalva que a realidade é seletiva, uma vez que é apresentada de acordo com interesses de interação social. Esses interesses se caracterizam de duas formas no campo jornalístico, segundo o autor, como econômico – a notícia como um negócio – e ideológico – a notícia como incumbência pública.

O espaço de produção jornalística, como carregado e gerador de sentidos, tem um papel fundamental na construção do imaginário social. Por isso, ele deve ser um espaço aberto a todos os agentes de transformação (TRAQUINA, 2005). Vozes alternativas ao interesse econômico da hegemonia branca devem ser ouvidas e respeitadas. Vivendo em um mundo tão plural, com suas diversas performances corporais, grandes veículos de comunicação comandam as notícias de maneira a fortalecer o jornalismo como um comércio e, nessa bus-

ca incessante por uma recompensa capitalista, esse corpos plurais – negros, que manifestam diariamente sua sexualidade e identidade de gênero, pobres – são constantemente marginalizados e noticiados de forma agressiva, depreciativa, o que acaba por validar discursos e teorias preconceituosas.

Neste ínterim, vale destacar o papel do profissional do jornalismo e sua necessária atuação a partir de uma compreensão integral do que seja o próprio jornalismo.

> A nossa proposta teórica reconhece que o trabalho jornalístico é altamente condicionado, mas também reconhece que o jornalismo, devido à sua "autonomia relativa", tem "poder", e, por consequência, os seus profissionais têm poder. Os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade. (TRAQUINA, 2005, p. 26)

Diante deste condicionamento midiático a que jornalistas estão submetidos, o "poder" em noticiar a realidade promove autonomia para consolidação do compromisso com a representatividade aos diversos corpos. Então, é possível firmar e fortalecer a luta antirracista em uma mídia de massa e esse é um dos papéis de iniciativas como o *Geledés – Instituto da Mulher Negra* e o *The Intercept*, que utilizam-se do webjornalismo e das redes sociais para denunciar o racismo, o machismo, as fobias de gênero e sexualidade, além de implementar políticas antirracistas.

Cremilda Medina (1978) nos leva a pensar o jornalismo informativo – predominante na imprensa brasileira – como uma fonte de notícias imediatistas que tendem ao "sensacionalismo" sempre que não produzidas com cuidado. Um dos principais problemas nas narrativas jornalísticas são as notícias curtas, imediatas, mal fundamentadas e estruturadas pela necessidade de se ter um produto. Destacamos que o jornalismo enquanto troca é o foco da referida pesquisadora.

A hegemonia branca marginaliza homens negros privados de liberdade constantemente e tende a criticar seus corpos e todas suas ações de forma que sua imagem perca credibilidade e potencial. O imaginário rude, bruto, ignorante, sexual acerca do corpo negro masculino que é

reforçado por toda a chamada mídia de referência, limita socialmente espaços que este homem tem direito de alcançar e permanecer, como em instituições de ensino.

> Isto posto, ao explicar o funcionamento desta socialização, bell hooks critica a representação estereotipada, na mídia, de masculinidades negras como espaços de imputação de uma posição "anti-intelectualista", na qual a educação formal como fonte de conhecimento, poder e liberação é desvalorizado entre homens negros em favor de um conjunto de valores e traços sócio-psicológicos como a virulência física, o sexismo e o materialismo. (RIBEIRO, 2012, p. 9, apud bell hooks, 2004a, p. 38)

A identificação do que propomos chamar aqui de ódio midiático contra homens negros privados de liberdade pode ser vista como uma projeção de grande parte da opinião pública brasileira e internacional, sendo esta uma reprodução do projeto de dominação colonial em que o corpo do homem negro era projetado somente para atividades braçais e sexuais, atribuindo a este mesmo corpo fortes tendências delituosas. Percebemos, assim, que o caminho traçado para homens negros restritos a relações violentas é o mesmo imposto pelo projeto de dominação colonial.

> O Brasil foi constituído por ações violentas e sua transformação não pode ser pensada sem considerar essa possibilidade, nesse termo as referências ao assalto, ao sequestro, ao crime organizado, entre outras, são inseridas na modalidade de uma reação sistêmica aos processos de exclusão, exploração e violência que definem a sociedade brasileira. (ROSA, 2018, p. 77)

Aprofundando um pouco mais sobre masculinidades, é importante compreender que não se trata de um termo referente a um grupo de pessoas, mas sim a processos. Processos sociais que envolvem construção e desconstrução, construção no que tange a conceitos e expansão de conhecimento e desconstrução de conceitos discriminatórios que são reproduzidos socialmente. É importante reconhecer que no meio de tudo isso, masculinidades é um conceito que também se encaixa como lugar de privilégio quando analisado junto ao sexis-

mo. Isso porque o patriarcado fornece configurações vantajosas, mas esse privilégio é limitante quando analisado no contexto racial.

> Masculinidades são também lugares de privilégio que fazem com que a maioria dos homens receba dividendos patriarcais com base em uma dita subordinação geral das mulheres. Para ela, existe um regime de gênero no qual existem masculinidades hegemônicas (onde ser branco, heterossexual, rico e ocidental são suas marcas mais visíveis) que estão sobrepostas a masculinidades marginalizadas ou subordinadas (aquelas masculinidades identificáveis entre negros, gays, pobres, não-brancos, transgêneros). Neste modelo, Connel assinala que as masculinidades não são identidades fixas, mas configurações da prática de gênero que devem ser lidas como constructos políticos complexos localizados hierarquicamente em um regime de gênero. (RIBEIRO, 2012, p. 4, apud. Connel 2000)

Entendemos, assim, que os homens negros vivenciam a masculinidade marginalizada, colonizada. Além de serem subjugados socialmente, eles também são distanciados do afeto, sendo que deles é exigida e esperada uma brutalidade que se aproxima da imagem de um *gangsta,* o popular marginal. Esse estilo de vida originário na cultura do *rapper* negro-estadunidense tem relações com o poder social. Waldemir Rosa (2018, p. 80 *apud*. Gilroy 1995) afirma que "ao discutir a constituição de uma identidade negra transnacional, argumenta que o homem negro norte-americano, em sua luta política antirracista, cria um modelo de relações sociais baseado na noção de virilidade".

A discriminação contra o homem negro está imbricada em fatores de raça, gênero e classe que, segundo Angela Davis (2016), permitem a hierarquização dos indivíduos pela ótica hegemônica capitalista branca. Isso implica que esses fatores sociais constituem as relações de poder existentes na sociedade, onde o homem (como gênero) branco (como raça) ocupa a posição mais alta de privilégio – sendo a sua classe uma condição variante – e tudo aquilo que se afasta dessa figura é marginalizado e subjugado. O esquema que apresentamos a seguir ilustra como a nossa sociedade patriarcal branca funciona, sendo os homens brancos uma minoria – e aqui fazemos referência de forma quantitativa e não como minoria social – à frente das relações de poder social.

Fonte: Reelaboração inspirada na pirâmide proposta por Angela Davis (2016).

Luiza Bairros (1995), em *Nossos feminismos revisitados*, faz uma análise instigante sobre o funcionamento da interseccionalidade de raça e gênero. A autora apresenta o movimento feminista, ressaltando que as experiências femininas não são universais, pois fatores como raça, região, classe social e orientação sexual interceptam-se, resultando em experiências pessoais diferentes. Essa discussão nos convida a perceber que existem grupos que são mais discriminados do que outros, como por exemplo, uma mulher negra – quanto ao gênero e raça –, moradora de zona periférica – quanto a classe – é mais afetada pelo sexismo patriarcal e suas diferentes formas do que uma mulher branca que vive em áreas nobres das cidades. Embora seja mulher – gênero –, uma pessoa branca sempre ocupará o lugar de opressão racial independente do corpo em que se manifeste. Sob a óptica do feminismo negro, não é possível dissociar o sexismo do racismo.

Por esta perspectiva feminista negra apontada por Luiza Bairros (1995) também situamos o homem negro como alvo de racismo e sexismo. Isso porque o homem negro é colocado à margem no processo de discriminação, ficando exposto ao ódio e privado do interesse comum. A partir daí, podemos inferir que também é do

interesse dos homens negros o fim do sistema sexista já que este é mantido na base do sistema patriarcal racista, embora esteja um nível acima das mulheres negras.

> Essas mesmas imagens cruzadas como racismo reconfiguram totalmente a forma como homens negros vivenciam o gênero. Assim, o negro desempregado ou ganhando um salário minguado é visto como o preguiçoso, o fracassado, o incapaz. O atleta sexual é percebido como um estuprador em potencial; o agressivo torna-se o alvo preferido da brutalidade policial. Só que estes aspectos raramente são associados aos efeitos combinados de sexismo e racismo sobre os homens que reforçam o primeiro na ilusão de poder compensar os efeitos devastadores do segundo. (BAIRROS, 1995, p. 461).

Refletindo sobre os mecanismos de distribuição de poder, percebemos que até mesmo o acesso à educação pela população negra é negado ou negligenciado. Esses acontecimentos são uma reprodução do que aconteceu na formação do Brasil colonial, sendo que a sociedade se conforta no discurso racista impregnado nas estruturas sociais de que o corpo negro vale menos que o corpo branco. A realidade atual mostra um grande quantitativo de homens negros nos presídios em contraposição ao alto quantitativo de homens brancos em universidades. São números inversamente proporcionais justificados pelo tratamento social que também se invertem proporcionalmente.

> Os presos, em sua maioria são jovens oriundos das camadas sociais mais pobres, já marginalizados socialmente, filhos de famílias desestruturadas, que não tiveram e não têm acesso à educação nem à formação profissional. São, portanto, pessoas que estão numa situação já delicada e, se não encontrarem as devidas condições necessárias nos presídios, jamais poderão voltar à sociedade como cidadãos de bem. (ALVIM, 2006, p. 4)

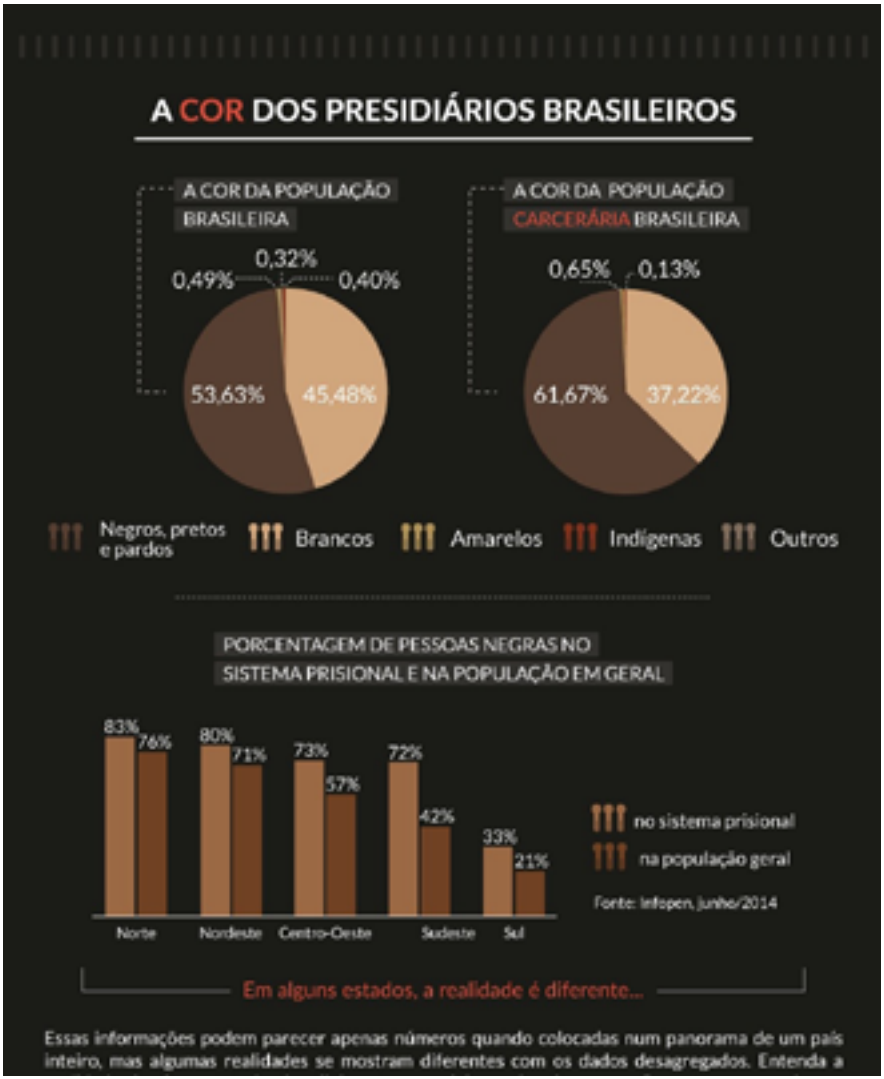


Gráfico elaborado pelo politize.com (MERELES, 2017). *Fonte: PNAD/INFOPEN.*

A interseccionalidade exemplifica perfeitamente os números altamente assimétricos de encarcerados negros em comparação ao número de encarcerados brancos, como mostrado no gráfico anterior. Compreendendo o papel opressor racial e de exclusão social, a estética da masculinidade negra se torna a personificação do crime para aqueles que não se preocupam em entender por que esses números são tão desproporcionais.

Esses números denunciam a forma como a sociedade brasileira lida com as diferenças étnico-raciais. A falta de preocupação em ofertar políticas de acesso à educação aproxima os homens negros do crime e lotam presídios, ocasionando um efeito crescente, semelhante a uma bola de neve, e resultando em mais um problema social. Trabalhar a educação como ferramenta de transgressão e autonomia são ideias defendidas por bell hooks e Paulo Freire, que a sugerem como uma forma de deslegitimar as opressões étnico-raciais.

Bell hooks (2013) nos ensina que transgressão é ir além do esperado; é refletir para romper fronteiras estereotipadas e modificar o mundo. Essa modificação é uma consequência da forma como compreendemos a própria opressão. A autora defende uma pedagia que a chama de "engajada", aquela que foca no bem-estar e desenvolvimento dos próprios professores e por consequência, de quem aprender. Promover informações para a construção do conhecimento é um ato de transgressão; buscar conhecer as pessoas através de suas experiências para trabalhar uma educação plena, é um ato de transgressão. A educação é capaz de libertar porque dá sustento ao ser humano para reconhecer e reconstruir seu lugar no mundo.

Seguindo a perspectiva transgressora – conhecer para libertar e se preocupar com o próximo – proposta por bell hooks, analisaremos a seguir três reportagens divulgadas por jornais regionais de Goiás que abordam a situação de presídios no estado, como estratégia para iniciar uma reflexão acerca das masculinidades negras em condição de encarceramento. Teoricamente, presídios têm como objetivo a reintegração social de pessoas que cometeram crimes. Mas temos, ainda, questões centrais que nos impossibilitam de compreender este espaço como passível de educação ou socialização. Estas questões envolvem fatores como a manutenção da marginalização dentro dos próprios presídios e ainda a utilização de mecanismos de punição mais que mecanismos de reeducação. Para provocarmos reflexões mais concretas, trazemos alguns exemplos de prática jornalística. Analisamos dois episódios retratados em duas produções jornalísticas, destacando que não temos aqui um mapeamento completo, mas algumas pistas para fortalecermos nossa pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação sobre homens negros privados de liberdade e as estratégias comunicacionais que podem acessar.

Fome por dias melhores

Uma greve de fome foi a estratégia utilizada pelos custodiados dos presídios de Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Anápolis e Planaltina, em novembro de 2019. Esses homens exigiam melhores condições alimentícias, flexibilidade nas visitas sociais e normas institucionais mais maleáveis. Diante do fato, o jornal O Hoje publicou, no dia 11 de novembro de 2019, a matéria "Presos goianos iniciam greve de fome por melhores condições", disponível em < http://www.ohoje.com/noticia/cidades/n/171055/t/presos-goianos-iniciam-greve-de-fome-por-melhores-condicoes>.

A partir de entrevista com representante da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária, a matéria ocupa-se em destacar que a situação está sob controle e alerta que estariam sendo monitoradas outras unidades prisionais de segurança máxima. As poucas informações, limitadas a pouquíssimas linhas, não aprofundam sobre as condições de vida denunciadas pelos detentos. Se efetivamente o que sustenta o jornalismo de qualidade é o tripé ética, técnica e responsabilidade social, percebemos que toda a discussão feita na abertura deste texto ficam relegadas diante da produção jornalística ancorada no imediatismo e na espetacularização – com o discurso de que é necessário garantir a tranquilidade em quem acessa a informação ao dizer que "a situação está controlada".

O material jornalístico aqui analisados não busca compreender quem são esses presos e nem a realidade do sistema carcerário nacional. Ao abrir mão de aprofundar na discussão sobre o estado insalubre das celas, a péssima qualidade da comida e superlotação nos presídios, este material contribui para serem mantidos todos os preconceitos, justificando que "não é preciso esconder preconceitos em relação a criminosos. A figura do criminoso abre espaço para todo tipo de discriminação e reprovação com total respaldo social para isso" (BORGES, 2018, p. 10), inclusive sendo reproduzidas em produções jornalísticas.

Destacamos aqui a foto que é utilizada na matéria jornalística. Trata-se de uma imagem assinada como "Reprodução" da entrada com Complexo Prisional, em que não conseguimos identificar as pessoas, relembrando que a única fonte, uma fala sem nome da Direto-

ria-Geral de Administração Penitenciária, poderia ser acessada por telefone, e-mail e a partir de outra localização, que não o Complexo Prisional. Isso nos leva a crer que a equipe de jornalismo não se deslocou até o lugar onde o fato ocorria para realizar sua tarefa.

Fonte: Jornal O Hoje, 2019.

O mesmo ocorre com outra matéria produzia pelo mesmo jornal no dia 04 de maio de 2020. Com o título “Preso morre e quatro ficam feridos após briga durante motim em Aparecida de Goiânia”, o material acessado a partir de < http://ohoje.com/noticia/

cidades/n/176110/t/preso-morre-e-quatro-ficam-feridos-apos-briga-durante-motim-em-aparecida-de-goiania>, traz uma foto assinada como "Divulgação" e é uma imagem feita à distância das instalações do presídio de Aparecida de Goiânia. A imagem não traz, novamente, pessoas e, mais uma vez, não há fonte de informações para além da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária.

O texto faz referência a uma morte e quatro feridos, mas o destaque nas brevíssimas linhas é de que a Polícia Militar do Estado de Goiás e o Grupo de Operações Especiais estariam "auxiliando na segurança do local". O que percebemos é mais um caso de prática jornalística imediata, com foco em informações curtas, generalizadas e oficiosas. Este tipo de produção jornalística impossibilita uma compreensão mais adequada do sistema carcerário nacional, que é marcado pelo alto quantitativo de mortes de homens jovens e negros.

Fonte: Jornal O Hoje, 2019.

Considerações

Considerando os dados da Politize (MERELES, 2017), a grande maioria da população carcerária brasileira é composta por jovens negros. Se vivemos em um país cuja população negra é de 53%, isso significa que são os jovens negros que estão em situação de cárcere, vivendo em um ambiente punitivo moldado a partir de uma estrutura forjada pelo projeto de dominação colonial. Trata-se de uma estrutura escravagista, considerando que o conceito de prisão no Brasil foi criado durante formação do país onde prendiam escravizados condenados por não seguir "a ordem". Dentro desses ambientes, métodos de tortura eram realizados como forma de punição, ou seja, o sistema criminal foi reconfigurado historicamente se mantendo como um sistema opressor. O gráfico a seguir, nos oferece uma visualização acerca da falta de proporcionalidade entre a população brasileira em geral e a população carcerária, marcada pela presença muito significativa de pessoas negras.

Fontes: Pnad 2014, FBSP e Infopen.

Jovens negros em situação de vulnerabilidade social estão mais propensos a cometerem crimes numa tentativa de ascensão social, por falta de amparo governamental e políticas públicas de inclusão para essa população marginalizada. Perante esses fatos, é impossível manter o discurso de democracia racial em um país que dita o criminoso e contribui veemente na manutenção do racismo em todos os sistemas que envolvem a sociedade. Esta condição demanda do jornalismo uma prática responsável socialmente o que, infelizmente, não conseguimos identificar nos materiais aqui analisados. Destacamos, contudo, que é possível fazer jornalismo de qualidade desde que ancoremos esta prática profissional na necessária busca cotidiana por cidadania e direitos humanos.

O sistema prisional brasileiro é racista e contribui para o aumento da população negra em situação prisional, haja vista o conhecido caso de Rafael Braga, preso injustamente em 2013, durante uma manifestação, por portar dois frascos com desinfetante e água sanitária. Rafael Braga foi condenado e cumpre prisão domiciliar após ter contraído tuberculose na prisão. Este caso não é uma exceção e reflete a forma como, no Brasil, são constituídas as superlotações de homens negros nos presídios a partir de um sistema que pune e condena *a priori*.

> O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Esta é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país. (BORGES, 2018, p.12)

Discutir o racismo em uma sociedade que se nega a reconhecer a presença do mesmo é luta diária que deve alcançar a prática jornalística.

Quando aplicamos a luta antirracista voltada ao ambiente carcerário, a situação se torna extremamente complexa. Isso porque a opinião pública costuma manifestar-se pelo ódio contra a pessoa encarcerada e tolera, muito frequentemente, o preconceito contra essa parcela da sociedade.

As reportagens aqui trabalhadas como exemplo resumem, para a análise aqui proposta, a situação carcerária precária vivida no Brasil e negligenciada pelo jornalismo. O corpo negro é e continua sendo alvo de exploração da hegemonia capitalista branca. Prevalecendo em todas as instâncias, o racismo segue inferiorizando as pessoas negras, ditando violência e reforçando estereótipos ligados ao medo, intolerância, raiva, tendências criminosas.

> Somos compelidas a acreditar que o sistema de justiça criminal surge para garantir normas e leis que assegurarão segurança para as sociedades. Mas, na verdade, se trata de um sistema que surge já com uma repressão que cria o alvo que intenta reprimir. A realidade do sistema de justiça criminal é absolutamente diversa de garantir segurança, mas um mecanismo que retroalimenta insegurança, aprofunda vigilância e repressão. (BORGES, 2018, p. 72)

A falta de amparo a jovens negros em situação de cárcere vai além da falta de estrutura física disponibilizada nos ambientes carcerários, também por isso o jornalismo deve manter seu caráter investigativo para que suas produções não se limitem a reproduzir o sistema. Desde a abordagem policial há a predominância do julgamento racial, sendo este o julgamento que marca todo o processo. Daí ser fundamental uma atuação para além das fronteiras raciais, o que implica em ações antirracistas.

É necessário conscientização racial e reforço na luta antirracista para desmistificar da figura masculina negra e contribuir para a implementação de políticas públicas de inserção e reintegração social do homem negro em situação de cárcere. Os exemplos de produção jornalística aqui trabalhados são somente a ponta de um grande iceberg que evidencia um jornalismo carente de formação integral para a cidadania e os direitos humanos. Reforçamos que o jornalismo, enquanto mediador dos processos sociais, tem uma profunda responsabilidade pela constituição de um mundo melhor. Por acreditar nisso é que propomos pensar e repensar essa prática à luz da realidade que racializa a pessoa negra e a encarcera em massa.

Referências

ALVIM, Wesley Botelho. **A ressocialização do Preso Brasileiro**. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12761-12762-1- PB.pdf>, 2006. Acesso em 21 de abril de 2020.

BAIRROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisita dos_Luiza_Bairros.pdf>, 1995. Acesso em 10 de maio de 2020.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Desatando nós e construindo laços**: dialogicidade, comunicação e educação. In. VIDAL, Rose; MELO, José Marques & MORAIS, Osvando J. (orgs.). *Teorias da Comunicação:* Correntes de Pensamento e Metodologia de Ensino. São Paulo: Intercom, 2014, v. Único, p. 328-350.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo, 1999.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. **Homens negros, Negro homem**: para discutir masculinidades negras na escola. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/Homens-negros-Negro-homem-para-discutir-masculi nidades-negras-na-escola_AlanRibeiro.pdf >, 2012. Acesso em 21 de abril de 2020.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto a venda**: Jornalismo na Sociedade urbana e industrial. Alfa-Omega: São Paulo, 1978.

MERELES, Carla. Brasil e a sua população carcerária. **Politize**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira-perfil/>. Acesso em 25 de abril de 2020.

ROSA, Waldemir. **Homem Preto do Gueto**: um estudo sobre a masculinidade no Rap brasileiro. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2769/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Waldemir%20Rosa.pdf>, 2018. Acesso em 18 de abril de 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

IV.

O fazer jornalístico que narra existências: sensibilidades, inclusões e práticas

Da Gramática da Incomunicação ao Signo da Sensibilidade

Guilherme Lucian
Ângela Teixeira de Moraes

Um (re) arranjo epistemológico ao exercício jornalístico

Como salvar a dimensão soberba da comunicação, uma das mais belas do homem, a qual lhe faz desejar estar em relação com os outros, interagir com estes, quando tudo está, ao contrário, orientado ao sentido dos interesses?[1]

No início é a relação[2]

Há um signo dominante na atividade jornalística; algo que se lhe atravessa de parte a parte a estrutura para daí então compor sem branduras a tessitura de sentidos de seu sistema singular de ideias. Este signo — na força de suas sinalizações, representações e evocações — (re) arranja ao fim os tipos de saber que circunscrevem o jornalismo num horizonte particular (mesmo quando há muito pouco às vistas ou quando tudo o mais é turvo à sua configuração).

1 Cf. WOLTON, 1997, p. 14. Tradução livre a partir do trecho original em francês: "à quelle condition sauver la dimension superbe de la communication, l'une des plus belles de l'homme, que le fait souhaiter entrer en relation avec autrui, échanger avec lui, quand tout va au contraire dans le sens des intérêts?"

2 Cf. BUBER, 1977, p. 20.

Cria da mentalidade moderna — segundo a qual a razão é contraposta à insciência que por séculos serviu de norte aos homens —, o exercício do jornalismo buscou legitimidade em duas posturas articuladas em função da ideia de esclarecimento, quais sejam: a organização do mundo a partir de padrões de narrativa tipificáveis[3] e a evidenciação de acontecimentos em emergência[4]. Ambas, pois, configuraram o conjunto de elementos que lhe é característico, ancoradas no signo explicativo que definiu a *intelligentsia* das sociedades a partir do século XV; especialmente por não ser ainda plural a noção de racionalidade.

Ao orientar-se então por esse signo de explicação, isto é, por um sentido mais ou menos coerente de fidelidade e validade em relação às conversas sociais, o jornalismo passa a assegurar-se de uma autoridade social não constatada noutras instituições — na medida em que se esforça para ordenar a circulação simbólica de sentidos a partir do que é disperso, aleatório e imprevisível no cotidiano. Tal esforço é pertinente apenas se os relatos construídos segundo o aporte das regras que lhe são próprias oferecer ao fim um quadro de referência familiar; tanto mais veraz em relação ao mundo quanto mais se presta ao trabalho de explicá-lo.

Explicar, contudo, não implica compreender. A lógica do cálculo de ganho desde há muito configura a ação ordenadora jornalística[5] — voltada sobretudo à legitimação de uma arte meramente técnica; por vezes limitada a efeitos performáticos de natureza pragmática (RODRIGUES, 1997). Eis porque, em linhas gerais, o domínio relativo de procedimentos e regras tácitas assegurou ao jornalismo um saber que só opera enquanto tal quando lhe há ao alcance a urgência da explicação.

Há nisto, pois, um pressuposto curioso: o de que o ato de informar é (ou carece ser) por natureza explicativo. Ao criar então uma tessitura de informação, isto é, de sentidos quantificáveis que articulam a realidade em relação às suas coerências, o exercício jornalístico constrói uma gramática singular; transposta ao fim a quaisquer meios pelos quais possam circular sua pretensão de verdade. Nada neste processo, porém, há

---

3 O relato reflexivo que é feito da realidade, por exemplo — o qual, de modo geral, convencionou-se chamar de notícia.

4 Cf. LUCIAN; MORAES, 2019a.

5 Cf. LUCIAN; MORAES, 2019b.

de sustentar uma visão complexa do mundo ou mesmo uma predisposição intuitiva[6] perante circunstâncias humanas.

É certo que o exercício jornalístico, desde as bases fundacionais, busca no discurso do outro sua própria constituição (TÉTU, 2002)[7], na medida em que se esforça para tecer valores ilocucionários à organização da realidade — voltados, portanto, à disposição, à compreensão e à escuta. Ocorre que, mesmo firmado em solo de experiências de alteridade explícitas (as quais definem sua deontologia), nem toda configuração discursiva de jornalismo ecoa na ressonância viva da partilha.

Por guiar-se segundo os princípios da razão linear moderna — a mesma que serviu de norte aos anos de terror na França do século XVIII —, o jornalismo se alçou então como um tipo novo de saber; este que, pretendendo-se legítimo, fez da explicação o liame condutor da estrutura de sua palavra de ordem (fincada com força no seio das sociedades modernas). Mas há nisto um descompasso, vejam: explicar o mundo é, à enunciação jornalística, uma resposta ao medo que se tem de senti-lo; ou, quanto mais não for, de aversão à sensibilidade por crer ser urgente situá-lo apenas no horizonte de ideários e certezas teóricas dominantes.

A ideia que se tem de razão, portanto — cria de uma herança cartesiana (segundo a qual a dúvida hiperbólica é o único caminho possível à compreensão) —, aos poucos se perverteu em racionalismo no jornalismo (KÜNSCH, 2010); especialmente por tentar articular o mundo em relação a parâmetros pretensamente rigorosos e em quase nada abertos às suas inconstâncias, variações ou mesmo perturbações esperadas. Se a realidade se torna, então, questão de reflexão ajustada, nada mais natural que escape ao discurso jornalístico de referência[8] certos estados de espírito

---

6 Intuição, aos propósitos deste texto, não se situa propriamente numa dimensão psicológica — a qual é analisada com base em interiorizações e memorizações inconscientes de padrões que motivam decisões —, mas sim comunicacional. Para estudo mais apurado, cf. KAHNEMAN, 2012.

7 Cf. TÉTU, J. F. Le Monde e Libération em perspectiva — referências e significação: Le Monde. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. **O jornal:** da forma ao sentido. Tradução de Sérgio Grossi Porto. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Cap. 9, p. 191-201.

8 Aquele que se orienta — ao menos na superfície da palavra — a partir de uma ancoragem discursiva na qual estão em princípio legitimados o pluralismo, a independência perante outras instituições sociais e o compromisso cívico para além de interesses empresariais ou tendências de mercado. A este respeito, cf. MORAES, 2017.

que possam ao fim lhe atravessar a espessura ou mesmo inscrever na história um tipo de saber em cujo horizonte acenem signos de sensibilidade.

Tendo-se tais premissas como ponto de partida às próximas indagações, afinal, este texto é demarcado pelo interesse de investigar (ainda que brevemente) a espessura ética do horizonte de sensibilidade na interface entre comunicação e jornalismo, com o propósito de pôr em relevo algumas questões teóricas emergentes de uma pesquisa em andamento. Parte-se da propositura hipotética de que não há comunicação sem uma razão sensível — nem mais inteligível ou menos sistemática —, a qual é base à pretensão vinculativa do jornalismo. Eis, então, os termos do problema: até que ponto o aparelho formal da enunciação jornalística, ao distanciar-se de uma racionalidade linear, pode inscrever a intersubjetividade na estrutura de sua palavra?

Espera-se, com isso, trazer à superfície uma questão ou outra a respeito das narrativas vivas do jornalismo — pelas quais emergem novas experiências e afetividades compartilhadas —, sem pretensão alguma de esgotá-las em função do eixo epistemológico adotado. Eis porque, em vez de assumir-se como propositivo, este texto se situa ao fim no domínio das problematizações do campo comunicacional; preocupado com a urgência de elencar perguntas que possam talvez mobilizar a busca por saberes singulares.

Para situar a atividade jornalística num horizonte especificamente comunicacional — a ponto de assegurar pontes seguras ao que aqui denominamos *signo da sensibilidade* —, é necessário ultrapassar as barreiras pouco porosas da concepção funcional de comunicação (cujos fundamentos são sustentados pela eficácia performática da informação), para daí então fazer ver o liame epistemológico de sua dimensão normativa — a qual tem menos que ver com um imperativo do que com a busca de um ideal possível[9]. Trata-se, noutros termos, da "vontade de intercambiar para compartilhar algo em comum e compreender-se[10]" (WOLTON, 1997, p. 17) quando tudo o mais aponta para o contrário.

Em consonância à questão-problema deste texto, afinal, pretende-se situar a noção de sensibilidade no jornalismo em função de um apa-

9 Articulada, pois, em relação a uma base existencial de vinculação humana.

10 Tradução livre do original em francês: "volonté d'échanger, pour partager quelque chose en commun et se comprendre".

rato teórico próprio à Comunicação, na tentativa (não mais que isso) de lhe inaugurar um elo seguro com a racionalidade — uma percepção não-linear do mundo, portanto, a qual abre sendas e bifurcações para outros saberes e vivências no cotidiano comunicante.

O signo da sensibilidade

De início é necessário compreender a nuance conceitual da sensibilidade, para daí aclimatá-la às condições de possibilidade a uma nova enunciação[11] de jornalismo. Em seu étimo original — *evaisthisía* (ευαισθησία) —, é tida como uma atitude que orienta o homem à disposição intuitiva diante do mundo, na medida em que se empresta sem recatos à vida. Tal como no latim medieval *sensibilĭtas*[12], ela é articulada em função de significações atribuídas a fenômenos segundo os termos de uma força senciente que traz à nossa percepção imediata algum tipo de saber. Disto, portanto, extrai-se o mais evidente: seus caminhos são distintos dos da razão, do conhecimento e da lógica (MARCONDES FILHO, 2013), porque extrapola as coerências de quaisquer categorias racionais cujo fim é explicar situações vividas.

A atitude sensível, contudo, é comumente ignorada (quando não rejeitada) na tentativa de organização do mundo atribuída ao exercício jornalístico. Parte-se de um certo senso de democracia e justiça, sim — o qual é legitimado pela necessidade de se buscar nos recônditos sociais o que será ao fim visível para servir à cidadania —, embora seja em tudo pragmático; por vezes até mascarado como valor de uso. Mesmo antes das circulações autônomas de jornais no século XIX[13], aliás, o relato do cotidiano (pela análise de jornadas) teve como fundamento a dinâmica processual da comunicação, qual seja: aquela cujo fim último é assegurar certa eficácia à causalidade mecânica da informação. Os ideais liber-

---

11 Enunciado é, aos propósitos deste texto, a ocorrência histórica do que se diz (e do quanto permanece por se dizer) a ponto de tornar-se observável em sua trajetória.

12 Disponível em: https://www.etymonline.com/search?q=sensibility&ref=searchbar_searchhint

13 Cf. MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: _____, M.; PORTO, S. D. **O jornal:** da forma ao sentido. Tradução de Sérgio Grossi Porto. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Cap. 3, p. 49-83.

tários da modernidade, por sua vez, também não afastaram o jornalismo em seus primeiros passos de uma enunciação que toma de empréstimo dos discursos da realidade vivida as disposições que lhe faltam.

Ao eximir-se, então, da responsabilidade de assumir um caráter intuitivo ante o mundo — por crer ser maior e mais significativa a razão rígida que há muito lhe inaugurou cada qual dentre os fundamentos —, a narrativa do jornalismo configura uma gramática discursiva que por vezes passa ao largo do ideal de compreensão partilhada, e, consequentemente, de um potencial de intersubjetividade emancipatória (SILVA, 2002, p. 265)[14] que ao fim lhe afaste o caráter de dissociação das experiências sociais. Eis porque, tal como iniciamos este texto, no início é a relação.

Mesmo quando sustentado por princípios lógicos, porém, o jornalismo não se constitui como uma ciência. Há-lhe às vistas um propósito cognitivo, certamente — porque se pretende a formular um conhecimento com base no ato de noticiar a realidade —, embora não traga à superfície das próprias profunduras racionais o esforço de partilha das imprecisões e angústias com epistemologias alheias. Por isso que, ao legitimar-se como um saber, torna indiscutível a verdade do mundo sob a ótica de seu contato, afirmando-se necessário na medida em que os olhares parecem advir de uma frágil interlocução (tanto mais confiável quanto mais abstrata).

Cria-se, pois, uma *doxa* perigosa nessa pretensão de verdade; "fantasmagoria ilusória" (MAFFESOLI, 2009), a bem dizer, porque os contextos funcionais de sua conexão com o mundo — surgidos de um receituário rígido e pouco aberto às impermanências — são por vezes mais urgentes que quaisquer relações intersubjetivas. O espaço temático do jornalismo, circunscrito no domínio público, desencadeia, então, um imaginário que se sustenta apenas enquanto é autoritário: informa-se porque há um saber que outros campos ou não têm ou ignoram, e nisto se traduz a legitimidade de transmiti-lo. Nada nesse processo, contudo, há de assegurar sua sintonia ideal com a sociedade; tampouco erguer os fundamentos para uma enunciação que, sem cerimônias, abrace a vida.

Marginaliza-se, então, o mundo, mas não pela informação — porque enquanto tal mal tem forças para ser mais que um senso superficial que se

---

14 Cf. SILVA, L. M. D. Imprensa, discurso e interatividade. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. **O jornal:** da forma ao sentido. Tradução de Sérgio Grossi Porto. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Cap. 13, p. 253-271.

pretende válido —, e sim pelo efeito criado quando a velocidade, o tecnicismo e a lógica comercial (todas racionais, aliás) passam a configurar aquilo a respeito do que se informa. Tem-se assim, pois, o solo firme à gramática da qual há pouco tratamos — um conjunto de prescrições que determina o rumo "correto" do jornalismo segundo a forma turva de um horizonte posto às vistas —, através da qual são circulados dados, mas não sentidos:

Figura 1 — Dinâmica da função informativa

Fonte: elaborada pelos autores.

As regras dessa gramática evidenciam uma sombra: a da *incomunicação* (WOLTON, 2011), isto é, uma dificuldade ontológica que nos afasta das realidades alheias (e, portanto, de uma experiência antropológica explícita no jornalismo). Isso não significa, por outro lado, que sua enunciação seja irresponsável, fragmentada ou mesmo servil, mas sim que há muito abriu mão do seu projeto de sensibilidade. Eis porque, de modo geral, a razão linear não assegura quaisquer tentativas de se (re)humanizar a atividade jornalística; tampouco de articula-la em relação a narrativas que fazem da intersubjetividade humana o eixo das suas preocupações.

Fazer do sensível o primado do jornalismo, porém, é também um tipo de racionalidade — embora não em seu sentido cartesiano, porque plural. Se a razão consiste ao fim numa ação que se articula em função de um saber (HABERMAS, 2012a; 2012b), nada impede que seus fundamentos se ergam, então, a partir de disposições comunicacionais com fins à abertura às realidades do outro. Eis porque explicar o mundo com base em sequências de encadeamento e na simples lógica informativa dos fatos não basta para pôr em relevo o domínio humano.

Essa racionalidade sensível não consiste, por outro lado, em tornar central a ordem emotiva a ponto de distanciar-se o seu saber da inteligibilidade que se espera do jornalismo. É, antes, uma ação-tentativa de romper com a rigidez de categorias associadas à representação do mundo (as quais há muito, inclusive, codificadas em seu discurso) — tais como a pretensa objetividade, a passividade perante o destino humano e o alheamento em relação às soluções para os problemas sociais. Prefere-se o drama intrínseco à espetacularização da realidade a ter de compreendê-la pelas vias do sensível. É certo que sentir ou disto eximir-se

> não causa nem promove a racionalidade. 'O distanciamento e a serenidade' em face da 'mais insuportável tragédia' pode realmente tornar-se 'apavorante', isto é, quando não se trata de uma conseqüência de controle, mas uma evidente demonstração de incompreensão. A fim de se reagir de forma razoável, deve-se primeiro sentir-se 'sensibilizado', e o oposto de 'emocional' não é 'racional', não importando o que signifique, mas sim a incapacidade de se sentir 'sensibilizado'(ARENDT, 1985, p. 36),

o que, em linhas gerais, pode afastar a enunciação jornalística da instrumentalidade que lhe assegura a violência imanente — porque nos compele a crer na direção sugerida por seu discurso, impondo um olhar restrito como experiência contra a singularidade do mundo. Tem-se assim um vazio em meio ao labirinto do exercício ordenador do jornalismo, cuja única saída, portanto, é a (re) descoberta da ética; ou, quanto mais não for, de uma forma inédita de ética, a qual lhe dê outros fundamentos à própria deontologia e que lhe assegure ao fim uma gramática distintiva aberta às possibilidades infinitas da existência humana.

Não se trata apenas de engajar-se discursivamente em relação aos fatos e eventos dos quais, antes, exigiu-se o maior distanciamento possível, mas de interpelar a consciência cívica a partir do entendimento mútuo. Trazer à luz do jornalismo, pois, a dimensão comunicativa que supera os efeitos perlocucionários e racionalistas da função informativa para então buscar o Outro quando afinal admitida a dificuldade de encontrá-lo. Dimensão esta que, tal qual em seu sentido mais primitivo — datado do

século XII (1160)[15] —, remete à ideia de partilha. Uma compreensão responsiva (e responsável) dessa natureza, afinal, carece de pontes seguras fundadas entre ferramentas performáticas e valores humanos.

Algumas considerações

Até aqui, expomos a questão que abala um dos fundamentos já frágeis do jornalismo, qual seja: a de que, para exercer-se enquanto tal, é necessário ordenar o mundo segundo os princípios da razão linear. Sua função informativa não é projetada para ser parte dos sentidos sociais, porque lhe basta apenas ser mais ou menos coerente em relação àquilo a que se relata. Ao fazer então da informação o núcleo central de sua atividade — a qual explica, sim, mas que muito raramente se permite às trilhas tortuosas da compreensão —, cria-se uma gramática que ao fim lhe afasta a especificidade comunicacional.

Resta-nos agora costurar as problematizações. A instrumentalização do jornalismo, por sua natureza, não é um mal — salvo quando é pretexto para tal, na medida em que os jornalistas se dobram perante essa atitude; convocados a orientar seus valores segundo os termos de interesses diversos. Se não há a comunhão desses valores, portanto, custa-nos trazer à superfície quaisquer experiências concretas de cidadania.

Partilhar, todavia, não implica abster-se na enunciação jornalística de uma observação crítico-racional da realidade, mas sim torná-la sutil (MEDINA, 2014), à medida que são tecidas narrativas dispostas a humanizar as conversas sociais de uma época. Eis porque o signo da sensibilidade não é um critério — tampouco um artifício deontológico como outro qualquer —; é, antes, a marca de uma postura [com]partilhada, a qual presentifica[16] em sua ressonância a articulação comunicativa entre jornalismo e mundo.

São ainda incipientes as experiências que, ao se distanciarem da lógica disciplinadora [im]posta pelo mercado, conduzem o sistema de ideias do jornalismo a uma situação legítima de diálogo social — não o mero ponto de contato estabelecido pela função informativa, mas o

15 Cf. Wolton, 1997.

16 Presentificar é *estar-diante-de*; espécie de momento único que nos solicita à responsabilidade da comunhão. Não é, pois, "algo fugaz e passageiro, mas o que aguarda e permanece diante de nós" (BUBER, 1977, p. 14).

"encontro amoroso dos homens" (FREIRE, 2011, p. 51) que humaniza as tentativas de superar a *incomunicação* característica do exercício jornalístico. Por isso a urgência de se buscar em horizontes normativos as condições de convivência e compreensão que ao fim trarão à luz uma nova linguagem distintiva (porque sensível e porque aberta à vida em sua racionalidade).

Um passo tímido a essa direção — porém necessário —, é superar o mito moderno de que à razão devem afinal escapar as angústias e as desarmonias do nosso tempo. Se uma informação é, em linhas gerais, resultado de uma cadência de transformações (MOUILLAUD, 2002)[17], nada então mais natural que estejam aí pressupostas toda variação deontológica e perturbação teleológica possíveis que fazem do jornalismo uma atividade plural. Abraçar sem mesuras a sensibilidade é, portanto, investir racionalmente num horizonte comunicacional, o qual nos solicita abertura

> *ao outro*, ao mundo, ao estranho; caso contrário, continuaremos fechados, incorporando apenas as informações que nos interessam, que reforçam nossa repetição, nosso mesmismo, nossa inalterabilidade. De certa forma, a dimensão viva e pulsante da relação com o outro e com o mundo está no campo da comunicação, não no da informação (MARCONDES FILHO, 2013, p. 34),

embora ao jornalismo seja necessário informar para daí sim promover um diálogo social que mobilize esforços (e propósitos) à intercompreensão. Livrar-se, pois, das certezas rígidas do mundo e nisto dizer sim à vida (MAFFESOLI, 2009), configurando um saber que partilhe afetos, emoções e vivências. Superar o racionalismo da função informativa[18], romper com os fundamentos de sua gramática opressora e permitir-se às disposições intuitivas em cujo horizonte sangra a história de nossos cotidianos é afinal inaugurar-lhe uma nova questão, qual seja: não mais organizar a realidade para explicá-la, mas [des]costurá-la (e remontá-la) a ponto de compreende-la em suas variações infinitas.

---

17 Cf. MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: _____, M.; PORTO, S. D. **O jornal:** da forma ao sentido. Tradução de Sérgio Grossi Porto. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Cap. 3, p. 49-83.

18 O qual cria identidades distintivas à referência do jornalismo — tais como neutralidade, objetividade e imparcialidade.

A passagem do signo da explicação difusa ao da sensibilidade assumida põe às vistas do jornalista, portanto, um desafio: o de identificar (para daí sentir) a presença do humano no embaraço complicado que com força emerge quando da confiança absoluta na técnica abstrata e na pretensa ordenação do mundo. Uma narrativa sensível nada quer com as linearidades da razão restrita ou com seus imperativos inadiáveis — tampouco com as causalidades da disposição instrumental observadas no padrão esperado ao exercício jornalístico —, porque com ternura se empresta sistematicamente aos elos sociais, e como tal transforma a realidade. Nenhuma palavra-vida há de pôr abaixo os fundamentos mais sólidos da racionalidade.

A razão sensível é, portanto, uma *episteme*, na medida em que se mostra no jornalismo como um elemento fundante ao ato de conhecer o mundo. É também a chave epistemológica que há de destrancar caminhos (nem sempre mansos ou estáveis) à relação sujeito-sujeito presentificada no ato de enunciar a realidade tal como a sentimos. Não qualquer tipo de enunciação, naturalmente, porque solar; centrada ao fim numa moral cujo propósito é gerenciar sensibilidades [com]partilhadas que traduzam as muitas distinções de sentido entre universos simbólicos.

Emprestar-se à sensibilidade é afinal pedir vênias para recomeçar racionalmente, à medida que fracassamos na custosa busca pelo Outro — porque assim (e tão-somente assim) admitimos a urgência de uma ação orientada ao entendimento, à comunhão e à solidariedade. É também suspender juízos e certezas dantes tão firmes, e ancorar no humano as jornadas do cotidiano para daí então moldar do barro bruto um saber sobre nós mesmos.

Referências

ARENDT, H. **Da violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BUBER, M. **Eu e tu**. Tradução de Newton Von Zuben. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo:** racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Flávio Siebeneichler. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 1, 2012a.

_____, J. **Teoria do agir comunicativo:** sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução de Flávio Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 2, 2012b.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar:** duas formas de pensar. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KÜNSCH, D.; SÁ MARTINO, L. M.; (Orgs.). **Comunicação, jornalismo e compreensão.** São Paulo: Editora Plêiade, 2010.

LUCIAN, G.; MORAES, Â. T. D. A tensão comunicacional do jornalismo: um olhar por sobre a enunciação positiva. **17a SBPJOR** — Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Goiânia, n. 17, p. 1-13, 6 a 8 novembro 2019a.

_____, G.; MORAES, Â. T. D. Caminhos para um outro jornalismo: do discurso à situação comunicativa da "boa enunciação". **XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, Goiânia, n. 21, p. 1-14, 22 a 24 maio 2019b.

MAFFESOLI, M. **A república dos bons sentimentos**. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2009.

MARCONDES FILHO, C. **Nova teoria da comunicação, v.1:** o rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

MEDINA, C. Narrativas da contemporaneidade: epistemologia do diálogo social. **Tríade: comunicação, cultura e mídia**, Sorocaba, SP, v. 2, n. 4, p. 8-22, dez. 2014.

MORAES, Â. T. D. As forças intervenientes no processo de construção do discurso jornalístico: da produção à circulação. *In.*: **Leituras do jornalismo** — ano 4, Vol. 1, no 07, — jan/jun de 2017, p. 20-36.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. **O jornal:** da forma ao sentido (coleção comunicação). Tradução de Sérgio Grossi Porto. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da comunicação:** questão comunicacional e formas de sociabilidade. 2. ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1997.

WOLTON, D. **Penser la communication**. Paris: Flammarion, 1997.

_____, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

A comunicação das diferenças: um mapeamento dos podcasts sobre o autismo no mundo

Ricardo Pavan
Tiago Florencio de Abreu

Introdução

A proliferação das produções em podcast está intrinsecamente associada às possibilidades de acesso aos conteúdos da internet. A popularização de sua exibição e consumo é recente e vem, ainda que de modo incipiente, preencher o vazio deixado pela perda de espaço do rádio no universo midiático, provocada especialmente pela dificuldade em adaptar sua linguagem aos públicos que surgiram sob a expansão tecnológica no âmbito da comunicação. O cenário animou inclusive os grandes conglomerados da área, que passaram a inseri-lo periodicamente em suas grades de programação e respectivos sites na internet.

Vicente (2018) observa que, ao contrário da programação radiofônica diária, o podcast permite um trabalho de edição mais complexo, onde podem ser construídos ambientes acústicos mais elaborados. No Brasil, aliás, apesar do surgimento de inúmeras estações de webrádio, ele resulta de certa inércia das emissoras radiofônicas tradicionais, que, em função de um baixo faturamento publicitário, não conseguiu avançar para além de sua condição analógica.

A disseminação do podcast na última década também teve a contribuição de outros fatores: o alto consumo de smartphones, a ampliação da capacidade de armazenamento e memória RAM desses equipamentos, a compactação de arquivos de áudio e a expansão das redes Wi-Fi. Kischinevsky (2009) definiu esta nova modalidade de consumo como o da cultura da portabilidade. Estes aspectos, somados ao aumento e barateamento de serviços de hospedagem, criaram um verdadeiro boom no mercado de podcast em todo o mundo. O crescimento deste tipo de produção midiática trouxe consigo uma grande diversidade de características autorais e, por consequência, de públicos.

Uma das ênfases foi para o uso social destes produtos, o que permitiu a adoção de uma linguagem mais direta e um contato mais próximo com seus ouvintes (VICENTE, 2018). Entre os grupos sociais que conquistaram visibilidade está o dos que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA), um público com pouco espaço nas produções midiáticas tradicionais. As diferentes características de gerenciamento e de conteúdo desses podcasts e sua distribuição pelos países do mundo ocidental é o foco da investigação explicitada neste artigo.

Conforme Araújo e Lotufo Neto (2014), o Transtorno do Espectro do Autismo é uma classificação da quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana (DSM-V), publicada em 2013. É definido como um transtorno do neurodesenvolvimento, que afeta indivíduos em torno de suas habilidades de comunicação e socialização. Por se tratar de um transtorno espectro, entende-se que existam diferentes níveis de apoio para os sujeitos diagnosticados (MINATEL; MATSUKURA, 2014).

Justamente por seu caráter variado e, por historicamente, seu ativismo ser exercido por mães e pais, diferentes vozes – familiares, profissionais e autistas – se configuraram na comunidade como figuras interessadas em autismo (DONVAN e ZUCKER, 2017). Assim, múltiplos grupos sociais se dispuseram a falar sobre autismo, com visões diferentes acerca do transtorno, manifestadas em eventos e congressos até produções midiáticas, como vídeos no YouTube (SILBERMAN, 2017; RIOS, 2017).

No entanto, em termos de *podcasting*, são raras pesquisas sobre deficiência e, especialmente autismo. Grande parte dos trabalhos ainda são focados em ensino de pessoas com deficiência e não na produção de conteúdo sobre autismo e deficiência por meio de podcasts (VAN

ZANTEM, 2012; TYNAN, 2006; ZDENEK, 2009). Portanto, antes de qualquer análise específica, fez-se necessário identificar o cenário de produção em *podcasting* em termos de autismo.

Kenny (2016) reforça que, dentro da comunidade do autismo, há diferentes terminologias utilizadas para se referir a pessoas diagnosticadas com autismo. Por isso, apesar de "pessoa com autismo" ser o mais comum em documentos oficiais e pesquisas, optamos utilizar, neste artigo, a expressão "autista", de maior agrado de alguns grupos sociais, especialmente os formados por autistas adultos. E, segundo Steinbrenner (2020), não há um consenso de qual termo é o mais adequado entre os interessados na temática do autismo.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos uma metodologia similar ao mapeamento sistemático, caracterizado por ser uma das formas de revisão sistemática de literatura. Como destaca Kitchenham e Charters (2007), o mapeamento sistemático é um estudo secundário desenvolvido a partir de revisões de estudos primários. Neste caso, o mapeamento é de caráter primário e se desenvolveu a partir de produtos ao invés da literatura existente.

Apesar de um podcast ser definido apenas pela existência de um feed RSS que reúna arquivos de áudio ou vídeo, a longevidade da produção ainda é uma questão incipiente nas discussões em torno da mídia. Em pesquisa promovida pela Associação Brasileira de Podcasters (Abpod) em parceria com a rádio CBN em 2018, 31,7% dos produtores responderam que produziram até 9 episódios de seus podcasts, enquanto 17% dos votantes produziu entre 10 a 19 episódios (PODCASTERS, 2018).

Portanto, para o mapeamento, foi necessário levar em consideração um mínimo volume de produção. Foi estabelecido, sob estes parâmetros, incluir apenas podcasts com 10 ou mais episódios no processo de coleta de dados, que se deu em 26 de março de 2020.

Para a busca, inclusão e classificação de podcasts, foram adotadas palavras-chaves relacionadas ao universo do TEA em diferentes línguas. Portanto, foram adotados os termos "autismo", "autism", "autistic", "autisme", "autismus" e termos relativos à Síndrome de Asperger de uso mundial,

como “Asperger” e “aspie”. Assim, para critérios de inclusão, um dos termos deveria estar presente no título ou na descrição do podcast.

A lista de podcasts foi formada a partir da busca por palavras-chave nos aplicativos Apple Podcasts, Spotify e CastBox, respectivamente. A escolha de busca a partir dos três agregadores se deu por dois motivos: 1) Limitações específicas do sistema de buscas de cada aplicação; 2) Podcasts exclusivos nas plataformas.

Conforme Bufarah Junior (2017), o iTunes permaneceu, por muitos anos, como o principal player de podcasts, e foi desmembrado em Apple Music e Apple Podcasts em 2019. O Spotify, por sua vez, cresceu globalmente nos últimos anos. Em 2019, a empresa sueca adquiriu a produtora de podcasts Gimlet Media e também o Anchor, organização especializada para produção independente de podcasts. Com isso, além de investir em podcasts exclusivos, o Spotify também passou a ter seu próprio catálogo de podcasts (GUEDES, 2019).

O CastBox, serviço com catálogo focado em podcasts surgido em Pequim, China, é uma alternativa crescente nos últimos anos e se destaca por permitir a busca de palavras-chave dentro dos podcasts (CHAGAS e VIANA, 2019). Por isso, além de conter a maior parte dos podcasts também presentes na Apple Podcasts, permite uma busca mais sofisticada em relação aos demais aplicativos.

A listagem de podcasts levou em consideração a data do primeiro episódio publicado para descrever o ano de lançamento. Após o processo de coleta de dados, também considerou-se relevante mencionar a língua falada no produto e se seu conteúdo era produzido por profissionais, pais ou autistas.

Podcasts duplicados nas plataformas foram considerados apenas uma vez, utilizando, como critério de exclusão, a versão mais recentemente atualizada e/ou o maior volume de episódios.

Resultados e análises

Após o processo de coleta de dados desenvolvido em 26 de março de 2020 nas plataformas Apple Podcasts, Spotify e CastBox, foram mapeados um número total de 223 podcasts em diferentes idiomas. Os dados foram reunidos pela ferramenta Google Sheets.

Após análise de episódios, sete podcasts foram removidos da lista – Associação Pró-Autismo Esperança Azul, The Tech Team, Castpergers, Open Micer Comedy Podcast, The Diary of Atles Stark - THE 8D AUDIO EXPERIENCE, The INFJ Whisperer e Doctor Who: Tin Dog Podcast – por terem uso do termo "autismo" ou "Asperger" no título ou descrição, mas seu conteúdo não abordar autismo. Ao final, foram selecionados 216 podcasts.

A partir dos 216 podcasts selecionados, relações entre programa, idioma, episódios, ano e produtores foram estabelecidas em forma de seis gráficos, com comentários abaixo.

Figura 1: Número de podcasts sobre autismo por ano de lançamento

Os 216 podcasts descritos nesta pesquisa foram lançados de 2006 a 2020. Até 2014, o número de podcasts criados por ano encontrados nas plataformas não chegava a 10. O ano de maior pico até então, 2013, era responsável por 6 produções. De 2015 em diante, a quantidade de produções sobre autismo começou a subir para uma média de 16 novas produções por ano. Em 2018, foram 55 programas. Em 2019, maior alta até agora, resultou em 78 podcasts lançados. Até o dia de coleta de dados desta pesquisa, 6 podcasts criados em 2020 possuíam 10 ou mais episódios.

Duas hipóteses podem ser lançadas sob este fenômeno. A primeira, e mais corrente, está centrada no aumento de consumo e produção de podcasts no mundo desde meados de 2018, impulsionados por tecnologias móveis como o 4G e 5G. Em abril de 2020, a platafor-

ma de streaming Spotify anunciou ter alcançado a marca de 1 milhão de podcasts em seu catálogo (ALECRIM, 2020).

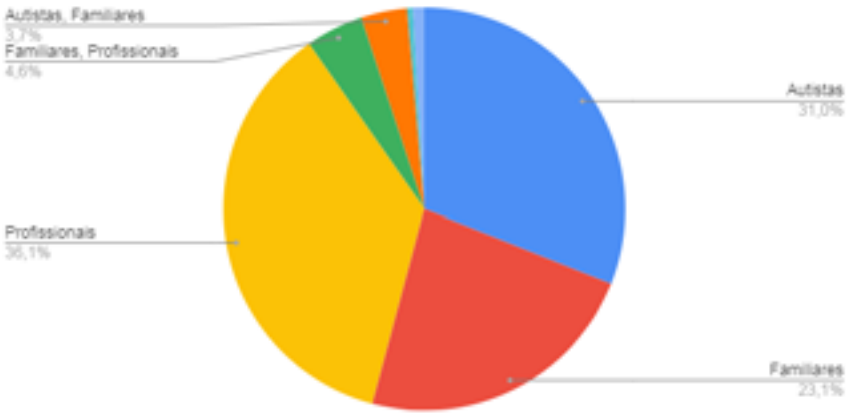
No entanto, também pode ser que haja subrepresentação de podcasts antigos. Afinal, o ato de manter podcasts inativos gera custos frequentes para os produtores na maioria dos servidores de áudio – diferentemente de serviços como o Anchor, em que um podcast pode ser criado e mantido de forma gratuita. A produção de pesquisas futuras, especialmente acerca do período de 2017 a 2019, pode elucidar este questionamento.

Figura 2: Número de podcasts por número de episódios

Verifica-se que 71 dos 216 podcasts contém 11 a 20 episódios publicados (32,9%). Somados com as 19 produções com 10 episódios (8,8%) e as 32 com até 30 episódios (14,8%), correspondem a mais da metade das produções presentes nesta pesquisa. Os dados parecem corresponder pesquisas como a Podcasters (2018), que permitem sugerir a baixa longevidade das produções do gênero.

Apenas 3 podcasts pesquisados possuem mais de 300 episódios lançados. São os casos de Autism Live (1639), Brant & Sherri Oddcast (1102) e Positively Autistic (521). Autism Live, de 2014, é uma versão exclusiva em áudio de videoconferências diárias lançadas também no YouTube. Brant & Sherri Oddcast, também de 2014, tem episódios quase todos os dias. Positively Autistic, inativo desde o segundo semestre de 2017, foi originalmente lançado em 2011.

Figura 3: Proporção de podcasts por tipo de produtor(es)

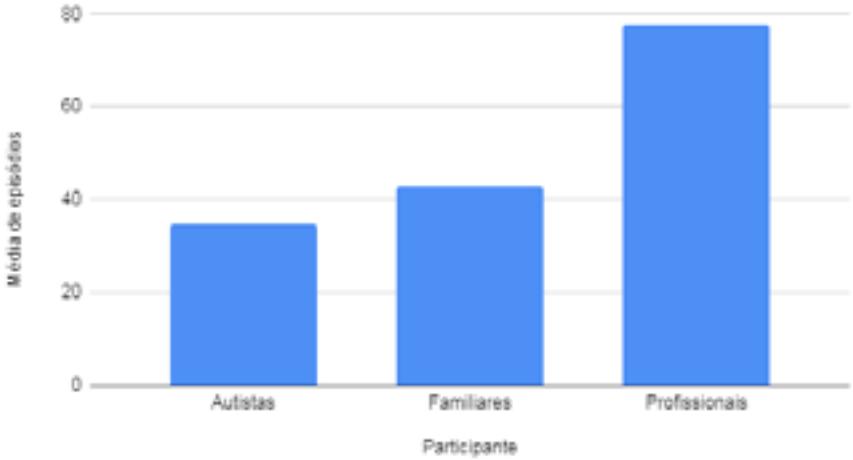


Para uma melhor classificação dos 216 podcasts pesquisados, foram listados conforme os indivíduos e organizações envolvidas. Com isso, três grandes categorias foram geradas: 1) Profissionais, formado por pessoas e organizações que abordam o autismo a partir de alguma formação profissional; 2) Autistas, formado por pessoas que publicamente se afirmam autistas; 3) Familiares, para todo tipo de indivíduo que se afirma familiar de uma pessoa diagnosticada com autismo.

No entanto, nem todos os produtores são exclusivos de uma categoria. Portanto, intersecções foram promovidas para as três categorias. Dois programas foram classificados como "outros" – Run, An Episodic Suspense Thriller e The Good Doctor Podcast –, por serem baseados em conteúdo ficcional, o que não se enquadra em nenhuma das três classificações.

Proporcionalmente, não há diferenças gigantes entre os três principais e exclusivos tipos de produtores de conteúdo. Profissionais ainda são mais frequentes em 78 podcasts (36,1%), enquanto autistas seguem em segundo lugar com 67 programas (31%). Familiares seguem uma proporção menor, com 50 produções (23,1%). 10 podcasts são interseccionados por profissionais e familiares, o que equivale a 4,6%. A segunda maior intersecção é de familiares com autistas, com 8 podcasts (3,7%).

Figura 4: Média de episódios por tipo de participante em podcast



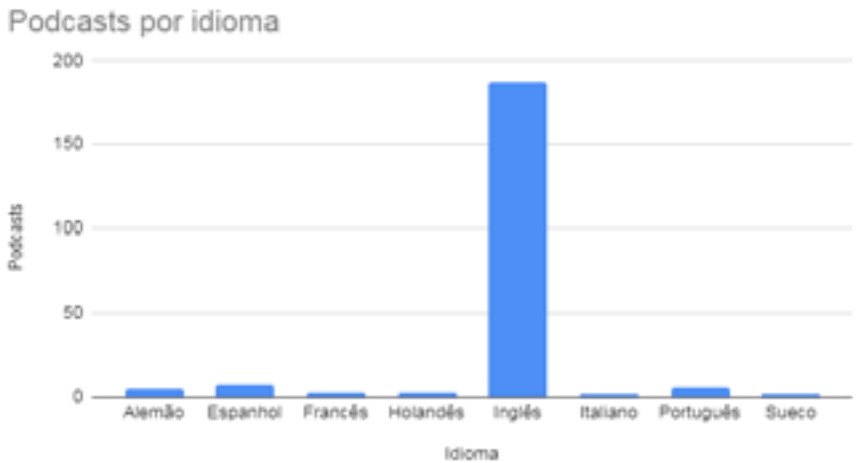
Apesar de não existirem diferenças significativas entre o número de podcasts por tipo de criador de conteúdo, a longevidade de podcasts por tipo de produtor deve ser levada em consideração. Nesta relação, proporcionalmente, podcasts criados por autistas possuem uma média menor de episódios (34,71). Os profissionais, maioria neste tipo de produção, detém mais que o dobro do número de episódios (77,56).

Deve ser levado em conta, também, que dois dos três podcasts com mais de 300 episódios são feitos por profissionais. Brant & Sherri Oddcast, por sua vez, é uma intersecção entre familiares e autistas e, como todos os podcasts com esta classificação, não foram incluídos na média.

Entre os quatro podcasts com mais de 200 episódios, ABAcast e TILT Parenting: Raising Differently Wired Kids são feitos por profissionais. Autastic: A Comedians Guide to Autism é presente na categoria de familiares, enquanto ANCA Radio Shows, Autistic People está classificado como um podcast de autistas.

Entre os 90 podcasts com até 20 episódios, 40 são produzidos por autistas, 18 por familiares e 27 por profissionais. Cinco produções foram classificadas como “Familiares, Autistas”, “Profissionais, Familiares” e “Outros”.

Figura 5: Número de podcasts por idioma



O inglês é a língua de 187 dos 216 podcasts pesquisados, o que equivale a 86,6% das produções. Os demais idiomas estão representados com menos de 10 podcasts. O espanhol é o mais frequente, com oito produções. Em seguida, português (seis), alemão (cinco), francês e holandês (três cada), italiano e sueco (dois cada).

Em termos de podcasts em espanhol, o mais antigo é o Podcast La Mejor Trompeta, de 2015. Por outro lado, o podcast com maior número de episódios é Los Ases, de 2018, com 68. As duas produções são de autistas. Não há nenhum podcast com mais de 100 episódios.

A produção em língua portuguesa em podcast tem, como representante mais antigo, o Autismo Brasil Podcast, lançado em 2014. Em termos de quantidade de episódios, ABAcast, de 2018, é o maior, com 242 liberados. As demais produções trazem, respectivamente, 20 e 10 episódios, exceto Introvertendo, com 94. ABAcast e Autismo Brasil Podcast são produções feitas por profissionais.

Em alemão, o podcast mais antigo é, ao mesmo tempo, o de maior quantidade de episódios. 101 episódios colocam Radiorebell-Ein Podcast von Vater und Sohn über Autismus, Wissenschaft und Weltverbesserung no topo do ranking. Sua produção está classificada como “Familiares, Autistas”.

Os podcasts em sueco e italiano mais antigos estrearam em 2015, dois deles com 97 episódios, outro com 114. No entanto, os dados de

outras línguas são menores. Em francês, a maior produção possui 20 episódios enquanto que, em holandês, o podcast mais volumoso concentra 39 episódios.

Figura 6: Proporção de podcasts por tipo de produtor (em períodos)

Até 2010, não foram encontrados podcasts feitos por familiares. Das oito produções, sete foram catalogadas como "Profissionais" e uma como "Autistas". O número de podcasts feito por profissionais continuou a ser predominante na maioria dos períodos sucessores, exceto entre os anos de 2018 a 2020.

Entre 2018 a 2020, autistas foram maioria entre os produtores. Dos 129 programas lançados, 48 foram produzidos por pessoas dentro do espectro do autismo. Em segundo lugar, profissionais (43), seguidos por familiares (38).

Considerações finais

Este artigo buscou analisar a produção mundial em *podcasting* com base na temática do autismo de forma que, a partir dos dados coletados, se pudesse perceber o fenômeno em torno da configuração da comunidade do autismo. A partir das informações apresentadas, podemos afirmar, a partir do perfil dos produtores, que discutir autismo por meio

de um podcast pode ser uma forma de midiativismo. É possível notar que a maioria dos produtos são desenvolvidos por pessoas que tenham uma relação pessoal ou profissional com o tema.

Embora haja notória desigualdade entre a longevidade de podcasts feitos por pessoas diagnosticadas com autismo e profissionais – cujos motivos podem ser investigados em pesquisas futuras –, é possível afirmar que a produção em podcast é uma modalidade possível para que diferentes vozes interessadas na temática do autismo possam se expressar.

Neste sentido, é importante ressaltar que o fenômeno, circunscrito dentro da história do autismo, se evidencia a partir do crescimento da participação de autistas ao longo dos anos, especialmente entre 2018 a 2020, o que reforça a importância de outros mapeamentos em torno de demais tipos de produções, como vídeos, com base em autismo, para verificar se a expansão também se verifica em outros meios. É fundamental, ainda, entender futuramente as semelhanças e diferenças das narrativas de autistas, familiares e profissionais.

Referências

ALECRIM, Emerson. Spotify chega a 286 milhões de usuários e a 1 milhão de podcasts. Disponível em: https://tecnoblog.net/336223/spotify-resultados-financeiros-1-tri-2020-286-milhoes-usuarios/. Acesso em 30 abr 2020.

ARAÚJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação americana para os transtornos mentais–o DSM-5. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 67-82, 2014. Disponível em: http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/659. Acesso em 30 de mai. 2020

BUFARAH JÚNIOR, Alvaro. Podcast: Possibilidades de uso nas emissoras de rádio noticiosas. **Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídias Sonoras do XVII Encontro de Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de ciências da Comunicação**. Curitiba: Paraná. 2017. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2638-1.pdf. Acesso em 30 mai. 2020

CHAGAS, Luãn José Vaz; VIANA, Luana. O legato de Roquette-Pinto e a produção dos podcasts com viés educativo. **Revista Extraprensa**, v. 13, n. 1, p. 40-55, 30 dez. 2019. Disponível em: http://www.periodicos.usp.br/extraprensa/article/view/159566. Acesso em 30 mai. 2020

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

GUEDES, Tomás Maria Mira da Silva Sousa. Equity research-Spotify. 2019. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19558. Acesso em: 30 mai. 2020

KENNY, Lorcan et al. Which terms should be used to describe autism? Perspectives from the UK autism community. **Autism**, v. 20, n. 4, p. 442-462, 2016. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1362361315588200. Acesso em: 30 mai. 2020

KISCHINEVSKY, Marcelo. Cultura da Portabilidade – Novos usos do rádio e sociabilidades em mídia sonora. **Observatório Journal**, Lisboa (Portugal), nº 8, 2009, p. 223-238. Disponível em: http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/271. Acesso em 14 mai. 2020

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering. Technical Report EBSE 2007-001, Keele University and Durham University Joint Report, 2007. Disponível em: http://www.academia.edu/download/35830450/2_1434653895887421 51.pdf. Acesso em 30 mai. 2020

MINATEL, Martha Morais; MATSUKURA, Thelma Simões. Famílias de crianças e adolescentes com autismo: cotidiano e realidade de cuidados em diferentes etapas do desenvolvimento. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 25, n. 2, p. 126-134, 2014.

PODCASTERS, Associação Brasileira de. PodPesquisa 2018. Disponível em: http://abpod.com.br/wpcontent/uploads/2018/10/PodPesquisa2018.pdf. Acesso em 19 abr 2020.

SILBERMAN, Steve. **Neurotribes: The legacy of autism and how to think smarter about people who think differently**. Londres: Atlantic Books, 2017.

STEINBRENNER, J. R., HUME, K., ODOM, S. L., MORIN, K. L., NOWELL, S. W., TOMASZEWSKI, B., SZENDREY, S., MCINTYRE, N. S., YÜCESOY-ÖZKAN, S., & SAVAGE, M. N. Evidence-based practices for children, youth, and young adults with Autism. The University of North Carolina, Frank Porter Graham Child Development Institute, National Clearinghouse on Autism Evidence e Practice Review Team, 2020. Disponível em: https://ncaep.fpg.unc.edu/sites/ncaep.fpg.unc.edu/files/imce/documents/EBP%20Report%202020.pdf. Acesso em 17 mai. 2020

RIOS, Clarice. "Nada sobre nós, sem nós"? O corpo na construção do autista como sujeito social e político. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 212-230, 2017.

TYNAN, Belinda; COLBRAN, Stephen. Podcasting, student learning and expectations. In: **Proceedings ASCILITE 2006: 23rd Annual conference of the Australasian Society for computers in learning in tertiary education**. Sydney: Sydney University Press, 2006.

VAN ZANTEN, Rob; SOMOGYI, Simon; CURRO, Gina. Purpose and preference in educational podcasting. **British Journal of Educational Technology**, v. 43, n. 1, p. 130-138, 2012.

VICENTE, Eduardo. Do rádio ao podcast: as novas práticas de produção e consumo de áudio. São Paulo: ECA/USP, 2018, 20p. Disponível em: http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002906541.pdf. Acesso em 12 mai. 2020.

ZDENEK, Sean. Accessible podcasting: College students on the margins in the new media classroom. **Computers and Composition Online**, Texas, p. 1-21, 2009. Disponível em: http://www.cconlinejournal.org/Zdenek_Word_version_CConline.pdf. Acesso em: 30 mai.

O ROTEIRO NA FICÇÃO E NO DOCUMENTÁRIO PARTE I: ANTES DA ESCRITA

Solange Franco

O que eu quero não são respostas, quero perguntas. Não quero falar do paraíso. Quero falar do mundo que existe. Não quero saber como o mundo é, mas como está, recolher fragmentos do mundo como ele existe.
(COUTINHO, 2012 *apud* OHATA, 2013, p. 321)

1 Introdução

O escritor colombiano, Gabriel García Márquez, vencedor do Nobel de literatura em 1982, foi também jornalista e roteirista. Apaixonado por filmes, fundou em Cuba uma escola de cinema com oficinas de roteiro. Seu livro *Como contar um conto*, lançado em 1995, relata as experiências dessa famosa *Escuela de San Antonio*. Em uma delas, Gabo, como era conhecido, diz que "[...] há muitos métodos para escrever roteiros, mas na verdade nenhum deles serve: cada história traz, em si, sua própria técnica. Para o roteirista, o importante é conseguir descobri-la" (MÁRQUEZ, 2004, p. 26).

Realmente cada roteirista escolhe seu caminho. O que há de comum entre eles é o fato de que a ideia inicial não se transforma em roteiro como num passe de mágica. Há muito mais esforço e menos inspiração envolvidos em um trabalho geralmente longo, árduo e metódico. Pode-se dizer que poucos roteiristas saltam da ideia direto para o roteiro. Via de regra, mesmo os experientes preferem percorrer etapas de construção gradativas, em que a história vai ganhando corpo aos poucos, com avanço progressivo e sólido, evitando ou diminuindo consideravelmente as chances de erro ou retrabalho.

A esse conjunto de estratégias adotadas como vias de acesso para o alcance do trabalho final do roteirista, o almejado roteiro pronto, atribui-se uma metodologia específica de construção, que, embora não se imponha como modelo único, estabelece regras, padrões e rotas que normalizam a faina do fazer, em que o talento imaginativo se mistura com o de organizador e escritor, e resulta em um sentido estético-artístico para além do roteiro. Pois o significado do roteiro não está no texto e nem nas indicações de cenas, diálogos e cortes. Apesar de ser um conteúdo escrito, o roteiro serve a outro propósito; não se finda na leitura de sua obra, mas no que ela possibilita: enxergar outra arte, guiando a trajetória para se divisar esse novo ofício.

Figura essencial e indiscutível na ficção, o roteiro tem sido definido como um espelho da obra, uma história contada em palavras, um filme no papel.[1] Fundamental como diretriz nas produções, guia o trabalho de atores, diretores, técnicos, etc., sendo utilizado também como uma amostra escrita para financiadores, realizadores e equipe. Serve ainda tanto para angariar verbas, como para sensibilizar profissionais a participarem do empreendimento. No documentário, o roteiro também tem sido cada vez mais utilizado, porém em forma de pré-roteiro, ou seja, sua elaboração acompanha paulatinamente o processo de feitura do filme. Dessa forma, mesmo em representações do real, esse gênero textual tem sido considerado uma ferramenta importante de orientação, auxiliando na condução de cada etapa do trabalho, desde a pesquisa, às entrevistas, imagens, ao texto de narração, à edição, entre outros, e somente adquirindo características de roteiro final quando a obra fica pronta.

1 Em um artigo recente, discorremos sobre a definição de roteiro (FRANCO, 2019).

O roteiro, portanto, é resultado de um processo de construção; como já dito, ele não surge do nada e nem nasce pronto. Em vista disso, este texto se propõe a apresentar de maneira bem simples seu processo de elaboração, em duas partes. A primeira, discutida no presente artigo, enfoca os fatores que devem ser considerados antes mesmo do surgimento da ideia, ou seja, os aspectos e procedimentos que antecedem a elaboração do roteiro. A segunda parte, a ser publicada oportunamente, pretende discutir e acompanhar as etapas de escritura adotadas pela maioria dos profissionais.

Apesar de abordar as especificidades para quem vai trabalhar com o roteiro de ficção, o artigo (partes I e II) se ocupa com maior ênfase da construção do roteiro para documentário, demonstrando que os esquemas de planejamento são muito parecidos e fundamentais tanto na ficção quanto nas representações do real. Desta forma, tem-se como objetivo fornecer uma base metodológica e teórica que, junto a outras discussões anteriormente publicadas, em 2018[2] e 2019[3], formem uma literatura básica sobre escrituração do audiovisual, principalmente para estudantes de jornalismo e áreas afins ou iniciantes nesta seara de produções em áudio e vídeo.

2 Contador de história

Quase todos os manuais para principiantes explicam que o primeiro passo para se escrever um roteiro é ter uma boa ideia. Uma obviedade necessária àqueles iniciantes no mundo do cinema e do vídeo. Mas costumo explicar aos meus alunos que há uma questão que antecede o processo de criação, um nível basilar em que se compreende a natureza do ofício. Não se trata do gênero do filme, da linguagem, de personagens, nem de conhecimento técnico de planos e enquadramentos. Isso tem importância num outro momento. Entender a substância do filme, do que ele é feito, reduzindo-o ao elemento comum de qualquer produ-

---

2 FRANCO, Solange. A escrituração no telejornalismo: os modelos padronizados na produção da notícia em televisão. *In*: MAIA, Juarez Ferraz; BORGES, Luana Silva; FARIAS, Salvio J. Peixoto. (org.). *Estudos contemporâneos em jornalismo*. Coletânea 6. Goiânia: UFG, 2018.

3 FRANCO, S. A escrituração no audiovisual: um breve estudo sobre roteiro. *In*: MAIA, Juarez Ferraz; PAVAN, Ricardo; FARIAS, Salvio J. Peixoto. (org.). *Estudos contemporâneos em jornalismo*. Coletânea 7. Goiânia: UFG, 2019.

ção de ficção ou documental (e até uma reportagem), seria a chave que abre a porta do audiovisual. E ela se chama estória e/ou história.[4]

Em síntese, pode-se afirmar que jornalistas e cineastas são meros contadores de histórias. Os primeiros usam a técnica, seu objeto é o fato, e se balizam pela ética e pelo compromisso com a realidade. Os outros não têm regras e abusam da capacidade criativa. E o cinema documental transita entre esses limites: a representação do real, porém sob um ponto de vista. Enfim, cinema de ficção, cinema documental e jornalismo são movidos pelo motor de uma história, qualquer que seja, trivial ou pretenciosa.

Quase todo iniciante se preocupa demasiadamente com o que contar. E isso não é nem de longe o mais importante. Márquez (2004, p. 26) já dizia que "a gente se engana muito" ao achar que "[...] temos uma história e achamos que isso resolve tudo, mas de repente começamos a escrever e erramos o tom, ou o estilo". Na verdade, uma mesma história pode ser contada de infinitas formas. E, no audiovisual, as possibilidades se ampliam, uma vez que as combinações de técnicas como sequência de fatos, tipos de enquadramentos, narração ou diálogo, iluminação, entre outros elementos diversos, podem implicar não apenas em interpretações díspares, mas também na criação de uma outra história. Há opiniões recorrentes de que a produção de Hollywood, por exemplo, há mais de um século, conta basicamente as mesmas histórias; mudam cenários, atores e outros elementos, mas os padrões básicos são os mesmos. E, mais, para alguns críticos, todas as histórias já teriam sido inventadas, inclusive no teatro, na ópera, tanto no Ocidente quanto no resto do mundo. Sem entrar no mérito dessa análise, a questão ajuda a entender que a essência pode ser a mesma, mas a narrativa do audiovisual possibilita uma multiplicidade de histórias a serem contadas, sem caracterizar plágio.

Outro ponto a se considerar diz respeito ao modo de contar. Definir "como contar" tem, quase sempre, mais importância no audiovisual do que "o que contar". Na ficção, no documentário e no jornalismo, como de resto em toda a produção do audiovisual, até mesmo nas peças publicitárias, temos exemplos de histórias simples muito bem contadas e de histórias absurdamente incríveis mal expressas. O cinema geralmente premia (ou deveria premiar) aqueles diretores que conseguem unir uma boa história a uma técnica espetacular, realizando aquilo que se pode

4 A partir daqui, será utilizado apenas o termo "história" para se referir à ficção e ao filme sobre o real.

chamar de arte cinematográfica. Claro que nem sempre se faz justiça e o tema gera controvérsia. Há bons exemplos recentes da dualidade entre peso da história versus produção estética. Em 2017, dois filmes norte-americanos, *La la Land* (Chazelle, 2016) e *Moonlight* (Jenkins, 2016), contrariaram todas as previsões, e o favorito não levou o *Oscar* de melhor filme. Ganhou *Moonlight*, o drama forte e comovente de denúncia, um filme corajoso e humano. Perdeu a impressionante obra do cinema que reunia narrativa, técnica, encanto e planos-sequência maravilhosos. Disseram que o momento social e a necessidade de posicionamento político da Academia interferiram na escolha. Em 2020, o filme sul-coreano *Parasita* (Bong, 2019) venceu o norte-americano *1917* (Mendes, 2019), e os argumentos da crítica, dessa vez, justificaram a escolha enaltecendo os aspectos fílmicos do vencedor, seja o rítmo da narrativa ou a mistura de gêneros, mas principalmente a universalidade da história e sua profunda reflexão sobre o mundo atual.

Os fatos narrados não querem dizer que todos os filmes citados não sejam uma autêntica e fabulosa obra cinematográfica. Essa é uma questão que independe das preferências pessoais a esses e a outros filmes, visto que os exemplos acima convidam a examinar o peso da história em si e a necessidade do cinema pensar e valorizar o argumento, mas também de ir além e se ocupar especialmente com sua própria linguagem e suas técnicas. Importante lembrar que "a linguagem cinematográfica é o conjunto dos códigos e subcódigos cinematográficos, na medida em que se deseja falar dela como de um amplo objeto único" (METZ, 1980 *apud* VIÉGAS & MARCHELLI, 2014, p. 132). Ademais, o ato comunicativo, em se tratando de comunicação de massa, compreende componentes (emissor, receptor, meio, código, mensagem) que se relacionam em processos de negociação de significado entre a mensagem proposta e a percepção do seu conteúdo, mas que podem ser analisados sob correntes teóricas ou linhas de pensamento variadas de acordo com os campos de pesquisa da comunicação.

Por último, às definições do que contar e de como contar se somam um outro recurso, também fundamental, para que essa engenhoca funcione e a substância crie combustão suficiente para conduzir uma história. Reconhecer-se como meros contadores certamente não capacita cineasta e documentarista para a aventura. Da mesma forma acontece com o contador de piadas (aproveitando mais uma vez da analogia). Saber a

piada não garante a satisfação da audiência, isto é, não significa que os ouvintes vão rir. Por melhor que ela seja, seu ponto de liga é saber contar. Dosar a entonação, a ênfase, criar suspense, etc. Isso tem a ver com qualidades subjetivas como sensibilidade, dom, poder de persuasão e mesmo de predição, além de capacidade de encantamento, mas também domínio técnico de recursos audiovisuais e de estratégia narrativa.

3 Estrutura discursiva

As narrativas das histórias em áudio e vídeo (como de resto qualquer história, na literatura ou no jornalismo) seguem uma certa estrutura. Compreender e conhecer o arranjo organizacional no audiovisual teoricamente, e em experiências práticas, permite dominar, conduzir e apostar em um determinado caminho para a obra ainda em construção do roteiro ou em execução/gravação. Para os iniciantes, valem as análises sobre o tema e assistir as escolhas feitas por diretores. Sobre a obra, opções e orientações de Eduardo Coutinho, por exemplo, são boas referências.

A estrutura reproduz a regra primária das aulas de redação nas etapas iniciais da educação básica, em que se aprendia ser necessário ter introdução, desenvolvimento e conclusão. Simples assim. Pode-se até antecipar alguma coisa, mas sempre observando uma sequência de começo, meio e fim. E isso não tem nada a ver com cronologia dos fatos. Como muitas vezes se vê no cinema, a história pode seguir uma ordem temporal inversa, inserir referências mescladas ou apenas *flashbacks* ocasionais, ou ainda obedecer com rigor a linha normal de acontecimentos. Quem decide o tratamento do tempo é o autor da história.

Começo, meio e fim são a "estrutura discursiva" e sua construção "[...] está diretamente relacionada ao tratamento e à exposição do filme [...]" (PUCCINI, 2009, p. 50-51). Tal conformação ou arranjo é fundamental para filmes de ficção, mas também é válida para documentários. Hampe (1997 *apud* PUCCINI, 2009, p. 51) chega a afirmar que começo, meio e fim são uma "necessidade estrutural" de qualquer filme, pois cumpre o objetivo de "despertar e manter o interesse do espectador".

No documentário, a articulação da história, como ela começa, se desenvolve e termina vai depender da metodologia de trabalho individual do diretor, podendo incluir ou não a presença de um roteiro. Em

outras palavras, cada documentarista adota um método para criar uma unidade estrutural, valendo-se de procedimentos de filmagem ou de montagem, esquemas de gravação, mapeamento de entrevistas, pesquisas de pessoas e lugares. Pode ser também que a estrutura fílmica seja encontrada, em determinado momento, numa fala, num gesto, ou documento. Em suma, a escolha metodológica envolve a capacidade operacional e criativa do diretor, portanto, depende de questões de ordem técnica e de outras bastante subjetivas.

No entanto, há um aspecto de convergência entre documentaristas e estudiosos do cinema documental sobre a estratégia narrativa: um documentário não pode ser apenas um registro recortado de determinado fato ou personagem. Este ponto tem sido motivo de estrangulamento, uma difícil barreira para muitos iniciantes que querem contar uma história, mas ficam presos ao tema ou são conduzidos pelas imagens ou falas, não conseguindo avançar e criar uma narrativa própria com sua visão particular da história. Eduardo Coutinho, para ficar somente no exemplo da maior referência do documentário contemporâneo, conhecido por ser o diretor que desconsiderava roteiros, reconhecia a necessidade e o poder da estrutura narrativa:

> [...] Todo filme é montado. Eu não faço roteiros descrevendo tudo que vai acontecer. Tenho um roteiro que é um mapa, relacionando lugares que devia ir, pessoas que devia procurar, mas, na verdade, de repente, pessoas que encontro por acaso são mais importantes do que as que encontro propositalmente, então, é necessário juntar todas essas falas desconexas ou caóticas numa estrutura que acaba sendo, obrigatoriamente, uma estrutura narrativa, que tem a ver com a ficção porque é difícil interessar uma pessoa durante uma hora e meia. (COUTINHO, 1997 *apud* OHATA, 2013, p. 41).

Segundo Lins (2004, p. 11-12), a metodologia particular de Coutinho de "[...] desconsiderar radicalmente a feitura de roteiros [...]" é uma prática que "[...] para ele, desvirtua esforços e corrói o que mais preza no documentário: a possibilidade de criação de algo inesperado no momento da filmagem, e só ali". Isso não significa a abolição total de expedientes como rotinas técnicas ou práticas de trabalho. A autora explica que, no lugar do roteiro, Coutinho "[...] filma a partir de 'dispositivos'

– procedimentos de filmagem que elabora cada vez que se aproxima de um universo social". Para ele, esses procedimentos "[...] impõem determinadas linhas à captação do material [...]", observando, respeitando e se concentrando nas "características do que foi capturado pela câmera" (LINS, 2004, p. 13).

Sob outra perspectiva, há documentaristas que adotam sistemas diferenciados que podem incluir desde projetos iniciais de seleção temática, recortes e pontos de vista, a caminhos da pesquisa, escolhas de personagens, ou exercícios de argumentação e composição artísticas, inclusive aqueles que envolvem critérios na edição e nos demais elementos do documentário. Ao abordar as escolhas de Coutinho, Lins (2004, p. 13) explica que cada metodologia tem sua legitimidade:

> Esse é um tipo de atuação mais marcadamente oposta, entre as múltiplas maneiras de se fazer um documentário, àquela que se empenha em adicionar elementos estéticos ou ideológicos ao que foi filmado, revolver e subverter o quanto for necessário esse material, criar temporalidades e espaços que não eram indicados pela filmagem. Ambas as maneiras são legítimas, têm suas graças e também seus clichês

Obviamente que em se tratando de documentário, o real sempre irá se impor ao planejado, muitas vezes, fazendo com que o cineasta caia na armadilha da dispersão e se torne refém do acaso. No entanto, entre a proposta de fazer e o filme pronto, é preciso um mínimo de organização possível. Por um lado, a estrutura esboçada (seja qual for os dispositivos e procedimentos utilizados) garante, justamente, um certo ordenamento lógico, um alicerce ou uma linha de condução entre a história e a obra. Pode parecer pouco, mas, para quem começa a se aventurar no audiovisual, isso já é um conforto e tanto. Por outro lado, há também aquela decisão de se contar com a sorte, valorizando a espontaneidade e abrindo caminho para a (nem sempre) riqueza do imponderável. Às vezes, essa escolha produz surpreendentes achados. Em outros momentos, pode resultar em dispêndio de tempo e recursos.

Puccini (2009, p. 82) reforça a teoria de que cada documentarista tem uma metodologia própria de trabalho que pode "[...] variar de acordo com a situação de filmagem, o assunto ou os personagens envolvidos":

> Documentários de arquivo, históricos ou biográficos, que tratam de eventos passados, podem muito bem ser 'escritos' antes do início das filmagens. O mesmo não ocorre se a abordagem exigir o registro de um vento que não seja necessariamente vinculado à vontade de produção do filme, como documentários que exploram um corpo a corpo com o real. (PUCCINI, 2009, p. 25).

A possibilidade de uma estrutura amarrada, bem como de uma escrita do roteiro "fechado" (PUCCINI, 2009, p. 25) na produção de um filme documentário, é variável. Isso fica mais elucidativo ao se analisar os modos de documentários de Nichols (2005). O autor identificou seis modos não estanques de representação do real (poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático), cada qual revelando quais as prioridades adotadas, as maneiras de se trabalhar o real, as estratégias, o talento, a habilidade e "a individualidade do cineasta ou diretor". Conforme afirma, o modo escolhido para a representação da realidade seria como "uma assinatura ou impressão" do cineasta ou diretor. Assim, "cada documentário tem voz distinta", e essa "voz fílmica tem um estilo ou 'natureza' própria" (NICHOLS, 2005, p. 135).

Nesse sentido, cada modo de representação reivindica maior ou menor estruturação. Os documentários expositivos, por exemplo, exigem certo rigor na estrutura, pois "[...] dependem de uma lógica informativa transmitida verbalmente" (NICHOLS, 2005, p. 143). Eles também são chamados de documentários de arquivo por Puccini (2009) ou de documentários de montagem por Bernadet (2003), uma vez que as "[...] imagens, sejam fotos ou filmes, entram como documentos de valor histórico que darão sustentação à argumentação do narrador" (PUCCINI, 2009, p. 119).

Do lado oposto, os documentários observativos desafiam o cineasta para a não intervenção na captação da cena, seja na composição, seja na duração da cena, entre outros. Não cabe aqui as críticas ao ato incômodo e, por vezes, antiético de observar sem ser visto, porém, o que se pretende ressaltar é que a câmera escondida não desobriga o diretor de algum método estrutural, ainda que seja na escolha do tema, do ponto de observação, da forma de captação, ou dos cortes na edição, mesmo que mínimos.

Em suma, reconhecer e definir o que realmente importa em cada documentário são escolhas que precisam ser feitas para não se perder na história. Isto é conceber a estrutura do filme. É uma metodologia

estabelecida tal qual os recortes temporal e espacial. Um planejamento que, junto à experiência, pode ser o antídoto contra o risco da perda de controle, contra o excesso de gastos e desgastes de equipe. Segundo Puccini (2009, p. 82), esquemas mínimos elaborados por meio de um trabalho de pesquisa "[...] orienta o diretor quanto ao que de fato é mais importante de ser filmado dentro de uma concepção preestabelecida para o filme [...]", porém, nenhum esquema garante segurança absoluta.

Assim, delimitar a estrutura com começo, meio e fim quando se representa o real adquire um peso maior, porque ajuda a "[...] saber lidar com situações imprevistas e ter coragem de enfrentá-las". Esse é o "[...] desafio do documentarista, [...] saber fazer uso dessas situações sem que isso inviabilize seu projeto, especialmente no caso de projetos de cunho mais autoral" (PUCCINI, 2009, p. 83). O prejuízo, portanto, pode ser a descaracterização completa da proposta ao extremo de se apagar qualquer vestígio de marca do autor. Existe ainda o risco de se perder o espectador; e o documentário como toda história deve se preocupar com o público, pelo menos enquanto durar o filme. Ou não?

4 A ideia

Todo filme nasce de uma ideia, amador ou superprodução, na ficção ou no documentário. Tudo, no audiovisual, tem origem na simples ideia. Mas o conceito de ideia aqui está indiscutivelmente associado ao processo criativo, ou seja, é preciso distinguir ideia de plágio. Ideia é aquela que surge trazendo algo novo. Ou aquilo que, mesmo existindo ou ainda que já tenha sido contado, deixa de ser cópia e passa a ser outra coisa nova. Um novo olhar, um viés, um ponto de vista, um enfoque, enfim, um tratamento singular de algo, por vezes, conhecido. O documentário também percorre esse caminho do ato criativo.

Para explicar o sentido da ideia na dramaturgia, Comparato (1983, p. 38) associa o termo às definições de criatividade e originalidade, assim, o autor diz que ideia "é um processo mental oriundo da imaginação", criatividade seria a "concatenação dessas ideais" e originalidade vem a ser o "diferente", a "marca individual" ou o "estilo". Mas como surgem as ideias? A resposta consolidada no meio audiovisual vem do roteirista e escritor Lewis Herman ainda nos anos de 1950, quando criou

seu conhecido "Quadro de Ideias", relacionando diferentes campos ou fontes de onde se originariam as ideias. Abaixo, um resumo de Herman a partir das adaptações feitas por Comparato (1983, p. 48-50):

Quadro 1 - Quadro de ideias

N.	Fonte	Descrição
1	Ideia Selecionada	"De natureza absolutamente pessoal", "independe de outra pessoa ou de fatores externos"; surge "da memória, ou vivência", dos "pensamentos", do "passado recente ou remoto".
2	Ideia Verbalizada	"Nasce de algo que se ouve", "do que alguém nos conta"; pode ser "um comentário" ou "um pedaço de estória".
3	Ideia Lida	Seria o que Herman "chama de ideia de graça", a que surge "no momento em que estamos lendo um jornal, revista, livro ou um panfleto" de rua.
4	Ideia Transformada	"Uma ideia que nasce de uma ficção, de um filme, de um livro, de uma peça de teatro", mas em que o autor transforma, não copia; usa "a mesma ideia de outra forma".
5	Ideia Solicitada	"É a ideia sob encomenda", pensada depois que se recebe a "encomenda" de um roteiro; como exemplo: um produtor nos encomenda um roteiro sobre a história do Quilombo dos Palmares, ou para um filme educativo [...] e a partir daí, pensamos no assunto".
6	Ideia Pesquisada	Nasce a partir de uma pesquisa, em que a ideia pretenda ocupar "um vazio de mercado", podendo ser um "tipo de filme que está em falta no mercado", ou a procura de "determinado público" ou algo que "não tinha sido pensado [...]"; em resumo, uma pesquisa que "responde a uma lacuna temática, seja ela de natureza dramática ou mercadológica".

Fonte: Elaborado pela autora com base em Comparato (1983, p. 48-50).

Assim, a ideia pode surgir de qualquer fonte. Uma historinha lida, ouvida, encomendada. Um trecho de um livro, um personagem, um objeto, uma lágrima. Sua origem, como dito acima, viria de fontes ou campos diversos, mas de que forma a ideia se principia? O ato de seleção de uma ideia extraída inteira ou como fragmento a partir de um arcabouço tão vasto pode ser comparado à figura metafórica do caldo oceânico primitivo, na forma-

ção do Cosmos, quando elementos e moléculas diluídos se reorganizaram e passaram a provocar novas e complexas reações químicas. Ao seu modo, o ser humano, individualmente, amontoa ao longo de sua vida uma profusão de sutilezas e particularidades culturais e ambientais, que, sob condições subjetivas e aleatórias, reage derivando em novas substâncias. Dessa conexão, converteria as ideias perpassadas pelo que, costumeiramente, denominamos de filtros, isto é, tudo aquilo que foi constituído por vivências, sofrimentos, prazeres, capacidade laboral e criativa, conhecimento, entre outros aprendizados e experiências adquiridos no decorrer da vida.

E como nasce uma ideia? Como ocorre esse fenômeno? Costuma-se associar a ideia à uma representação mental, a uma descoberta ou percepção, nascida na forma de lampejo, estalo, intuição. O termo mais utilizado é o da língua inglesa, "*insight*, que significa uma compreensão súbita pela percepção mental dos elementos envolvidos e por suas relações, uma clareza imediata no intelecto, uma iluminação, um estalo ou uma luz. Esse algo que a mente capta e desanda a imaginar uma outra história estaria vinculado a um processo nebuloso, não racional e limítrofe ao imponderável.

Entretanto, a ciência aponta que o processo criativo não é assim repentino, que ocorre como um surto, o acender da lâmpada, fruto de uma capacidade extraordinária ou da inspiração do momento. De acordo com a Carson (2012), autora do livro *O cérebro criativo*, cada vez que se lança uma questão, o cérebro processa, reprocessa e continua trabalhando naquele problema, mesmo que se volte a atenção para outra coisa. Quando encontra uma solução, ela imediatamente surge no consciente, aparentemente como um *insight*, mas nada mais foi do que o resultado de um trabalho contínuo utilizando informações novas e velhas combinadas e processadas de formas diferentes pelo cérebro.

Johnson (2011), autor do best-seller *De onde vem as boas ideias*, também corrobora que a formação de uma boa ideia pode demorar anos para ser desenvolvida, o que ele chama de "palpite lento". Segundo o escritor, "[...] não existe aquele momento eureca em que alguém tem uma súbita iluminação e descobre algo brilhante" (JOHNSON, 2011). Ao contrário, a ideia surge de um processo de hibernação e de conexões mentais, como um quebra-cabeça, que combina conhecimento ou habilidade, adormecido com algo novo. Nesse sentido, é um entusiasta de que a inovação é um trabalho de equipe: "[...] o modelo gênio solitário não funciona. As melhores ideias surgem quando pessoas com habili-

dades diversas abordam o mesmo problema e trocam ideias entre si. Se cada uma delas apresenta uma visão diferente da situação, há chances maiores de surgir uma boa solução" (GREGO, 2014).

Os trabalhos citados ajudam a desmistificar o processo de criação, retirando o caráter de fantástica genialidade e excepcionalidade humanas. Também reforçam conteúdos assertivos geralmente negligenciados, como qualquer pessoa que não tenha problemas cerebrais é criativa, mas o jeito de criar varia entre as pessoas; boas ideias são construídas e demandam tempo; o trabalho em equipe estimula a inovação; e é possível desenvolver de forma consciente a capacidade imaginativa, ativar e aumentar a capacidade cerebral e alcançar soluções criativas.

Sobre o tema, ambos os autores, entre outros pesquisadores, recomendam sair da zona de conforto, buscar ambientes alternativos (como alternância de descanso, solidão, troca, reflexão), além de exercícios e práticas de conhecimento e memória que podem favorecer a capacidade de percepção e de aprendizado, facilitando os *insights* ou as boas ideias. Ao ser questionado "como levar esses aglomerados particulares de neurônios a se acender no momento certo?", Johnson (2011, p. 92) responde:

> Uma maneira é sair para dar uma volta. A história da inovação está repleta de relatos sobre boas ideias que ocorreram quando as pessoas estavam fazendo um passeio. (Um fenômeno semelhante acontece quando passamos um longo tempo debaixo do chuveiro ou mergulhados numa banheira; na verdade, o momento 'eureca' original – quando Arquimedes atinou com uma maneira de medir o volume de formas irregulares – correu numa banheira). O banho ou o passeio nos tiram do foco centrado em tarefas da vida moderna – pagar contas, responder a e-mails, ajudar as crianças com o dever de casa – e nos inserem num estado mais associativo. Se nos for dado tempo suficiente, nossa mente irá deparar muitas vezes com alguma velha conexão que não notávamos havia muito, proporcionando aquela deliciosa sensação de serendipidade íntima: por que não pensei nisso antes?

Enfim, ter ideias não é um privilégio de ninguém. O cérebro fervilha ideias o tempo todo. Mas poucas duram mais que alguns segundos. Porque nascem natimortas, sem força alguma de sobrevivência. O pro-

blema de ter ideias é fazer com que elas subsistam. Como a lâmpada do professor Pardal dos antigos gibis, as ideias vêm e vão, acendem e se apagam tão logo os neurônios raciocinam sobre elas. Esse é um crivo mortal. Muitas boas ideias morrem ali mesmo no nascedouro.

Pode-se considerar uma boa ideia aquela que consegue se desvencilhar dos obstáculos de nossa mente impiedosa, que utiliza as velhas armas de combate tão conhecidas dos jornalistas. Os elementos fundamentais da notícia, o que, quem, quando, onde, como e porque, são letais; raras ideias sobrevivem. Se uma ideia vinga, a tarefa passa a ser alimentá-la. Aumentar a potência dessa lâmpada, jogando mais luz para que ganhe força, uma vez que o ataque dos seis elementos persiste. Sustentar uma ideia nesse bombardeio, sobrevivendo às noites adormecidas, pode ser o sinal de que a ideia tem realmente solidez. No entanto, uma ideia boa e forte pode não servir para o momento, ou seja, pode não atender às necessidades atuais ou demandar recursos não disponíveis.

Muitas vezes, guarda-se uma ideia para outra ocasião. Diante de uma ideia boa, a próxima pergunta a se fazer é: essa ideia é exequível? O termo resume questões que abrangem possibilidades e circunstâncias e significa algo possível, executável, realizável, praticável, viável. A execução de um projeto audiovisual depende basicamente de três fatores como tempo, energia e dinheiro. Juntos, eles são os pilares de qualquer planejamento, equacionando a viabilização de uma hipotética proposta de um filme cuja única materialidade ainda se encontra no nível da ideia. Portanto, responder se a ideia tem exequibilidade é o mesmo que dizer que tem possibilidade efetiva de ser feita. A resposta pode definir o projeto atual e/ou futuro. Há muitas e muitas boas ideias adormecidas em gavetas físicas ou mentais esperando sua chance.

Comparato (1983, p. 50-51), todavia, alerta que "ideias valem ouro" e não devem ser desprezadas. Ainda que não possa ser executada momentaneamente ou nunca por seus próprios meios, a ideia é um produto, vale dinheiro e deve ser registrada como direito autoral. O autor ilustra o valor de uma boa ideia com um caso envolvendo dois grandes nomes do cinema:

> Orson Welles, num papo com Chaplin, mencionou a ideia que tinha para um filme. Dias depois, Welles viaja para a Europa. Quando volta, surpresa! O filme *Mr. Verdun*, roteirizado e dirigido por Chaplin, já es-

> tava às vésperas de ser lançado. Chaplin tinha roubado sua ideia. Welles vai a Chaplin e exige pagamento pelo uso da ideia e créditos no filme. Chaplin nem discutiu: pagou. (COMPARATO, 1983, p. 51).

A história sobre a paternidade do filme *Monsieur Verdoux* de 1947, considerado um dos melhores filmes de Chaplin, exemplifica a complexidade do direito autoral. Charles Chaplin sempre contestou que a ideia original do filme seria de Orson, apesar de pagar e dar créditos a ele no filme. Segundo Robinson (2016), Chaplin afirmava que a ideia surgiu quando Welles o convidou para fazer um documentário sobre a carreira de Landru, onde interpretaria o famoso assassino de mulheres na França. O autor conta ainda que Chaplin se antecipou à cobrança pois já tinha tido problema com plágio, e telefonou para Orson oferecendo cinco mil dólares por ter estimulado a ideia. Mas, de acordo com Cony (2014), "na verdade, a ideia não é original, nem de Chaplin nem de Orson Welles. A história de Barba Azul vem de Perrault, e as aventuras de Landru pertencem aos arquivos da polícia francesa".

Assim, na prática, a autoria da ideia nem sempre está muito clara, dando margem a discussões. De um lado, o direito de autor pode não existir de fato ou ser usurpado e mascarado com alterações simples de alguns pontos, parecendo que a ideia teria sido *transformada* sem atribuir o crédito de origem. De outro, há certas garantias quando ideias bem elaboradas com desenvolvimento de um argumento ou roteiro final são registradas, podendo se constituir em uma fonte de renda e, nos círculos sérios de produção, conseguirem respeito, pagamento e crédito devidos do direito autoral.

5 A pesquisa

Antes de desenvolver a ideia, de pensar nos dispositivos e em qualquer metodologia de execução do filme, antes mesmo de esboçar o roteiro, pesquise. Jornalistas, documentaristas e cineastas da ficção precisam dominar o assunto a ser tratado. Há quem pesquise diretamente, outros contratam profissionais que desempenhem tal tarefa em seu lugar. O trabalho de pesquisa tem sido desenvolvido por equipes de produção integradas nas rotinas produtivas diárias do audiovisual,

seja no jornalismo de televisão, seja nas produtoras de vídeo ou nos sets cinematográficos. Atividade que deve (ou deveria) preceder qualquer outro estágio de elaboração do roteiro ou de produção (gravação e direção) do audiovisual, a pesquisa é uma ferramenta do planejamento, integra a etapa de pré-produção e subsidia com informações e materiais disponíveis ao desenvolvimento criativo e pragmático da ideia. Ao contrário do que se possa imaginar, a pesquisa está presente não somente em filmes sobre o real, mas também na ficção. Segundo Field (2001, p. 13), a "pesquisa é absolutamente essencial", pois "todo texto exige pesquisa e pesquisa significa reunir informação". O conceito de informar ajuda a esclarecer o que o termo representa nesta etapa do audiovisual. Informação é um suporte do conhecimento, de registros, base de dados, conteúdo ou, como bem resumiu Temer e Nery (2009, p. 16), é "a matéria prima da comunicação".

A pesquisa tem como objetivo fornecer um domínio sobre o tema (dados oficiais, particulares, inéditos, conflituosos), os entrevistados (os em *off*, os que serão gravados), as fontes (primárias, secundárias), as publicações (livros, críticas, teses), os acervos (fotos, filmes, escritos) e até mesmo sobre as técnicas a serem empregadas que interessam à pesquisa em específico (quantitativa e/ou qualitativa). Esse trabalho de investigação e coleta fornece informações distintas que se avolumam e formam um inventário de dados, porém também esclarece e preenche novas lacunas que surgem quanto mais se avança em referências, elementos e materiais.

O levantamento é apenas uma etapa, muitas vezes repetida e checada, que permite formar uma base de dados que será, na sequência, submetida a um ordenamento e posterior exame para identificar problemas, responder dúvidas e compor uma unidade histórica. Tais etapas são complementares, vêm e vão, avançam e recuam, buscando suprir brechas ou avaliando e abandonando dados de acordo com critérios estabelecidos pela pesquisa. Esses critérios podem ser estipulados desde o início ou analisados à medida que se evolui na investigação e estão relacionados com a qualidade da informação (importância, ineditismo, técnica, etc.). Por fim, o resultado vai depender diretamente do objetivo proposto e do(s) problema(s) ou questões envolvidos.

Ao responder à problemática, os dados levantados e analisados na pesquisa permitem conduzir, alterar ou até rechaçar a ideia inicial, des-

de a escrita do roteiro à execução do filme. Assim, a informação coletada oferece uma luz sobre determinado assunto:

> A informação que você coleta permite-lhe operar numa posição de escolha e responsabilidade. Você pode escolher usar parte, tudo ou nada do material que recolheu; a escolha é sua, ditada pelos termos da história. Não usá-lo porque não o possui não lhe oferece qualquer escolha, e sempre conspirará contra você e sua história. (FIELD, 2001, p. 13).

Como bem disse Field (2001, p. 13-14), "a parte mais difícil de escrever é saber o que escrever", portanto "quanto mais você sabe, mais pode comunicar". É como se as informações coletadas abrissem leques de opções, oferecendo outras e novas possibilidades de trabalho, com outras abordagens e perspectivas.

> Pesquisas lhe dão ideias, sensibilidade para as pessoas, situações e locais. Permitem que você adquira um grau de confiança, de maneira que fique no controle de seu assunto, operando por escolha, não por necessidade ou por ignorância. (FIELD, 2001, p. 15).

A pesquisa se estende também para depois do roteiro pronto, podendo ainda auxiliar diversas outras etapas da produção. Os materiais de arquivo como fotos e filmes coletados podem, para os documentaristas, por exemplo, direcionar a abordagem do filme para outra estratégia narrativa; para a ficção, fornecem elementos mais detalhados para construção de personagens, cenários, etc.; no jornalismo, servem como planos de detalhes ilustrando entrevistas ou cobrindo textos em *off* nas reportagens.

De forma aprofundada ou de modo preliminar, a pesquisa exerce papel preponderante no audiovisual, sendo utilizada também como instrumento estratégico de trabalho, direcionando e organizando as produções, com destaque para o equacionamento dos gastos e do tempo, além de servir de bússola segura para definição de conteúdos e/ou de investimentos financeiros. São exemplos as estruturas administrativas e de produção no telejornalismo, nas produtoras de vídeo, nas empresas cinematográficas e mesmo nos sets de filmagem.

6 Considerações

O próximo estágio no trabalho de construção do roteiro de ficção ou de documentário é iniciar a escrita. Por onde começar a escrever? Quais etapas percorrer na elaboração do texto para se chegar ao roteiro final? E, ainda, como e de que forma escrever? Essas questões demandam metodologia específica e argumentação teórica que propiciem uma condução segura do iniciante no audiovisual ao mundo do roteiro. Por essa razão, o presente artigo encerra nesse ponto para retomar posteriormente o tema.

Nessa primeira parte, procurou-se descortinar os primeiros percursos, quando se tem em mente uma vontade ou necessidade de produzir uma obra audiovisual. Destacou-se a necessidade de se buscar fundamentação teórica e conhecimento técnico antes mesmo de se empreender o esforço de encontrar uma ideia, a desmitificação da capacidade criativa e a importância do trabalho de pesquisa. Longe de serem simplistas, acredita-se que tais pontos podem despertar a atenção e contribuir para o aprendizado do estudante do audiovisual.

Referências

1917. Direção de Sam Mendes. EUA: Universal Pictures, 2019, 119 min.

BERNADET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CARSON, Shelley. *O cérebro criativo* – aprenda a aumentar a imaginação, melhorar a produtividade e inovar em sua vida. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

COMPARATO, Doc. *Roteiro:* arte e técnica de escrever para cinema e televisão. Rio de janeiro: Nórdica, 1983.

CONY, Carlos Heitor. *Chaplin e outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, s/p. Disponível em: https://books.google.com.br/. Acesso em: 12 jun. 2020.

FIELD, Syd. *Manual do roteiro*: os fundamentos do texto cinematográfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FRANCO, Solange Maria. A escrituração no audiovisual: um breve estudo sobre roteiro. *In*: MAIA, Juarez Ferraz; PAVAN, Ricardo; FARIAS, Salvio J. Peixoto (org.). *Estudos contemporâneos em jornalismo*. Coletânea 7. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

FRANCO, Solange Maria. A escrituração no telejornalismo: os modelos padronizados na produção da notícia em televisão. *In*: MAIA, Juarez Ferraz; BORGES, Luana Silva; FARIAS, Salvio J. Peixoto (org.). *Estudos contemporâneos em jornalismo*. Coletânea 6. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

GREGO, Maurício. O guru Steven Johnson conta de onde vem a inovação. *Revista Exame* [on-line]. 19 set. 2014. Disponível em: https://exame.com/tecnologia/o-guru-steven-johnson-conta-de-onde-vem-a-inovacao. Acesso em: 10 jun. 2020.

JOHNSON, Steven. *De onde vêm as boas ideias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, s/p. Disponível em: https://books.google.com.br/. Acesso em: 10 jun. 2020.

LA LA LAND. Direção de Damien Chazelle. EUA: Paris Filmes, 2016, 126 min.

LINS, Consuelo. *O documentário de Eduardo Coutinho:* televisão, cinema e vídeo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Como contar um conto*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2004.

MOONLIGHT. Direção de Barry Jenkins. EUA: A24, 2016, 111 min.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. São Paulo: Papirus, 2005.

OHATA, Milton. *Eduardo Coutinho*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PARASITA. Direção de Bong Joon-ho. Coreia do Sul: Pandora Filmes, 2019, 132 min.

PUCCINI, Sérgio. *Roteiro de documentário*. São Paulo: Papirus, 2009.

ROBINSON, David. *Chaplin, uma biografia definifiva*. São Paulo: Novo Século, 2016, s/p. Disponível em: https://books.google.com.br/. Acesso em: 12 jun. 2020.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. *Para entender as teorias da comunicação*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009.

VIÉGAS, Rosemari Fagás; MARCHELLI, Paulo Sérgio Marchelli. Códigos de linguagem no discurso sobre o cinema. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*. [on-line]. 23 jan. 2014. v. 32, n. 23, p. 127-174. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/. Acesso em 28 jun. 2020.

V.

O fazer jornalístico que reflete e renova: relatos de experiências extensionistas

As Mulheres e o Jornalismo Esportivo em 20 anos do projeto Doutores da Bola

Daniela Figueredo Versiane
Raphaela Xavier de Oliveira Ferro

Em setembro de 2020, o projeto Doutores da Bola, desenvolvido pela Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) em parceria com a Rádio Universitária (RU), ambas da Universidade Federal de Goiás (UFG), completou 20 anos de atividades. Idealizada pela então estudante de Jornalismo Ana Lúcia Jardim, a proposta inicial era realizar no âmbito acadêmico a transmissão de uma partida de futebol profissional do Estádio Serra Dourada, em Goiânia (ROCHA ET AL., 2001). Duas décadas depois, os programas ao vivo continuam no ar, hoje às quartas-feiras e domingos, majoritariamente - exceptuando, claro, o período de isolamento social necessário a tempos de pandemia, como a de Covid-19 vivida no Brasil em 2020.

As transmissões radiofônicas são realizadas considerando o calendário de jogos dos clubes de futebol profissional da capital goiana - Atlético Goianiense, Goiânia, Goiás e Vila Nova - e a disponibilidade das equipes técnica e de programação da emissora, além da possibilidade de acesso a uma cabine no estádio em que as partidas são realizadas. Para o projeto, a RU conta com espaços fixos em estádios públicos - Serra Dourada e Olímpico -, mas encontra dificuldades para ter cabines para transmissão nas

praças pertencentes aos times. Ainda assim, têm sido mantidas nos últimos anos a média de duas transmissões ao vivo por semana, tanto nos 870 AM quanto pela internet, quando as competições estão em andamento.

A cada semana, estudantes de Jornalismo, se dividem (e se alternam a cada jogo) nas funções tradicionais de uma transmissão esportiva - plantão, ancoragem, comentários, reportagem e narração, além da produção de conteúdo para mídias digitais - sob a orientação de um(a) docente da FIC. A ideia é reproduzir essa parte do mercado de trabalho do jornalista que cobre a área de Esportes, contudo priorizando, como já apresentavam Rocha et al. (2001), "a tentativa de realizar uma cobertura diferenciada", que se afaste de posturas apaixonadas, que, como explica Gurgel (2009), na prática profissional, servem mais como ferramenta para diluir manipulações e interesses políticos-econômicos do que como elemento positivo na oferta de informação, e, principalmente, dos preconceitos ainda comuns nesse meio profissional.

Preconceitos, estes, que estão no discurso do Jornalismo Esportivo, em todas as plataformas em que ele se apresenta, seja jornal impresso, rádio, televisão, internet. Estão presentes também nas rotinas produtivas, que envolvem cada vez mais mulheres. Segundo Brum e Capraro (2015, p. 967), "a entrada delas no campo jornalístico esportivo se intensifica a partir apenas da década de 1990". Os autores entrevistaram dez mulheres jornalistas da área esportiva de Curitiba (PR) e apontaram alguns fatores para essa inserção.

> As entrevistadas destacam dois fatores que contribuem para o aumento de mulheres nas editorias esportivas: 1) a possibilidade de ocuparem um espaço que os homens abdicaram e 2) a resposta das empresas jornalísticas à sociedade, "equilibrando" suas equipes com maior diversidade de perfis: "A mulher fazendo a cobertura do esporte masculino já começa a se tornar comum. Mas o [jornalista] homem ir ao vôlei, na ginástica, salto ornamental... Ainda **existe o repórter não querer cobrir 'esporte de menininha'**." (repórter rádio 2, 27 anos, grifo dos autores). (BRUM; CAPRARO, 2015, p. 967)

As mulheres estão mais presentes no Jornalismo Esportivo, e em diferentes funções, mas ainda expostas a preconceito e discriminação. Brum e Capraro (2015) indicam, inclusive, a existência de atitudes de

atletas e de colegas de profissão que demonstram o "repúdio à invasão da reserva do seu espaço viril, o esporte, desrespeitada pela inserção da mulher jornalista" (BRUM; CAPRARO, 2015, p. 966). Cenário que originou, por exemplo, em 2018, o movimento #deixaelatrabalhar[1], e que, no âmbito do Doutores da Bola, fez surgir a necessidade de recontar a história do projeto a partir da perspectiva de mulheres que o vivenciaram.

Uma abordagem que se mostra relevante pelo caráter ainda masculino creditado ao Jornalismo Esportivo e em decorrência de barreiras estruturais impostas às jornalistas que almejam atuar no âmbito dos Esportes. Algumas dessas barreiras no contexto da proposta laboratorial em questão foram relatadas por Rocha et al. (2002). Os autores afirmam que "a experiência dos Doutores da Bola, que possui participação feminina considerável, se transforma num caso à parte" (ROCHA ET AL., 2002, p. 14). E relatam que comprovaram, na equipe, que "a própria mulher cria barreiras internas" (ROCHA ET AL., 2002, p. 15) e que não são todas as participantes que "conseguem enfrentar o medo" para fazerem uma reportagem de campo.

> Existem, por exemplo, as áreas liberadas e as proibidas para que a mulher possa trabalhar. Se ela quiser ser apresentadora de programa esportivo, ou fazer algumas pequenas reportagens sobre o cotidiano dos clubes, é bem aceita. Mas quando se fala de ir trabalhar no estádio, a situação se complica.
>
> Os comentários femininos sobre futebol, por si só, já são taxados de errado. Em uma partida, muitos ficam temerosos com a presença da mulher em um lugar que há tantos homens. Existe a preocupação com a segurança dela, e principalmente, com a maneira com que os jogadores irão reagir ao serem entrevistados dentro de campo por uma mulher. Além disso, teme-se pela qualidade das perguntas que ela irá fazer.
>
> Outro fator que muitas vezes inviabiliza a presença da mulher na reportagem de campo, é o fato de que, em

1 Como explicam Pereira e Ritter (2019, p. 6) sobre a campanha, lançada em março de 2018, "52 jornalistas se reuniram, através das redes sociais para lançar um vídeo de uma campanha que foi nomeada como #deixaelatrabalhar, no qual elas apresentam notícias, mostram comentários em suas redes sociais, entrevistas onde relatam os casos de machismo que já passaram durante a carreira profissional dentro do esporte".

> alguns estádios, não pode entrar no vestiário. Não é "moralmente ético" uma mulher entrar onde jogadores ficam nus. A barreira, então, está na cabeça dos jogadores e das outras pessoas que estão envolvidas no meio do futebol.
>
> Na equipe Doutores da Bola, esse talvez seja um dos motivos por que as mulheres fazem tão pouca reportagem de campo. Para uma transmissão esportiva, as entrevistas de vestiários são algo atrativo para o ouvinte. Muitas vezes, as condições técnicas não são propícias para se mandar um terceiro repórter. (ROCHA ET AL., 2002, p. 16)

Vinte anos depois, a reportagem de campo já não representa tamanho tabu entre as estudantes que participam do projeto Doutores da Bola, ou das jornalistas da área de Esportes, assim como as entrevistas pós-jogo, nos vestiários, são feitas em espaços com acesso possível para todos - não sem alguns inconvenientes. Entretanto, esses são elementos que parecem não reduzir o estranhamento em relação à presença feminina nos espaços relativos ao esporte. Para identificar como as mulheres que passaram pelo projeto da UFG vivenciaram essas e outras experiências relativas ao contexto foram feitas entrevistas.

> A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Desta maneira, como na análise de Demo (2001, p.10) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. (DUARTE, 2017, p. 62-63)

Assim, foram feitas entrevistas semi-estruturadas e semi-abertas[2] com onze mulheres que participaram do Doutores da Bola em momentos diferentes - uma estudante que participa atualmente, oito egressas do curso de Jornalismo da UFG e uma professora que foi orientadora[3]

---

2 Segundo Duarte (2017, p. 66), "modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa".

3 O Doutores da Bola teve mulheres como orientadoras entre 2009 e 2011, com Ione

no projeto entre 2009 e 2011. As entrevistas foram feitas por telefone - opção escolhida devido ao momento de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19 no Brasil -, gravadas e posteriormente transcritas[4]. Os nomes das participantes não serão ocultados[5] por haver aqui o entendimento de posicioná-las como autoras da história relatada e oferecer-lhes reconhecimento pela contribuição no desenvolvimento do projeto de ensino e extensão que integraram.

Experimentação

A apresentação das informações será feita considerando, principalmente, a cronologia da participação das entrevistadas no projeto, começando por sua fundadora, Ana Lúcia Jardim. Segundo Jardim (informação verbal)[6], a proposta que se tornaria o Doutores da Bola surgiu da necessidade que ela e alguns colegas que faziam o programa esportivo gravado Banquete Esportivo, na RU, sentiam "de fazer o esporte ao vivo". A ideia da transmissão se tornou seu projeto experimental para a conclusão do curso. "Foi o ano inteiro penando para fazer um jogo ao vivo. Pelo menos o primeiro, *né*? Se não me engano, o primeiro foi em setembro".

> O primeiro jogo foi muito emocionante (...), a gente teve muitas barreiras. Não pelo fato de ser mulher, mas pelo fato de querer colocar futebol ao vivo na rádio. A gente teve barreiras mesmo até dentro da universidade, de professores acharem que o que estávamos fazendo era comercial. Críticas de todos os lados. Gente que virou para mim e falou: "Não, você não vai conseguir transmitir um jogo na Rádio Universitária". A gente teve que ir atrás de equipamentos, teve que

Rufino, e em 2019 e 2020, Raphaela Ferro - ambas estavam no cargo de professor(a) substituto(a).

4 Colaboraram na transcrição das entrevistas os estudantes do curso de Jornalismo da UFG: Daniel Mynssen, Daniela Versiane, Maiara Dal Bosco (recém-graduada), Pedro Peralta e Rauane Rocha.

5 Todas as entrevistadas foram consultadas a respeito e consentiram em terem seus nomes divulgados nesta pesquisa.

6 Entrevista concedida por JARDIM, Ana Lúcia. [15 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

> comprar coisas, que ir atrás de linha telefônica. (JARDIM, 2020, informação verbal)[7]

Como pontuado acima, Jardim afirma que o fato de ser uma mulher a propor a realização das transmissões esportivas não fez com que "as pessoas ficassem surpresas" e avalia que mesmo que, naquela época, o futebol ainda fosse "muito ligado ao homem", era algo que "já estava mudando" e cita duas outras colegas que também se interessavam pela cobertura esportiva. Mas não vê o Doutores da Bola limitado à área, principalmente pela prática do improviso. "É um aprendizado, independente se você vai seguir no jornalismo esportivo ou não."

Para quem seguiu atuando no jornalismo esportivo após a formatura, a experiência no projeto possibilitou o contato com áreas diferentes no campo dos Esportes. Paula Parreira, integrante do Doutores da Bola entre 2002 e 2003, afirma que se engajou no projeto para participar da cobertura da Copa Interbairros de Vôlei. Nos primeiros anos, houve um momento em que as transmissões do futebol profissional se intercalavam com transmissões de caráter comunitário, o que envolveu durante um período, inclusive, contrato com a Prefeitura de Goiânia (PAVAN, 2015) para a cobertura de competições interbairros, como a citada por Parreira.

> Eu queria falar de vôlei, queria falar de basquete, natação. Então, em um primeiro momento, eu fui atrás dessas coisas, mas depois também me abri um pouco mais para a cobertura de futebol, que eu achava um pouco enfadonha. Mas o Doutores me abriu os olhos para isso e é claro que isso marcou muito a minha carreira. Imagina... Todo mundo quer cobrir uma Copa do Mundo e eu acabei fazendo isso. Se eu não tivesse passado pelo Doutores, eu não sei se teria acontecido. (...) A cobertura de futebol parece ser massante, parece ser exagerada, mas eu valorizo muito um tipo de cobertura no futebol que a gente, às vezes, se esquece que pode fazer, que é para além do campo e bola. Eu falo isso muito para meus repórteres [no jornal O Popular]. (...) O esporte é um universo muito vasto. A gente pode fazer matéria de economia dentro do esporte, de política, de marketing, matérias sobre responsabilidade social e fazer maté-

7 Entrevista concedida por JARDIM, Ana Lúcia. [15 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

> rias sobre esporte. Eu agradeço muito o Doutores por ter me colocado em contato com esse tipo de cobertura. Lembro muito da cobertura que a Rádio [Universitária] fez da CPI do Futebol na Câmara [dos Deputados]. O Doutores sempre abriu os olhos para esse tipo de cobertura. Apesar de as transmissões se assemelharem um pouco àquilo que as rádios profissionais faziam e fazem até hoje, a questão de abrir espaço para todo mundo é muito legal e também esse olhar para outras questões. (PARREIRA, 2020, informação verbal)[8]

Assim como para Parreira, que afirma ter escolhido o Jornalismo justamente pela possibilidade de trabalhar nessa área, o Esporte é anterior ao Jornalismo também para Pollyana Pádua. Ambas foram contemporâneas na Rádio Universitária. De acordo com Pádua (informação verbal)[9], sua primeira transmissão como repórter no campo de futebol, no Estádio Serra Dourada, pelo Doutores da Bola, deixou a sensação de que aquela poderia ser uma carreira profissional a ser seguida. "Aquela hora em que você vê o estádio cheio, aquela barulheira lá dentro do campo... Eu lembro que me marcou muito. Uma adrenalina! Uma coisa que eu falei: '*caraca*, o *troço* é bom aqui. Tem alguma coisa aqui que para mim funciona fazer o resto da vida'."

A ausência de registros formalizados desde o início, em 2000, até o momento atual, deixa dúvidas sobre marcos do projeto e totalidade de estudantes que passaram por ele. Mas, a partir dos relatos de ex-participantes, Pádua é identificada como primeira mulher a fazer a narração[10] de jogo em transmissão do Doutores da Bola - mesmo em 2020, a função não é exercida por alunas de forma frequente. "O fato de ter aquele espaço, tomar posse dele e poder fazer isso, pelo menos para mim, deu muita confiança. Eu não olhava depois pensando: 'vou tentar isso, mas *vish*, eu sou mulher, será que vai ser mais difícil'" (informação verbal)[11]. Ela avalia

8 Entrevista concedida por PARREIRA, Paula. [20 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

9 Entrevista concedida por PÁDUA, Pollyana. [13 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

10 Segundo Schinner (2004, p. 75), "o narrador esportivo é o profissional de comunicação capacitado a descrever, contar, relatar, transmitir um evento ou conduzir uma transmissão, interagindo com seus ouvintes, espectadores ou assinantes". A função, no rádio, exige capacidade descritiva, como explica o autor, e de improvisação, além de expor mais a projeção da voz.

11 Entrevista concedida por PÁDUA, Pollyana. [13 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

que não ter encontrado barreiras na equipe ou na universidade criou empoderamento. “Se escolhi me formar e tentar narrar profissionalmente, por mais que tivesse a resistência das equipes comerciais pelo fato de ser mulher, era uma coisa que eu não iria não tentar por ser mulher”.

> Comecei narrando no Interbairros e os meninos foram pegando confiança, já que a narração não era tão ruim, tão mais ou menos, aí eu entrei na escala, com os meninos, de narração. (...) Confesso que não lembro mais da primeira narração que eu fiz. Lembro que, depois, tinha um número suficiente de mulheres, vamos fazer uma transmissão totalmente feminina. A gente fez a primeira, depois até consegui recuperar em um e-mail meu aqui, a gente fez uma segunda também, em maio, 29 de maio de 2004, também não sei nem qual jogo que foi, se não me engano era Campeonato Goiano. (...) Tinha umas notinhas do DM [jornal Diário da Manhã], que deu: ‘a Rádio Universitária faz a primeira transmissão feminina, com narração...’. Para a gente, era muito. (...) Na época, a gente fazia porque gostava e os meninos, por mais que tinha um pouco mais de curtição - “ah, são as meninas” -, até os outros repórteres de outras rádios curtiam um pouco o fato de a gente ser mulher, mas a gente não via muito isso assim tão politizado. (PÁDUA, 2020, informação verbal)[12]

Pádua entende que sua atuação na RU, em 2004, abriu portas. “Com essa nova geração de Doutores, que já vem nessa pegada mais de igualdade, a gente vê que isso é um caminho que já viemos trilhando, de pouquinho”. A resistência que ela diz ter sentido pouco, como estudante ao atuar em um projeto de Jornalismo Esportivo, foi percebida por Ione Chagas Rufino, como professora, alguns anos depois, em 2009. Rufino explica que, à época, o Doutores da Bola já tinha se tornado “uma equipe que era referência”, por fazer a transmissão de jogos em condições as quais algumas emissoras, “até profissionais, não tinham estrutura”.

> Teve alguns [alunos] que pensaram assim: “quem é essa que está surgindo aí, dizendo que vai ajudar a gente a

12 Entrevista concedida por PÁDUA, Pollyana. [13 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

> aprender sobre esporte, narração, sobre reportagem esportiva?". Teve, assim, no início, uma certa resistência. Eu acho que de alguns. Felizmente, não foram todos. Mas, no início, sim. Sabe aquela olhada assim, tipo: "não estou entendendo onde é que arrumaram uma mulher, né, essa professora, que nem... - eu era professora substituta, isso também já tem um peso, porque você não é da grade da universidade - ...para ajudar a gente nesse trabalho. Mas, eu acho que aos poucos, eu não estou me gabando, assim, mas eu acabei conquistando os meninos. A gente tinha uma relação muito boa. Depois, quando eu estava há uns dois meses, três meses, eles começaram a entender que eu podia sim saber, que eu podia sim contribuir, que eles seriam orientados, que eu ia para o estádio. Eu também não era uma professora que não ia para os estádios e ficava monitorando, eu ia junto com eles. Então, eu fiz eles me respeitarem. (RUFINO, 2020, informação verbal)[13]

Entre as proposições de Rufino como orientadora do projeto estava o incentivo ao estudo para além da prática das transmissões esportivas ao vivo, como ela rememora em entrevista. "Quando eu cheguei ao Doutores, não tinha nada de estudo (...). Eles eram só prática. Eu pensei em implantar, para os meninos, um pouco de leitura, do como é que surgiu o Jornalismo Esportivo". Ela lembra que 40% da equipe era composta por mulheres.

> Elas se sobressaíam. Havia momentos em que eles preferiam algumas mulheres em algumas posições do que um homem que, por exemplo, fosse menos experiente. (...) Agora, é verdade que tinha hora que eu tinha que dar uma dura neles, porque, por exemplo, se um menino erra, é o camarada, se a menina erra, com todo respeito, é a burra. Não é assim. Todo mundo está aqui para aprender, todo mundo está aqui para errar e para acertar. (...) Então, eu acho que o Doutores, nesse sentido, é uma proposta que faz inclusive com que a mulher tenha espaço e mostre o espaço dela dentro do esporte. (RUFINO, 2020, informação verbal)[14]

---

13 Entrevista concedida por RUFINO, Ione Chagas. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

14 Entrevista concedida por RUFINO, Ione Chagas. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

Mesmo assim, segundo Rufino, era comum que as mulheres atuassem na reportagem e não na narração. Nesse sentido, participante do projeto em 2010, Paula Falcão relata que exerceu, basicamente, duas funções: de repórter e de apresentadora (hoje nomeada como ancoragem). "Eram as funções que as meninas exerciam, ou você era repórter ou apresentadora. Durante todo o período em que estive no Doutores, por exemplo, nunca houve uma menina que comentasse, uma mulher que estivesse na função de comentarista" (informação verbal)[15].

De acordo com ela, o questionamento a respeito desse padrão não surgiu à época, mas se tornou presente depois de passada a experiência na universidade, a partir de outras vivências. "Será que eu não comentava naquela época por conta de uma insegurança minha ou era uma insegurança instituída, construída?". Falcão considera que "simplesmente achava que estava nas funções em que deveria estar", em que se "encaixava melhor". Mas, hoje, percebe que pode ter havido uma naturalização das práticas por falta de referência na área.

Caroline Almeida, que esteve no projeto durante um ano e meio, a partir de 2014, relata que havia interesse menor de mulheres pelo Doutores da Bola, mas diz que era comum que as que se interessassem acabassem desmotivadas (informação verbal)[16]. "Eu lembro de algumas falarem que se sentiam desconfortáveis porque não sentiam que tinham direito de aprender ali". Em sua passagem, houve momentos em que era a única mulher entre os participantes ou contava com apenas outra aluna além dos colegas. "Hoje, com as turmas mais recentes, que têm transmissões com cinco mulheres, vejo que isso era inimaginável na nossa época".

> As pessoas começam a trabalhar com o jornalismo esportivo porque já sabem muito sobre futebol, gostam e sabem tudo sobre futebol. Só que se chega uma pessoa que não sabe, mas ela quer fazer aquilo para aprender, essa pessoa é meio que deixada de lado. (...) Mas tem coisas que foram passando. Não teve nenhum grande movimento na minha turma, que as pessoas deixassem expor que estavam incomodadas com isso. Só mais para

15 Entrevista concedida por FALCÃO, Paula Felipe. [8 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

16 Entrevista concedida por ALMEIDA, Caroline. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

> frente, quando a gente já estava finalizando o curso, que aí teve TCCs [trabalhos de conclusão de curso] que falaram sobre os temas e pessoas se manifestaram, sobre esse desconforto. A gente tinha passado quatro anos vendo isso e ninguém tinha tido a oportunidade ou se sentido à vontade para falar. Só na reta final mesmo que isso veio à tona. (ALMEIDA, 2020, informação verbal)[17]

Almeida considera que, pessoalmente, de forma geral, não se sentia inibida nas reuniões e nas transmissões do Doutores da Bola. Mesmo assim, ela acredita que sua experiência foi exceção. "Como eu não fui diretamente atrás do Doutores, foram meus colegas que me incentivaram porque sabiam que eu gostava, senti que tinha algum respeito deles, mas ao mesmo tempo, enquanto estava no Doutores, percebia que algumas colegas não recebiam o mesmo respeito". Ela afirma que, em alguns momentos, sentia necessidade de ser mais firme para não dar brecha para brincadeiras, mesmo percebendo essa diferença no tratamento em relação às colegas. "Não quer dizer que eu não via uma recepção diferente às coisas que eu falava. Muitas vezes não só dos alunos, mas também dos orientadores". Ela ainda relata que:

> Eu tenho algumas lembranças específicas de momentos que eu sei que se eu fosse homem eu não teria passado, mas, de forma geral, não me sentia tão inibida assim. Mas teve muito episódio chato durante a permanência por causa de.... Não comigo, mas com outras colegas, que não percebiam que aquilo estava acontecendo com elas na hora. Enfim, acho que todo mundo tem uma história dessa para contar. (ALMEIDA, 2020, informação verbal)[18]

Mesmo a experiência de Núbia Alves, que esteve no Doutores entre 2015 e 2017, tendo sido diferente, há elementos relatados que se aproximam do que Almeida explica. Alves foi a primeira mulher a fazer uma narração em uma transmissão do projeto desde Pollyana Pádua - cerca de 10 anos separam as participações das narradoras no projeto. De acordo

---

17 Entrevista concedida por ALMEIDA, Caroline. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

18 Entrevista concedida por ALMEIDA, Caroline. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

com ela, tratou-se de um processo natural, por ter "um jeito mais desenrolado", mas era perceptível que era uma exceção. "Eu via muitas meninas da minha época, e até que passaram pelo Doutores antes, que não sentiram essa naturalidade, seja porque o contexto em que estavam não ajudava ou não se sentiam seguras ou porque dentro do laboratório não tinham quem passasse essa segurança para elas" (informação verbal)[19].

Alves analisa que percebe algumas diferenças no projeto em relação ao período em que participou e destaca o fato de haver monitoras. "Até então, na minha época, não tinha monitoria de mulher no Doutores. Eram só homens. Eu mesma nunca peguei monitoria do Doutores e nem do Fanático[20] na época em que eu estava lá". Como explicam Araújo e Pavan (2019, p. 165), o monitor ou a monitora é quem "organiza a escala de produção, define as pautas, corrige o texto dos colegas, estrutura o espelho. Ele exerce significativas atividades pedagógicas no exercício da função". Mas, segundo Alves (informação verbal)[21], era atividade restrita aos homens nos projetos laboratoriais de jornalismo esportivo naquele período.

Considerando as informações das entrevistadas, Aline Carlêto foi, se não a primeira, um das primeiras mulheres a assumir a função da monitoria no Doutores da Bola, do qual fez parte entre 2015 e 2018. Segundo ela (informação verbal)[22], ser monitora foi um desafio. "Você não está lidando com um ambiente comercial-profissional, mas você se dedica muito e também quer que as pessoas se dediquem. Às vezes, entra uma pessoa que acha que sabe tudo e você precisa podar ou entra uma que acha que não sabe nada e precisa de autoestima" . Ela afirma que, entre as maiores dificuldades, estava o exercício de estabelecer o equilíbrio entre essas ações.

---

19 Entrevista concedida por ALVES, Núbia. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

20 Fanático é o nome de extinto programa laboratorial de jornalismo esportivo feito por estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás (UFG) e veiculado pela Rádio Universitária.

21 Entrevista concedida por ALVES, Núbia. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

22 Entrevista concedida por CARLÊTO, Aline. [13 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

> Os rapazes, muitas vezes, não te respeitam, acham que você não sabe o que está fazendo, acham que você quer dar preferência para as meninas. Nessa questão também de dosar, fazer aquele equilíbrio, de você tentar elevar a autoestima de alguém que é tímida e podar alguém que já se acha demais, você é muito julgada. Por isso, dizem: "*ah*, você trata as pessoas diferentes, tem que tratar igual". Eu não prezava pela igualdade dentro do Doutores, eu prezava pela equidade. Queria dar oportunidade às pessoas, não iguais, mas na medida que pudesse fazê-las ficarem iguais. (CARLÊTO, 2020, informação verbal)[23]

Carlêto afirma que não chegou ao ensino superior com essa percepção em relação a outras mulheres, mas que a construiu. "Eu achava que era uma mulher diferenciada, que entendia de futebol. Quando entrei na faculdade e no Doutores, achava que era única mulher que podia entender de futebol. Mas você vai vendo as mulheres que passaram por ali e percebe que não está sozinha". Ela explica que fez parte do processo compreender essas outras mulheres para além do estereótipo de competição, em vivências de parceria. O caminho entre o descrédito e a parceria feminina foi percebido por Maiara Dal Bosco, que participou do Doutores da Bola em dois momentos diferentes: em 2016 e, depois, em 2019.

Dal Bosco relata que "o Doutores era uma coisa muito fechada, até pelos monitores serem meninos e ter menos mulheres participando à época (em 2016)". Ela explica que percebia haver um descrédito em relação ao que era dito pelas estudantes, mas que havia um esforço para não demonstrá-lo, apesar da manutenção das participantes em funções iniciais - atualização de mídias sociais, auxiliar de plantão, plantão, ancoragem. "Foi uma experiência muito diferente da segunda vez, em que me senti estimulada a fazer novas funções. (...) Como era do meu interesse e como tinha aquele estímulo, era mais fácil", afirma Dal Bosco (informação verbal)[24].

Entre 2019 e o início de 2020, ela desempenhou todas as funções do projeto em pelo menos uma transmissão, inclusive a narração. "Já

---

23 Entrevista concedida por CARLÊTO, Aline. [13 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

24 Entrevista concedida por DAL BOSCO, Maiara. [7 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

participei de transmissões em que a maioria da equipe era formada por mulheres e isso é uma alegria muito grande para mim. De eu ser âncora e ter duas comentaristas na bancada, ou plantão e uma repórter de campo, ou a própria narradora". A experiência em sua segunda passagem pelo projeto, segundo ela, ofereceu-lhe a confirmação de que as mulheres são capazes de desempenhar toda e qualquer função da transmissão.

A impressão anterior de incapacidade é reforçada por Mariana Siqueira, que esteve no projeto entre 2017 e 2019. "Desde o início, quando entrei, sempre me achava muito espectadora. (...) Eu não tinha muita coragem mesmo de falar alguma coisa, de dar alguma opinião" (informação verbal)[25]. Siqueira avalia que teve um crescimento grande até sua saída do projeto no início de 2020 - executou todas as funções e passou da dificuldade em se encorajar a atuar na reportagem em campo à prática recorrente da narração esportiva, servindo como exemplo às colegas, como citado por Dal Bosco (informação verbal)[26].

As estudantes foram, aos poucos, se tornando referência para as que chegam depois. Ainda participante do Doutores da Bola em 2020, Rauane Rocha está no projeto deste 2017 e explica (informação verbal)[27] que sua principal surpresa ao começar a participar das reuniões foi perceber que havia outras mulheres que se interessavam por esporte. "Eu assistia (futebol) com a minha irmã. O resto era sempre homem: meu pai, meus irmãos. Eu tinha essa visão de que eu era a única. Então, eu sempre falava sozinha." Outra percepção, segundo ela, foi de que, mesmo considerando-se tímida, seria possível atuar como jornalista expondo sua voz e sua imagem. A aluna afirma que ainda tem o hábito de se boicotar, o que a afastou durante um tempo de tentar a reportagem, também por ter ouvido que seu tom de voz não seria adequado para a função.

Segundo Rocha, uma das coisas que a levou a superar esse limite auto-imposto foi ouvir, também dentro do projeto, que era preciso e possível se acostumar com a própria voz. De acordo com a estudante,

---

25 Entrevista concedida por SIQUEIRA, Mariana. [7 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

26 Entrevista concedida por DAL BOSCO, Maiara. [7 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

27 Entrevista concedida por ROCHA, Rauane Maria. [8 jun. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

suas principais referências são as colegas que passaram pelo Doutores, mais do que jornalistas que atuam no mercado - do qual, ainda restam as referências masculinas. "Quando penso na narração, penso na Núbia (Alves) narrando. Lembro que a primeira vez que fui ao estádio comentar, foi ao lado da Aline (Carlêto). Outras referências são Daniela (Versiane), Mariana (Siqueira) e Tandara (Reis)". Em 2019, as últimas três estudantes citadas protagonizaram uma experiência nova nas transmissões. As três se revezaram na narração de partida entre Vila Nova e Atlético pela Série B do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Ausências

Se as entrevistas com ex-participantes do Doutores da Bola indicam que há um processo de consolidação do protagonismo feminino no projeto, com mais alunas tendo compreensão do cenário ainda sexista do jornalismo esportivo e mobilizando-se para serem agentes de transformação, experienciando, inclusive, todas as funções que as transmissões englobam, é possível perceber também a ausência de mulheres negras na história do Doutores. A falta de registros formais impede que seja contabilizada a quantidade de alunos e alunas que passaram pelo projeto, mas é possível perceber que a presença de estudantes negras é mínima.

Se para as mulheres, em geral, ainda há barreiras estruturais que dificultam a permanência no jornalismo esportivo ou mesmo o ato de experienciar a narração esportiva, por exemplo, para as mulheres negras, essa barreira ainda existe como impedimento para que cheguem a fazer parte do projeto em si. Algo que é perceptível também no mercado de trabalho. O tema foi levantado, por exemplo, pelo treinador de futebol profissional Roger Machado[28], que, questionou, em entrevista coletiva de 2019, após o jogo entre o Bahia, seu time, e o Fluminense, em que o tema racismo no futebol esteve presente: "nas conquistas pelas mulheres, por exemplo, hoje nós vemos mulheres no esporte (...) mas quantas mulheres negras tem comentando esporte? (...) se não há preconceito no Brasil, qual é a resposta que tem relacionado a isso? Para mim, nós vivemos um preconceito estrutural, institucionalizado".

28 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=9&v=_ltvioF-MUoY&feature=emb_logo. Acesso em: 18 jun. 2020.

Em novembro de 2019, um mês após as declarações do técnico, a jornalista Rafaelle Seraphim assumiu a função de comentarista em um programa televisivo.

> Ligar a TV e ver mulheres comentando futebol em rede nacional é raro, mas até acontece. Agora ligar a TV e ver uma mulher negra como comentarista na bancada era simplesmente impossível – até o último mês pelo menos. No dia 20 de novembro, simbolicamente a data em que se comemora a "Consciência Negra" no Brasil, Rafaelle Seraphim foi chamada pela primeira vez para integrar o time de comentaristas do Redação SporTV. Mas não parou na data comemorativa. Desde então, toda semana ela ocupa uma cadeira ali dando sua opinião sobre o que acontece no futebol aqui e pelo mundo.
>
> É sempre muito difícil cravar uma mulher como «a primeira» que fez isso ou aquilo no esporte, porque faltam registros de tudo o que já foi realizado por elas na história. Nunca se deu muita importância. Mas não há dúvidas de que Rafaelle, aos 29 anos, já é uma pioneira – se não foi a primeira mulher negra comentarista de futebol, ainda é a única atualmente. (MENDONÇA, 2019, on-line)[29]

A reportagem do Blog Dibradoras destaca a dificuldade que ainda há no jornalismo esportivo para que as mulheres ocupem algumas funções, como, no caso, o comentário esportivo e, como já destacado aqui, a narração de jogos, mas enfatiza principalmente a ausência de jornalistas negras na cobertura de Esportes. Por ser atividade no âmbito acadêmico diretamente relacionada ao mercado de jornalismo esportivo, o Doutores da Bola precisa estar mais atento a essa ausência buscando promover capacitação e inserção das estudantes que tenham interesse nessa área nas transmissões, mas necessita ainda mais abrir essas portas para as estudantes negras e investigar o que deve ser feito para que elas tenham mais oportunidade no projeto.

---

29 MENDONÇA, Renata. 'Quero que meninas pretas olhem para mim e vejam que podem ser as próximas'. **Blog Dibradoras - UOL**. São Paulo, 4 dez. 2019. Disponível em: <https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/12/04/quero-que-meninas-pretas-olhem-pra-mim-e-vejam-que-podem-ser-as-proximas/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Considerações finais

A partir das entrevistas feitas com mulheres que participaram do projeto Doutores da Bola, realizado pela Faculdade de Informação e Comunicação da UFG em parceria com a Rádio Universitária, em diferentes momentos, foi possível contar a história do programa, que completa em 2020 seus 20 anos de transmissões esportivas, em uma perspectiva inédita. Destaca-se, a partir das informações fornecidas, a ênfase dada pelas profissionais ao aprendizado relativo à improvisação exigida pelo "ao vivo", que se tornou útil mesmo para quem não construiu carreira profissional no jornalismo esportivo. Segundo Almeida (informação verbal)[30], "dificilmente alguma outra experiência seria tão na prática como foi com o Doutores".

Para além disso, é possível perceber que o projeto se torna espaço e porta para as mulheres que têm interesse em atuar no Jornalismo Esportivo, algo não visto no mercado de trabalho, em que a participação feminina já existe, mas ainda é tímida. Alves (informação verbal) [31], por exemplo, lembra que entre 2015 e 2017, quando participava do Doutores da Bola, houve muitas transmissões em que ela era a única mulher atuando como repórter de rádio durante o jogo de futebol que a equipe estava cobrindo - incluindo as rádios comerciais.

> Historicamente, esta área do jornalismo tem deixado a mulher à margem de suas narrativas. Coelho (2004) destaca que até a década de 1970 era quase impossível encontrar mulheres no jornalismo esportivo. Embora muito já se tenha conquistado, o autor aponta que hoje apenas 10% dos jornalistas esportivos são mulheres. (JOHN, 2014, p. 502-503)

Não foi encontrada pesquisa que dê esse percentual exato e considerando a realidade realmente atual em 2020, mas em pesquisa feita pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) em parceria com a organização Gênero e Número, em 2017, sobre Mu-

---

30 Entrevista concedida por ALMEIDA, Caroline. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

31 Entrevista concedida por ALVES, Núbia. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

lheres no Jornalismo Brasileiro, identificou-se que, considerando a sobrerrepresentação de homens como editores, há ainda "uma certa divisão do trabalho jornalístico conforme os antigos estereótipos que apontam que os homens são mais aptos a trabalhar em áreas como esportes e tecnologia" (MAZOTTE; TOSTE, 2017, p. 9). Além disso, Rufino (informação verbal)[32] reforça como esse cenário está presente em Goiás. Ela confirma que o Doutores é "uma forma de as meninas entrarem" em um mercado que, localmente, é ainda mais tímido que o nacional. "No jornalismo goiano, a gente tinha avançado um pouco mais e parece que recuamos."

Siqueira (informação verbal)[33] avalia que o contato com jornalistas que atuam na área, por meio das transmissões do Doutores, mostrou a ela que muitas mulheres que estão no ramo não "têm consciência de que a mulher não é tão bem-vinda no esporte". As vivências sexistas são encaradas por essas profissionais, segundo Siqueira, como brincadeiras ou coisas do tipo. Outras já têm mais consciência a respeito do que vivem, o que tem efeito no comportamento. "Tendo essa informação que o Doutores constrói nas mulheres - e nos homens também, que são parte do problema, então têm papel nessa questão - ajuda bastante na construção da opinião das pessoas" (informação verbal)[34].

Alves (informação verbal)[35] percebe que a prática proposta pelo projeto possibilita um enfrentamento dos preconceitos. "A gente passa a enxergar outras mulheres nessas mesmas posições com plena capacidade". É perceptível a partir dos relatos das ex-participantes que houve uma evolução da percepção das ações sexistas veladas e das estruturas que movimentam as práticas do jornalismo esportivo. As questões relativas ao machismo estão mais presentes no discurso das estudantes que se formaram mais recentemente, assim como reconhece Parreira:

---

32 Entrevista concedida por RUFINO, Ione Chagas. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

33 Entrevista concedida por SIQUEIRA, Mariana. [7 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

34 Entrevista concedida por SIQUEIRA, Mariana. [7 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

35 Entrevista concedida por ALVES, Núbia. [14 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

> É fácil, com meu olhar de hoje, julgar aquela época. (...) Mas é claro que, hoje em dia, eu problematizo muito mais do que aconteceu na minha época de Doutores. (...) Era muito comum que algumas pessoas fizessem determinadas funções. Isso, na verdade, é uma bobagem, porque a gente teve, por exemplo, uma grande comentarista mulher do Doutores, que era a Lucimeire Santos. Eu via a Lucimeire comentando e pensava: 'nossa, quero comentar assim'. Só que nunca também me propus a fazer isso. Talvez seja um pouco injusto eu dizer que não tive espaço, mas o machismo não é assim. ele tem suas sutilezas. Então, às vezes, a gente pode ser inibida sim a fazer determinada função por causa de algo que já está pré-estabelecido. (...) Claro que ninguém fala: "você não pode fazer isso". Na verdade, vão dizer o contrário. O Doutores sempre foi muito aberto a dar espaço para todo mundo. Esse é o propósito do projeto, na verdade. Mas a gente tem que olhar com um pouquinho de desconfiança também. (...) Olhando o projeto hoje em dia, eu percebo que tem muitas mulheres. É ótimo. Não sei dizer se elas têm mais espaço, mas talvez tenham mais confiança em si mesmas para fazer tudo que precisa e que querem. Acho que se lançam mais aos desafios, talvez. (PARREIRA, 2020, informação verbal)[36]

Parreira avalia que, de alguns anos para cá, as mulheres passaram a se posicionar mais. "O ambiente é muito mais propício para que todas se unam para levantar a sua voz". Assim, revela-se o caráter inclusivo do Doutores da Bola e reforça-se - como explica Duarte (2017) que a proposição de recomendações é característica de pesquisas desenvolvidas com o uso da técnica de entrevista em profundidade - a necessidade de que o projeto não só continue a ser espaço para a atuação de mulheres no jornalismo esportivo, como deve ter orientação ativa no processo de inclusão, sim, de mulheres, mas também contra a perpetuação de ausências e práticas racistas e homofóbicas na área profissional a que diz respeito.

---

36 Entrevista concedida por PARREIRA, Paula. [20 mai. 2020] Entrevistadora: Daniela Figueredo Versiane. Goiânia, 2020.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Gabriela Starneck Lopes de; PAVAN, Ricardo. Os laboratórios de jornalismo na Rádio Universitária: relatos de uma experiência de aprendizagem singular. In: MAIA, Juarez Ferraz de; PAVAN, Ricardo; FARIAS, Salvio Juliano Peixoto (orgs.). **Estudos Contemporâneos em Jornalismo (Coletânea 7).** Goiânia: Gráfica UFG, p. 153-171, 2019.

BRUM, Adriana; CAPRARO, André Mendes. Mulheres no jornalismo esportivo: uma "visão além do alcance"? **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 959-971, out/dez 2015.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed.. São Paulo: Atlas, p. 62-83, 2017.

GURGEL, Anderson. Desafios do jornalismo na era dos megaeventos esportivos. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 32/33, p. 193-210, jun/dez 2009.

JOHN, Valquíria Michela. Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres 2012. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n.2, p. 498-509, jul/dez 2014.

MAZOTTE, Natália; TOSTE, Verônica. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Abraji, 2017. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

PAVAN, Ricardo. 15 anos de Doutores da Bola: desafios para o ensino laboratorial do jornalismo esportivo nas coberturas ao vivo. In: MAIA, Juarez Ferraz de; PAVAN, Ricardo; FARIAS, Salvio Juliano Peixoto (orgs.). **Estudos Contemporâneos em Jornalismo (Coletânea 3).** Goiânia: Gráfica UFG, p. 179-192, 2015.

PEREIRA, Daiane de Arruda; RITTER, Eduardo. **A inserção das mulheres no jornalismo esportivo: análise do movimento #DeixaElaTrabalhar através dos sites Globo Esporte e El País**. Tra-

balho apresentado no XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Porto Alegre, 2019.

ROCHA, Nilton José dos Reis; LACERDA, Carlos Felipe; OLIVEIRA, Lourdes Souza de; MENDES, Leandro de Sousa. **O gol, o jornalismo e os preceitos da academia: um casamento regido pela emoção e o incompreensível.** Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, 2001.

ROCHA, Nilton José dos Reis; LACERDA, Carlos Felipe; MARTINS, Gabriela Vicente; NEIVA, Isabella; BOZETI, Júlio Roberto Lacerda; MENDES, Leandro de Sousa; DAVID, Petras de Sousa. **A reconstrução do jornalismo esportivo, o movimento social e a academia: uma experiência educacional unindo teoria e prática no compromisso com a sociedade.** Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador, 2002.

SCHINNER, Carlos Fernando. **Manual dos locutores esportivos: como narrar futebol e outros esportes no rádio e na televisão**. São Paulo: Panda Books, 2004.

Relato:
Videodocumentário 'Cárcere e Ofício'

Maria Flora Ribeiro Costa
Luiz Phillipe de Araújo Barbosa

O videdocumentário Cárcere e Ofício é resultado de uma ação de extensão universitária, produzido por alunos do curso de jornalismo da UFG, de cunho cientifico, o qual teve por objetivo analisar os aspectos da (res)significacação do trabalho para pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de pena, que exercem algum tipo de atividade laboral dentro do ambiente prisional em GO. Para tanto, as observações in loco foram realizadas dentro de um galpão de produção de diversos ramos de atividades instalados numa área conhecida como Indústria, dentro do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. No local, trabalham mais de 300 presos entre mulheres e homens, condenados do regime fechado, na confecção de produtos manufaturados, artesanais e industrializados. Boa parte responde pelos crimes de furto, roubo e tráfico de drogas.

O relato a seguir pretende expor a experiência vivida por um grupo de alunos do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás (UFG) dentro do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, onde estão instaladas seis unidades prisionais, que juntas somam quase quatro mil presos, com a maior aglomeração de detentos em Goiás. No local nomeado Indústria, um grande galpão que abriga dezenas de espaços fabris, com fabricação do próprio Estado e empresas privadas parceiras, trabalham mais de 300 homens e mulheres que cumprem pena em regime fechado.

Com isso, o projeto busca instigar a reflexão sobre perspectivas e (res)significações do trabalho para quem está privado de liberdade. Os depoimentos, boa parte deles, apresentam uma relação emocional imediata com o trabalho e relatam percepções sobre: a sensação de liberdade (visto q por um instante, estão longe das celas e do ócio da prisão e do coletivo da cela); perspectivas da qualificação profissional para o pós-cárcere (o sonho de ter um emprego quando sair da prisão); autonomia (não depender do crime para sobreviver quando saírem, mas lá dentro também já é possível o sentimento de se sentir capaz), autoestima, cidadania e dignidade, entre outros. Mas, além disso, eles também falam do resgate da confiança familiar na capacidade deles de mudança para uma vida fora do crime, tendo o trabalho como o mecanismo significativo dessa "reviravolta", mesmo sendo dentro da prisão.

Deste modo, o trabalho buscou examinar até que ponto o trabalho é capaz de provocar novos significados e de construir novas identidades para indivíduos presos envolvidos em algum tipo de atividade laboral dentro do próprio cárcere, na busca também de investigar se essa ocupação interfere de alguma maneira na formação ou mudança da identidade do individuo em situação de reclusão. Ou seja, a interrelação posta entre trabalho e dignidade e a prisão.

(Res)significar

O conceito de (res)significar parte do verbo transitivo que caracteriza a ação de atribuir um novo significado a algo ou alguém. Ele está relacionado com o processo de ressignificação, um método

da neurolinguística que faz com que as pessoas possam dar novos significados a acontecimentos da vida, a partir da sua mudança na percepção do mundo. Muito comum na psicologia, este processo de ressignificar utiliza várias técnicas para fazer as pessoas mudarem suas percepções da vida e agirem de maneira que suas atitudes contribuam para um mundo mais agradável. São signos e significados que se compõem numa dialética lógica. E isto só é possível a partir do momento em que atos conseguem mudar o significado de algo já realizado, para que as respostas e o seu próprio comportamento também possa se modificar.

A (res)significação, assim disposto com o radical em parênteses é posta aqui propositalmente para provocar a reflexão sobre a tensão entre significar e ressignificar, ora um, ora outro, ora ao mesmo tempo, sendo posto como um elemento importante no processo criativo, onde a habilidade de atribuir novas importâncias a um evento comum se torna útil e propicia prazer às pessoas.

Para a área da comunicação, por exemplo, o ato de ressignificar tem significados muito diferentes dependendo do contexto em que ele se manifesta. Normalmente, a partir da ressignificação cultural, por exemplo, se pode atribuir novas funções e interpretações a obras de arte, músicas, filmes, etc. O verbo ressignificar pode ser substituído por sinônimos como redefinir, transformar, transmutar, etc. Nesse contexto, como isso ocorre na relação preso e trabalho dentro do cárcere?

A questão problema que orientou este trabalho indaga sobre as percepções destes presos relacionadas às atividades laborais que desenvolvem e as conexões possíveis entre os valores que creditam ao trabalho e a condição de encarcerados. Nesse sentido, foram trabalhadas questões relacionadas sobre as vivências e experiências do trabalho fora e dentro do cárcere, perspectivas futuras, opiniões quanto à importância e dessabores do trabalho na prisão, sugestões e reclamações, o que mudou a partir do momento que ele começou a trabalhar na indústria, como a família dele observa a ocupação dele na prisão, como ele percebe a importância do trabalho dele para a sociedade e para o Estado, como o trabalho interfere na disciplina e comportamento dele na prisão, entre outras. Objetivos Quantitativos Qualitativos.

Início

Foi a partir de provocações teóricas, aliadas às discussões e inquietações vividas na graduação, que começamos a dar os primeiros passos na construção do que viria a se consolidar como o documentário "Cárcere e Ofício". Enquanto futuros jornalistas, o papel da comunicação sempre se fez presente entre as discussões acadêmicas do curso, sendo demonstrado, entre vários aspectos, como elemento marcante na produção de sentidos da estrutura social.

Para Carey (1973), a comunicação é um processo simbólico que mobiliza a produção de realidade, ao mesmo passo que pode ser elemento de interferência nas narrativas já postas, reparando-a ou transformando-a por completo. Ao discutir o papel da mídia nessa relação, Cruz (2008. p. 2) destaca que a interferência vai muito além da cobertura e divulgação das notícias: "Ela mobiliza as pessoas a pensar e agir sobre os fatos noticiados".

Nesse sentido, refletir sobre segurança pública através da comunicação pode ser de grande valor, já que o tema tem evidência cada vez mais marcante na divulgação midiática, que explora as pautas que perpassam violência e os desdobramentos para a vida da população (CRUZ, 2008).

> [...] através da divulgação, a mídia estimula debates sobre Segurança Pública e influencia a opinião pública sobre o sentimento de segurança ou insegurança pública, alterando a quantidade e a qualidade de ideias disponíveis sobre o tema na sociedade (CRUZ, 2008, p. 2).

Cárcere

Em artigo sobre a relação mídia e cárcere Maurey (2018) nos propõe questões cruciais indagando a forma como a figura do sistema prisional é construída e se há espaço para representações distintas.

> [...] essa tarefa de análise se torna uma ferramenta fundamental, pois a partir dela podemos iluminar pontos de suma importância para a compreensão da essência

> do que está sendo produzido, reproduzido e transmitido sobre criminalidade e punição para as variadas audiências (MAUREY, 2018, p. 3)

Dessa forma, refletir sobre o sistema prisional se mostrara de enormes possibilidades enquanto produção constituída por estudantes de jornalismo, de modo a propiciar produção acadêmica que contribui na formação de uma mídia mais crítica sobre si e os elementos que fazem parte de sua rotina.

Ao definirmos os nortes da nossa produção, delimitamos buscar compreender um dos ângulos não explorados anteriormente por produções acadêmicas em vídeo. Dessa forma, na elaboração do projeto, definimos como objeto de estudo as significações e ou as ressignificações do trabalho desenvolvido por indivíduos privados de liberdade em custódia do Estado.

De um modo geral, o trabalho científico utilizou ferramentas de comunicação audiovisual, sob a teoria do Jornalismo, Direitos Humanos e acerca das problemáticas do atual sistema carcerário brasileiro, com enfoque nas medidas de reinserção social as quais os detentos são condicionados.

Desta forma, o grupo foi estimulado às leituras de obras sociológicas que tratam temas como a violência criminal, Estado liberal e segurança pública, prisões e a relação com o castigo, trabalho, entre outras, afim de que pudessem ampliar o conhecimento e a reflexão crítica sobre o universo que iriam observar cientificamente, com o objetivo de um maior proveito intelectual para um videodocumentário que conseguisse apresentar melhor a densidade da problemática.

Sobre os estudos que alicerçaram o início prático, observou-se a necessidade de entendimento sobre os dispositivos legais que permeiam o tema, de forma a delimitar em quais elementos se figuram direitos e deveres, o que é papel do Estado e o que poderia vir a ser entendido como omissão. Com essas questões, um questionário geral foi elaborado, chegando a questões chaves, sendo as respostas perseguidas no decorrer da coleta de informações junto aos personagens sociais.

Para compreensão do tema, alguns itens podem ser destacados, tendo a produção partido da busca por conceitos como o de “pena”, que no universo da segurança pública, autores como Oliveira (2010) e Machado (2016) destacam ser um mecanismo com diferentes papéis. As obras dos autores revelam que a pena é, sobretudo, uma espécie de ferramenta utilizada de forma a demonstrar poder tanto para inibir novas ações de

criminosos como tentativa de usá-los de exemplo ao resto da sociedade. Ademais, quando essas penas resultam em reclusão, o Estado prevê mais um papel da condenação: a promessa de ressocialização do indivíduo a partir de sua custódia. Nesse sentido, Machado (2008) explica que:

> [...] o tratamento dos condenados a uma pena ou medida privativa de liberdade deve ter por objetivo, na medida em que a lei permita, incentivar a vontade de viver conforme a lei e manter-se como o produto do seu trabalho, devolvendo-lhes o sentido de responsabilidade os incentivando a desenvolver respeito por si mesmos (MACHADO, 2008, p. 34)

Na consolidação desses pilares, a Lei de Execução Penal, instituída em 1984, regimenta todo o cumprimento da pena, sendo a parte da execução considerada a mais importante fase do direito punitivo. Machado (2008) destaca que a Lei de Execução Penal é considerada uma das mais avançadas do mundo e considera que se seus regimentos fossem cumpridos integralmente seria propiciado maior ressocialização, sendo essa a base teórica da Lei.

Desse modo, podemos concluir que a Lei de Execução Penal possibilita a reclusão concomitantemente enquanto retira o apenado da ociosidade com garantidas como: direitos, deveres, trabalho, tratamento de saúde física, integridade moral e acompanhamento religioso.

Ao nosso produto, importava ainda mais entender sobre o item 'trabalho', que seria abordado como central às discussões. Sobre isso, Machado (2016) sinaliza que ainda há discussão se o trabalho no âmbito do cárcere se configura direito ou dever. Na sequência, o autor diz que a partir da leitura do artigo 31 da Lei de Execução Penal, que prevê que "condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade" a resposta tende a ter configuração de dever.

> O art. 28 ajuda nessa conclusão ao dizer que o trabalho do condenado deve ser encarado como dever social e condição de dignidade humana, tendo ainda finalidade educativa e produtiva. Contudo, para alguns penalistas renomados, entre os quais destacamos Celso Delmanto, o trabalho é, ao mesmo tempo, direito e dever dos presos (MACHADO, 2016, p. 9).

Pré-produção

Com as perspectivas dadas, foi analisada a priori a realidade de Goiás, sendo elucidado a partir de dados da Diretoria Geral de Administração Penitenciária de Goiás existir cerca de 300 vagas para os quase 4 mil presos do regime fechado, somados os presídios feminino e masculino. Entender o porquê desse descompasso entre legislação e prática se tornou ponto que permeia os pilares do trabalho, questionando se há efetividade no modelo e o porquê da implementação sinalizar-se morosa.

Para além das complexidades técnicas encontradas, um item se mostrou de relevância destacada: os indivíduos ali presentes, cada qual com sua história. Nesse sentido, falar refletir sobre reeducação não poderia ser feito de modo a excluir as especificidades e discutir o sistema como um único. Mostrou-se necessário, por exemplo, pensar a ressocialização e reeducação de quem jamais fora socializado ou educado.

> [...] pois, na maioria das vezes, trata-se de pessoas literalmente excluídas da sociedade antes mesmo de serem encarceradas; pessoas que não tiveram muitas oportunidades, nem tampouco conseguiram manter a dignidade de vida e acabaram por enveredar no mundo marginal, como única alternativa possível dentro de um universo limitado de opções (OLIVEIRA, 2010, p. 5)

Considerando isso e demais questões já expostas, optou-se em serem os apenados as principais vozes do documentário. Dessa forma, a construção do produto utiliza as demais entrevistas, o que inclui representantes de empresas, diretor de um dos presídios e supervisor da área de serviços, com o propósito único em responder pontos estruturais e de organização que nos seriam instigados no decorrer da produção, decidindo tomar esses relatos no terceiro dia de gravação - o último, como detalha o próximo item.

Para as entrevistas, ficou estabelecido modelo aberto, com perguntas norteadoras usadas apenas quando necessárias. Com essa forma de entrevista há possibilidade de enriquecimento informativo no que Medina (2001) chama de modelo "sem camisa de força do questionário fechado". Assim, "o centro do diálogo se desloca para o entrevistado; ocorre liberação e desbloqueamento na situação inter-humana e esta relação tem condições de fluir; atinge-se a autoelucidação" (MEDINA, 2001, p.12).

Ainda entre as teorias sobre produção documental que nos nortearam, Melo, Campos e Morais (2001) destacam que o tom de explicação que o gênero carrega se difere de reportagens em pontos como a subjetividade, que segundo os autores é parte presente dos documentários. Em diálogo a isso, optou-se por pequenas considerações narrativas ao longo do documentário, de forma a cumprir seu caráter jornalístico, amarrando os itens, de forma a reforçar algumas mensagens que se fizessem necessárias, já que, como um gênero autoral, é possível dispor de elementos subjetivos.

Produção e pós-produção

Sob orientação das professoras Ms. Flora Ribeiro, doutoranda em Direitos Humanos – Especial Segurança Pública/Direito/UFG e Dra. Rosana Borges, a equipe foi composta pelos estudantes Caroline Mota, Gabriela Tavares, Lara Fernandes, Luiz Phillipe Araújo, Matheus Oliveira, Pedro Alexandre, e Thauany Melo. Todas as etapas do projeto receberam apoio técnico do Laboratório de Produções Audiovisuais e Televisivas Integradas (Telelab-UFG), sendo fundamental para a execução do mesmo.

Todo o processo para autorização e gravação dentro do presídio cumpriu um protocolo formal determinado pela administração penitenciária em GO. Além disso, foi aberto também um processo administrativo paralelo no Tribunal de Justiça de Goiás, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Goiânia, para que a juíza titular dessa Vara, Telma Aparecida, autorizasse as gravações.

Importante destacar que entre os acordos firmados na etapa de pré-produção, um se reflete elemento marcante do produto final: a não identificação dos reeducandos. Esse item é resultado de assinatura de termo entre produção e direção do complexo prisional, que visa a proteção aos apenados dentro e fora do presídio, já que estão sob tutela do Estado. Esse acordo foi resolutivo para a realização do documentário, sendo condição prevalecente determinada pela administração penitenciária.

Com essa exigência, a discussão sobre as possibilidades de enquadramentos e ângulos esteve entre os itens mais complexos da preparação para as gravações, de forma a buscar estratégias que pudessem enriquecer a dinâmica das imagens, já que os rostos não poderiam ser filmados.

Por não termos conhecimento prévio sobre os reeducandos, o pré-roteiro foi calcado em perguntas gerais que seriam cruciais para a construção da narrativa, o que foi adaptado durante as entrevistas conforme o desenvolvimento de cada entrevistado.

Após toda a pré-produção, com o apoio logístico de equipamentos e transporte da universidade, foram feitas as visitas ao Complexo Prisional de Aparecida, respeitando os horários permitidos e as regras de segurança impostas para ordem e disciplina do local, estando os alunos também resguardados pela segurança necessária feita por servidores penitenciários do local.

Durante os três dias de gravações, focamos os dois primeiros em realizar as entrevistas com os detentos, de forma a cumprir o que havia sido previamente estabelecido no trabalho, deixando o terceiro dia para entrevistar os supervisores e interlocutores do Estado, de forma a sanar dúvidas percebidas pela equipe entre as informações levantadas nos dias anteriores.

Ao final de cada dia de gravação, a equipe se reunia para avaliação do material, refletindo tanto sobre a parte das entrevistas como sobre as imagens de apoio, de forma que tivéssemos segurança se havíamos alcançado os objetivos, já que requerer mais dias de gravações não fazia parte dos horizontes da produção, dada a burocracia envolvida. Com a conclusão dessa etapa, totalizaram-se mais de 30 horas em material bruto.

Com o fim das gravações, começamos o processo de pós-produção. Para isso foi feito um longo processo de checagem do material, separando-o por categorias que correspondiam à sequência narrativa determinada pelo grupo. Com a montagem finalizada, foram feitas correções de cores, áudios e aplicações de cortes e efeitos que atestassem que estávamos seguindo a determinação da não identificação dos rostos dos reeducandos.

A trilha sonora da peça documental é curta, de forma a contar com apenas três composições. As músicas são usadas principalmente como marcadores, separando os momentos de cada ato da obra. Após a conclusão da edição, foi criado o texto para narração com informações sobre o assunto, para condução do espectador na narrativa e no ambiente filmado, de forma que não se tornasse descritivo, mas complementador.

O título “Cárcere e Ofício” foi pensado após a conclusão total. A palavra “ofício” foi escolhida por abranger duas definições que interessam ao documentário. O sentido amplo remete à palavra “emprego”, em

paralelo, pensou-se ainda como sinônimo de "finalidade", que unida a "cárcere" pretende provocar reflexão sobre o papel do encarceramento.

Com pesquisas nos meios acadêmicos sobre produtos similares, o documentário "Cárcere e Ofício" pode ser considerado inédito no país quando levado em conta que é resultado de um trabalho de estudantes de jornalismo. O grupo teve acesso a uma parte do "expurgo social", a uma realidade que a sociedade no geral não conhece por dentro. O ambiente é de dor, tristeza, desprezo, carregado de muito preconceito, estereótipo, desprovido de valores e direitos humanos, carregado

Espera-se que o registro documental, amparado por discussões teóricas, possa ter iniciado um novo processo de reflexões sobre o cárcere, de forma a quebrar narrativas já estabelecidas, humanizando o tema entre a sociedade e dispondo de elementos que corroborem como cobrança ao próprio Estado, ao passo em que tanto demonstra pontos de efetividade como sinaliza as deficiências ainda existentes.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Marcia. **O documentário e a prática jornalística.** São Paulo: Revista PJ:BR, 2006.

CAREY, Jame, **A cultural approach in communication**. Urbana-Champagn, Institute of Communications Research, University of Illinois, mimeo. 1973.

CRUZ, T. M, F. **Mídia e Segurança Pública:** a influência da mídia na percepção da violência. Juiz de Fora: Lumina, 2008

MACHADO, B. M. Jr. **O trabalho do preso como fator de ressocialização e sua natureza jurídica**. Curitiba: VOL, 2016

MACHADO. S. J. **A ressocialização do preso a luz da lei de execução penal**. Biguaçu: 2008.

MAURE, Andrey. **Mídia e Cárcere:** A Reprodução Ideológica do Sistema Prisional em Carcereiros. Rio de Janeiro: Intercom, 2018.

MEDINA, C. C. de A.. **A arte de tecer o presente:** narrativa e cotidiano. 1. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MELO, C. T. V. M; GOMES, I. M.; MORAIS, W. **O documentário jornalístico, gênero essencialmente autoral**. Campo Grande: Intercom, 2001.

OLIVEIRA, P. J. J. **Direito ao trabalho do preso:** Uma oportunidade de ressocialização e uma questão de responsabilidade social. São Paulo: Revista Eletrônica PUC SP, 2010.

LABORES
ANCA

Autoras & autores

Adriana Moraes é professora substituta no curso de Jornalismo da FIC/UFG, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás, jornalista com experiência em Telejornalismo e Assessoria de Comunicação.

Alfredo José Lopes Costa é professor de Jornalismo na FIC/UFG, doutorando no Programa wde Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura Contemporânea da Faculdade de Comunicação e Artes da UFMT (ECCO/FCA), jornalista (UFF), membro do grupo de pesquisa em Comunicação e Cidade - Interfaces Interdisciplinares (Citicom/UFMT).

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer é professora e pesquisadora do curso de Jornalismo da FIC/UFG. É pós-doutora em Comunicação pela UFRJ e doutora e mestra em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Jornalista formada pela UFRJ com experiência em Telejornalismo.

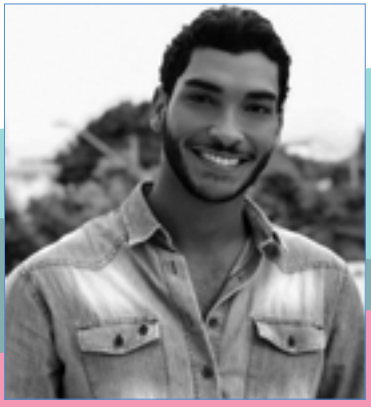
Ana Paula de Castro Neves é mestranda em Direitos Humanos do Programa de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH) da UFG. Graduada em Direito (Bacharelado- 2004) pela UFG.

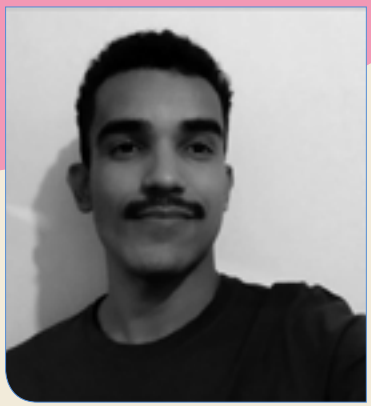
Ângela Moraes é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG. Tem mestrado e doutorado em Letras e Linguística pela UFG, com ênfase em análise de discurso, e pós-doutorado em Comunicação pela UnB, na linha jornalismo e sociedade.

Angelita Pereira de Lima é professora do Curso de Jornalismo e do do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PGIDH/UFG). É diretora da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Doutora em Geografia, mestre em educação brasileira, bacharel em Jornalismo.

Bernadete Coelho de Sousa, radialista, jornalista, especialista em assessoria de comunicação e marketing, mestre em comunicação, doutoranda em comunicação. Com experiência profissional de 26 anos em rádio, TV, e passagens pela internet e impresso.. Atualmente professora da Escola de Comunicação da PUC Goiás, ministrando aulas no curso de jornalismo.

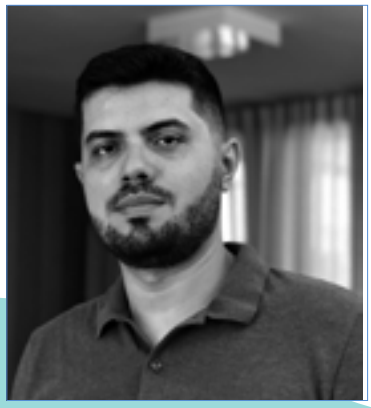
Bruno Mardson é bacharel em Biblioteconomia e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da UFG. Integra o Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença, onde desenvolve estudos sobre racismo e antirracismo, além de se interessar por pesquisas em sexualidades, gênero, letramento informacional e comunicação. Bolsista CAPES-CNPQ.





Cainã Marques Lopes é jornalista formado pela Universidade Federal de Goiás e participante do grupo de estudos e pesquisa - Contrução de Fatos Socias, do curso de psicologia da PUC Goiás. Atualmente é mestrando na área de Ciências da Religião na PUC-GO, com estudos voltados à área de teologia política e seu entrelaçamento com o governo brasileiro.

Natural de Sagarana (MG), Daniela Versiane é estudante de jornalismo da UFG, é apaixonada por radiojornalismo e esportes, e atual monitora do Doutores da Bola, com experiências na Rádio Universitária 870 AM e na CBN Goiânia.



Edson Francisco Leite Junior é doutorando e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (PPGCOM/FIC/UFG), jornalista (UFG), tem experiência em produção de TV, jornalismo impresso e assessoria de imprensa.

Guilherme Lucian é doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG; É mestre (2015) e bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela mesma instituição (2013).

Kalyne Menezes é jornalista. Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing pela UFG. Mestra e doutoranda em Comunicação, Cultura e Cidadania, UFG. Membra dos grupos de pesquisa “Mídia, Imagem e Cidadania” e “História da Comunicação em Goiás”, CNPq.

Juarez Ferraz de Maia é professor associado da UFG. Graduado em jornalismo pela Universidade de Bruxelas (Bélgica) e doutor em Ciência da Informação e da Comunicação pela Universidade Paris 8 (França). Trabalhou por mais de vinte anos na República de Moçambique, onde exerceu várias funções, dentre elas a de diretor do Gabinete de Comunicação Social.

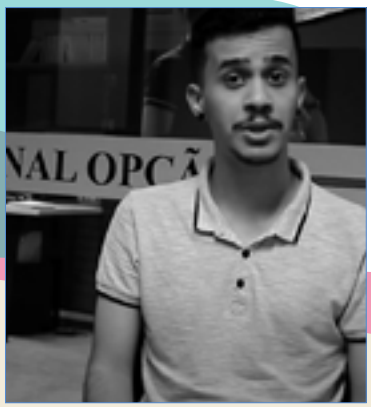
Lisbeth Oliveira é doutora em Comunicação pela Alpen-Adria Universität Klagenfurt e mestre em Fotografia Documental pela Universidade de Viena, Áustria. Bacharel em Com. Social - Jornalismo pela UFG, onde integra o corpo docente desde 1998. Líder e fundadora do Núcleo de Pesquisa em Teoria da Imagem (NPTI/CnPq/UFG).

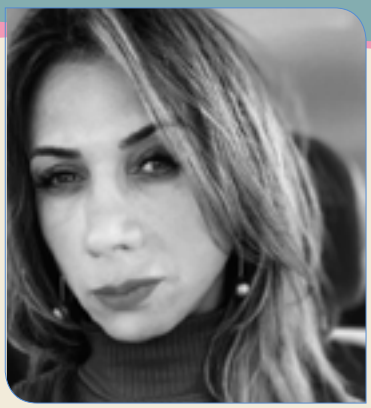
Luca Bussotti, italo-moçambicano, é diretor da Pós-Graduação na Universidade Técnica de Moçambique, investigador no CEI-IUL ISCTE (Lisboa) e investigador sénior no Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC). Conta com inúmeros artigos publicados em revistas internacionais e cerca de 20 livros da autoria ou organizados, entre os quais *Media Freedom and the Transition Era in Mozambique* (1999-2000).

Luciene de Oliveira Dias é doutora em Antropologia pela UnB. mestre em Ciências do Ambiente, especialista em Estudos Culturais e professora da UFG, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordenadora do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença.

Luiz Signates é doutor em Comunicação/ ECA-USP. Docente dos cursos de Jornalismo da UFG e da PUC-Goiás, e dos PPGs Comunicação/UFG e Ciências da Religião/PUC-Goiás.

Luiz Phillipe Araújo é estudante de jornalismo da UFG, já foi diretor-geral do Centro Acadêmico de Jornalismo, monitor do Laboratório de Produções Audiovisuais e Televisivas Integradas (Telelab), com experiência em jornalismo impresso e digital no Jornal Opção e no jornal O popular.



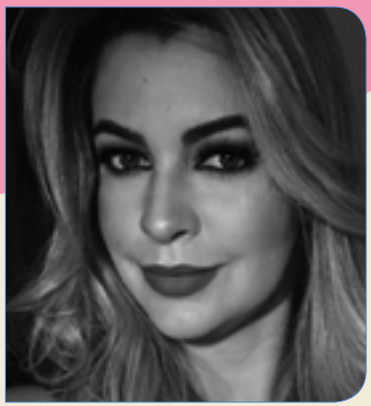


Maria Flora Ribeiro Costa é ornalista e professora do Curso de Jornalismo da UFG, mestre em Educação Brasileira pela UFG e doutoranda em Direitos Humanos e Segurança Pública- Direito pela UFG

Marialva Carlos Barbosa é professora Titular de Jornalismo da UFRJ, possui mestrado e doutorado em História pela UFF. Foi presidente da Intercom (2014-2017). Organizou dezenas de livros e publicou dezenas de capítulos de livros em obras no Brasil e no exterior. No momento coordena a Rede de Pesquisadores de História da Imprensa no Brasil do século XIX. É co-coordenadora da Rede de Pesquisadores de História Conectada da Comunicação na América Latina.

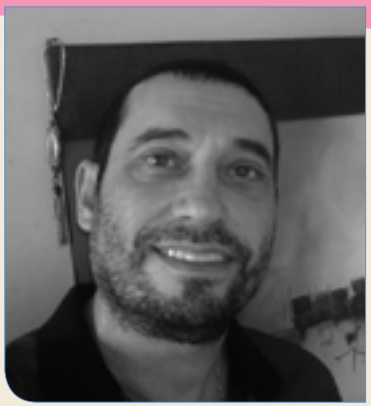
Milena dos Santos Marra é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG (PPGCOM). Graduou-se em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB).

Rakell Dhamarys é advogada, graduada em Direito pela Faculdade Padrão (2014). Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário - PUC Goiás (2016). Especialista em Direitos Humanos, Democracia e Cultura - UFG (2018). Mestre em Direitos Humanos pela UFG (2020). Doutoranda Direitos Humanos pela UFG (2020).



Raphaela Xavier de Oliveira Ferro é mestra em Comunicação pela UFG, onde também concluiu a especialização em Assessoria de Comunicação e Marketing. Como repórter, atuou nos jornais goianos Tribuna do Planalto e O Popular, em coberturas de Educação e Esportes, respectivamente. Entre 2018 e 2020, foi professora substituta no curso de Jornalismo da UFG.

Rosana Maria Ribeiro Borges é pós-doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da UFG, mestre em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da UFG, bacharel em Comunicação Social pela UFG. É professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM - Linha Mídia e Cultura) e ao Curso de Jornalismo da FIC/UFG, onde atualmente é coordenadora do PPGCOM.



Ricardo Pavan é doutor em Comunicação pela Unisinos (RS), docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da FIC/UFG. Atua na linha de pesquisa Mídia e Cultura, com ênfase às análises das matrizes comunicativas presentes nas articulações das culturas de massa, midiática e popular. É coordenador do curso de Jornalismo da UFG.

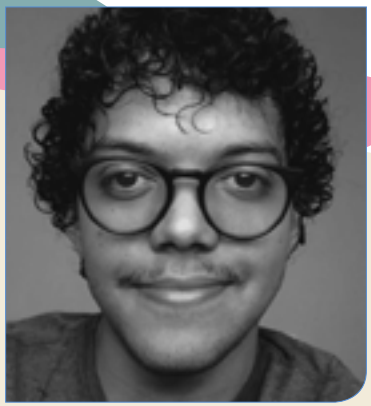
Salvio Juliano Peixoto Farias é graduado em Comunicação Social-Jornalismo e Artes Visuais-Design Gráfico na UFG. É mestre em Cultura Visual pela FAV/UFG. Atualmente é secretário de Comunicação e docente do curso de Jornalismo dessa mesma Universidade. Integra o Núcleo de Pesquisas em Teoria da Imagem (NPTI).

Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso é moçambicana, doutora em Ciências da Comunicação , mestre em Comunicação para o Desenvolvimento e Licenciada em Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Católica de Moçambique. É Graduada do curso de liderança em comunicação estratégica para saúde pela Universidade A Politécnica em Maputo.

Solange Franco é jornalista, professora do curso de Jornalismo da UFG. Doutoranda em Ciências Ambientais, mestre em Geografia e especialista em Educação Ambiental, foi repórter, apresentadora e editora em telejornalismo. Atua nas áreas de audiovisual, meio ambiente, além de jornalismo especializado nas áreas de consultoria política, comunicação estratégica e campanhas político-institucionais.

Thales Rafael Rodrigues de Moura é mestre em Comunicação pela UFG (PPGCOM/FIC), Bacharel em Direito (Centro Universitário de Anápolis), assessor de comunicação.

Tiago Abreu é jornalista formado pela UFG. Em Jornalismo Cultural, produziu conteúdos sobre música e tecnologia. Além disso, faz parte do movimento de defesa dos direitos das pessoas autistas, com o objetivo de políticas públicas efetivas para pessoas dentro do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no Brasil.



William de Araújo Correia é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM/UFG). Graduou-se em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

FIC

UFG